

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2013

Rio de Janeiro, 30 de maio 2014.



Secretaria de Portos

Companhia Docas do Rio de Janeiro

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010 e da Decisão Normativa TCU nº 127 de 15/05/2013.

Superintendência de Planejamento e Avaliação

Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2014.

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2013

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	09
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	09
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	09
1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	09
QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	09
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	11
1.3.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	11
1.3.2 PRESIDÊNCIA.....	15
1.3.3 DIRETORIA DE ENGENHARIA E GESTÃO PORTUÁRIA.....	19
1.3.4 DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E RELAÇÕES COMERCIAIS.....	22
1.3.5 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS.....	25
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	30
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	31
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	33
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	34
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	34
2.1.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA OPERACIONAL E DE APOIO.....	34
2.1.2 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA NOS PORTOS.....	35
2.1.3 VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS.....	36
2.1.4 DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E NOVOS NEGÓCIOS.....	36
2.1.5 RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	37
2.1.6 ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.....	37
2.1.7 DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA AMBIENTAL, DE SAÚDE E DA SEGURANÇA DO TRABALHO.....	38
2.1.8 INTEGRAÇÃO COM AS ESFERAS GOVERNAMENTAIS.....	39
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	40

2.2.1	PROGRAMA TEMÁTICO	40
2.2.2	OBJETIVO	40
2.2.3	AÇÕES	40
2.2.3.1	AÇÕES – OFSS	40
2.2.3.2	AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS	40
2.2.3.3	AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - OFSS	40
2.2.3.4	AÇÕES - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI.....	41
	QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	41
2.2.3.5	ANÁLISE SITUACIONAL.....	47
2.3	INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	52
3	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	66
3.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	66
3.2	AValiação DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	68
	QUADRO A.3.2 – AVAlIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	68
3.3	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	70
3.3.1	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	70
3.3.2	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS.....	73
	QUADRO A.3.3.2 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL	73
3.3.3	DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS	74
	QUADRO A.3.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	74
3.3.4	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES.....	77
	QUADRO A.3.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES	77
3.4	SISTEMA DE CORREIÇÃO	77
3.5	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	77
3.6	INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVAlIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	77
4	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	78
4.1	EXECUÇÃO DAS DESPESAS	78
4.1.1	PROGRAMAÇÃO	78

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	78
4.1.1.1 ANÁLISE CRÍTICA	79
4.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	80
4.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA	80
4.1.3.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	80
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	80
4.1.3.6 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	82
4.1.3.7 ANÁLISE CRÍTICA	82
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	84
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ	84
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	85
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	85
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ	85
5.1.1.1 LOTAÇÃO	85
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013	85
5.1.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA	86
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	86
5.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	87
5.1.2.1 ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES.....	87
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	87
5.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	88
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA. SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	88
5.1.2.3 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	89
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE. SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	89
5.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	90
QUADRO A.5.1.3 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	90

5.1.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	91
5.1.4.1	CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	91
	QUADRO A.5.1.4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	91
5.1.4.2	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	91
	QUADRO A.5.1.4.2 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	91
5.1.5	CADASTRAMENTO NO SISAC.....	92
5.1.5.1	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	92
	QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	92
5.1.5.2	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU.....	92
	QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	92
5.1.5.3	REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	93
	QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	93
5.1.5.4	ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO.....	93
	QUADRO A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)..	93
5.1.6	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	94
5.1.7	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	94
5.1.8	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	95
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	97
5.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	97
	QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DA UNIDADE JURISDICIONADA	97
5.2.2	AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	97
	QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	97
5.2.3	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	98
	QUADRO A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	98
5.2.4	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	99

	QUADRO A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	99
5.2.5	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4	99
5.2.6	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	100
	QUADRO A.5.2.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	100
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	101
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	101
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	105
6.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	105
	QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	105
6.2.2	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	106
	QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	106
6.2.3	DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	108
	QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	108
6.3	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	110
	QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	110
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	111
7.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	111
	QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	111
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.	113
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	113
	QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	113
8.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	114
	QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	114
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	115
9.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	115
9.1.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	115
	QUADRO A.9.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	115

9.1.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	120
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	121
9.2.1	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	121
	QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	121
9.2.2	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	137
9.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	138
9.4	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	177
9.4.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	177
	QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	177
9.4.2	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	178
9.5	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	179
10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	180
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	181
11.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	181
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	181
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 ...	182
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	200
11.5.1	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL COMO INVESTIDA	200
	QUADRO A.11.5.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	200
11.5.2	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	200
11.6	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	201
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	206
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	206
	 PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	 208
45	UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.	208

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2013

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 127, de 15 de maio de 2013.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Secretaria de Portos – SEP (Medida Provisória nº 483, de 24/03/2010)			Código SIORG: 92748
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Companhia Docas do Rio de Janeiro			
Denominação Abreviada: CDRJ			
Código SIORG: 92748	Código LOA: 211	Código SIAFI: 396001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		CNPJ: 42.266.890/0001-28	
Principal Atividade: Gestão de Portos e Terminais			Código CNAE: 5231-1
Telefones/Fax de contato:	(21) 2219-8600		(21) 2219-8544
Endereço Eletrônico: asscomcdrij@portosrio.gov.br			
Página na Internet: http://www.portosrio.gov.br			
Endereço Postal: Rua do Acre, 21, Cep 20081-000, Rio de Janeiro, RJ			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.404/76 e suas alterações, e a Medida Provisória 595/12, até 05 de junho de 2013, quando esta foi convertida na Lei nº 12.815/13.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Social e Plano Básico da Organização			

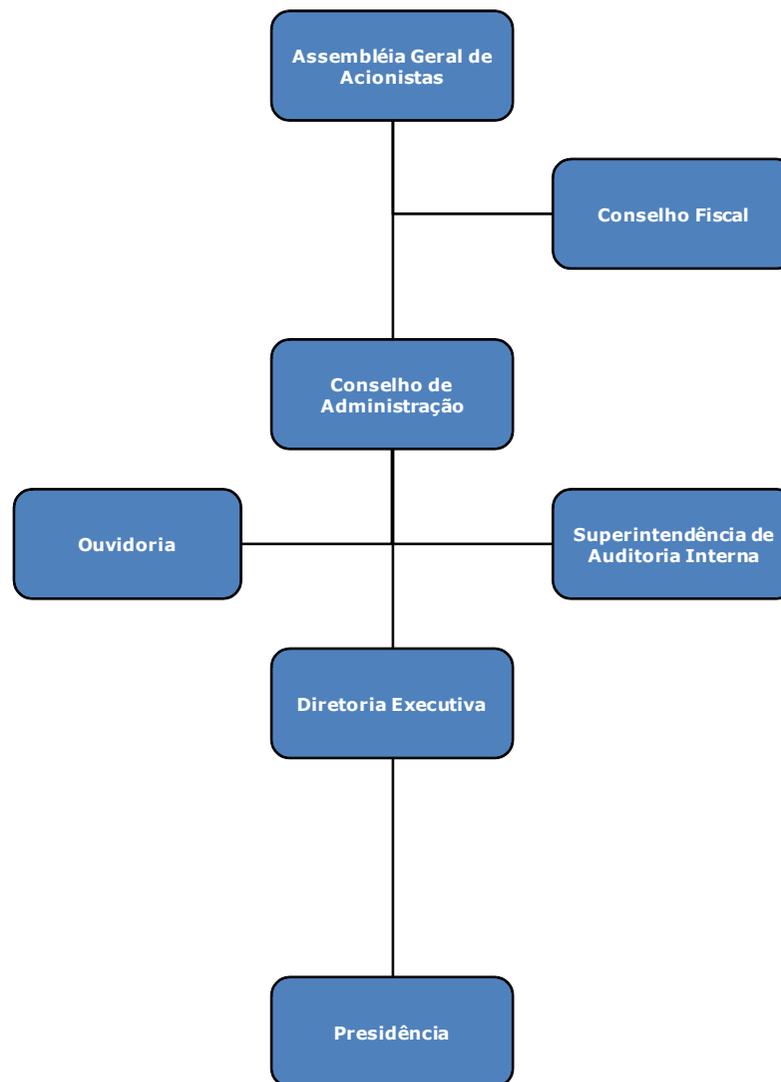
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ no 42.266.890/0001-28, com sede a Rua do Acre, 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída através do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, com o principal objetivo de desenvolver projetos e programas orientados ao constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem e terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

É regida pela lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Medida Provisória 595/12, até 05 de junho de 2013, quando esta foi convertida na Lei nº 12.815 de 2013. A Lei nº 12.815 de 2013 dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências. A lei foi regulamentada pelo Decreto 8.033, de 28 de junho de 2013.

1.3 Organograma Funcional

1.3.1 Administração Superior



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Assembléia Geral de Acionistas (AGO/AGE)

A Assembléia Geral de Acionistas é a instância superior de deliberação da CDRJ, constituída pelos acionistas, convocada e instalada na forma de lei e do Estatuto, competindo-lhe, sem exclusão de outros casos previstos em lei, reformar o Estatuto Social; tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; proceder a abertura de capital; aumentar o capital social por subscrição de novas ações; renunciar a direitos de subscrição; lançar debêntures conversíveis em ações ou ainda, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no país ou no exterior, fixando-lhes, em qualquer caso, o preço e as condições da emissão, colocação, subscrição e integralização de ações, bem como alienar, no todo ou em parte, ações do seu capital social; eleger ou destituir quaisquer dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, na forma da legislação vigente; fixar a remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria-executiva e do conselho fiscal; deliberar sobre a avaliação dos bens com que o acionista concorrer para o capital social; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição do dividendo; sobre a criação e utilização de reservas; sobre a participação da CDRJ no capital social de outras entidades, públicas ou privadas; deliberar e promover a transformação, incorporação, fusão ou cisão da CDRJ, sua dissolução e liquidação, bem como eleger e destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas; deliberar sobre permuta, transferência e cessão de ações ou outros valores mobiliários; deliberar sobre outros assuntos que lhes forem propostos pelo conselho de administração ou pelo Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal (CONFIS)

Ao Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da CDRJ e assessoramento à Assembléia Geral, compete, sem exclusão de outros casos previstos em lei, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; elaborar e aprovar o seu regimento interno; fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer às informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; sobre propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, à emissão de debêntures ou bônus de subscrição, aos planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; convocar Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem mais de um mês essa convocação, e extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; analisar, no mínimo trimestralmente, por ocasião das reuniões ordinárias, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Conselho de Administração (CONSAD)

Ao Conselho de Administração, órgão de administração superior e consulta da CDRJ, compete: Fixar a orientação geral dos negócios da Empresa; Eleger e destituir os diretores, atribuindo-lhes as respectivas áreas de atuação, observado o que a respeito dispuser o Estatuto; Homologar a designação do substituto do Diretor-Presidente, em suas ausências ou impedimentos eventuais; Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados e aditivos contratuais, bem como sobre providências adotadas pela Administração para regularizar diligências do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Corregedoria Geral da União (CGU); Convocar a Assembleia Geral, no caso do art. 132 da Lei das Sociedades Anônimas, ou quando necessário; Aprovar, observadas as diretrizes gerais baixadas pela Secretaria dos Portos – SEP/PR, normas de caráter técnico, operacional, administrativo e financeiro; normas para licitação e contratação; minutas-padrão de contratos, acordos, ajustes e convênios; Deliberar sobre a Estrutura Organizacional; sobre o Plano Básico da Organização; sobre o Plano de Carreiras, Cargos, Funções e Salários e o Quadro de Pessoal, obedecendo as normas e diretrizes do Governo Federal; Deliberar, após a oitiva da Secretaria dos Portos – SEP/PR e do Conselho Fiscal, sobre abertura de crédito, tomada de financiamento, bem como sobre a transferência de créditos e direitos; Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e programas de investimento, bem assim acompanhar sua execução e desempenho; Deliberar sobre o Plano de Contas; Deliberar sobre a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais; sobre a aceitação de doações, com ou sem encargos; sobre o afastamento de qualquer de seus membros e os da Diretoria-Executiva, estes, quando por prazo superior a trinta dias consecutivos; Deliberar sobre a aquisição de bens imóveis; Manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; Aprovar o seu Regimento Interno; Aprovar as normas para alienação de bens do ativo permanente, para a constituição de ônus reais, para prestação de garantias e para assumir obrigações em nome da Empresa; Autorizar a abertura de processos licitatórios para aquisição de equipamentos, realização de obras e serviços nas modalidades de Tomada de Preços e Concorrência; Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; Apreciar os resultados mensais das operações da Empresa; Estabelecer as diretrizes para elaboração do plano de auditoria interna e aprová-lo; Aprovar a indicação e destituir o Superintendente da Auditoria Interna; Convocar os auditores independentes e o Superintendente da Auditoria Interna para, em reunião do Conselho, se pronunciar sobre os relatórios, as contas da Diretoria e os demonstrativos financeiros; Aprovar o relatório da administração, as contas da Diretoria e os demonstrativos financeiros, que deverão ser submetidos à apreciação do Conselho dentro de dois meses contados do término do exercício social; Propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício; Examinar e apurar a transferência de recursos, na forma das disposições legais e regulamentares vigentes para fundos de previdência privada, fundações e pessoas jurídicas de direito público; Autorizar a Empresa a obter garantias; Aprovar a política de desenvolvimento de recursos humanos, bem assim diretrizes e critérios para renegociação salarial com entidades de classe dos servidores e, igualmente, remuneração, concessão de diárias, gratificações, vantagens e eventuais planos de demissão incentivada; Autorizar a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Empresa; Aprovar indicação do Secretário do Conselho e de seu substituto eventual, dentre os empregados da Empresa, por proposta da Diretoria; Fixar os preços dos serviços prestados pela Empresa, para posterior homologação pelo Conselho de Autoridade Portuária, observada a orientação governamental; Aprovar a baixa e alienação dos bens imóveis da CDRJ, após proposta da DIREXE, observada a legislação em vigor; Decidir os casos omissos do Estatuto Social.

Superintendência de Auditoria Interna (SUPAUD)

A Superintendência de Auditoria Interna é responsável por executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria; realizar auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial, operacional e de engenharia no âmbito da Companhia; fornecer aos órgãos da Administração Superior informações sobre o desempenho e a eficácia de suas atividades, bem como, propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados, em consonância com as normas estabelecidas pela Corregedoria Geral da União (CGU).

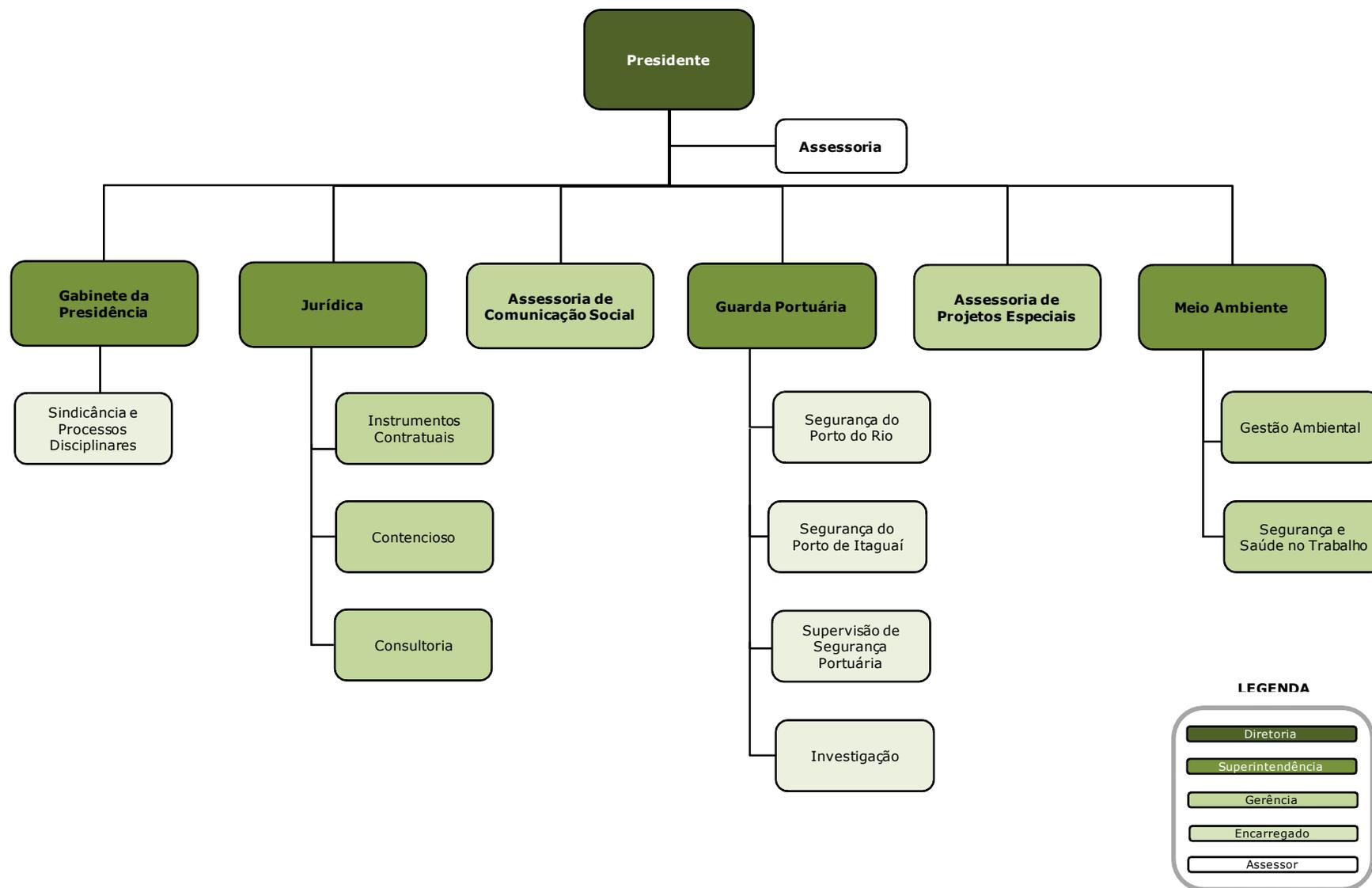
Ouvidoria Geral (OUVGER)

A Ouvidoria Geral é responsável por receber e examinar sugestões, reclamações, elogios e denúncias dos cidadãos relativos às atividades da CDRJ, dando encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, com retorno aos interessados.

Diretoria-Executiva (DIREXE)

À Diretoria-Executiva compete, sem exclusão de outros casos previstos em lei, encaminhar ao Conselho de Administração proposta dos Orçamentos Anuais e Plurianuais de Custeio e Investimentos e suas alterações; aprovar a tabela de custo de substituição, agrupamento ou desdobramento de títulos de emissão da CDRJ; aprovar, obedecidas as normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração, manuais e instruções de caráter técnico, operacional, administrativo e financeiro; aprovar a lotação do Quadro de Pessoal; autorizar a baixa e alienação de bens móveis da CDRJ, obedecida a legislação em vigor; autorizar a locação ou arrendamento de bens imóveis; autorizar o afastamento de seus membros, até trinta dias consecutivos; manifestar-se, previamente, sobre os assuntos a serem submetidos ao Conselho de Administração, que não sejam de competência exclusiva do mesmo; deliberar sobre outros assuntos não incluídos na área de competência da Assembléia Geral ou Conselho de Administração; encaminhar ao conhecimento do Conselho de Administração as adjudicações de obras, serviços e aquisições realizados sem prévia licitação, com as respectivas justificativas; aprovar contratos operacionais, praticando preços que viabilizem agregação de novas receitas.

1.3.2 Presidência



DIRETOR-PRESIDENTE (DIRPRE)

O Diretor-Presidente é responsável por dirigir, coordenar e controlar as atividades da CDRJ; Cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva; Representar a CDRJ, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, podendo constituir mandatários ou procuradores; Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria-Executiva; Instalar e presidir as Assembleias Gerais de Acionistas; Designar, "ad-referendum" do Conselho de Administração, o Diretor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos eventuais; Baixar os atos que consubstanciam as resoluções da Diretoria-Executiva; Praticar todos os atos relativos à administração de pessoal; Praticar atos de urgência, "ad-referendum" do Conselho de Administração ou da Diretoria-Executiva, apresentando suas justificativas na primeira reunião; Fazer publicar o Relatório Anual da Administração; Determinar a realização, por empregados da CDRJ, de inspeções, auditagens ou sindicâncias; Ordenar despesas e, juntamente com outro Diretor, movimentar recursos financeiros e assinar títulos de créditos, ações e demais títulos mobiliários; Praticar outros atos de gestão não compreendidos nas competências da Assembleia Geral, do Conselho de Administração ou da Diretoria-Executiva; Coordenação da interface com os atores externos, governamentais e do setor privado.

Assessoria de Comunicação Social (ASSCOM)

A Assessoria de Comunicação Social é responsável por acompanhar as informações e assuntos de interesse da CDRJ, veiculados nos meios de comunicação social; desenvolver eventos de natureza social, no âmbito da Companhia; e elaborar e produzir material de divulgação institucional da CDRJ no exterior.

Assessoria de Projetos Especiais (ASSPRO)

A Assessoria de Projetos Especiais é responsável pelo suporte às relações da CDRJ com os atores externos, em especial, pelo acompanhamento dos projetos de revitalização urbana das regiões portuárias, ajudando na integração porto-cidade.

Gabinete do Presidente (GABPRE)

O GABPRE é responsável por coordenar, orientar e executar as atividades de apoio administrativo à Presidência da CDRJ, às Assembleias de Acionistas, ao CONSAD, ao CONFIS, à DIREXE, aos Assessores da Presidência e, ainda, encaminhar consultas e contatos externos não direcionados a uma área específica da CDRJ; gerir contatos de cooperação técnica e cultural com organismos nacionais e internacionais; e gerir os afastamentos de empregados para visita a outros países; e ainda coordenar as atividades do Encarregado subordinado:

Encarregado de Sindicância e Processos Disciplinares, responsável por instaurar e conduzir sindicâncias e processos disciplinares.

Superintendência da Guarda Portuária (SUPGUA)

A Superintendência da Guarda Portuária é responsável pela definição, integração, coordenação e controle de ações alinhadas ao Plano de Segurança Pública Portuária, promovendo a vigilância na área do porto organizado, para garantir o cumprimento da legislação vigente, em especial no tocante ao controle da entrada, permanência, movimentação e saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias.

As atribuições da SUPGUA são executadas pelos Encarregados de Segurança do Porto do Rio, Segurança do Porto de Itaguaí, Investigação e Supervisão de Segurança Portuária.

Superintendência Jurídica (SUPJUR)

A Superintendência Jurídica é responsável por coordenar as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Instrumentos Contratuais (DICTRA)

A Divisão de Instrumentos Contratuais é responsável por elaborar, analisar, validar, lavrar e registrar Instrumentos Contratuais; e organizar e manter o acervo dos instrumentos contratuais elaborados.

Divisão de Contencioso (DICOSO)

A Divisão de Contencioso é responsável por representar judicialmente a CDRJ; determinar a priorização dos processos judiciais conforme análise de riscos, advindas de pareceres técnicos; e organizar e manter o acervo dos processos judiciais.

Divisão de Consultoria (DICONS)

A Divisão de Consultoria é responsável por prover consultoria jurídica para suporte à tomada de decisões gerenciais; e organizar e manter o acervo dos pareceres técnicos elaborados.

Superintendência de Meio Ambiente (SUPMAM)

A Superintendência de Meio Ambiente coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

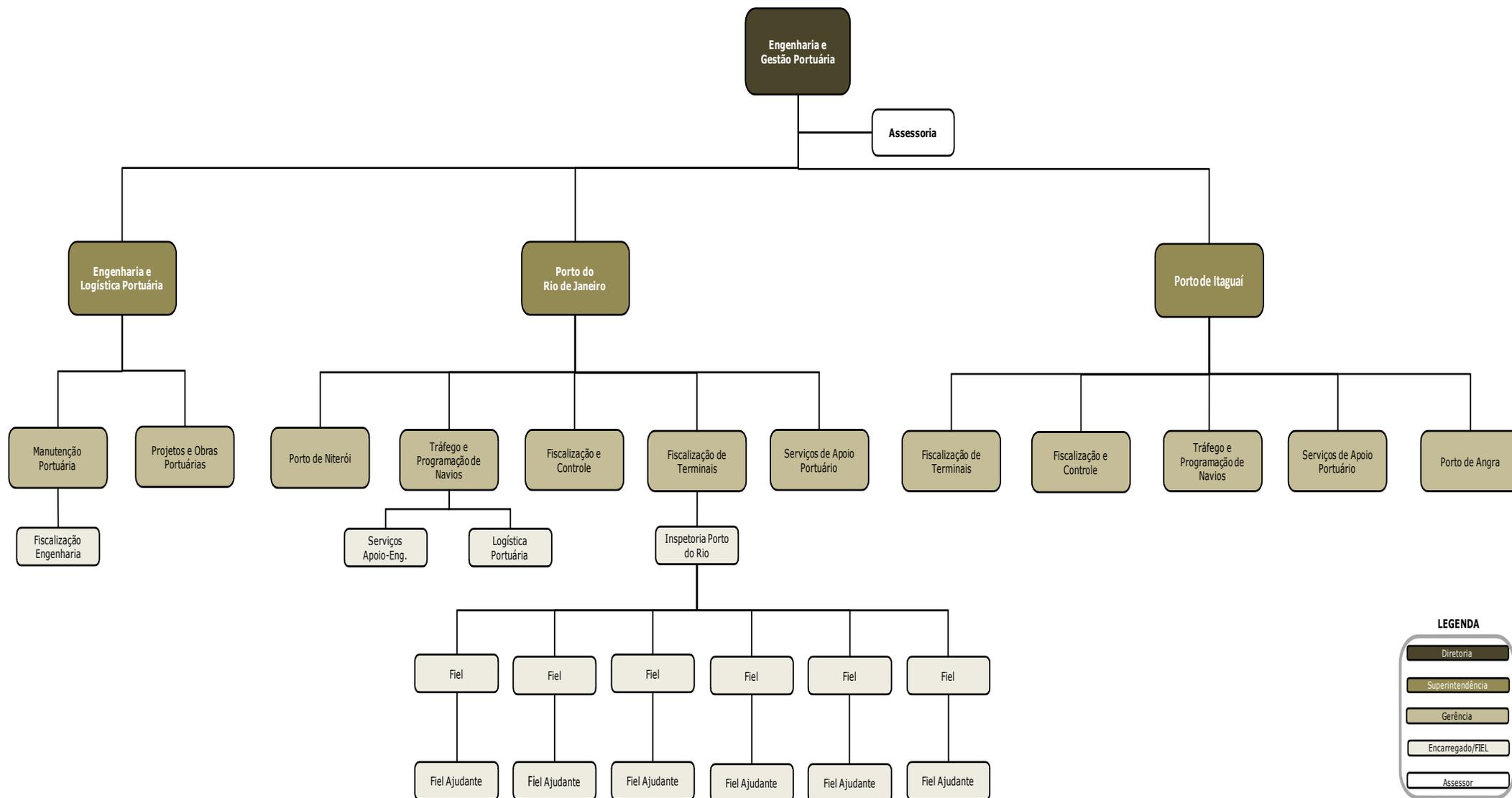
Divisão de Gestão Ambiental (DIVGAM)

A DIVGAM é responsável por gerir as questões relacionadas ao ambiente; elaborar e conduzir a implantação de programas, planos e projetos relacionados a área ambiental, priorizados pela Companhia, dando sugestões para sua melhoria contínua; conduzir a interlocução com autoridades relacionadas à sua área de atuação, no âmbito governamental, nas questões ambientais referentes ao sistema portuário da CDRJ; e promover o senso de responsabilidade individual em relação ao ambiente.

Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho (DIVSEG)

A DIVSEG é responsável por fiscalizar a execução de medidas de prevenção ocasionadas pelas operações portuárias; por conduzir as questões relativas à Saúde e Segurança do Trabalho; elaborar e conduzir a implantação de programas, planos e projetos relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho; prover a manutenção da Saúde Ocupacional; e liderar grupos de trabalho para assuntos relativos à sua competência.

1.3.3 Diretoria de Engenharia e Gestão Portuária



DIRETORIA DE ENGENHARIA E GESTÃO PORTUÁRIA (DIRGES)

A Diretoria de Engenharia e Gestão Portuária, baseada nas decisões estratégicas da CDRJ, é responsável pelas decisões relativas às operações portuárias e por coordenar as obras de desenvolvimento.

Superintendência de Engenharia e Logística Portuária (SUPENG)

A Superintendência de Engenharia e Logística Portuária coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Projetos e Obras Portuárias (DIPROB)

A DIPROB é responsável pela gestão dos contratos de obras e projetos de infraestrutura portuária.

Divisão de Manutenção Portuária (DIMAPO)

A DIMAPO é responsável pela gestão dos contratos de manutenção da infraestrutura portuária; e coordenar as atividades do Encarregado subordinado:

Encarregado de Fiscalização-Engenharia, responsável por coordenar a fiscalização dos contratos de projetos e obras.

Superintendência do Porto do Rio de Janeiro (SUPRIO)

A Superintendência do Porto do Rio de Janeiro coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Fiscalização de Terminais – Rio (DIFITE)

A DIFITE é responsável por supervisionar a operação nos terminais e inspecionar a movimentação de cargas; e coordenar o trabalho da Inspetoria.

Inspetoria do Porto do Rio

É responsável por gerir as áreas não arrendadas, inspecionar a movimentação de cargas e coordenar o trabalho dos Fiéis.

Fiel

É responsável por inspecionar a movimentação de cargas.

Fiel Ajudante

É responsável por inspecionar a movimentação de cargas.

Divisão de Fiscalização e Controle – Rio (DIFISC)

A DIFISC é responsável por gerir e consolidar as informações da movimentação para emissão do faturamento.

Divisão de Tráfego e Programação – Rio (DITRAF)

A DITRAF é responsável por gerir a infraestrutura aquaviária, programar e autorizar o tráfego de embarcações; e coordenar as atividades dos Encarregados subordinados:

Encarregado de Serviços de Apoio-Engenharia, responsável por coordenar os serviços de apoio à manutenção.

Encarregado de Logística Portuária, responsável por planejar a melhoria dos diversos modais de acesso e escoamento dos portos da CDRJ.

Divisão de Serviços de Apoio Portuário – Rio (DISERV)

A DISERV é responsável por coordenar os serviços de manutenção da infraestrutura portuária.

Gerência do Porto de Niterói (GERNIT)

A GERNIT coordena, fiscaliza e monitora a operação portuária e a fiscalização dos terminais no Porto de Niterói.

Superintendência do Porto de Itaguaí (SUPITA)

A Superintendência do Porto de Itaguaí coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Fiscalização e Controle – Itaguaí (DIFCON)

A DIFCON é responsável por consolidar as informações da movimentação e gerir o faturamento.

Divisão de Tráfego e Programação – Itaguaí (DITRAP)

A DITRAP é responsável por gerir a infraestrutura aquaviária, programar e autorizar o tráfego de embarcações.

Divisão de Serviços de Apoio Portuário – Itaguaí (DISERI)

A DISERI é responsável por coordenar os serviços de manutenção da infraestrutura portuária.

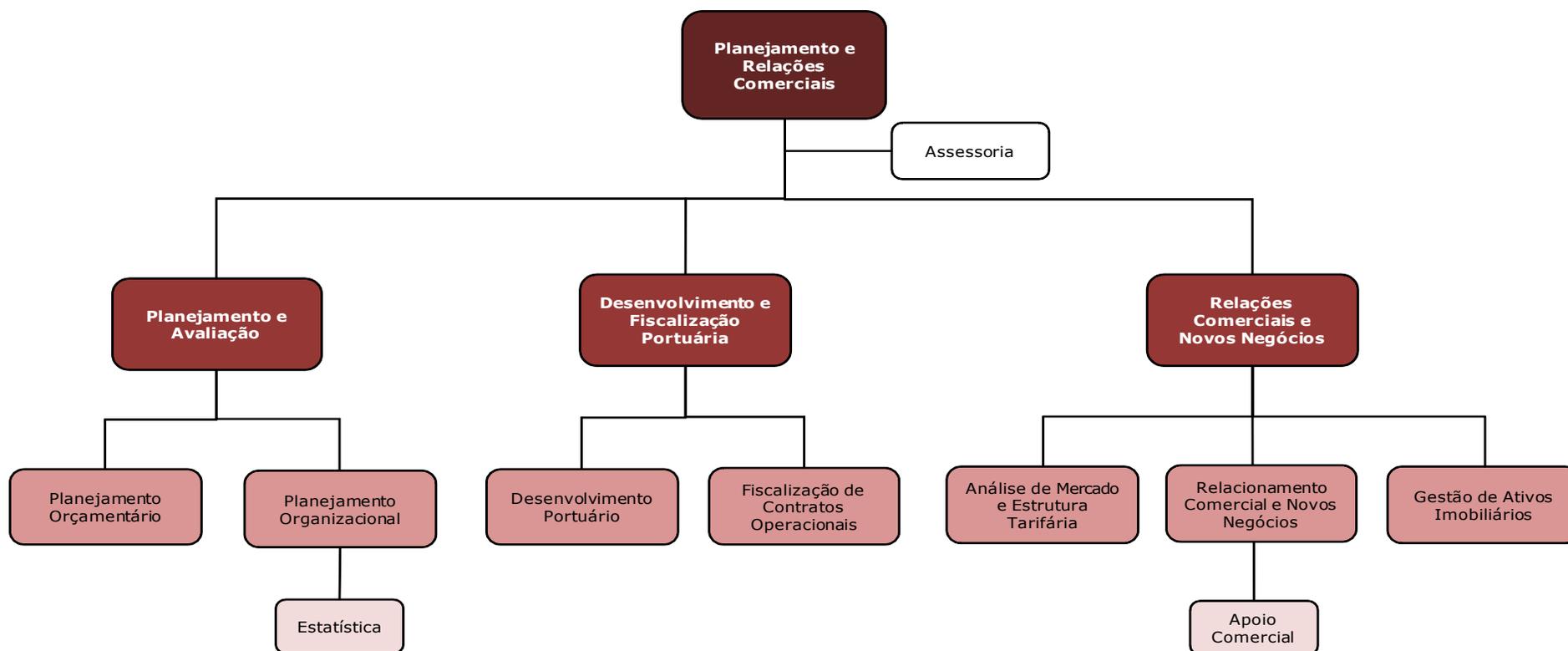
Divisão de Fiscalização de Terminais – Itaguaí (DIFITA)

A DIFITA é responsável por supervisionar a operação dos terminais e inspecionar a movimentação de cargas.

Gerência do Porto de Angra dos Reis (GERANG)

A GERANG coordena, fiscaliza e monitora a operação portuária e a fiscalização dos terminais no Porto de Angra dos Reis.

1.3.4 Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais



LEGENDA



DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E RELAÇÕES COMERCIAIS (DIRPLA)

A DIRPLA, baseada nas diretrizes estratégicas emanadas da DIREXE e do CONSAD, é responsável pelas decisões relativas ao relacionamento comercial e ao desenvolvimento de negócios, operacionais e não operacionais; gestão e avaliação de processos organizacionais; gestão da informação e do conhecimento; do planejamento estratégico e do planejamento orçamentário.

Superintendência de Planejamento e Avaliação (SUPLAN)

A Superintendência de Planejamento e Avaliação coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Planejamento Orçamentário (DIPLAN)

A DIPLAN é responsável por estabelecer as diretrizes e os parâmetros para elaboração do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e do Orçamento de Investimentos; e pela análise da execução orçamentária, com base nas informações recebidas da SETGOR.

Divisão de Planejamento Organizacional (DIPLOR)

A DIPLOR é responsável por gerir o Plano Estratégico e os processos organizacionais da Companhia; manter um gerenciamento integrado dos dados operacionais, das informações estratégicas e dos indicadores de desempenho, avaliando a sua eficácia e eficiência, subsidiando ações e tomadas de decisões; e coordenar as atividades do Setor de Estatística.

Setor de Estatística (SESTAT)

O SESTAT é responsável por receber, atualizar e consolidar os dados estatísticos de movimentação repassados pelos Portos da CDRJ.

Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária (SUPDEP)

A Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Fiscalização de Contratos Operacionais (DICOFI)

A DICOFI é responsável por controlar o cumprimento contratual e a execução financeira dos contratos de arrendamento operacionais vigentes; e credenciar os Operadores Portuários.

Divisão de Desenvolvimento Portuário (DIDEPO)

A DIDEPO é responsável por coordenar a elaboração e manter atualizado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), definir e atualizar as Poligonais dos Portos da CDRJ; planejar a otimização do uso de áreas e instalações portuárias; e propor melhorias nos diversos modais de acesso e escoamento dos portos da Companhia, em consonância com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento e as Poligonais dos Portos da CDRJ.

Superintendência de Relações Comerciais e Novos Negócios (SUPCOM)

A Superintendência de Relações Comerciais e Novos Negócios coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Relacionamento Comercial e Novos Negócios (DIMACO)

A DIMACO é responsável por definir as linhas de ação dos relacionamentos comerciais; viabilizar a estratégia comercial de negócios em áreas operacionais e não operacionais da Companhia; gerir o relacionamento comercial com clientes potenciais; analisar o mercado imobiliário buscando maximizar a eficiência e a rentabilidade; e coordenar as atividades do Setor de Apoio Comercial.

Setor de Apoio Comercial (SEACOM)

O SEACOM é responsável por apoiar a organização na participação em feiras e eventos; e coordenar o as visitas aos Portos, de caráter técnico, comercial e delegações oficiais.

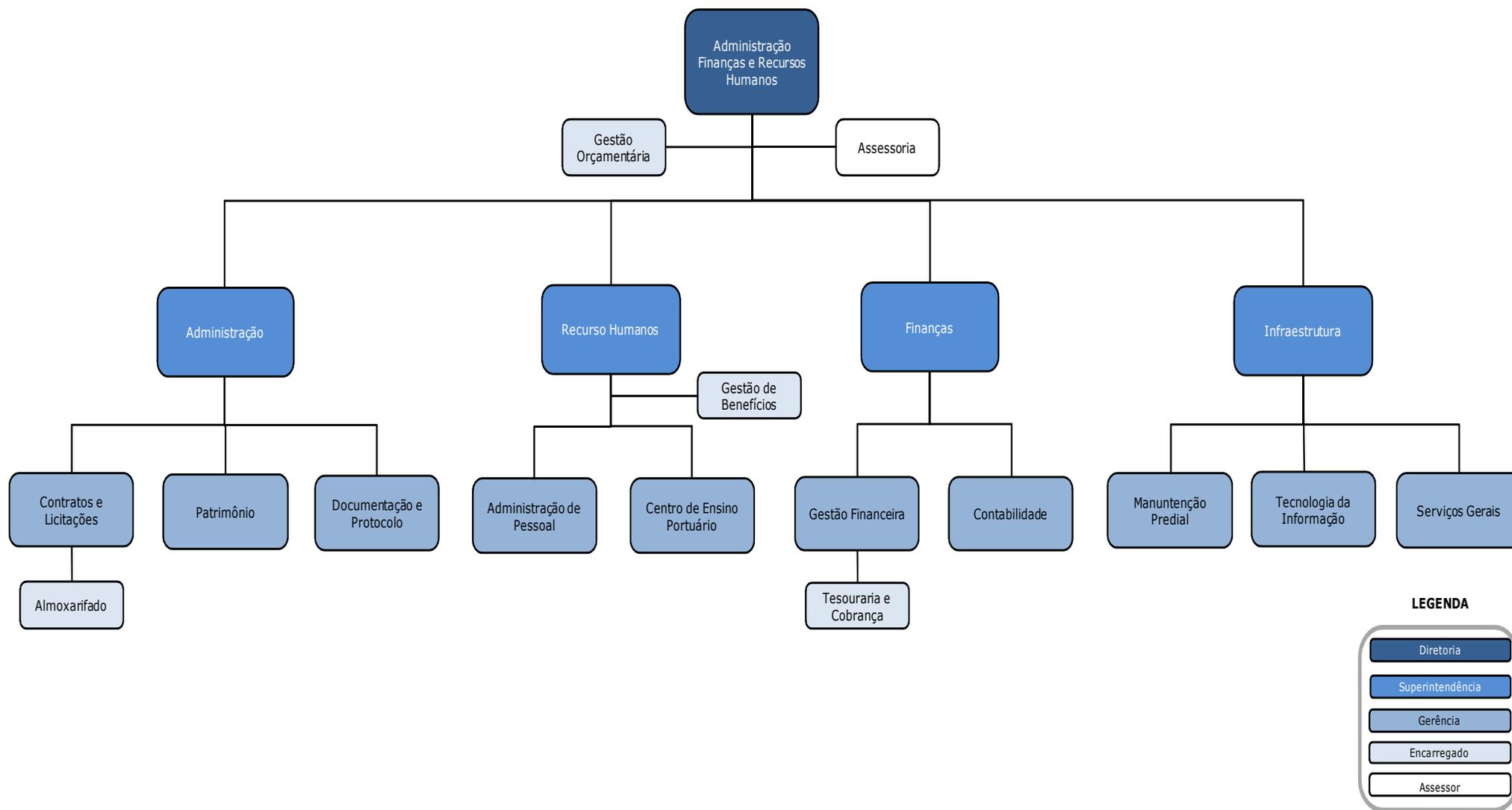
Divisão de Análise de Mercado e Estrutura Tarifária (DIVETA)

A DIVETA é responsável por analisar as oportunidades de negócios no mercado portuário; e gerir a estrutura tarifária dos portos.

Divisão de Gestão de Ativos Imobiliários (DIVGAT)

A DIVGAT é responsável por gerir os ativos imobiliários e fiscalizar os contratos em áreas não operacionais da CDRJ, acompanhando sua situação fiscal e tributária, controlando a regularidade e o cadastro junto aos órgãos públicos competentes, realizando vistorias administrativas, controlando as plantas, medições, arquivo técnico e histórico dos imóveis sob sua responsabilidade.

1.3.5 Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS (DIRARH)

A Diretoria de Administração e Recursos Humanos, baseada nas decisões estratégicas da CDRJ, é responsável pela gestão dos recursos humanos, pela conservação patrimonial, pela administração de materiais e serviços de apoio e pela gestão financeira.

Setor de Gestão Orçamentária (SETGOR)

O SETGOR é responsável por supervisionar e executar as ações e atividades de acompanhamento e controle da execução orçamentária; de remanejamento e reprogramação orçamentária; e de elaboração de relatórios analíticos de execução orçamentária, contribuindo e disponibilizando as informações necessárias para elaboração, alteração e atualização do Plano de Dispêndios Globais – PDG (proposta orçamentária anual) e do Orçamento de Investimentos, sob responsabilidade da Divisão de Planejamento Orçamentário (DIPLAN).

Superintendência de Administração (SUPADM)

A Superintendência de Administração coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Contratos e Licitações (DIVCOL)

A DIVCOL é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de contratação e aquisição de serviços, materiais permanentes e de consumo; de contratação de obras e serviços, coordenando os procedimentos licitatórios no âmbito administrativo, além de realizar o acompanhamento e controle da vigência dos contratos administrativos de prestação de serviços e planejar e supervisionar as atividades do Setor de Almoxarifado (SETALM).

Setor de Almoxarifado (SETALM)

O SETALM é responsável por planejar, coordenar e executar as atividades de gestão e controle de materiais ou bens de consumo do Almoxarifado Central.

Divisão de Documentação e Protocolo (DIVDOC)

A DIVDOC é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de padronização e racionalização de documentos técnico-administrativos; de projeto e gestão de sistemas e instalações para arquivamento e preservação dos documentos produzidos e recebidos; de disseminação e disponibilização de informações técnico-administrativas no âmbito da Companhia; de projeto e gestão de sistemas de registro, controle e acompanhamento do fluxo de documentos; de protocolo de documentos produzidos, recebidos e enviados, além de fiscalizar a execução dos serviços de envio e recebimento de correspondências, encomendas e malotes e dos serviços de distribuição interna e externa de documentos.

Divisão de Patrimônio (DIVPAT)

A DIVPAT é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de controle e gestão do patrimônio mobiliário da CDRJ, realizando inventários patrimoniais periódicos, baixas de bens inservíveis, gerenciando as movimentações e transferências de bens patrimoniais entre as diversas áreas da Companhia, coordenando a Comissão Permanente de Vistoria e Avaliação de bens móveis para inclusão no Ativo Permanente e representando a Companhia junto a órgãos públicos federais, estaduais, municipais e serventias cartoriais mediante Portarias e Procurações do Diretor-Presidente.

Superintendência de Recursos Humanos (SUPREC)

A Superintendência de Recursos Humanos coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Sector de Benefícios e Qualidade de Vida (SETBEN)

O SETBEN é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de gestão dos benefícios oferecidos aos empregados, ex-empregados e pensionistas, além de propor, desenvolver e implantar programas de qualidade de vida para os empregados e colaboradores, envolvendo as áreas de Psicologia do Trabalho e Serviço Social.

Divisão de Administração de Pessoal (DIAPES)

A DIAPES é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de implantação, administração e revisão dos planos de empregos (efetivos e comissionados) e salários dos empregados; de contratação de empregados; de manutenção e atualização do cadastro e registro dos empregados, ex-empregados e pensionistas; de apuração e controle do registro de frequência; e de pagamento a empregados, ex-empregados, pensionistas e estagiários.

Gerência do Centro de Ensino Portuário (CEPORT)

O CEPORT é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de administração das carreiras, das sucessões, de progressões e promoções dos empregados; de desenvolvimento e treinamento dos empregados; de seleção de novos empregados por meio de concursos públicos e; de seleção e acompanhamento de estagiários, além de colaborar para a execução das atividades de treinamento e capacitação dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs), juntamente com o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

Superintendência de Orçamento e Finanças (SUPFIN)

A Superintendência de Orçamento e Finanças coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Contabilidade (DICONT)

A DICONT é responsável por planejar, supervisionar e executar as ações e atividades de contabilidade geral e gerencial da CDRJ, realizando os devidos lançamentos contábeis e elaborando os balancetes mensais e o balanço anual contábil em conformidade com a legislação vigente.

Divisão de Gestão Financeira (DIGEFI)

A DIGEFI é responsável por supervisionar e executar as ações e atividades de planejamento financeiro, além de supervisionar e executar as ações e atividades de gestão de investimentos, inclusive aplicações e resgates de valores mobiliários; de administração do caixa, do “contas a pagar” e do “contas a receber”; de controle, acompanhamento e alterações da composição do capital social da CDRJ (composição acionária) e as atividades do Setor de Faturamento e Cobrança, produzindo relatórios mensais e o relatório anual consolidado da movimentação financeira da Companhia.

Setor de Faturamento e Cobrança (SETFAC)

O SETFAC é responsável por controlar e executar as atividades de faturamento e cobrança, sendo responsável por manter atualizado o cadastro de clientes e usuários dos serviços da CDRJ.

Superintendência de Infraestrutura (SUPINF)

A Superintendência Infraestrutura coordena as atividades inerentes às seguintes Divisões:

Divisão de Manutenção Predial (DIVMAP)

A DIVMAP é responsável por planejar, supervisionar e fiscalizar a execução das ações, atividades e projetos de construção, manutenção e reforma de instalações prediais técnico-administrativas localizadas fora das áreas dos Portos Organizados da Companhia; de dimensionamento, aquisição, instalação e manutenção dos sistemas de condicionamento de ar; de instalação, manutenção e modernização de elevadores; de instalação e manutenção dos sistemas de telefonia fixa e móvel; e de aquisição, instalação e manutenção de mobiliário da CDRJ.

Divisão de Serviços Gerais (DISERG)

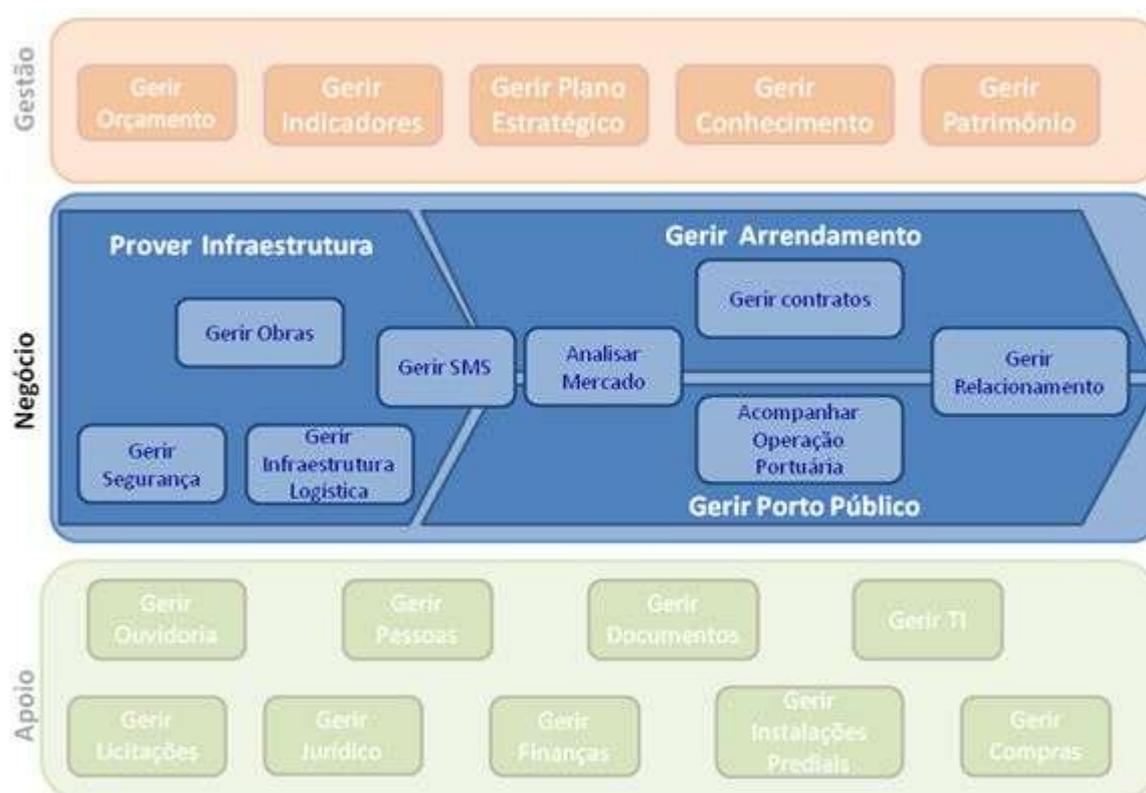
A DISERG é responsável por planejar, supervisionar e fiscalizar a execução das ações, atividade e projetos relacionados aos serviços de fornecimento de combustível, de locação e de manutenção da frota de veículos; de conservação e limpeza de áreas e instalações; de recepção e copeiragem; de segurança patrimonial e vigilância ostensiva; de controle de acesso e de CFTV (circuito fechado de televisão) das instalações técnico-administrativas localizadas fora das áreas de Portos Organizados da Companhia; de acesso expresso aos postos de pedágio de rodovias; e de fornecimento de passagens aéreas, terrestres e aquaviárias, além de controlar e acompanhar o atendimento das solicitações de transporte (frota própria, terceirizada e uso do serviço da cooperativa de táxis).

Divisão de Tecnologia da Informação (DINFOR)

A DINFOR é responsável por planejar, supervisionar e acompanhar a execução das ações, atividades e projetos de manutenção de equipamentos de informática; de suporte a usuários de sistemas computacionais; de desenvolvimento, implantação e gerência das redes de comunicação de dados; de administração dos bancos de dados; de desenvolvimento, implantação e manutenção dos sítios intranet e Web e; de especificação, modelagem, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O conjunto dos processos e atividades desenvolvidas dentro dos Macroprocessos Finalísticos é representado pela seguinte cadeia de valor:



Os Macroprocessos Finalísticos da CDRJ estão distribuídos em três linhas de atuação: Gestão da Infraestrutura, Gestão de Arrendamento e Gestão do Porto Público.

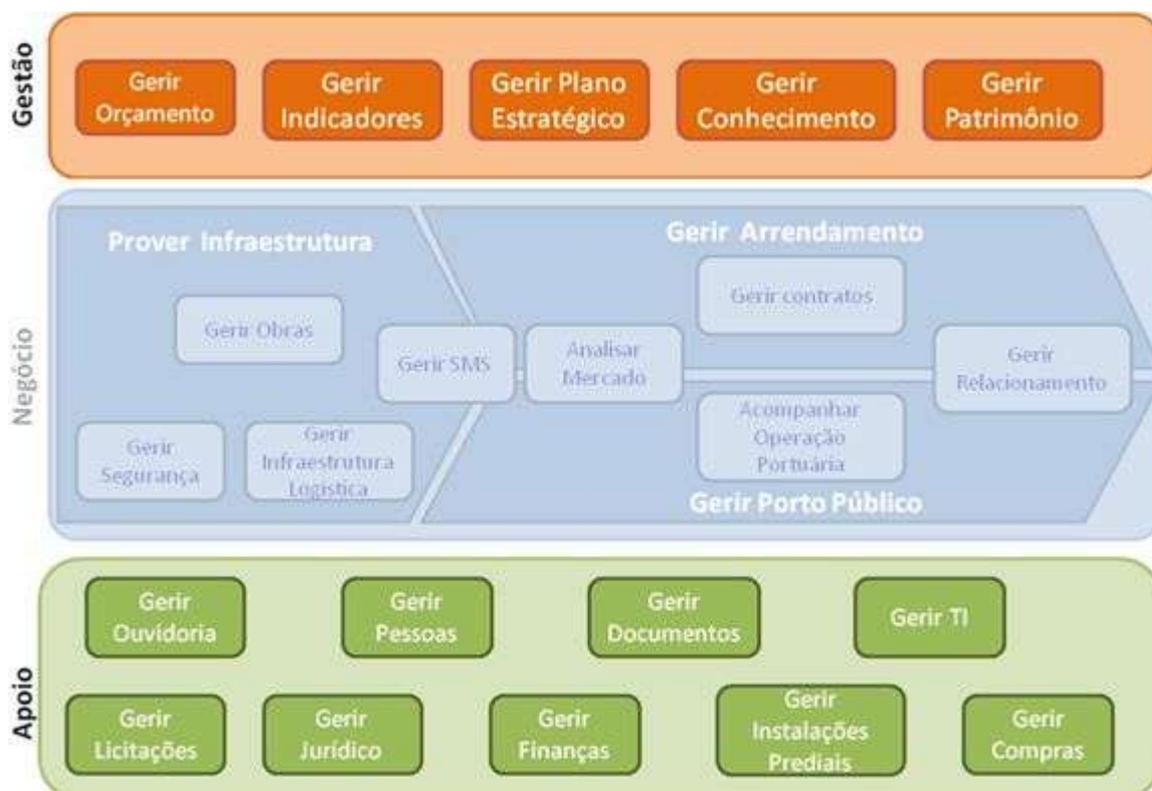
A Gestão de Infraestrutura contempla o processo de Gestão de Segurança, que envolve o conjunto de atividades alinhadas ao Plano de Segurança Pública Portuária, visando promover a vigilância na área do porto organizado e garantir o cumprimento da legislação vigente. Outro processo concernente a este Macroprocesso é a Gestão da Infraestrutura propriamente dita, que engloba os serviços de manutenção portuária, das obras de investimentos e dos seus respectivos contratos. E por último, é realizado o processo de gestão da SMS, por meio de ações relacionadas às questões ambientais, saúde e segurança no trabalho. Este último é o responsável pela interface entre todos os Macroprocessos Finalísticos.

A Gestão de Arrendamento é composta pelo processo de Análise de Mercado, no qual é realizada a gestão de novos negócios e das tarifas portuárias. A gestão de Contratos de Arrendamento que acompanha e fiscaliza os referidos contratos, também está inserida neste Macroprocesso. E por fim, a Gestão do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), que elabora as diretrizes para a organização das atividades na área do Porto Organizado.

A Gestão do Porto Público se desdobra por meio do processo de Acompanhamento da Operação Portuária, que compreende as atividades de programação, controle, fiscalização, dentre outras relativas à operação portuária. O processo de Gestão do PDZ também faz parte da Gestão do Porto Público, sendo realizado de forma compartilhada com o Macroprocesso Gestão de Arrendamento.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O conjunto dos processos e atividades desenvolvidas dentro dos Macroprocessos de Apoio é representado pela seguinte cadeia de valor:



Os Macroprocessos de Apoio da CDRJ estão divididos em dois eixos: Apoio e Gestão.

O eixo de Apoio compreende os seguintes processos: Licitações, Pessoas, Tecnologia da Informação (TI), Finanças, Jurídico, Documentação, Serviços Gerais e Ouvidoria.

O processo de Gestão das Licitações consiste em realizar, de acordo com a lei 8.666/93, os trâmites necessários ao atendimento das necessidades da CDRJ, no que se refere às demandas por produtos ou serviços.

O processo de Gestão de Pessoas compreende os aspectos relacionados à contratação, ao treinamento, a avaliação e a remuneração dos colaboradores, proporcionando que os mesmos contribuam para o alcance dos objetivos e metas da CDRJ.

O processo de Gestão da Tecnologia (TI) fornece o suporte necessário à manutenção da rede de computadores da CDRJ, bem como dos próprios equipamentos utilizados pelos colaboradores.

O processo de Gestão das Finanças é composto pela coordenação, direção e supervisão das atividades desenvolvidas pelos setores de contabilidade, tesouraria e cobrança. Além disso, acompanha a execução do Programa de Dispêndios Globais (PDG).

O processo de Gestão Jurídica envolve a análise dos contratos da CDRJ, a gestão do contencioso e a consultoria jurídica quando necessário.

O processo de Gestão de Documentação coordena desde a etapa de abertura de documentos até o seu arquivamento, busca a uniformização, zela pela preservação e pelo acesso facilitado aos documentos.

O processo de Gestão de Serviços Gerais abrange a prestação de serviços e os diversos fornecimentos demandados pela CDRJ e a fiscalização dos contratos relativos a essas atividades.

O processo de Gestão de Ouvidoria compreende o recebimento e análise das sugestões, reclamações, elogios e denúncias relativas à CDRJ, adotando as medidas cabíveis para solucionar as questões levantadas.

No eixo de Gestão estão compreendidos os processos de Orçamento, Indicadores, Plano Estratégico, Patrimônio e Gestão de Processos.

O processo de Gestão do Orçamento compreende o estabelecimento das diretrizes e dos parâmetros para elaboração e acompanhamento do Programa de Dispêndios Globais (PDG), do Orçamento de Investimento (OI) e do Plano Plurianual (PPA).

O processo de Gestão dos Indicadores está relacionado ao acompanhamento do conjunto de indicadores estabelecidos pela Secretaria de Portos (SEP), de acordo com a Gestão Portuária por Resultados (GPPR).

O processo de Gestão do Plano Estratégico compreende a definição do caminho a ser seguido pela CDRJ, juntamente com o conjunto de objetivos e ações necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão da instituição.

O processo de Gestão do Patrimônio envolve o planejamento, supervisão e execução das ações e atividades relativas aos contratos de arrendamento não operacionais da CDRJ.

A Gestão dos Processos compreende o mapeamento, a revisão, a redefinição e a otimização dos processos organizacionais, mantendo a lógica em relação ao plano estratégico.

1.6 Principais Parceiros

Os Portos do Rio de Janeiro encontram-se num forte processo de renovação a partir de um conjunto de ações desencadeadas pelo Governo Federal. Diversos projetos estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Portos e pela CDRJ, dentre os quais se destacam: a implementação do “Porto sem Papel” nos quatro portos administrados por ela, o qual informatiza os procedimentos e integra, na medida em que promove a comunicação de dados entre os agentes intervenientes no processo portuário, as seis autoridades anuentes (Polícia Federal, ANVISA, Delegacia da Receita Federal, VIGIAGRO, Capitania dos Portos e Autoridade Portuária); a implantação do programa “Modernização da Gestão Portuária” para reestruturação estratégica, de gestão e de processos das companhias; a introdução do regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais; e, tratativas visando a celebração com a SEP/PR de “Compromissos de Metas e Desempenho Empresarial”.

Pode-se destacar, ainda, o projeto para reforço estrutural de área do Cais da Gamboa com recursos provenientes do PAC II, cujo procedimento licitatório, com orçamento estimado em R\$ 160.699.405, encontra-se paralisado por decisão judicial, acatando representação de licitante. O projeto de construção do píer de atracação destinado a navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, cuja execução foi paralisada temporariamente até que os estudos referentes a mudança de local da implantação do píer estejam aprovados pelo Governo Federal, em atendimento a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro à Casa Civil. O projeto “Porto Maravilha” da Prefeitura do Rio de Janeiro, viabilizado por uma ação conjunta dos Governos Federal, Estadual, Municipal e pela CDRJ, tem como objetivo o resgate urbano, econômico e social da região portuária do Rio de Janeiro, de extrema relevância histórica, para que a mesma se transforme em um pólo de cultura, entretenimento, indústria e habitação, não interferindo na área pública do Porto.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento da Unidade

A CDRJ ainda não instituiu Plano Estratégico nem Plano de Ações e Metas, porém pretende instituí-lo tão logo sejam realizados os trabalhos da consultoria contratada pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), por meio do pregão eletrônico SEP 009/2013, que visa contratar empresa especializada para prestação de serviços de consultoria externa no desenvolvimento e implementação dos aspectos relativos à melhoria da gestão portuária, preconizados pelo projeto Modernização da Gestão Portuária, com vistas à modernização dos processos logístico-portuários e modernização administrativa, incluindo a revisão de seus processos internos, estruturas organizacionais, modelos de Governança e dos demais aspectos que determinam sua atuação eficiente como responsáveis diretos pela Administração Portuária, na forma da legislação vigente.

Entretanto, com o início do programa “Modernização da Gestão Portuária” – para reestruturação estratégica, de gestão e de processos das companhias – as tratativas visando a celebração com a SEP/PR de um “Compromissos de Metas e Desempenho Empresarial”, já foram iniciadas. Foi implementado no âmbito das Companhias Docas, como prevê o artigo 64 da Lei 12.815/2013, um conjunto de ações, metas e indicadores para o ano de 2014, que tem como objetivo avaliar a gestão dos dirigentes da CDRJ.

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela SEP/PR, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os seus resultados operacionais. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas:

2.1.1 Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio

Na área de Tecnologia da Informação foi dada continuidade ao estabelecido no “Plano Diretor de Tecnologia da Informação”, visando a melhoria da infraestrutura computacional da CDRJ, com as seguintes realizações: (a) aquisição de equipamentos de rede e microcomputadores, (b) conclusão da instalação dos sistemas de controle de acesso e frequência, (c) licitação do projeto de reforma, expansão e modernização da rede de dados interna do Edifício-Sede e prédio administrativo da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro, (c) atualização dos módulos financeiro, fiscal, contábil, de controle de estoque e compras do sistema corporativo e, (d) elaboração do termo de referência para aquisição de um sistema integrado de gestão de recursos humanos, a ser licitado em 2014.

Na área de recuperação e manutenção da infraestrutura predial foi dada continuidade ao estabelecido também no “Plano Diretor de Infraestrutura”, visando a melhoria das condições físicas, estruturais e das instalações prediais da CDRJ, com as seguintes realizações: (a) licitação para contratação dos serviços técnicos especializados na área de engenharia para a avaliação estrutural do Edifício-Sede, fundamental para o planejamento das futuras intervenções que visam a sua melhoria e modernização, (b) licitação para contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia para elaboração de projetos básicos que visam as reformas e construções de novas edificações administrativas, (c) contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de condicionamento de ar, (d) execução parcial (90%) dos serviços de reforma e novo leiaute do 2º e 5º pavimentos do Edifício-Sede, (e) licitação dos serviços de reforma do subsolo, térreo, 12º e 13º pavimentos do Edifício-Sede, licitação para fornecimento e instalação de novas portas corta-fogo de acesso aos pavimentos do Edifício-Sede e,(g) elaboração do termo de referência para contratação dos serviços para modernização da comunicação e sinalização visual do Edifício-Sede.

Dentro do escopo da política ambiental adotada pela CDRJ, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi realizada a licitação para contratação dos serviços técnicos especializados no recolhimento e descarte sustentável de lâmpadas fluorescentes usadas.

Além das ações acima relacionadas, foram realizadas atividades de manutenções preventivas e corretivas, bem como monitoramento das condições físicas e estruturais das instalações prediais localizadas fora da área dos Portos Organizados.

2.1.2 Manutenção da Segurança nos Portos

A CDRJ, em parceria com a Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), promoveu a realização da 14ª edição do Curso de Formação de Supervisores de Segurança Portuária (SSP) no Rio de Janeiro. Tal curso, realizado por aquela Comissão pela primeira vez fora de Brasília, tem por objetivo formar Supervisores de Segurança Portuária, responsáveis pelo desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção do plano de segurança das instalações portuárias, que são fundamentais para o cumprimento do ISPS Code. Além disso, esse curso contempla a preparação desses profissionais para os grandes eventos que serão sediados no Brasil. Dos 80 participantes inscritos, 40 foram Guardas Portuários, fazendo com que a CDRJ passasse a ter em seu efetivo pelo menos um SSP em todas as turmas e turnos de serviço.

A Guarda Portuária participou, ainda, de diversos cursos táticos e de gestão, como o de uso de equipamento não letal (spray de pimenta), com certificação oficial. Foi realizado o curso preparatório para renovação de portes de armas letais, contemplando 200 Guardas Portuários. Com o advento da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, a Guarda Portuária participou dos grupos de planejamento das ações de segurança e inteligência junto à Autoridade Pública Olímpica, Ministério da Defesa e outros órgãos governamentais.

Como medidas internas de aprimoramento da segurança nos portos, a Guarda Portuária foi reaparelhada e uniformizada para táticas de uso noturno e missões especiais. Além disso, foi realizado o primeiro exercício prático de segurança portuária, em conjunto com os Arrendatários do Porto de Itaguaí.

2.1.3 Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas

Com a finalidade de proporcionar a obtenção de melhor desempenho e resultados satisfatórios de seus empregados, a CDRJ intensificou seus esforços nas ações de capacitação e desenvolvimento da sua força de trabalho, com o apoio da Fundação de Estudos do Mar (FEMAR).

Durante o exercício de 2013, foi autorizada pela Administração, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, a concessão de incentivos à formação de nível técnico, à graduação, à pós-graduação e à segunda graduação, totalizando 122 empregados beneficiados. Foram realizados 115 cursos fora das dependências da CDRJ e 4 cursos “in company”, nos quais foram capacitados e treinados 182 empregados.

Também oferece a seus empregados os benefícios de auxílio transporte, auxílio alimentação/refeição, plano de assistência médica, plano odontológico, seguro de vida, auxílio funeral e de auxílio inclusão a portadores de necessidades especiais. São mantidos convênios com instituições de ensino médio, superior e de línguas que, com a concessão de descontos na matrícula e mensalidades, incentivam o empregado a matricular-se em um dos cursos oferecidos, resultando em melhor qualificação e aprimoramento dos seus colaboradores.

No âmbito do processo de gestão de pessoal, foi realizada avaliação de desempenho individual, resultando na promoção/progressão de 314 empregados no Plano de Carreiras, Empregos e Salários (PCES). Ocorreram 13 admissões de empregados, sendo 11 Técnicos de Serviços Portuários e 2 Guardas Portuários, bem como 10 demissões.

2.1.4 Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios

Com base no novo marco regulatório dos portos estabelecido pela Lei nº 12.815/2013, a CDRJ realizou análises, estudos e reuniões comerciais no sentido de promover a atração de novas cargas, principalmente para os Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, voltadas para operação no Porto Público. Foram realizadas ainda tratativas técnico/comerciais de apoio à análise de projeto portuário de operações de supply-boat para apoio a plataformas offshore.

Foram realizadas as análises dos Estudos de Viabilidade Técnico, Econômica e Ambiental (EVTEA) dos contratos com as empresas Píer Mauá, Triunfo, Ultracargo, Nitshore, Nitport, Tequimar, CSN-Tecar e do Terminal de Trigo do Porto do Rio de Janeiro.

Foi elaborado o edital de licitação do Terminal de Granéis Sólidos (TGS) III no Porto de Itaguaí (ex-terminal da Valesul-Alumínio) e foi analisada a solicitação de utilização de servidão de passagem da empresa MMX no Porto de Itaguaí.

No âmbito imobiliário, foi dada continuidade à realização de avaliações e vistorias dos imóveis da CDRJ, concluindo-se aqueles declarados como de utilidade pública para fins de desapropriação (para subsidiar a direção nas decisões referentes ao Decreto nº 37.791, de 14/10/2013). Encontra-se em fase de elaboração o edital para contratação de sociedade empresarial especializada nos serviços de engenharia consultiva destinados à avaliação imobiliária cadastral de parte dos imóveis de propriedade da CDRJ. Foi realizada, ainda, a regularização e acompanhamento de 18 processos administrativos junto a Superintendência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, PGFN, INCRA, SEDEC, FUNESBOM, Secretaria Municipal de Fazenda de Itaguaí e Secretaria Municipal de Fazenda de Angra dos Reis, relativos aos seus imóveis.

2.1.5 Recuperação Econômico-financeira

A CDRJ firmou acordo na esfera judicial com a empresa Triunfo Logística Ltda, com o objetivo de resolver controvérsias entre as partes e recompor a dívida daquela arrendatária, possibilitando a recuperação de créditos pendentes em períodos anteriores e a apuração do valor a ser pago pela mesma nos próximos exercícios.

Outra ação que resultou na redução do passivo foram os aportes da União referentes aos Termos de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal firmado em 2010, para a amortização da dívida com o PORTUS Instituto de Seguridade Social.

Foi elaborado o termo de referência para contratação de empresa especializada em serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado, para cálculos do valor do Impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa (UGC).

Outras ações foram realizadas na redução dos gastos e na recuperação de créditos, como o levantamento de vários depósitos judiciais, a redução dos custos com a otimização nos processos de pagamento e a intensificação do processo de cobrança de dívidas de terceiros, redução dos gastos e na recuperação de créditos, como o levantamento de vários depósitos judiciais, a redução dos custos com a otimização nos processos de pagamento e a intensificação no processo de cobrança. Foi iniciado o levantamento e controle dos processos judiciais de cobrança e das contas a receber contestadas, com o objetivo de aumentar a receita e a liquidez dos títulos.

2.1.6 Adequação da Infraestrutura Portuária

Foram realizadas as seguintes ações: (a) manutenção viária, com asfaltamento da pista, drenagem, capina e identificação visual no Porto de Itaguaí, (b) manutenção dos dispositivos de segurança nos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, com a promoção dos serviços de manutenção de blocos semafóricos, placas de sinalização viária e sinalização horizontal, (c) caracterização geológico-geotécnica no corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí e, (d) construção de rede de dutos de média tensão na área do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro.

Encontram-se em andamento os projetos de contratação de assessoria e consultoria técnica de engenharia para os Portos do Rio de Janeiro, de locação de equipamentos de radiocomunicação convencional em UHF e VHF para operarem nos quatro portos, de manutenção e operação da sinalização náutica, de manutenção viária nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, de manutenção elétrica predial e da iluminação viária dos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, de reformas e adaptações no prédio sede do Porto de Itaguaí, de recuperação e manutenção do sistema integrado de segurança ISPS-CODE, de recuperação de cabines e portões no Porto do Rio de Janeiro e de contratação de sondagem SPT (Standard Penetration Test) no Porto do Rio de Janeiro.

2.1.7 Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho

Deu-se continuidade às atividades de enquadramento no novo Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM) com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), bem como a obtenção das licenças ambientais para ações de dragagens nos portos da CDRJ, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quanto à regularização dos processos das licenças ambientais, obteve-se a Licença Operacional do Porto de Niterói e prosseguiu-se com o cumprimento de exigências visando à obtenção das licenças dos três outros portos administrados pela Companhia (Angra dos Reis, Itaguaí e Rio de Janeiro).

Foi consolidado o Plano de Emergência Individual (PEI) e concluíram-se estudos importantes relacionados com passivos ambientais e levantamento de redes de esgoto e águas pluviais que poderão resultar na emissão de uma licença de operação e recuperação (LOR) do Porto do Rio de Janeiro.

Foram adotadas medidas para garantir o cumprimento da Portaria SEP nº 104, visando à implantação do Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (SIGA).

A CDRJ participou ativamente junto à SEP nos Programas de Conformidade no Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, e de Regularização da Gestão Ambiental Portuária.

Mantiveram-se reuniões permanentes com os setores de meio ambiente e de segurança do trabalho dos arrendatários e operadores portuários, na busca de soluções para as não conformidades identificadas nos relatórios de auditoria ambiental e das fiscalizações de rotina.

Ressalte-se a participação de empregados em eventos relacionados à saúde e segurança no trabalho portuário, tais como o Seminário realizado no Porto de Santos, promovido pela SEP e o Ministério da Saúde sobre “Cenário da Saúde e Segurança do Trabalhador Portuário” e a visita técnica ao Estaleiro Enseada de Paraguaçu, com o objetivo de conscientizá-los sobre os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, bem como o envio de representantes nas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes (SIPATS) promovidas por arrendatários e operadores portuários.

Realizou-se o controle e fiscalização da movimentação de cargas perigosas nos Portos da CDRJ, como forma de gerenciar e minimizar os riscos desta atividade para o meio ambiente e a segurança e saúde do trabalhador portuário.

2.1.8 Integração com as Esferas Governamentais

Com o advento do novo Marco Regulatório dos Portos que entrou em vigor no dia 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815/2013), a CDRJ deu início aos processos para promover a adequação das poligonais dos portos organizados sob sua responsabilidade, bem como dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

A nova poligonal do Porto do Rio de Janeiro será enviada à SEP para aprovação até março/2014. A adoção da nova poligonal do Porto de Itaguaí está condicionada à publicação pela Casa Civil do respectivo Decreto de homologação. As poligonais dos Portos de Niterói e Angra dos Reis estão aguardando homologação da SEP/PR. Espera-se que as novas poligonais de todos os portos devam ser aprovadas e homologadas até julho/2014.

Além disso, de acordo com o novo arranjo institucional do setor portuário, foram adotadas providências para atualizar as normas para pré-qualificação dos operadores portuários e definir diretrizes dos regulamentos de exploração dos portos.

No âmbito da CDRJ, o acompanhamento da execução orçamentária vem sendo aprimorado e relatórios que detalham a execução de cada ação encontram-se disponíveis bimestralmente. No que tange à definição de diretrizes, com base no disposto na Lei nº 12.815/2013, o planejamento orçamentário deverá ser feito de acordo com os diversos instrumentos de planejamento do setor portuário nacional que vem sendo elaborados pela SEP/PR, evitando que ações sejam definidas sem um estrito embasamento.

Os Portos do Rio de Janeiro encontram-se num forte processo de renovação a partir de um conjunto de ações desencadeadas pelo Governo Federal. Diversos projetos estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Portos e pela CDRJ, dentre os quais se destacam: a implementação do “Porto sem Papel” nos quatro portos administrados por ela, o qual informatiza os procedimentos e integra, na medida em que promove a comunicação de dados entre os agentes intervenientes no processo portuário, as seis autoridades anuentes (Polícia Federal, ANVISA, Delegacia da Receita Federal, VIGIAGRO, Capitania dos Portos e Autoridade Portuária); a implantação do programa “Modernização da Gestão Portuária” para reestruturação estratégica, de gestão e de processos das companhias; a introdução do regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais; e, tratativas visando a celebração com a SEP/PR de “Compromissos de Metas e Desempenho Empresarial”.

Pode-se destacar, ainda, o projeto para reforço estrutural de área do Cais da Gamboa com recursos provenientes do PAC II, cujo procedimento licitatório, com orçamento estimado em R\$ 160.699.405, encontra-se paralisado por decisão judicial, acatando representação de licitante. O projeto de construção do píer de atracação destinado a navios de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, cuja execução foi paralisada temporariamente até que os estudos referentes a mudança de local da implantação do píer estejam aprovados pelo Governo Federal, em atendimento a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro à Casa Civil. O projeto “Porto Maravilha” da Prefeitura do Rio de Janeiro, viabilizado por uma ação conjunta dos Governos Federal, Estadual, Municipal e pela CDRJ, tem como objetivo o resgate urbano, econômico e social da região portuária do Rio de Janeiro, de extrema relevância histórica, para que a mesma se transforme em um pólo de cultura, entretenimento, indústria e habitação, não interferindo na área pública do Porto.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programa Temático

A CDRJ não possui programas temáticos de governo constantes do PPA 2012-2015 sob sua gestão.

2.2.2 Objetivo

A CDRJ não possui objetivos vinculados aos programas temáticos de governo sob sua gestão.

2.2.3 Ações

As informações referentes a ações deverão ser prestadas observando a esfera orçamentária: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS (Quadros 2.2.3.1 a 2.2.3.3) e Orçamento de Investimentos (Quadro 2.2.3.4), segundo as especificações descritas a seguir. Após a apresentação dos quadros, deve ser consignada análise dos dados apresentados, objeto do subitem 2.2.3.5.

2.2.3.1 Ações - OFSS

Não se aplica.

2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Não se aplica.

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não se aplica

.

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 12LG 0033					Tipo: Projeto	
Título	Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)						
Iniciativa	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183						
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
108.900.000	102.820.000	0	Implantação realizada	%	55	52	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 12LI 0033					Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)						
Iniciativa	Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)						
Objetivo	Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuária Código: 0188						
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
313.444.866	213.444.866	15.155.471	Implantação realizada	%	99	67	5

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 14KJ 0033					Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios						
Iniciativa	Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)						
Objetivo	Aprimorar a gestão e operação da infraestrutura portuária por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos Código: 0198						
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
12.000.000	16.000.000	0	Implantação realizada	%	100	100	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 14KL 0033					Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária						
Iniciativa	Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos						
Objetivo	Aprimorar a gestão e operação da infraestrutura portuária por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos Código: 0198						
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.000.000	2.000.000	0	Implantação realizada	%	100	100	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 14KM 0033					Tipo: Projeto	
Título	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios						
Iniciativa	Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos						
Objetivo	Aprimorar a gestão e operação da infraestrutura portuária por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos Código: 0198						
Programa	Transporte Marítimo					Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input checked="" type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.500.000	2.000.000	0	Implantação realizada	%	50	22	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 14RC 0033			Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos						
Iniciativa	Dispositivos de controle de saúde em Portos Organizados Marítimos						
Objetivo	Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável Código: 0232						
Programa	Transporte Marítimo			Código: 2074 Tipo: Projeto			
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.000.000	3.000.000	0	Implantação realizada	%	33	33	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 144X 0033			Tipo: Projeto			
Título	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)						
Iniciativa	Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183						
Programa	Transporte Marítimo			Código: 2074 Tipo: Projeto			
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.500.000	3.500.000	0	Implantação realizada	%	35	35	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 144Y 0033			Tipo: Projeto			
Título	Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)						
Iniciativa	Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos						
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros Código: 0183						
Programa	Transporte Marítimo			Código: 2074 Tipo: Projeto			
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.650.000	1.650.000	0	Implantação realizada	%	19	19	0

Identificação da Ação								
Código	26 784 2074 144Z 0033						Tipo: Projeto	
Título	Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)							
Iniciativa	Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros						Código: 0183	
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
10.319.125	10.319.125	0	Implantação realizada	%	43	43	0	

Identificação da Ação								
Código	26 784 2074 145B 0033						Tipo: Projeto	
Título	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)							
Iniciativa	Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros						Código: 0183	
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
15.147.682	14.690.253	2.921.219	Implantação realizada	%	100	97	19	

Identificação da Ação								
Código	26 784 2074 145D 0033						Tipo: Projeto	
Título	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ)							
Iniciativa	Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros						Código: 0183	
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
5.747.138	4.563.045	801.736	Implantação realizada	%	50	40	7	

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 20HM 0001					Tipo: Atividade	
Título	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário						
Iniciativa	Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário						
Objetivo	Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado Código: 0233						
Programa	Transporte Marítimo			Código: 2074		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
5.767.876	5.767.876	0	Estudo realizado	Unidade	73	73	0

Identificação da Ação							
Código	26 122 0807 4101 0033					Tipo: Atividade	
Título	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica Código: -						
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais			Código: 0807		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
9.900.000	9.900.000	130.126	Não se aplica	-	-	-	-

Identificação da Ação							
Código	26 122 0807 4102 0033					Tipo: Atividade	
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica Código: -						
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais			Código: 0807		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.056.250	3.056.250	187.870	Não se aplica	-	-	-	-

Identificação da Ação								
Código	26 126 0807 4103 0033						Tipo: Atividade	
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							
Iniciativa	Não se aplica							
Objetivo	Não se aplica						Código: -	
Programa	Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais						Código: 0807 Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
8.525.000	8.525.000	23.457	Não se aplica	-	-	-	-	

Identificação da Ação								
Código	26 784 2074 7376 0033						Tipo: Projeto	
Título	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)							
Iniciativa	Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)							
Objetivo	Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros						Código: 0177	
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ							
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
1.155.309	1.155.309	364.921	Dragagem realizada	Mil m ³	1	1	0,3	

Identificação da Ação								
Código	26 784 2074 7390 0033						Tipo: Projeto	
Título	Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí							
Iniciativa	Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos							
Objetivo	Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros						Código: 0183	
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ							
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
1.760.000	1.760.000	0	Implantação realizada	%	100	100	0	

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 7U37 0033						Tipo: Projeto
Título	Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro (RJ)						
Iniciativa	Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados						
Objetivo	Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem Código: 0218						
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.600.000	2.600.000	0	Implantação realizada	%	100	100	0

Identificação da Ação							
Código	26 784 2074 7U38 0033						Tipo: Projeto
Título	Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí (RJ)						
Iniciativa	Implantação das Zonas de Atividade Logística dos Portos Organizados						
Objetivo	Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem Código: 0218						
Programa	Transporte Marítimo						Código: 2074 Tipo: Projeto
Unidade Orçamentária	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.600.000	2.600.000	0	Implantação realizada	%	100	100	0

2.2.3.5 Análise Situacional

O Orçamento de Investimento da CDRJ foi fixado pela Lei nº 12.798 de 04/04/2013 – LOA/2013 no valor de R\$ 515.573.246. O detalhamento das ações foi publicado como Suplemento no Diário Oficial da União em 15/04/2013. A dotação aprovada pela LOA/2013 sofreu um decréscimo de R\$ 106.221.522 após as alterações orçamentárias ocorridas ao longo do ano, resultando em um valor aprovado final para o Orçamento de Investimento de R\$ 409.351.724. A execução do Orçamento de Investimento atingiu o montante de R\$ 19.584.800 ou 4,8% do total da dotação aprovada em 2013.

A análise da execução orçamentária de modo a compatibilizar os objetivos pretendidos pelos investimentos com os resultados alcançados no exercício de 2013 deve ser realizada através das ações que compõem o Orçamento de Investimento da CDRJ subdivididas, sob a ótica do PPA 2012-2015, em dois programas de governo, quais sejam: Programa 2074 - Transporte Marítimo e Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

Programa 2074-Transporte Marítimo

O programa 2074-Transporte Marítimo contou com dezesseis ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispondo de R\$ 387.870.474 ou 94,8% do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa influenciou sobremaneira o desempenho global da execução, denotando a importância das intervenções pretendidas pelos projetos integrantes do programa no contexto geral do Orçamento de Investimento. O cumprimento parcial das metas previstas para o programa 2074-Transporte Marítimo evidenciou-se na execução de R\$ 19.243.347 ou 4,7 % do total da dotação aprovada. A baixa execução pode ser mais bem compreendida se observada sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocadas, de acordo com a relevância dos projetos de investimento em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo PAC

As nove ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC concentraram a maior parte dos recursos no Orçamento de Investimento da CDRJ dispondo de R\$ 345.620.175 ou 84,4 % do total da dotação aprovada. A magnitude dos projetos que integram este grupo de ações justifica a elevada participação no total.

Os valores executados para este grupo de ações atingiu o montante de R\$ 15.520.392 ou 3,8% do total da dotação aprovada. Os resultados alcançados concentraram-se nas ações 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro e 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ).

A ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro pretendeu destinar R\$ 240.700.772 em investimentos no porto do Rio de Janeiro. A execução em 2013 totalizou R\$ 15.155.471. O valor foi aplicado nos projetos de construção do píer de atracação destinado a navios de passageiros no porto do Rio de Janeiro e gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro. A execução, entretanto, foi paralisada no decorrer do exercício até que os estudos referentes a mudança de local da implantação do píer fossem concluídos, em atendimento a solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro à Casa Civil.

Já a ação 7376-Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) encontra-se concluída. Os recursos aprovados no exercício referem-se ao saldo financeiro remanescente que foi em parte aplicado no serviço de Caracterização Geológico-Geotécnica do Corpo Rochoso Existente no Canal de Acesso ao Porto de Itaguaí (RJ), o qual teve o montante de R\$ 364.921 executado em 2013.

As demais ações do Grupo PAC não apresentaram execução em 2013, o que impactou negativamente o desempenho global do Orçamento de Investimento da CDRJ no exercício. Os projetos que integram tais ações estão em diferentes estágios, conforme as particularidades de cada ação orçamentária. Em linhas gerais, algumas ações apresentam seus projetos mais adiantados do que outras, como é o caso das ações 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios.

A ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) encerrou 2013 com dois projetos em andamento projetando um investimento de R\$ 171.674.306 no porto do Rio de Janeiro através do Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro e do Gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro. O primeiro está em fase de procedimento licitatório através da Concorrência nº 005/2011 com orçamento estimado em R\$ 160.699.405. A licitação, entretanto, encontra-se paralisada por decisão judicial acatando representação de licitante. O segundo está com a licitação concluída com valor orçado em R\$ 10.974.901. A assinatura do contrato, entretanto, depende da conclusão da Concorrência nº 005/2011, uma vez que os serviços são complementares.

A ação 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios visa destinar R\$ 40.000.000 em investimentos através da Implantação do Vessel Traffic Management Information System – VTMISS. A contratação dos serviços, que estava prevista para ser realizada através do RDC presencial nº 1/2013, entretanto, teve seu Edital anulado em virtude da necessidade de completa revisão dos seus termos e anexos a fim de ampliar a compreensão dos licitantes e favorecer a obtenção de proposta mais vantajosa possível para a administração. O processo encontra-se em fase final de ajustes sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Políticas Portuárias - SPP/SEP/PR a fim de concluir a primeira fase da implementação.

As demais ações do Grupo PAC estão a cargo da Secretaria de Portos – SEP a qual informou através do Ofício nº 1729/2013/SEP/PR que os cronogramas dos projetos a serem financiados por estas ações orçamentárias dividem-se em duas fases. A primeira fase está sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Políticas Portuárias - SPP/SEP/PR que detalhará as especificações e requisitos técnicos do projeto. A segunda fase ficará a cargo da CDRJ que será responsável pelo ajuste do projeto às especificidades de cada porto para posterior licitação e contratação dos serviços. Incluem-se neste grupo as seguintes ações orçamentárias: 14KL- Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária, 14M-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, 14RC- Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, 7U37- Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro(RJ) e 7U38-Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí(RJ). A CDRJ aguarda a conclusão da primeira fase pela SEP para dar andamento aos projetos.

Programa 2074-Transporte Marítimo: Grupo Demais

As sete ações integrantes do Grupo Demais no programa 2074-Transporte Marítimo somaram R\$ 42.250.299 ou 10,3% do total da dotação aprovada. Ainda que a participação das ações deste grupo no contexto geral do Orçamento de Investimento não seja expressiva, os valores executados não se mostraram satisfatórios no exercício de 2013, atingindo o montante de R\$ 3.722.955 ou 0,9 % do total da dotação aprovada.

A execução observada para as ações do Grupo Demais concentraram-se nas ações 145B-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e 145D-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ). Os resultados alcançados por estas ações em 2013 incluem o investimento na Construção de rede de dutos de média tensão na área do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 1.973.297, Serviços de recuperação e melhorias do Sistema Integrado de Segurança – SIS – ISPS-CODE no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 922.269, Serviços de Avaliação de Segurança Pública no Porto do Rio de Janeiro no valor de R\$ 13.600, Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Itaguaí (RJ) no valor de R\$ 791.736, além dos Serviços de Avaliação de Segurança Pública no Porto de Itaguaí (RJ) com mais R\$ 10.000 aplicados. Outros R\$ 12.052 foram executados em 2013 referentes ao pagamento da 4ª medição relativa à rescisão do contrato C-SUPJUR N° 027/2010 que previa a Construção da Sede da Guarda Portuária, suspensa em novembro de 2010.

Os projetos ainda em andamento para a ação 145D-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ) projetam um investimento de R\$ 1.696.315 no porto de Itaguaí, quais sejam: Construção de rede de abastecimento de água e obras civis no Porto de Itaguaí (RJ), cuja concorrência n° 05/2012 está em andamento com orçamento estimado em R\$ 548.796, Construção de redes de distribuição de energia elétrica nas instalações do Porto de Itaguaí (RJ) que está sendo contratada através da concorrência n° 08/2012 em andamento com orçamento estimado em R\$ 397.852, além dos Serviços de recuperação e melhorias do Sistema Integrado de Segurança – SIS – ISPS-CODE no Porto de Itaguaí (RJ) previsto para ser realizado pelo contrato C-SUPJUR N° 057/2011 no montante de R\$ 749.667, conforme valor compromissado em 2013.

As demais ações integrantes do Grupo Demais não apresentaram execução em 2013. Os investimentos previstos para estas ações orçamentárias, entretanto, seguem em pleno desenvolvimento e projetam a aplicação de recursos de pelo menos R\$ 8.620.670 nos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí. A posição apurada ao final do exercício de 2013 segue a seguir discriminada para cada ação orçamentária.

A ação 144X-Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ) está com o projeto de Corte das Plataformas Internas dos Armazéns do Porto do Rio de Janeiro (RJ) em fase de abertura do procedimento licitatório com orçamento estimado em R\$ 3.111.953. A ação 144Y- Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) possui o contrato C-SUPJUR N° 116/2011 no valor de R\$ 1.048.044 para Recuperação da Pavimentação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) assinado desde 28/12/2011. A execução, entretanto, não foi possível em virtude da indisponibilidade de recursos. As ações 144Z- Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ) e 20HM- Estudos para o Planejamento do Setor Portuário encerraram 2013, respectivamente, com os projetos de Contratação dos serviços de implantação de estacionamento do Porto de Itaguaí (RJ) com orçamento estimado em R\$ 1.965.576 e Desenvolvimento de Projeto Conceitual e Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental para a revitalização operacional do Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Itaguaí - RJ - TGS – III com orçamento estimado em R\$ 366.960 em fase de procedimento licitatório. Já a ação 7390-Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí (RJ) apresentou em 2013 a conclusão do Projeto Básico para a Implantação da Sinalização Náutica do Canal Alternativo do Porto de Itaguaí (RJ) com orçamento estimado em R\$ 2.128.137. A CDRJ procederá pedido de abertura de crédito adicional em 2014 com fonte em Recursos Próprios no valor de R\$ 368.137 para subsidiar o processo de contratação dos serviços.

Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

O programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais integrou três ações no Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ dispondo de R\$ 21.481.250 ou 5,2 % do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa traduz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento, destinando-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional. O cumprimento parcial das metas previstas traduziu-se em uma execução de R\$ 341.453 ou 0,1 % do total da dotação aprovada. Os resultados alcançados pelas ações integrantes do programa no exercício de 2013 envolvem desde o serviço de reformas e adaptações no prédio sede da Superintendência do Porto de Itaguaí (RJ) até as aquisições de aparelhos telefônicos, material eletroeletrônico; aparelhos de ar condicionado, purificadores de água, ar condicionado portátil, 05 balanças digitais de precisão, mobiliário em aço e material eletroeletrônico, trena a laser, câmera digital SONY DSC-W610 N/S, 10 ventiladores oscilantes de parede, 03 ventiladores de coluna e 01 lousa interativa smartboard SB680i4. Adicionalmente, os projetos de recuperação dos telhados dos armazéns do Porto do Rio de Janeiro, reforma da inspetoria do Porto do Rio de Janeiro e implantação de banheiros públicos no Porto do Rio de Janeiro encerraram o exercício em fase de procedimento licitatório e, portanto, têm previsão de execução apenas no exercício de 2014.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

01 Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Receita por Empregado		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Receita operacional líquida / Nº de empregados		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET / RH		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	28	Resultado Médio Anual	31
Descrição do indicador			
<p>Por meio deste indicador, é possível analisar quanto cada colaborador contribui em média para a receita geral. Este indicador é de fácil mensuração, uma vez que seus dados são extraídos do sistema de orçamento e do controle efetuado pela área de Recursos Humanos. Cabe ainda destacar que o mesmo é medido de forma rotineira e constante, e a geração desta informação não representa um alto custo para a Companhia.</p>			

02 Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Receita por Metro Quadrado		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Receita operacional líquida / Área operacional em m ²		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	15	Resultado Médio Anual	17
Descrição do indicador			
<p>Este indicador mede a eficiência dos portos no que diz respeito à utilização da área operacional, podendo ainda ser utilizado no auxílio à tomada de decisões gerenciais. O referido indicador é obtido pela área financeira por meio do sistema de orçamento. Vale ressaltar que o mesmo é medido de forma rotineira e constante.</p>			

03

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Despesa por Metro Quadrado		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Despesa operacional / Área operacional em m ²		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	18	Resultado Médio Anual	*
Descrição do indicador			
<p>O indicador permite analisar o custo médio operacional por metro quadrado dos portos da Companhia. O referido indicador é de fácil mensuração, uma vez que seus dados são extraídos do sistema de orçamento e do controle efetuado pela área financeira. Cabe ainda destacar que o mesmo é medido de forma rotineira e constante. *No início de 2013 o sistema informatizado da área financeira foi substituído por outro mais moderno. Entretanto, o módulo adquirido não permite que seja feita a segregação analítica mensal entre custos e despesas. A área responsável já iniciou procedimento para realizar aditivo contratual visando o aperfeiçoamento do sistema. Desta forma, no momento, não há como calcular esse indicador.</p>			

04

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Comprometimento das despesas operacionais		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Despesa operacional / Receita operacional líquida		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	118	Resultado Médio Anual	*
Descrição do indicador			
<p>O indicador permite analisar a alocação dos recursos disponíveis assim como a sua utilização na operação portuária, podendo ainda ser utilizado no auxílio à tomada de decisões gerenciais. É importante destacar que o mesmo é medido de forma rotineira e constante, e a geração desta informação não representa um alto custo para a Companhia. *No início de 2013 o sistema informatizado da área financeira foi substituído por outro mais moderno. Entretanto, o módulo adquirido não permite que seja feita a segregação analítica mensal entre custos e despesas. A área responsável já iniciou procedimento para realizar aditivo contratual visando o aperfeiçoamento do sistema. Desta forma, no momento, não há como calcular esse indicador.</p>			

05

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Comprometimento das despesas com pessoal		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Despesa com pessoal e encargos / Receita operacional líquida		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET / RH		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	52	Resultado Médio Anual	52
Descrição do indicador			
O indicador permite analisar a eficiência na alocação e na utilização dos recursos disponíveis com pessoal, podendo ainda ser utilizado no auxílio à tomada de decisões gerenciais. O referido indicador é de fácil mensuração, uma vez que seus dados são extraídos do sistema de orçamento e do controle efetuado pela área de Recursos Humanos. Este indicador é medido de forma rotineira e constante, e a geração desta informação não representa um alto custo para a Companhia.			

06

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Retorno sobre Patrimônio Líquido		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Lucro Líquido Contábil / Patrimônio Líquido		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	-17	Resultado Médio Anual	-78
Descrição do indicador			
No que se refere à utilidade, devido a questões particulares da CDRJ, o indicador não serve para auxílio à tomada de decisão gerencial, uma vez que ambas as variáveis da empresa são negativas, causando assim uma distorção no resultado. Quanto à mensurabilidade, este indicador apresenta um grau de complexidade maior que os demais. Pode ser auditado e, por ser feito na área de contabilidade rotineiramente, não gera custos adicionais para a companhia.			

07

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Execução Orçamento de Investimento		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Valor realizado / Valor disponível		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	1	Resultado Médio Anual	3
Descrição do indicador			
O indicador em questão permite subsidiar a análise da execução do planejamento do orçamento de investimento. Este indicador apresenta baixa complexidade quanto a sua mensurabilidade, podendo ser facilmente auditado por meio do relatório extraído do Sistema de Orçamento.			

08

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Inadimplência: das contas a pagar		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Valores vencidos / Receita operacional líquida		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	428	Resultado Médio Anual	564
Descrição do indicador			
O referido indicador é importante para analisar a situação financeira da Companhia em relação aos valores vencidos e o seu fluxo de caixa. Apresenta baixa complexidade para mensuração, podendo ser facilmente analisado por meio do Sistema Financeiro da Companhia.			

8.1

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Inadimplência: das contas a receber		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Valores vencidos / Receita operacional líquida		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	152	Resultado Médio Anual	164
Descrição do indicador			
O indicador em questão subsidia a análise da situação financeira da Companhia em relação ao seu fluxo de caixa, podendo ainda ser utilizado no auxílio à tomada de decisões gerenciais. Apresenta baixa complexidade e baixo custo para mensuração, podendo ser facilmente analisado por meio do Sistema Financeiro da Companhia.			

09

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Margem EBITDA		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	EBITDA / Receita operacional líquida		
Fonte dos Dados	Sistema de Orçamento - INTRANET		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	33	Resultado Médio Anual	*
Descrição do indicador			
O indicador subsidia o processo de tomada de decisão na CDRJ, servindo de base para a determinação das diretrizes da Companhia. No que diz respeito à complexidade, o referido indicador é facilmente compreendido pelos colaboradores. Em relação ao custo para gerar o indicador e a sua auditabilidade, é preciso destacar que o mesmo faz parte do conjunto de indicadores da Companhia, possuindo portanto baixo custo de acompanhamento e facilidade na verificação dos dados para a auditoria. *No início de 2013 o sistema informatizado da área financeira foi substituído por outro mais moderno. Entretanto, o módulo adquirido não permite que seja feita a segregação analítica mensal entre custos e despesas. A área responsável já iniciou procedimento para realizar aditivo contratual visando o aperfeiçoamento do sistema. Desta forma, no momento, não há como calcular esse indicador.			

10

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Taxa Média de Ocupação dos Berços - CDRJ		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Tempo total atracado / Tempo total disponível		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	26	Resultado Médio Anual	27
Descrição do indicador			
Este indicador informa a relação entre o tempo que o berço permaneceu ocupado e o tempo disponível, durante um período determinado, destacando o nível de utilização das instalações durante esse período. O referido indicador apresenta baixa complexidade no que tange à coleta e consolidação das informações, visto que as mesmas podem ser obtidas diretamente nos sistemas de informações.			

11

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Tempo Médio de Espera do Navio		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Tempo de espera de atracação dos navios / Quantidade de atracações		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	18	Resultado Médio Anual	17
Descrição do indicador			
Este indicador permite mensurar o tempo gasto em horas que os navios de mesmo grupo de mercadorias esperam para atracar em um berço devido a este estar ocupado. Este indicador apresenta baixa complexidade no que tange à coleta e consolidação das informações, visto que as mesmas podem ser obtidas diretamente nos sistemas de informações.			

12

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Tempo Médio de Permanência do Navio		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Tempo total entre entrada e saída de navios / Número de Navios		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	35	Resultado Médio Anual	34
Descrição do indicador			
O indicador em questão refere-se ao tempo de permanência do navio no Porto. Para tornar possível a medição desse indicador, a CDRJ está elaborando um sistema para definição do Tempo total entre entrada e saída de navios. O referido indicador apresenta baixa complexidade no que tange à coleta e consolidação das informações, visto que as mesmas podem ser obtidas diretamente nos sistemas de informações.			

13

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Evolução da Movimentação - CDRJ		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total Movimentado Atual / Total Movimentado Período Anterior		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	97	Resultado Médio Anual	101
Descrição do indicador			
Este indicador permite avaliar o desempenho operacional da Companhia, sendo de grande importância estratégica e base para auxiliar à tomada de decisões gerenciais. O referido indicador apresenta baixa complexidade no que tange à coleta e consolidação das informações, visto que as mesmas podem ser obtidas diretamente nos sistemas de informações.			

14

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Evolução do Número de Atracações		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº atracações período atual / Nº atracações período anterior		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	110	Resultado Médio Anual	107
Descrição do indicador			
O indicador subsidia a análise da evolução do número de atracações, sendo de grande importância estratégica. O referido indicador apresenta baixa complexidade no que tange à coleta e consolidação das informações, visto que as mesmas podem ser obtidas diretamente nos sistemas de informações.			

15

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Consignação Média		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Engenharia e Gestão Portuária		
Fórmula de cálculo e método de medição	Toneladas Movimentadas / Quantidade de Atracações		
Fonte dos Dados	Supervia de Dados		
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	10.141	Resultado Médio Anual	9.641
Descrição do indicador			
O indicador em questão permite analisar a eficiência operacional dos Portos, mensurando a quantidade de carga em toneladas ou unidade de contêiner descarregado por atracação. Cabe destacar que esse indicador também pode ser utilizado para verificar se a infraestrutura existente é adequada para atender o tráfego de navios.			

16

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Índice IALA - Eficácia Sinalização Náutica		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Tempo de Operação Correta da Sinalização / Tempo Total de Operação Correta Desejável		
Fonte dos Dados	Marinha do Brasil		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	97%	Resultado Médio Anual	95%
Descrição do indicador			
O “Índice de Eficácia” é uma figura de mérito recomendada pela IALA (International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities) e adotada pelo Brasil. É utilizada como parâmetro para a avaliação da qualidade dos serviços de manutenção dos balizamentos existentes em território nacional ou nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).			

17

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Assiduidade		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº de Horas Trabalhadas / Nº de Horas de Trabalho Previstas		
Fonte dos Dados	Divisão de Administração de Pessoal		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	100%	Resultado Médio Anual	95%
Descrição do indicador			
Por meio deste indicador, é possível que a Companhia analise em seus quadros os profissionais faltosos. Estes profissionais podem causar prejuízos à organização visto que a produtividade de uma determinada área pode ser afetada pela ausência de um ou mais funcionários. Se o indicador mostrar altos índices de absenteísmo em algum setor/departamento, deve-se buscar soluções para identificar e conter o problema.			

18

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Otimização de Hora-Extra		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Dispêndio Total com Horas-extra / Total de Trabalhadores		
Fonte dos Dados	Divisão de Administração de Pessoal		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	7	Resultado Médio Anual	3
Descrição do indicador			
Este indicador permite que a Companhia analise o dispêndio com horas-extra e relacione com a quantidade de trabalhadores, contribuindo, dessa maneira, para a tomada de decisões gerenciais no que diz respeito ao quadro de pessoal da Companhia.			

19

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Acidentes de Trabalho		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de Trabalhadores Acidentados / Total de Trabalhadores		
Fonte dos Dados	Divisão de Administração de Pessoal		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	0,3	Resultado Médio Anual	0,3
Descrição do indicador			
O indicador em questão é utilizado para mensurar a exposição dos trabalhadores aos níveis de risco inerentes à atividade econômica, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas dos acidentes e seus impactos na Companhia e na vida dos trabalhadores. Além disso, fornece subsídios para o aprofundamento de estudos sobre o tema e permite o planejamento de ações nas áreas de segurança e saúde do trabalhador.			

20

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Acidentes de Trabalho Fatais		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº de Óbitos / Total de Trabalhadores Acidentados		
Fonte dos Dados	Divisão de Administração de Pessoal		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	0	Resultado Médio Anual	0
Descrição do indicador			
Este indicador constitui campo prioritário de investigação e análise por parte da Companhia, permitindo muitas abordagens, com diferentes modelos metodológicos e processos de pesquisa. O objetivo principal desse indicador é dar visibilidade ao mais impactante fator relacionado à saúde laboral: a ocorrência de morte pelo exercício da atividade profissional.			

21

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Qualidade do Faturamento		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº Faturas Emitidas com Erro / Nº de Faturas Emitidas		
Fonte dos Dados	Divisão de Gestão Financeira		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	2	Resultado Médio Anual	2
Descrição do indicador			
Por meio do referido indicador, é possível avaliar a eficiência do processo de faturamento na Companhia. Além disso, o indicador contribui para que tal processo seja revisado constantemente, no intuito de manter um elevado padrão na qualidade do faturamento.			

22

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Valor do Comércio Internacional		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de Imp. US\$ + Total de Exp. US\$		
Fonte dos Dados	Ministério do Desenvolvimento		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	4.587.414.938,17	Resultado Médio Anual	4.622.628.996,25
Descrição do indicador			
Este indicador representa o montante, em dólares americanos, do total importado e exportado pelos portos. Serve como medida para comparar o volume de comércio do porto em relação a outros portos.			

23

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Valor Agregado das Mercadorias		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais		
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de Imp. US\$ + Total de Exp. US\$ / Toneladas Movimentadas		
Fonte dos Dados	Ministério do Desenvolvimento		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	841	Resultado Médio Anual	858
Descrição do indicador			
Este indicador relaciona os valores de importação e exportação com o total movimentado pelos portos, permitindo que seja traçada uma análise da eficiência operacional dos portos no que se refere ao comércio exterior.			

24

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Evolução das Ocorrências de Roubos e Furtos		
Tipo	Quantitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº Ocorrências Período Atual / Nº Ocorrências Período Anterior		
Fonte dos Dados	Superintendência da Guarda Portuária		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	1	Resultado Médio Anual	1
Descrição do indicador			
O indicador tem o objetivo de avaliar a segurança dentro da área do porto organizado, por meio da análise do trabalho desenvolvido pela Guarda Portuária. Além disso, o referido indicador contribui para que sejam tomadas medidas preventivas de segurança nos portos.			

25

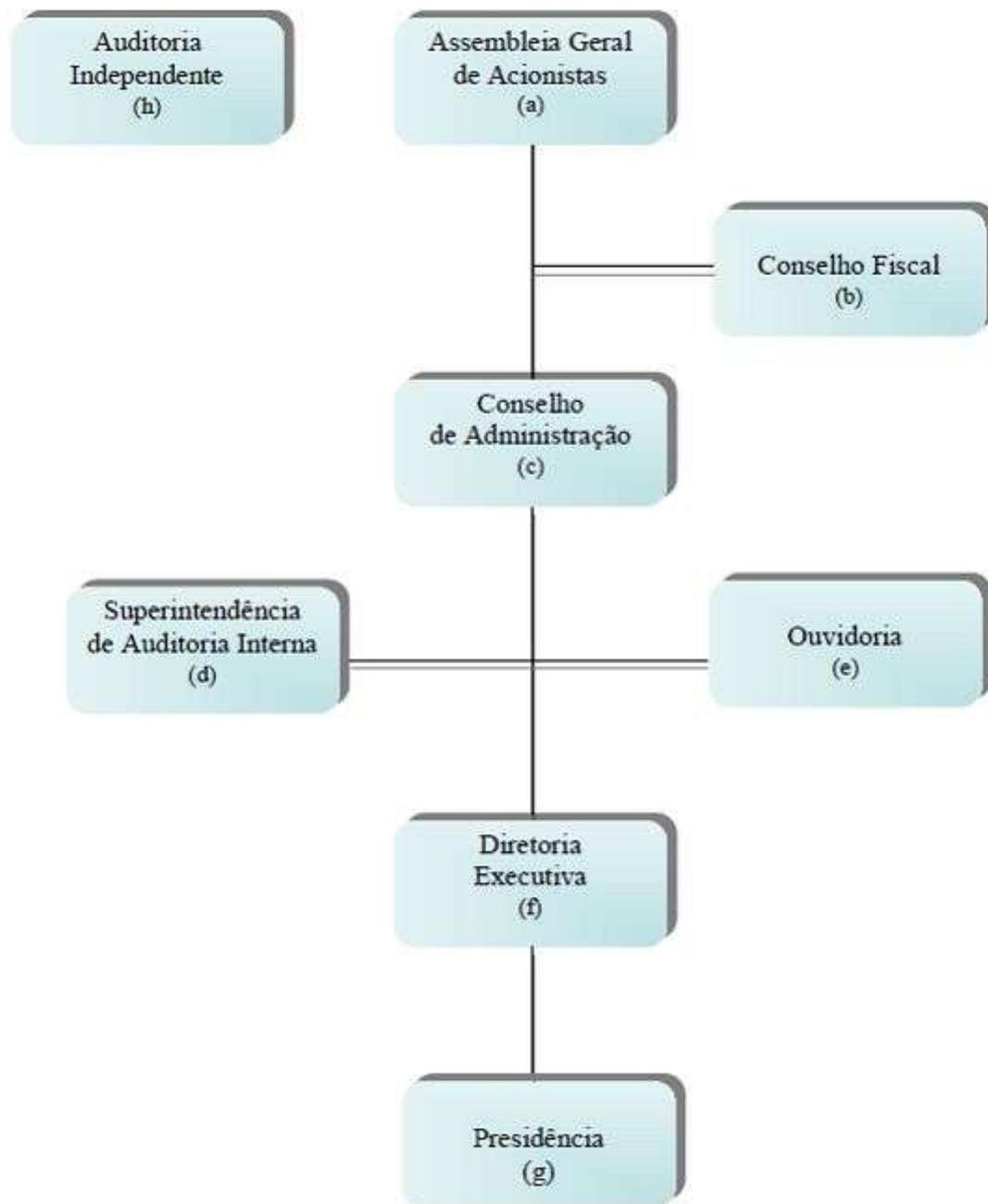
Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Implantação SIGA		
Tipo	Qualitativo		
Área Responsável	Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos		
Fórmula de cálculo e método de medição	Valor Serv. Realiz (Medidos) até o período / Valor Serv Prev. (a ser Medido) até o per.		
Fonte dos Dados	Superintendência de Meio Ambiente		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	63	Resultado Médio Anual	63
Descrição do indicador			
O indicador ambiental tem como objetivo compor um método para a avaliação de desempenho da política de meio ambiente da Companhia. Este indicador constitui um instrumento de avaliação que deve ser adequado às realidades ambiental e socioeconômica da Companhia, referenciado pelo Índice de Desempenho Ambiental determinado pela ANTAQ e pela SEP.			

26

Dados Gerais do indicador			
Objetivo do indicador	Tempo de Resposta às Reclamações e Solicitações		
Tipo	Qualitativo		
Área Responsável	Diretor-Presidente		
Fórmula de cálculo e método de medição	Nº Dias p/ Resp às Recl. dos Usuar-Socied.		
Fonte dos Dados	Ouvidoria da CDRJ		
Evolução dos resultados do indicador			
Exercício 2012		Exercício 2013	
Resultado Médio Anual	13	Resultado Médio Anual	14
Descrição do indicador			
O objetivo deste indicador é aprimorar o acesso do público às informações referentes à Companhia. Busca-se ampliar este acesso e trazer celeridade ao atendimento, através dos mais diversos meios de comunicação.			

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança



(a) Assembleia Geral de Acionistas – Órgão representado pelo Procurador Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Procurador do Estado, Representante dos Acionistas e representantes da Companhia, tendo em vista a deliberação de assuntos de sua competência e do interesse da sociedade.

(b) Conselho Fiscal – Colegiado de caráter permanente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, composto por 04 (quatro) membros sendo 1 (um) representante da Secretaria de Portos – SEP, 1 (um) representante do Ministério dos Transportes – MT, 1 representante 1(um) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. e 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Cabe a este Conselho Fiscalizar os atos dos Administradores as demonstrações Contábeis dentre outras atribuições.

(c) Conselho de Administração – Colegiado composto por 07 (sete) membros, sendo 1 (um) representante da Secretaria Especial de Portos, 1 (um) representante do Ministério dos Transportes, 1 (um) representante da Companhia, 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 (um) representante dos Empresários, 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro e 1 (um) representante dos Trabalhadores, são responsáveis pela orientação e direção superior da Companhia

(d) Auditoria Interna – Tem sua estrutura ligada diretamente ao Conselho de Administração, sendo o seu titular designado por proposição da Diretoria Executiva ao Conselho de Administração com aprovação do CGU. É uma atividade independente dentro da CDRJ é responsável por oferecer ao Órgão da Administração Superior informações sobre o desenvolvimento e a eficácia de suas atividades através da execução de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativo, patrimonial operacional e de engenharia no âmbito da Companhia.

(e) Ouvidoria Geral – Órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração é o Canal de dialogo entre o público e a alta administração da Companhia, assegurando o recebimento de denúncias, reclamações e sugestões. Atua de forma independente e isento incentivando a transparência e a ética.

(f) Diretoria Executiva – Colegiado composto pelo Presidente e 03 (três) diretores indicados pela Secretaria de Portos e eleitos pelo Conselho de Administração. São responsáveis pela gestão dos negócios da Companhia.

(g) Presidência - Além das atribuições próprias da qualidade de membro da Diretoria-Executiva, competem as referentes ao Art. 18 do Estatuto Social da Companhia.

(h) Auditoria Independente – Empresa contratada pela Companhia através de processo licitatório que tem como objetivo avaliar de forma técnica através da qual são examinados os registros contábeis e documentos da entidade sobre os quais é emitido parecer expressando-se sobre as Demonstrações Financeiras representam ou não a verdadeira situação patrimonial, econômica e financeira no final de cada exercício.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) **Base normativa da remuneração.**

É definida pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, conforme estabelecido na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

2) **Objetivos da política ou prática de remuneração.**

Manter a remuneração alinhada à prática remuneratória do mercado.

3) **Composição da remuneração, indicando:**

a) **a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

A Remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta dos seguintes itens:

- Honorários
- 13º salário
- Adicional de Férias
- Abono Pecuniário de Férias
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Moradia

A Remuneração dos Conselheiros é fixada pela Assembleia Geral Ordinária em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria Executiva.

b) **a proporção de cada elemento na remuneração total.**

ELEMENTOS	Diretor-Presidente	Demais Diretores
	janeiro a dezembro/2013	
honorários	R\$ 29.776,59	R\$ 26.207,13
13º salário*		
Adicional de Férias	33,33%	33,33%
Abono Pecuniário de Férias	44,44%	44,44%
Auxílio Alimentação (R\$ 669,33)	2,25%	2,55%
Auxílio Moradia (R\$ 1.800,00)	6,05%	-

* valor na íntegra do salário do mês de dezembro/2013

c) **a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

A metodologia de cálculo limita-se a aplicação do IPCA apurado entre abril e março.

d) **as razões que justificam a composição da remuneração.**

Manter a remuneração alinhada à prática remuneratória do mercado.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A determinação dos elementos da remuneração não leva em consideração indicadores de desempenho.

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração não é estruturada considerando indicadores de desempenho.

6) Como a política ou prática da remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada.

A política de remuneração adotada está em consonância com o Planejamento Estratégico da Companhia.

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração não é suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia.

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

- a) termos e condições gerais;
- b) objetivos dos planos;
- c) número máximo de ações abrangidas;
- d) condições de aquisições de ações;
- e) forma de liquidação;
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

Não há plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

- a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);**
- b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;**
- c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);**
- d) a descrição dos benefícios oferecidos.**

Não há política de remuneração variável.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

QUADRO A.3.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro (a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Jorge Luiz de Mello	-	-	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	32.519,4
Julio César C. Bueno	-	-	2.709,95	0	2.709,95	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	27.099,5
Sérgio Mag. Giannetto	-	-	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	32.519,4
Luiz Antonio C. Carvalho	22/03	-	0	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	27.099,5
Milton Ferreira Tito	-	-	2.709,95	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	29.809,45
Fernando V. C de Carv.	-	-	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	32.519,4
Daniel Sigelmann	-	-	2.709,95	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	29.809,45

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Karla Andrea R. dos Santos(*)	-	-	2.709,95	0	2.709,95	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	0	0	0	0	0	13.549,75
Ricardo de Almeida Maia			0	2.709,95	0	2.709,95	0	0	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	18.969,65
Jorge Fernandes Da C. Filho	-	-	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	32.519,4
Andre Luiz Gonçalves Garcia	-	-	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	32.519,4
Marco Antonio Prandini(**)	-	30/8	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	0	0	0	0	21.679,6
Marconi Arani M. Fº	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	2.709,95	2.709,95	2.709,95	2.709,95	10.839,8

(*) Afastamento por licença maternidade a partir de agosto/2013, substituída por seu suplente Ricardo de Almeida Maia.

(**) Cumprido o prazo de gestão, substituído pelo Senhor Marconi Arani Melo Filho, membro titular

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

QUADRO A.3.3.3 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Identificação do Órgão	Valores em R\$ 1,00		
Órgão: Diretoria Executiva	EXERCÍCIO		
Remuneração dos Membros	2013	2012	2011
Número de membros:	4	4	4
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.683.507,68	1.638.858,88	1.550.823,21
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II - Remuneração Variável (e+f+g+h+i)			
e) bonus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III - Total da Remuneração (I + II)			
IV - Benefícios pós-emprego			
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI - Remuneração baseada em ações			

QUADRO A.3.3.3 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Identificação do Órgão	Valores em R\$ 1,00		
Órgão: Conselho de Administração	EXERCÍCIO		
Remuneração dos Membros	2013	2012	2011
Número de membros:	7	7	7
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	211.376,10	191.879,28	195.234,88
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II - Remuneração Variável (e+f+g+h+i)			
e) bonus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III - Total da Remuneração (I + II)			
IV - Benefícios pós-emprego			
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI - Remuneração baseada em ações			

QUADRO A.3.3.3 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Identificação do Órgão	Valores em R\$ 1,00		
Órgão: Conselho Fiscal	EXERCÍCIO		
Remuneração dos Membros	2013	2012	2011
Número de membros:	4	4	4
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	130.077,60	117.079,70	104.272,24
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II - Remuneração Variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III - Total da Remuneração (I + II)			
IV - Benefícios pós-emprego			
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI - Remuneração baseada em ações			

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica. Os membros da Diretoria e Conselhos não possuem remuneração variável.

3.4 Sistema de Correição

Estrutura: O Setor de Correição da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) conta com 2 (dois) membros, sendo um o Encarregado de Sindicância e Processos Disciplinares – ESPD, **DENYS DANTAS CÂMARA reg. 9422**, e outro a Técnica de Serviços Portuários – TSP **SARITA QUINTANA RUA, reg. 9278**.

Atividades: A função precípua do ESPD é funcionar como órgão de assessoria jurídica tanto para o Diretor-Presidente quanto para os Presidentes das Comissões de Sindicância. Dessa forma, atua como um consultor jurídico bem como faz as vezes de gestor das sindicâncias em curso, no que concerne a prazos para sua conclusão, observância dos princípios constitucionais e consonância com a norma interna da Companhia.

A TSP, por seu turno, é responsável pelo trabalho administrativo, de acompanhamento e lançamento de dados acerca das sindicâncias no relatório do próprio Setor. Ademais, atua na confecção de autos suplementares dos processos em curso, a fim de manter da forma segura os dados constantes dos originais.

Base normativa: A Companhia conta com um Regulamento de Processos Administrativos desde 01 de fevereiro de 2012, quando foi editada a OS DIRPLE 003/2012. Tal ato normativo traz em seu bojo as penas passíveis de aplicação aos empregados, os procedimentos a serem obedecidos no curso das sindicâncias/processos administrativos disciplinares (PAD) e o detalhamento quanto ao manejo de recursos administrativos.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em face da criação recente da unidade de correição na Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, (estrutura em março/2012 e regulamentação de procedimentos em dezembro/2012 e agosto/2013), aliado à complexidade da estrutura da Presidência da República e a necessidade de definições sobre a Política de Uso, ainda em estudo, este órgão ainda não está cadastrado no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos ainda não foram instituídos por esta Companhia.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
PDG	Dotação proposta pela UO	161.593.192	538.000	231.298.894	
	Aprovado	161.593.192	537.781	235.130.554	
	1ª Reprogram. Prop. pela UO	193.462.262	553.835	269.544.236	
	1ª Reprogramação Aprovada	177.842.186	553.835	293.819.714	
	2ª Reprogram. Prop. pela UO	187.666.318	553.835	319.794.236	
	2ª Reprogramação Aprovada	177.842.186	553.835	293.819.714	
	Outras Operações	-	-	-	
	Dotação final 2013 (A)	177.842.186	553.835	293.819.714	
	Dotação final 2012(B)	174.866.185	645.000	246.371.629	
	Variação (B/A-1)*100	-1,67	16,46	16,15	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
PDG	Dotação proposta pela UO	574.223.246	-	579.000	-
	Aprovado	409.351.724	-	658.421	-
LOA	Dotação proposta pela UO	574.223.246	-	-	-
	PLOA	510.373.246	-	-	-
	LOA	515.573.246	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	4.000.000	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados	(110.221.522)	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)		409.351.724	-	658.421	-
Dotação final 2012(B)		375.480.347	-	887.821	-
Variação (A/B-1)*100		9,0%	-	-25,8%	-

4.1.1.1 Análise Crítica

Valores Aprovados para 2013.

Programa de Dispêndios Globais 2013

Em R\$

Decretos	PDG	Correntes	Capital	Total
7.867/2012	Dotação Inicial	397.261.527	510.952.071	908.213.598
8.174/2013	Reprogramação	473.215.735	410.010.145	883.225.880

O Decreto nº 7.867/2012 aprovou o PDG para o exercício de 2013 no valor de R\$ 908,2 milhões. O PDG/2013 foi reprogramado para um total de R\$ 883,2 milhões, publicado pelo decreto nº 8.174/2013. Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 473,2 milhões e R\$ 410,0 milhões, respectivamente.

Orçamento de Investimento 2013

O Orçamento de Investimento da CDRJ foi fixado pela Lei nº 12.798 de 04/04/2013 – LOA/2013 no valor de R\$ 515.573.246. O detalhamento das ações foi publicado como Suplemento no Diário Oficial da União em 15/04/2013. A dotação aprovada pela LOA/2013 sofreu um decréscimo de R\$ 106.221.522 após as alterações orçamentárias ocorridas ao longo do ano, resultando em um valor aprovado final para o Orçamento de Investimento de R\$ 409.351.724, conforme observado no quadro a seguir.

Quadro - Dotação Aprovada

Fonte de Financiamento	Lei 12.798 de 04/04/2013	Portaria nº 19 de 21/08/2013	Decreto s/nº de 03/09/2013	Lei nº 12.906 de 18/12/2013	Dotação Aprovada
Recursos Próprios	23.688.001	0	0	0	23.688.001
Geração Própria	23.688.001	0	0	0	23.688.001
Recursos do Tesouro	491.885.245	0	(104.580.000)	(1.641.522)	385.663.723
Direto	131.850.000	0	(104.580.000)	0	27.270.000
Saldo de Exercícios Anteriores	360.035.245	(16.309.444)	0	(1.641.522)	342.084.279
Restos a Pagar	0	16.309.444	0	0	16.309.444
Total	515.573.246	0	(104.580.000)	(1.641.522)	409.351.724

Inicialmente, a LOA/2013 aprovou novos recursos no montante de R\$ 131,8 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital vinculado ao Orçamento de Investimentos (OI). O detalhamento do OI foi divulgado como Suplemento da Lei 12.978/13 (LOA-13) em 15/04/2013. Após a publicação de alteração no OI, o valor foi reajustado provocando uma redução de R\$ 104,5 milhões, terminando o exercício com um total de R\$ 27,3 milhões para aumento de capital em 2013.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Valores em R\$ 1,00

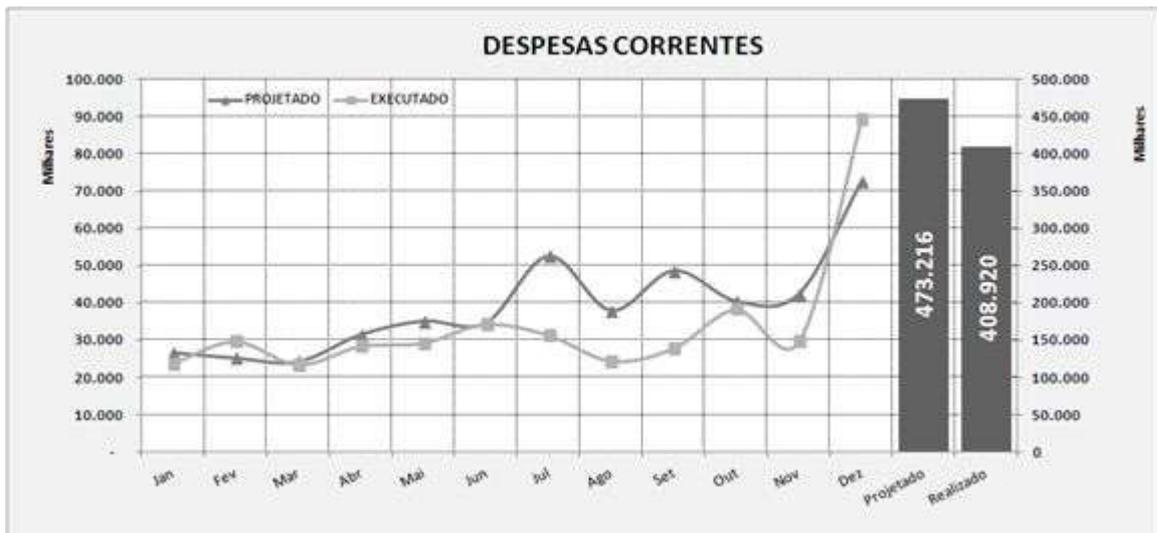
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal			171.843.228	158.827.147			178.586.620	157.346.371
241000 Pessoal			171.843.228	158.827.147			178.586.620	157.346.371
2. Juros e Encargos da Dívida			553.835	568.771			553.835	568.771
246000 Juros			553.835	568.771			553.835	568.771
3. Outras Despesas Correntes			236.523.334	184.140.462			226.163.989	185.980.731
243000 Serviços de Terceiros			39.803.925	36.344.285			40.204.304	40.893.121
245000 Trib. e Enc. Parafiscais			42.688.399	42.025.911			53.803.636	57.316.752
2490000 Outros Disp. Correntes			148.185.850	98.042.849			126.033.097	79.821.112
Demais elementos do grupo			5.845.160	7.727.417			6.122.952	7.949.746
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012

4. Investimentos	-	-	19.584.800	4.923.411	-	-	19.221.356	6.349.978
222000 Investimentos	-	-	19.584.800	4.923.411	-	-	19.221.356	6.349.978
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	658.421	887.821	-	-	658.421	887.821
221000 Amortização	-	-	658.421	887.821	-	-	658.421	887.821

DESPESAS CORRENTES

A execução dos Dispêndios Correntes representou 86% da dotação aprovada para esse grupo de R\$ 473,2 milhões, alcançando R\$ 408,9 milhões.

Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal com 42% do total realizado com fonte de recursos próprios.



4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

4.1.3.7 Análise Crítica

DISPÊNDIOS CORRENTES

Pessoal

Dotação reprogramada de R\$ 177,8 milhões. Foram executados R\$ 171,8 milhões, correspondendo a 97% do total aprovado para o grupo.

Juros da Dívida Externa

Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 553,8 mil.

Outras Despesas Correntes

Serviços de Terceiros

Em *Serviços de Terceiros*, foram executados R\$ 22,8 milhões (57,3%) em Dispêndios Indiretos de Pessoal, R\$ 8,9 milhões (22,4%) em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 6,7 milhões (16,8%) em Manutenção e Conservação e R\$ 1,4 milhão (3,5%) nos demais Serv. Terceiros. Apresentou ao final do exercício, um índice de dotação compromissada de 62%, com vários processos em andamento administrativo, transferidos para o exercício seguinte.

Tributos e Encargos Parafiscais

Executados R\$ 42,7 milhões (82% do total aprovado para o grupo), sendo:

- ✓ R\$ 11,0 milhões correspondendo a Impostos e Taxas, (IPTU, IPVA, Foro, Licença Ambiental e outros). Foram regularizadas as seguintes despesas relativas aos exercícios anteriores:
 - a. Prevenção e extinção de incêndios/2012 – R\$ 42.835,63;
 - b. Parcelamento IPTU de exercícios anteriores – R\$ 78.714,10; e
 - c. Taxa de Ocupação de exercícios 2011/2012 – R\$ 4.365.424,90.
- ✓ R\$ 31,7 milhões a PIS, COFINS – regularizados os meses de janeiro a dezembro.

Dívida Judicial

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação reprogramada de R\$ 33,9 milhões. Tendo uma execução de R\$ 29,2 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios direto na conta corrente da empresa.

Dívida Judicial Cível – Com uma dotação aprovada de R\$ 59,6 milhões apresentou uma execução total no valor de R\$ 91,8 milhões. Houve uma extrapolação de R\$ 33,3 milhões relativos à rubrica “Portus – Parcelamento da dívida”. Essa situação ocorreu principalmente em virtude da regularização de pagamento, no valor de R\$ 31,5 milhões, feito através de repasse como aumento de capital direto da SEP ao Instituto Portus a título de cobertura de déficit de previdência privada e relativo a processos em trâmite na justiça, sem, contudo, ter sido previsto no Decreto nº 8.174/2013, que aprovou os valores finais do PDG da CDRJ. O valor restante de R\$ 1,8 milhão extrapodado foi em decorrência de previsão a menor dos valores bloqueados em conta corrente. Consultadas as áreas responsáveis por essa informação elas declararam a grande dificuldade na determinação dos valores a virem a ser bloqueados para esse processo.

Aluguéis

Executados R\$ 1,7 milhão (92%). Registrados no período, os contratos de característica “continuado”: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros

Executados R\$ 9,4 milhões. Apresentou uma execução de 91% da dotação reprogramada de R\$ 10,4 milhões. Valor mais expressivo de R\$ 6,7 milhões refere-se ao registro de juros e multas relativos ao parcelamento de débitos tributários.

Diversos Dispêndios Correntes

Executados R\$ 16,0 milhões, representando 48% da Dotação reprogramada de R\$ 33,2 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Despesas Legais, Seguros de Bens e de Pessoal e Contratos de Cessão de Crédito.

Demais Elementos do Grupo de Despesas Correntes

Utilidades e Serviços

Valores executados totalizando R\$ 4,9 milhão (46% do total aprovado para a rubrica), estando abaixo do previsto.

Material de Consumo

Executados R\$ 896,0 mil (26% do total da rubrica). Despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

DESPESAS DE CAPITAL

A execução global do Orçamento de Investimento totalizou **R\$ 19.584.800** ou **4,8%** do total da dotação aprovada em 2013. O valor revelou-se aquém do programado em função, principalmente, da baixa execução das ações integrantes do **Grupo PAC**. As nove ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC totalizaram R\$ **345.620.175** ou **84,4 %** dos valores aprovados em 2013. Os valores executados para este grupo de ações atingiu o montante de **R\$ 15.520.392** ou **3,8%** do total da dotação aprovada.

A principal causa para o desempenho insatisfatório deste grupo de ações pode ser atribuída à interrupção dos serviços previstos pela ação 12LI-Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ) que previa o investimento total de **R\$ 240.700.772** ou **58,8 %** do total da dotação aprovada no porto do Rio de Janeiro. O valor subdividia-se em dois projetos, quais sejam: **Construção do píer de atracação destinado a navios de passageiros no porto do Rio de Janeiro** e **Gerenciamento e fiscalização das obras de adequação do terminal de passageiros do Porto do Rio de Janeiro**.

Outras questões também contribuíram para a execução aquém do esperado como é o caso da demora nos procedimentos licitatórios da ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) que impactaram negativamente a execução prevista para o exercício, uma vez que a ação projetava um investimento de **R\$ 171.674.306** ou **41,9 %** do total da dotação aprovada no através dos serviços de **Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro** e do **Gerenciamento e fiscalização para as obras de reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro**.

Ademais, a inclusão de cinco novas ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ainda em fase de estudos, e que somaram **R\$ 24.200.000** ou **5,91 %** do total da dotação aprovada, contribuiu para prejudicar o desempenho geral do Orçamento de Investimento da CDRJ.

4.4 Transferências de Recursos

Não houve, no Exercício de 2013, transferências mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso e transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não houve renúncia de receitas no Exercício de 2013

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Servidores em cargos efetivos(1.1 + 1.2)				
1.1.Membros de poder e agentes políticos	0	0		
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		887		
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão		883	14	8
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		4	0	1
2.Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública		22		
3.Total de Servidores(1+2+3)	915	909		

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologia dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos(1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de cargo em comissão	87
1.2.Exercício de Função de Confiança	
1.3.Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2.Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3.Para Serviço em Organismo internacional	
2.4.Para Participação em Programa de pós-graduação Stricto Sensu no país	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1.De ofício, no interesse da Administração	
3.2.A pedido, a critério da Administração	
3.3.A pedido, independente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	
3.4.A pedido, independente do interesse da Administração por motivo de saúde	
3.3.A pedido, independente do interesse da Administração por processo seletivo	
4.Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1.Doença em pessoa da família	
4.2.capacitação	
5.Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1.Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2.Serviço militar	
5.3.Atividade política	
5.4.Interesses particulares	8
5.5.Mandato classista	10
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	105

Obs.: 5.4 – empregados afastados por licença sem vencimento (relatório por dependência – código 1521111)

5.5 – alterado o limite, conforme Cláusula Trigésima do ACT (2012/2013)

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologia dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão		41		
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3.Servidores de outros órgãos e esferas		4		
1.2.4. Sem vínculo		20		
1.2.5. Aposentados				
2.Funções gratificadas				
2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão		31		
2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3.Servidores de outros órgãos e esferas		2		
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		98		

Obs.:

Cargos em comissão: Diretores, Assessores, Superintendentes e Gerentes.

Funções gratificadas: Encarregados, Inspetores, Fieis e Fieis Ajudantes.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária. Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	FAIXA ETÁRIA					TOTAL
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	
1. Provimento de cargo efetivo						811
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos						0
1.2 Servidores de Carreira	92	195	100	318	106	811
1.3 Servidores com Contratos Temporários						0
2. Provimento de Cargo em Comissão						98
2.1 Cargos de Natureza Especial						0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	12	5	29	14	65
2.3 Funções Gratificadas	0	3	8	20	2	33
3. Totais (1+2)	97	210	113	367	122	909

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade. Situação apurada em 31/12

TIPOLOGIAS DO CARGO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo										811
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos										0
1.2 Servidores de Carreira		6	32	50	442	281				811
1.3 Servidores com Contratos Temporários										0
2. Provimento de Cargo em Comissão										98
2.1 Cargos de Natureza Especial										0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	62				65
2.3 Funções Gratificadas					19	14				33
3. Totais (1+2)	0	6	32	50	464	357	0	0	0	909
LEGENDA										
Nível de Escolaridade										
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro Grau incompleto; 4 – Primeiro Grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada,										

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologia/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
Membros de Poder e Agentes Políticos											
	2013										
Exercícios	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
	2013	40.026.234,07	776.378,43	5.123.785,05	24.525.776,70	1.444.381,20	7.700,00	8.284.520,06	10.344,96	24.938,80	80.224.059,27
Exercícios	2012	31.537.907,23	884.432,86	4.985.235,50	27.328.850,47	1.275.334,06	1.477,98	6.765.159,31	43.974,17		72.822.371,58
	2011	26.124.854,81	902.077,21	4.130.484,38	25.009.297,77	1.190.731,97	5.141,25	2.129.702,44	925.614,08		60.417.903,91
Servidores com Contratos Temporários											
	2013										
Exercícios	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
	2013	9.234.712,58	16.948,71	1.162.225,03	5.371.294,64	44.095,77	1.105,70	3.059.80,98	0	9.871,79	18.900.145,20
Exercícios	2012	8.067.841,13	9.641,79	1.073.174,79	3.887.749,06	26.049,64	2.194,30	1.785.760,51	140,76		14.852.551,98
	2011	7.230.605,78	10.299,04	888.991,72	3.447.265,08	39.458,17	1.860,00	402.616,20	302.047,66		12.323.143,65
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
	2013										
Exercícios	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
	2013	1.587.881,70	1.164.412,51	240.661,91	285.745,81	12.232,78		132.141,09	0		3.533.075,80
Exercícios	2012	1.487.548,62	1.214.434,87	228.280,22	273.920,76	16.861,33		79.068,78	5.838,28		3.305.952,86
	2011	1.393.662,54	1.158.364,17	202.943,16	230.060,19	19.827,16		79.715,18	55.843,21		3.140.415,61
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
	2013	10.299.621,75	469.418,93	1.078.536,32	3.027.440,62	223.633,30		1.110.852,44		9.366,03	16.218.869,39
Exercícios	2012	6.745.361,93	377.042,62	999.151,73	2.420.795,51	108.823,33	25,32	315.812,37	31.142,12		13.840.471,93
	2011	5.868.040,43	178.312,54	845.493,83	2.224.106,03	99.340,60	930,00	2.344.989,38	287.878,60		11.849.091,21

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de Dezembro

Uma vez que a CDRJ é uma sociedade de economia mista, as relações trabalhistas são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, portanto esse item não se aplica à CDRJ.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.1.4.2 Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Uma vez que a CDRJ é uma sociedade de economia mista, as relações trabalhistas são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, portanto esse item não se aplica à CDRJ.

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercício		Exercício	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	14	36	14	33
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	14	36	14	33

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercício		Exercício	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	9	32	8	29
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	9	32	8	29

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipo de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato de caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	14			
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	14			
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	8			
Cancelamento de Concessão				
Cancelamento de Desligamento				
Total	8			

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.5.1.5.4 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Não se aplica à CDRJ.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos;

No ato de admissão, o empregado declara, por meio do Termo de Responsabilidade, que não ocupa duplo emprego, comprometendo-se a comunicar qualquer alteração que vier a acontecer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos e empregos.

b) Tipos de controle implementados e periodicidade de revisão;

O Termo de responsabilidade citado na alínea “a” é utilizado para fins de controle. Não há periodicidade de revisão, haja vista que o empregado se responsabiliza em comunicar qualquer alteração, relativa ao assunto, que vier a acontecer em sua vida funcional.

c) A propriedade dos controles implementada em termos de utilidade e eficiência;

Depende da veracidade das informações prestadas pelo empregado e do Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac.

d) A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Não houve casos de acumulação indevida no quadro de pessoal da CDRJ.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve casos de acumulação indevida no quadro de pessoal da CDRJ.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo:** Relação entre o número de horas não trabalhadas e o número de horas trabalhadas
Nº de horas trabalhadas: 1.999.490

Nº de horas não trabalhadas: 169.478

O percentual médio mensal de absenteísmo de 8,48 % foi motivado por licença médica, licença remunerada (concessão de cinco dias a cada 12 meses de exercício por meio de cláusula pactuada no Acordo Coletivo de Trabalho), falta injustificada e atraso.

- **Acidentes de Trabalho:** Relação entre o total de empregados e o número de empregados acidentados
Nº de empregados: 909

Nº de empregados acidentados: 1

2013	2012	Δ%
0,1	0,3	-0,2

- **Rotatividade (turnover)**
Nº de empregados admitidos: 14
Nº de empregados egressos: 9

Cálculo do turnover:

Média de entrada + saída = $(14 + 9)/2 = 11$

Total de empregados = 909

Logo, $11/909 = 0,012101 \times 100 = 1,21\%$ de turnover

- **Educação continuada**

O processo de educação continuada na CDRJ emergiu a partir do reconhecimento da necessidade de qualificação contínua dos empregados. Neste sentido, a CDRJ manteve, no exercício de 2013, foco no processo educativo continuado, por meio dos incentivos à educação formal nos cursos de ensino: médio, superior, pós-graduação ou técnico-profissional, pactuados em Acordo Coletivo de Trabalho, bem como através do Programa de Capacitação de Pessoal, vislumbrando alcançar a qualificação dos empregados, necessária ao alcance das metas organizacionais.

- **Disciplina**

No exercício de 2013 foram concluídos 16 processos administrativos disciplinares, envolvendo 22 empregados, sendo aplicadas penalidades a 8 deles.

- **Aposentadoria versus reposição do quadro**

No exercício de 2013 não houve reposição de vagas oriundas de desligamentos de empregados aposentados.

- **Assiduidade:** Relação entre o nº de horas trabalhadas e o nº de horas trabalhadas previstas

Nº de horas trabalhadas: 1.999.490

Nº de horas trabalhadas previstas: 2.094.520

2013	2012	$\Delta\%$
95,5	107,4	-11,9

- **Otimização de Hora-Extra:** Relação entre o dispêndio total com hora-extra e o dispêndio total da folha

Dispêndio total com hora-extra: R\$ 4.113.341,14

Dispêndio total da folha: R\$ 125.762.546,43

2013	2012	$\Delta\%$
3,3	8,4	-5,1

- **Acidentes de trabalho fatais:** Relação entre o número de óbitos e o total de trabalhadores acidentados:

Nº de óbitos: 1

Nº de acidentados: 1

2013	2012	$\Delta\%$
1	0	1

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano da Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à CDRJ.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.5.2.2 Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Não se aplica à CDRJ.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ													
UG/Gestão:							CNPJ: 42.266.899/0001-28						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	C-SUPJUR 110/2010	01.435.248/0001-48	30/12/13	29/12/14	64	64	10	10	-	-	P
2013	V	O	C-SUPJUR 033/2013	31.242.852/0001-19	15/04/14	14/04/15	28	26	-	-	-	-	P
<p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Contrato C-SUPJUR 110/2010 está no 4º (Quarto) Termo Aditivo; - O Contrato C-SUPJUR 033/2013 está no 2º (Segundo) Termo Aditivo; - A Vigilância é contratada por postos de trabalho Diurno e Noturno. Cada turno compreende 1 (um) Posto de trabalho, totalizando 7 Postos Diurnos e 7 Postos Noturnos, todos 12X36. (Temos 7 Postos Diurnos e 6 Postos Noturnos instalados até a presente data); 													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ													
UG/Gestão:							CNPJ: 42.266.899/0001-28						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	Transporte	O	C-SUPJUR 086/2013	32.305.500/0001-28	10/10/13	09/10/14	-	-	-	-	-	-	P
Observações: Este contrato tem como finalidade o transporte de empregado da CDRJ.													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transporte; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outros. <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Não se aplica.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de estágios vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior					
1.1 Área Fim	5	5	5	3	42.840,00
1.2 Área Meio	30	29	29	24	265.440,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	17	15	24	27	96.600,00
2.2 Área Meio	62	59	56	20	244.314,00
3. Total (1+2)	114	108	114	74	649.194,00

Fonte: Informações prestadas pelo Centro de Ensino Portuário.

Obs: Entre o 3º e 4º trimestre foram autorizadas 12 novas contratações de estagiários de ensino médio (Técnico de Portos e/ou Logística – Área fim), com a finalidade de atender o pedido do CEFET/ITAGUAÍ. Na mesma ocasião ocorreu a implantação do Programa Jovem Aprendiz, no qual os estagiários de ensino médio lotados na sede da CDRJ na área meio que tinham menos de 7 meses de estágio foram migrados, e os outros estagiários foram sendo desligados, conforme término de contrato, sendo substituídos por jovens aprendizes

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Ordem de Serviço DIRPRE N° 29/2010;

Ordem de Serviço DIRPRE N° 04/2012 (CAPÍTULO VI – ATRIBUIÇÕES. **Art.19, II d**).

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos atendem a necessidade de serviço da CDRJ, no tocante aos serviços de Vigilância Portuária.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

RELATÓRIO SIMPLIFICADO FROTA PRÓPRIA										
Placa	Modelo	Tipo de Veículo	Fabricante	Classificação	Tp. de Frota	Status	Combustível	Ano	Idade (Anos)	Média Km ano
KUO-7773	L200	CAMINHONETE TIPO PICK UP	MITSUBISHI	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	3.054
KZS-4598	L200	CAMINHONETE TIPO PICK UP	MITSUBISHI	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	3.054
LBW-7291	L200	CAMINHONETE TIPO PICK UP	MITSUBISHI	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	3.054
LCA-1204	L200	CAMINHONETE TIPO PICK UP	MITSUBISHI	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	3.054
LUH-1235	L200	CAMINHONETE TIPO PICK UP	MITSUBISHI	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	3.054
LVD-9825	L200	CAMINHONETE TIPO PICK UP	MITSUBISHI	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	3.054
KVR-1372	VOLARE A6	ÔNIBUS	MARCOPOLO	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	5.520
LUX-6106	VOLARE A6	ÔNIBUS	MARCOPOLO	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	DIESEL	2006	8	5.520
KZS-2297	XT 225	MOTOCICLETA	YAMAHA	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	GASOLINA	2005	9	1.324
KZV-2922	XT 225	MOTOCICLETA	YAMAHA	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	GASOLINA	2005	9	1.324
KZW-3198	XT 225	MOTOCICLETA	YAMAHA	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	GASOLINA	2005	9	1.324
LUX-4417	XT 225	MOTOCICLETA	YAMAHA	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	GASOLINA	2005	9	1.324
LVD-5328	XT 225	MOTOCICLETA	YAMAHA	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	GASOLINA	2005	9	1.324
LVD-5330	XT 225	MOTOCICLETA	YAMAHA	Veic. Transp. Instit.	PROPRIO	Ativo	GASOLINA	2005	9	1.324

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média da frota é de 8,4 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Os custos associados à manutenção da frota totalizaram R\$ 248.980,00.

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição de frota iniciou-se em 01/01/2014.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Como os veículos atenderiam a função de Vigilância Portuária da CDRJ, foi levada em consideração a característica específica do serviço de transporte que seria prestado, como a necessidade de adaptação de veículos, assim como a intensidade de seu uso, de forma contínua para atender a serviços de caráter permanente.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A estrutura existente é composta por 1 empregado lotado na Divisão de Serviços Gerais – DISERG, responsável pelo contrato e 1 empregado lotado na Superintendência da Guarda Portuária - SUPGUA.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte; A **CDRJ** não dispõe em sua frota própria de quantidade suficiente de veículos para dar atendimento às necessidades de transporte, pois se verificou que é economicamente mais vantajosa a locação dos veículos, tendo em vista os altos custos com a manutenção preventiva e corretiva, seguro, mão de obra, depreciação e controle administrativo.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte; A empresa é a VELOZ TRANSRIO TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº00.530.512/0001-60.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

A licitação foi do tipo Pregão Eletrônico (24/2010);

- O Contrato é o C-SUPJUR N° 105/2010;

- A vigência é de 21/12/13 à 20/12/14 (4° Quarto Termo Aditivo);

- O Valor global contratado é de R\$ 1.105.463,66 (um milhão, cento e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos);

- O total de valores pagos desde a contratação até a presente data é de R\$ 269.048,80 (duzentos e sessenta e nove mil, quarenta e oito reais e oitenta centavos).

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Ordem de Serviço DIRPRE N° 29/2010.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos atendem a necessidade de serviço da CDRJ, no tocante aos serviços de fiscalização dos terminais, terrenos arrendados e vigilância Portuária.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quantidade Total de Veículos	Veículos de Representação	Veículos de Transporte Institucional
27	4	23

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Quantidade Total de Veículos	Veículos de Representação		Veículos de Transporte Institucional	
27	4		23	
Mês	1 com Km Livre	3 com 5.000 km cada	17 com Km Livre	6 com 4.000 km cada
Anual	Km Livre	180.000	Km Livre	300.000
Total Estimado	480.000 km			

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

No contrato foi estabelecido que os veículos devem ser substituídos a cada 2 (dois) anos ou quando completarem 50.000 km (o que ocorrer primeiro).

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Custo com combustível (valor contratual estimado, para o período de 12 (doze) meses).

Item	Descrição	Unidade	Quant. Anual Estimada	Preço Unitário Médio (ANP)	Valor Estimado	Total
1	Gasolina Comum Tipo C	Litro	40.000	R\$ 2,850	R\$ 114.000,00	
2	Álcool Hidratado	Litro	4.000	R\$ 2,210	R\$ 8.840,00	
3	Óleo Diesel Tipo D	Litro	25.000	R\$ 2,092	R\$ 52.300,00	
4	Valor Global Anual Estimado (= 1 + 2+ 3)				R\$ 175.140,00	

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

A estrutura existente é composta por 3 empregados (3 (três) de nível médio), todos lotados na Divisão de Serviços Gerais – DISERG, responsável pelo contrato.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Q UANTIDADE DE IMÓ VEIS DE PRO PRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA CDRJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 -RIO DE JANEIRO		
	Rio de Janeiro	40	40
	Itaguaí	2	2
	Angra dos Reis	6	6
	Niterói	6	6
	Subtotal Brasil	54	54
EXTERIOR	Não há	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total	54	54

OBS.: Em 2013 foi feita uma reestruturação organizacional no âmbito da CDRJ na qual foi criada a uma gerência para gestão dos ativos imobiliários da CDRJ, com o objetivo de melhorar o controle sobre os imóveis não operacionais. Em consequente, após revisão documental, foi constatada a situação apresentada acima.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		IMÓVEIS DA UNIÃO SOB GESTÃO E GUARDA DA CDRJ CONFORME DECRETO-LEI Nº 256 de 28/02/1967 Art. 2º EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO NA SPU
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-35, acrescida de marinha, com área de 1.151,10m² com 9,20m de frente para Av. Rodrigues Alves e 9,40m de frete para Av. Venezuela.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-36, acrescida de marinha, com área de 1973,33m² com 12,82 m de frente para Rua Barão de Tefé, limitando à direita com os fundos do imóveis nº7 da Rua Barão de tefé e nºs 179, 173, 167, 161, 157, 153, 149, 147,143,139, 135 e 129 da Av. Rodrigues Alves numa extensão de 130,30 m.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa,385-37, acrescida de marinha, com área de 1336,00m², tendo 8,00 m de frente para Rua Barão de Tefé e 8,00m de fundos para Av. Venezuela.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-38, acrescida de marinha, com área de 2223,00m², tendo 13,00m de frete para a Rua Barão de tefé e 13,00m de fundos para a Rua Souza e Silva.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-39, acrescida de marinha, com área de 2937,00m², tendo 15,00m de frente para Rua Barão de tefé e 15,00m de Fundos para a Rua Souza e Silva
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-40, acrescida de marinha, com área de 1820,00m² de área, tendo 13,00m de frente para rua Souza e Silva e 13,00m de fundos para a Rua Antonio Laje.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-41, acrescida de marinha, com área de 2145,60 m², tendo 14,20 m de frente para a Rua Souza e Silva e 14,90m de fundos para a Rua Antonio Laje
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-42, acrescida de marinha, com área de 1630,00m², tendo 13,00m de frente para a Rua Antonio Laje e 13,00m de fundos para a Rua Silvino Montenegro.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, (385-43), acrescida de marinha, com área de 255,00m², tendo 5,00m de frente para a Av. Venezuela e 7,00m de fundos para a Rua Propósito.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-44, acrescida de marinha, com 14,00m de frente para a Rua Silvino Montenegro e 15,00m de Fundos para a Av. Rodrigues Alves.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-45, acrescida de marinha, com 18,00m de frente para a Rua Santo Cristo e 33,00m de fundos para a Rua Nova
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-46, acrescida de marinha, com 10,00m de frente para a Rua da Gamboa e 13,00m de fundos para a Rua Santo Cristo.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas de formato Retangular, externa, 385-47, acrescida de marinha, com 13,00m de menor lado para a Rua Santo Cristo e Av. Prof. Pereira Reis e com 158,50m de maior lado confrontando com o terreno 385-013 desta Cia.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas de formato Retangular, externa, 385-48, acrescida de marinha, com 13,00m de menor lado para a Av. Prof. Pereira Reis e Rua Cordeiro da Graça e com 328,00m de maior lado confrontando com o terreno 385-016 desta Cia.

CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-49, acrescida de marinha, com 16,70m de frente para a Rua Cordeiro da Graça e com fundos para a Av. Prof. Pereira Reis.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas formada por duas áreas distintas, 385-50, acrescida de marinha, perfazendo um total de 5.332,84m ² . A primeira com 13,00m de frente para rua cordeiro da Graça limitando-se à esquerda numa extensão reta de 221,00m com terrenos n°809 e 825 da Av. Rodrigues Alves, 385-017(CDRJ)
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-51, acrescida de marinha, com 14,00m de frente para a Rua Cordeiro da Graça limitando-se á direita com terrenos desta Cia.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-52, acrescida de marinha, com 4,50m de frente para a Rua Equador e 4,50m de fundos para a Rua Cidade de Lima.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-53, acrescida de marinha, com 2.744,53m ² , tendo 14,80m de frente para a Rua Eduardo Luiz Lopes e 9,68m de fundos para a Av. Brasil.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-54, acrescida de marinha, com área igual 1.548,00m ² , com 11,00m de frente para a Rua Santos Lima e 5,00m de fundos, limitando-se à esquerda com terrenos de terceiros (SALMAC, MOINHO DA LUZ) e com terreno 385-022 desta Cia.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas de formato Retangular, externa, 385-55, acrescida de marinha, com 13,00m de frente para Ruas Eduardo Luiz Lopes e Almirante Mariath e com 252,00m de limite com terrenos desta Cia (385-065, 385-024).
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, externa, 385-56, acrescida de marinha, com 20,00m de frente para a rua Alnte. Mariath e 3,00m de frente para a Rua da Igrejinha.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas de formato trapézio, externa, 385-57, acrescida de marinha, com 13,00m de frente para a Rua Alnte. Mariath e com 20,00m de frente para a Rua Vereador Odilon Braga, limitando-se com o terreno 385-025 desta Cia.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Terreno da 2ª faixa ferroviária externa, com área de 5.301,00m ² , tendo de frente com a Rua Alnte. Mariath 15,50m.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, com 26.740,00m ² de área, de acesso ao Parque de Minério e Carvão, limitando-se com a Av. Rio de Janeiro.
CDRJ	-	4	regular	-	-	-	-	-	Faixa de linhas férreas, com 4.225,00m ² de área, entre a Rua Comandante Garcia Pires e o terreno das Novas Oficinas.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA CDRJ
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
CDRJ	6001.0120306-10	4	bom	2.643,40					Rua Benedito Otoni, Fundos dos n°s 52 e 60
CDRJ	6001.0120308-81	4	bom	7.843,07	-	-	-	-	Rua Benedito Otoni, Fundos dos n°s 62 e 64
CDRJ	6001.0120297-94	4	regular	393.074,85					Av. Bicalho, Francisco, 49
CDRJ	6001.0120305-39	4	regular	21.786,29	-	-	-	-	Ilha Braço Forte, do - BAÍA DE GUANABARA
CDRJ	6001.0020852-33	4	regular	41.285,24	-	-	-	-	Av Brasil, s/n° lado par, lote 2 do PAL 45197,prolongamento da Rua da Igreja esquina com rua Eduardo Luiz Lopez
CDRJ	6001.0021183-44	4	bom	452.036,06	-	-	-	-	Av. Brasil entre Rua Odilon Braga (antiga Rua Bonfim) e Rua Alnte. Mariath.
CDRJ	6001.0120315-00	4	regular	27.886,45	-	-	-	-	Av. Brasil 921/921A
CDRJ	6001.0120322-30	4	bom	2.225.910,08	-	-	-	-	Cais do Cajú (Av Rio de Janeiro, 780)
CDRJ	não tem	4	bom	1.815,52	-	-	-	-	Praia do Cajú, 420
CDRJ	6001.0019885-40	4	bom	3.086,00					Praia do Cajú, 674
CDRJ	6001.0035604-23	4	regular	11.632,09	-	-	-	-	Rua Cristo, Santo, 33 (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	6001.0118206-41	4	bom	2.110.811,95	-	-	-	-	Cais de São Cristovão - paralelo à Av. Rio de Janeiro.
CDRJ	6001.0120300-24	4	regular	19.607,66	-	-	-	-	Rua Equador, 196 a 262 (antigo 80/108)
CDRJ	6001.0120301-05	4	regular	25.272,09	-	-	-	-	Rua Equador, 274/388 (antigo 112 fds, 116/156)
CDRJ	6001.0025027-99	4	bom	14.958,02	-	-	-	-	Rua Equador, 650/680 (antigo 296)
CDRJ	6001.0120299-56	4	regular	8.278,79	-	-	-	-	Rua Equador, 752 (antigo 300)
CDRJ	não tem	4	bom	-	-	-	-	-	Fazenda Arapucaia Guassu - Sepetiba
CDRJ	5865.0005225-49	4	bom	-	-	-	-	-	Av. Feliciano Sodré, s/n - área 5 (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	5865.0005226-20	4	bom	-	-	-	-	-	Av. Feliciano Sodré, s/n - área 7 (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	5865.0005227-00	4	bom	-	-	-	-	-	Av. Feliciano Sodré, s/n - área 8 (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	5865.0005228-91	4	bom	-	-	-	-	-	Av. Feliciano Sodré, s/n - área 8-A (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	5865.0007391-06	4	bom	447.657,27	-	-	-	-	Av. Feliciano Sodré, 215
CDRJ	6001.0120316-91	4	bom	7.467.068,24	-	-	-	-	Cais da Gamboa
CDRJ	6001.0019572-37	4	bom	7.166.104,80	-	-	-	-	Rua General Gurjão, 166
CDRJ	6001.0010890-14	4	bom	-	-	-	-	-	Rua General Luiz Mendes de Moraes, 50 (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	5801.0107791-20	4	bom	1.428.176,26	-	-	-	-	Praça Getúlio Vargas, 197 (antiga Praça Lopes Trovão) - ANGRA DOS REIS
CDRJ	5865.0007390-17	4	bom	1.170.001,45	-	-	-	-	Av. Governador Roberto Silveira, s/n° - Niterói - (Antiga Av. Contorno)

CDRJ	6001.0120319-34	4	bom	38.489,11	-	-	-	-	Rua da Igrejinha 1
CDRJ	5839.0000021-47	4	bom	374.496,17	-	-	-	-	Estrada Joaquim Fernandes, 120 - Ilha da Madeira - ITAGUAÍ (Cedido à Marinha do Brasil)
CDRJ	não tem	4	bom	252,31	-	-	-	-	Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Lote 1 - Enseada de São Bento (Angra dos Reis) - 4.120m²
CDRJ	não tem	4	bom	137,61	-	-	-	-	Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Lote 2 - Enseada de São Bento (Angra dos Reis) - 2.247m²
CDRJ	5801.0104564-61	4	bom	318,18	-	-	-	-	Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Lote 3 - Enseada de São Bento (Angra dos Reis) - 5.195,50m² (Cedido ao Tribunal de Justiça - RJ)
CDRJ	5801.0100627-65	4	bom	-	-	-	-	-	Av. Oswaldo Martins (antiga Reis Magos) - Enseada de São Bento - Área Remanescente - 10.205,00m²
CDRJ	6001.0120320-78	4	bom	1.111.950,52	-	-	-	-	Pier da Praça Mauá
CDRJ	6001.0120317-72	4	bom	3.321.337,81	-	-	-	-	Cais do PMC, do - Antigo Parque de Minério e Carvão
CDRJ	6001.0120309-62	4	bom	1.222.152,14	-	-	-	-	Av. Pereira Reis, Professor, 76 (Testadas para Rua Cordeiro da Graça, 155 e Rua Equador, 335)
CDRJ	6001.0120314-20	4	bom	48.982,85	-	-	-	-	Av. Rio de Janeiro esquina com Rua Eduardo Luíz Lopes - Lote 1 do PAL 13.760
CDRJ	6001.012312-49	4	bom	109.914,64	-	-	-	-	Av. Rio de Janeiro esquina com Rua Alente. Mariath - Lado Ímpar - Lote 2 do PAL 13.760
CDRJ	6001.012312-68	4	bom	236.281,65	-	-	-	-	Av. Rio de Janeiro, esq. Av. Almirante Mariath nº 4
CDRJ	6001.0120318-53	4	bom	29.669,86	-	-	-	-	Av. Rodrigues Alves, 129/Fundos
CDRJ	6001.0120304-58	4	bom	202.823,13	-	-	-	-	Av. Rodrigues Alves, 241
CDRJ	6001.0020114-69	4	regular	267.145,31	-	-	-	-	Av. Rodrigues Alves, 733
CDRJ	6001.0120298-75	4	regular	393.074,85	-	-	-	-	Av. Rodrigues Alves, 743/789
CDRJ	não tem	4	regular	-	-	-	-	-	Av. Rodrigues Alves, 827/ 829/831 (Escritura de Permuta em fase de regularização no RGI)
CDRJ	6001.0120296-03	4	regular	32.534,20	-	-	-	-	Av. Rodrigues Alves, 837/843
CDRJ	não tem	4	bom	67.865,17	-	-	-	-	Rua Santa Cruz, 15 - ARRAIAL DO CABO - PORTO DO FORNO - (transferido p/ Município de Arraial do Cabo - convênio nº001/99 - Minist dos Transportes
CDRJ	5801.0100629-27	4	bom	136.042,38	-	-	-	-	Enseada Santa Luzia - Angra dos Reis (acesso pela rua Doutor Coutinho)
CDRJ	6001.0120321-59	4	regular	81.811,91	-	-	-	-	Rua General Sampaio, s/nº - esq. Av. Rio de Janeiro, 2185 - Lote 1 do PAL 44416
CDRJ	6001.0019794-78	4	bom	2.561.879,13	-	-	-	-	Rua Carlos Seidl 2/4 (Áreas desapropriadas em Processo Judicial pela antiga PORTOBRAS em fase de regularização SUPJUR CDRJ)
CDRJ	6001.00190012-82	4	regular	86.311,14	-	-	-	-	Rua Silvino Montenegro, 20
CDRJ	não tem	4	regular	123.035,50	-	-	-	-	Washington Luiz - Km 07 - Nova Iguaçu (Em fase de regularização junto à SPU)
CDRJ	6001.0120302-96	4	regular	79.801,74	-	-	-	-	Av. Venezuela, 194/224
CDRJ	6001.0120303-77	4	regular	79.801,74	-	-	-	-	Av. Venezuela, 232/264
CDRJ	-	4	bom	-	-	-	-	-	Terreno situado na Av. Rio de Janeiro, 901 com área total de 3.667,60 m², em processo de regularização junto à SPU.

OBS.: Em 2013 foi feita uma reestruturação organizacional no âmbito da CDRJ na qual foi criada a uma gerência para gestão dos ativos imobiliários da CDRJ, com o objetivo de melhorar o controle sobre os imóveis não operacionais. Em conseguinte, após revisão documental, foi constatada a situação apresentada acima.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA CDRJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 -RIO DE JANEIRO		
	Rio de Janeiro	1	0
	Itaguaí	0	0
	Angra dos Reis	0	0
	Niterói	0	0
Subtotal Brasil		1	0
EXTERIOR	Não há	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total		1	0

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Em relação à questão 6, a Companhia ainda não possui um Sistema de Gestão de Segurança da Informação, o qual somente poderá ser definido após aprovação e publicação do PDTI.	

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			

12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X		
Considerações Gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	3.000	6.000		30.600	51.900	
Água	397.729	209.606	296.952	1.654.498	2.834.851	3.789.272
Energia Elétrica	5.594.133	7.565.232	7.471.123	2.582.841	3.823.912	3.826.250
			Total	4.267.939	6.710.663	7.615.522

Unidades

Papel: Resma

Água: M³

Energia Elétrica: Kilowatt

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 022.460/2013-6	7147/2013	1.8	DE	Ofício 2771/2013 – TCU/SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, caso realize novo certame para substituir o RDC Presencial 1/2013, encaminhe cópia do edital, no prazo de cinco dias, a contar da sua publicação, para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRGES					-
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	006.372/2012-0	7373/2012	1.7.1	RE	Ofício nº 2362/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					

Determinar à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro que adote as medidas necessárias ao deslinde da questão relativa à titularidade sobre o domínio útil do imóvel situado à Rua General Luiz Mendes de Moraes, 50, Lote 1, do qual a Companhia Docas do Rio de Janeiro mantém a posse desde 1983, em face da operação de dação em pagamento ocorrida com a Companhia Siderúrgica Nacional, informando a este Tribunal, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRPLA	-
Síntese da providência adotada:	
Respondido pela CARTA-DIRPRE nº 22033/2013	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	006.372/2012-0	7373/2012	1.8.1	RE	Ofício nº 2362/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Recomendar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, ao requisitar avaliações de terrenos, solicite ao avaliador que:					
a) utilize o método comparativo de dados de mercado;					
b) expurgue da base de dados obtida valores que não reflitam adequadamente os valores atuais de mercado;					
c) considere imóveis de características semelhantes (área, localização e outros fatores relevantes), evitando a inclusão de itens amostrais que não guardem pertinência com o objeto em avaliação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRPLA					-
Síntese da providência adotada:					
A CDRJ foi cientificada da referida recomendação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	006.617/2013-1	1274/2013		RE	Ofício 0273/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
“As Companhias Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Docas do Estado da Bahia (CODEBA), Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Docas do Pará (CDP), Docas do Ceará (CDC) e Docas do Espírito Santo (Codesa), vinculadas à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, e à Companhia Docas do Maranhão (Codomar), vinculada ao Ministério dos Transportes, para que aprimorem seus processos de planejamento no intuito de espelhar a real possibilidade de execução dos investimentos programados, (...)”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPLAN					-
Síntese da providência adotada:					
Foi dado conhecimento a todas as Diretorias da CDRJ.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	035.366/2011-7	1318/2013	9.3.1	DE	Ofício 0435/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, em futuras licitações que contemplem objetos similares ao da Concorrência 05/2011, adote as seguintes providências, sob pena de responsabilização da autoridade e/ou gestores omissos: 9.3.1. exclua ou reformule a exigência de demonstração de experiência anterior em fornecimento e serviços que tenham sido executados em cais ou píeres em área marítima, eis que essa experiência pode ser comprovada com base em outras obras, marítimas ou fluviais, executadas em condições similares (subitem 4.4.3 do edital da Concorrência 5/2011).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRGES					-
Síntese da providência adotada:					
A CDRJ foi cientificada da referida determinação.					

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	035.366/2011-7	1318/2013	9.3.2	DE	Ofício 0435/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, em futuras licitações que contemplem objetos similares ao da Concorrência 05/2011, adote as seguintes providências, sob pena de responsabilização da autoridade e/ou gestores omissos:</p> <p>9.3.2. exclua ou reformule a exigência de comprovação de execução de concreto armado para estruturas marítimas com $F_{ck} \geq 40 \text{Mpa}$, tendo em vista que isso pode ser comprovado com base na execução de serviço dessa espécie com utilização de concreto dotado de menor resistência (subitem 4.4.3 do edital de Concorrência 5/2011).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRGES					-
Síntese da providência adotada:					
A CDRJ foi cientificada da referida determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	035.366/2011-7	1318/2013	9.3.3	DE	Ofício 0435/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, em futuras licitações que contemplem objetos similares ao da Concorrência 05/2011, adote as seguintes providências, sob pena de responsabilização da autoridade e/ou gestores omissos:</p> <p>9.3.3. considerando o elevado percentual de empresas inabilitadas na Concorrência 5/2011 (83%), avalie a possibilidade de excluir ou modificar, em termos quantitativos ou qualitativos, exigências semelhantes àquelas que ensejaram a inabilitação de cinco consórcios na referida licitação, sopesando, em especial, as ponderações apresentadas nestes autos pela Secob-Hidro e transcritas no relatório deste acórdão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRGES					-
Síntese da providência adotada:					
A CDRJ foi cientificada da referida determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	003.851/2012-5	1834/2013	9.1.1	DE	Ofício 0461/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, relativamente ao Contrato C-DEPJUR nº 86/1998, envie em 15 dias a esta Corte:</p> <p>9.1.1 informações sobre os termos aditivos celebrados e demais medidas que eventualmente tenham sido adotadas, objetivando a reparação dos danos decorrentes da execução deste contrato;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRPLA/SUPDEP					-
Síntese da providência adotada:					
Respondido pela Carta-DIRPRE nº 11639/2013					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	003.851/2012-5	1834/2013	9.1.2	DE	Ofício 0461/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ					-
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro que, relativamente ao Contrato C-DEPJUR nº 86/1998, envie em 15 dias a esta Corte: 9.1.2 informações circunstanciadas que evidenciem os débitos apurados, as responsabilizações, os ressarcimentos e o encontro de contas relativamente às irregularidades apuradas, em especial aquelas relacionadas a eventuais prejuízos advindos da inadequação dos valores da parcela variável e dos descontos de 60% sobre os valores das Tabelas I e II da Tarifa Portuária, bem como aqueles decorrentes do estabelecimento de volume mínimo de movimentação de carga aquém do quantitativo realmente movimentado à época da contratação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRPLA/SUPDEP					-
Síntese da providência adotada:					
Respondido pela Carta-DIRPRE nº 11639/2013					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Em relação ao ano de 2013, não houve Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	13/2013	Cap. III.2 e Informação 1 do Anexo II	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Adotar providências, em articulação com a SEP/PR, visando a que as metas físicas e financeiras das ações sob sua responsabilidade, relacionadas a Programas de Governo, sejam atingidas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPLAN/DIPLAN			
Síntese da providência adotada:			
Após troca de informações e alguns esclarecimentos mantidos em articulação com a SEP/PR, foi acordada a adoção das seguintes providências: <ol style="list-style-type: none">1) O repasse de recursos da SEP/PR será administrado de forma a evitar aumentar ainda mais o valor já disponibilizado no caixa das Companhias Docas;2) No que tange a definição de diretrizes com base no disposto na Lei 12.815/2013 o planejamento orçamentário poderá ser embasado nos diversos instrumentos de planejamento do setor portuário nacional que vem sendo elaborados pela SEP/PR, evitando que todas as ações sejam definidas sem um estrito embasamento;3) No âmbito da CDRJ o acompanhamento da execução orçamentária vem sendo aprimorado e relatórios que detalham a execução de cada ação encontram-se disponíveis bimestralmente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	13/2013	Cap. III.2 e Informação 2 do Anexo II	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
b) Redefinir ou reestruturar, em articulação com a SEP/PR, os indicadores de desempenho existentes para que na sua totalidade preencha os critérios de mensurabilidade e utilidade, considerando: (1) a situação econômico-financeira da Companhia que tem amargado déficits consecutivos nos últimos exercícios; e (2) as expectativas introduzidas pela Lei nº 12.815/2013 (nova Lei dos Portos);			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPLAN/DIPLOR			
Síntese da providência adotada:			
<p>O conjunto de 37 indicadores de desempenho que fazem parte da referida Portaria vem sendo respondido, mensalmente, desde o mês de Abril/2012, àquela Secretaria de Portos por meio de correio eletrônico.</p> <p>Ressaltamos que o conjunto de Indicadores que compõe a Portaria SEP/PR nº 214/2008, quando combinados entre si, fornecem uma gama de análise abrangente quanto ao desempenho da Companhia, sendo eles mensuráveis e relevantes para tomada de decisão no nível gerencial.</p> <p>Cabe ainda mencionar que, devido ao processo interno de reorganização em curso, bem como a regulamentação do disposto na lei 12.815/2013 – no que tange a definição de diretrizes – no momento a CDRJ não tem estipuladas metas gerenciais a serem alcançadas.</p> <p>Todos os indicadores constantes na Portaria nº 214/2008 da SEP/PR são utilizados por todas as Autoridades Portuárias do país na aferição de seu desempenho. Tais indicadores são agrupados nas seguintes dimensões: econômico-financeiro; operacional; administrativa; comercial; segurança; meio-ambiente; dragagem; institucional e logística.</p> <p>Este painel de Indicadores é suficiente quanto à abrangência e representatividade do que se propõe a medir. É confiável, prático, de fácil acesso, transparente e econômico, posto que os dados são extraídos, em sua maioria, por meio de sistemas já implementados dentro da CDRJ.</p> <p>O conjunto dos Indicadores de Desempenho foi definido por meio de Portaria Ministerial SEP/PR. Apesar de alguns dos Indicadores admitirem algumas modificações, para se tornarem ainda mais eficazes quando analisados, para isso tornar-se possível, teria que ser reeditada a Portaria SEP/PR 214/2008.</p> <p>As Companhias Docas, em reuniões mantidas sobre o assunto com o setor responsável da SEP/PR externaram sua opinião a respeito, porém, ficou decidido por aquela Secretaria, que o conjunto de Indicadores seria mantido tal qual foi publicado. Sendo assim, não é de incumbência da CDRJ nenhuma alteração a nenhuma das fórmulas utilizadas para cálculo dos Indicadores.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	13/2013	Cap. III.10	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
o) adotar medidas para prover a área de Gestão Patrimonial de estrutura tecnológica adequada para gerir o patrimônio imobiliário sob a sua responsabilidade. Adotar providências para aperfeiçoar os controles internos utilizados na gestão do patrimônio imobiliário (entendidos como o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados com vistas a assegurar que os objetivos sejam alcançados, de forma confiável e concreta;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPCOM/DIVGAT			
Síntese da providência adotada:			
Foi criada em 22/05/2013 a Divisão de Gestão de Ativos Imobiliários – DIVGAT, a qual encontra-se em funcionamento a partir de 01/06/2013. Para atendimento às necessidades da nova Divisão, foi solicitada a disponibilização de mais 03 (três) microcomputadores e 01 (uma) impressora padrão laser, preto e branco. Para execução de registros fotográficos em vistorias nos imóveis foi solicitada a aquisição de 01 (uma) máquina fotográfica. Para aperfeiçoar os controles internos utilizados na gestão do patrimônio imobiliário está em andamento processo licitatório para a contratação de serviços de Engenharia Consultiva destinados à avaliação imobiliária e atualização cadastral de parte dos imóveis da CDRJ, situados nos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, incluindo serviços de topografia georeferenciados e elaboração de projetos de desmembramento e remembramento de terrenos com utilização de coordenadas geodésicas, visando a sua valorização e regularização patrimonial.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	13/2013	Cap.III.10	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
p) proceder de imediato os registros dos imóveis da União que estão sob sua guarda e responsabilidade no SPIUnet, assim que as questões que estão sendo discutidas com a SPU estejam pacificadas;			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
SUPCOM/DIVGAT			
Síntese da providência adotada:			
Os imóveis da União Federal sob a gestão e guarda da CDRJ, citados no Artigo 2º, parágrafo 1º do Decreto Lei nº 256/1967, referem-se aos acessos ferroviários externos ao Porto do Rio de Janeiro. A incorporação do domínio útil de cada um desses acessos ao patrimônio da CDRJ, a partir da extinção da Administração do Porto do Rio de Janeiro já foi requerida à SRPU/RJ e depende de decisão favorável da mesma nos respectivos processos administrativos.			
De acordo com o Artigo 2º, parágrafo 2º, alínea “a” do Decreto Lei nº 256/1967, os citados acessos ferroviários, uma vez que não foram incorporados ao patrimônio da CDRJ na data de sua constituição, retornaram ao Patrimônio da União.			
A CDRJ não tem acesso ao sistema SPIUnet, do SERPRO, pois somente órgãos da Administração Direta Federal possuem senha de acesso. Sendo assim, o registro dos citados bens no sistema SPIUnet é atribuição da SRPU/RJ, e deverá ser feito pela citada Superintendência a partir da definição de cada um dos processos, com o cadastramento dos respectivos RIP's em favor ou não da CDRJ.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	13/2013	Cap. III.5 e Informação 3 do Anexo II	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
c) Adotar providências para aprimorar a eficiência e a qualidade dos controles internos administrativos instituídos e para a criação de novos controles, com vistas a garantir, no futuro, que seus objetivos estratégicos sejam alcançados;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Quanto ao item 7: “Informar quais as rotinas de controle interno que essa UJ possui (sistemas informatizados, normas, rotinas, procedimentos, etc) de forma que seus objetivos estratégicos sejam alcançados”: Essa DIRARH desconhece a informação prestada de que “Não há controle interno estabelecido”, uma vez que na área operacional há sistemas, tais como “Porto sem Papel” e “Supervia de Dados”, que auxiliam o controle e acompanhamento das atividades relacionadas à operação portuária. Já na área de gestão administrativa, financeira e contábil temos: o Sistema SSA (que conta com os módulos de Patrimônio, Compras e Licitações, Financeiro, Contábil, Fiscal e Almoxarifado); o Sistema de gestão de Recursos Humanos (Registro, Pagamento, Treinamento e Capacitação e Benefícios); o Sistema de gestão de documentos (Protocolo e Tramitação de Processo) e sistema de controle orçamentário.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	13/2013	Cap.III.7	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
d) autuar os pagamentos em processos financeiros, contendo pelo menos as faturas/notas fiscais atestadas pelo fiscal do contrato, relatório de fiscalização ou termo de recebimento, autorização do pagamento pela autoridade competente, cálculo dos tributos retidos, comprovante de pagamento à empresa e comprovante do repasse dos tributos;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPFIN			
Síntese da providência adotada:			
Revisão da Norma de Controle Interno para Pagamentos			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	13/2013	Cap.III.7	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
e) exigir, nos contratos de execução continuada ou parcelada, a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do artigo 195 da Constituição Federal;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Todos os fiscais de contrato no ato de encaminhamento da respectiva fatura/nota fiscal para pagamento e a SUPFIN no processamento do pagamento.			
Síntese da providência adotada:			
A CDRJ dispõe de um Termo de Contrato padronizado, formulado pela Divisão de Contratos – DICTRA, com cláusulas específicas para pagamento, clausulada a obrigatoriedade da contratada em apresentar as cópias das Certidões Negativas de Débito relativas ao INSS, FGTS e ISS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, caso se aplique ao objeto contratado, bem como a suspensão automática do pagamento por não cumprimento dessas obrigações.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	13/2013	Cap.III.7	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
f) verificar, quando do pagamento das aquisições de bens e serviços da Unidade, a regularidade fiscal da empresa prestadora/fornecedora em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos nºs 593/2005 - Primeira Câmara e 1.178/2005 TCU Plenário;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Todos os fiscais de contrato no ato de encaminhamento da respectiva fatura/nota fiscal para pagamento e a SUPFIN no processamento do pagamento.			
Síntese da providência adotada:			
Visando a melhoria na execução da atividade a DIRARH providenciará a divulgação de Nota de Esclarecimento na Intranet, lembrando a todos os Fiscais de Contrato a obrigatoriedade do cumprimento das Cláusulas descritas no Termo de Contrato.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	13/2013		Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
g) anexar aos processos de pagamento relativos às aquisições de bens e serviços da Unidade, documentos que comprovem o repasse ao Governo dos tributos retidos;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPFIN			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação já foi implantada e descrita na revisão da “Norma de Controle Interno para Pagamentos”.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	13/2013	1 do Anexo I	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Submeter à área jurídica da Unidade as Dispensas de Licitação, para emissão de parecer, que deverá ser anexado aos autos do certame, conforme determina o artigo 38 da Lei 8.666/93;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUPADM/SUPJUR			
Síntese da providência adotada:			
A Superintendência de Administração, através da Divisão de Licitações e Contratos (DIVCOL) está interagindo com a Superintendência Jurídica e a Divisão de Contratos (DICTRA) para a implantação de melhorias no processo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	13/2013	2 do Anexo I	Ofício nº 992/2013
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação:			
Observar e atender ao disposto no item 8.8 da Norma de Licitações e de Contratos da CDRJ, aprovada pela Ordem de Serviço nº 17/2012, referente à formalização de contratos;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPADM			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação já foi atendida.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	13/2013	3 do Anexo I	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
Abster-se de contratar empresa ou aceitar objeto que não atenda a todos os requisitos solicitados no Termo de Referência, em atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, artigo 3º da Lei nº 8.666/1993;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPADM/SUPINF			-
Síntese da Providência Adotada			
Todos os empregados responsáveis pelo recebimento de material/serviços receberam essa orientação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	13/2013	4 do Anexo I	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
Efetuar o levantamento de todos os tributos e impostos relacionados à Ordem de Fornecimento nº 29/2012, que não foram pagos na época devida ou foram pagos de forma incorreta e efetuar as devidas retenções; observar sempre a necessidade de retenção de tributos nos pagamentos efetuados a outras pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens e serviços, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e com a Lei Complementar nº 116/2003;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPFIN			-
Síntese da Providência Adotada			
A Superintendência de Orçamento e Finanças – SUPFIN já adotou as medidas cabíveis. A Diretoria de Administração, Finanças e Recursos Humanos – DIRARH aprovou um Programa de Capacitação e Treinamento para todos os empregados das áreas financeira, contábil e fiscal. Cabe registrar ainda que com a atualização do sistema todos os tributos e impostos serão gerados automaticamente, reduzindo esse tipo de inconsistência.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	13/2013	5 do Anexo I	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
Observar e atender ao disposto nos subitens 9.1 e 9.8 da Norma de Licitações e de Contratos da CDRJ, aprovada pela Ordem de Serviço nº 17/2012, designando, formalmente, os fiscais de contrato, em atendimento ao determinado no artigo 67 da Lei nº 8.666/1993;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
.			-
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação já foi atendida.			

Síntese dos Resultados Obtidos
-
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	13/2013	6 do Anexo I	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
Cumprir o princípio de Segregação de Funções, atentando para a separação das funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações;			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPADM/DIVCOL			-
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação já foi atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	13/2013	Cap.III.8	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas para prover a Área de Tecnologia da Informação de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI e de Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, de Plano de Capacitação dos servidores, de ferramentas para a Salvaguarda da Informação, de capacidade para a produção e desenvolvimento de sistemas e de procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços;			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPINF			-
Síntese da Providência Adotada			
A Superintendência de Infraestrutura e a Divisão de Informática estão realizando estudos para a implementação e implantação do PETI e do PDTI. Como já informado anteriormente, concordamos que a elaboração de um Planejamento Estratégico de TI é peça fundamental para a estratégia de desenvolvimento e eficiência da Companhia no tocante as ações de Tecnologia da Informação, uma vez que esse planejamento levará a tomada de ações e soluções a serem apresentadas no PDTI da empresa. Apesar da ausência de um Plano Estratégico de TI da CDRJ, esta sendo elaborada minuta de um PDTI para o triênio 2013-2015 para apresentação e aprovação da Direção da CDRJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	13/2013	Cap.III.12.3	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
adotar medidas para atualizar os dados e informações contidos no banner Acesso à Informação do site <www.portosrio.gov.br>; e			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPINF			-
Síntese da Providência Adotada			

A recomendação está sendo implementada, pois como a atualização das subpáginas do site da CDRJ, conforme preconiza a OS DIRPRE 16/2012, compete exclusivamente ao Rol de Proprietários (Superintendências e Gerências) relacionados no Anexo I da respectiva OS realizar a atualização das subpáginas do site institucional da CDRJ. Cada Superintendência ou Gerência relacionada no Anexo I possui acesso direto a sua subpágina para atualização e divulgação dos dados e informações sobre sua responsabilidade.

Além disso, compete exclusivamente ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DIRPRE 157/2012, acompanhar e controlar mensalmente se as atualizações estão sendo efetuadas pelo Rol de Proprietários. Caso estas não estejam sendo atualizadas deve ser cobrado diretamente da área responsável pela informação que providencie imediatamente a devida atualização da subpágina.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	13/2013	Cap.III.12.3	Ofício nº 992/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			-
Descrição da Recomendação			
Adotar providências imediatas para cumprimento do art. 45 do Decreto nº 7.724/2012, que Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH/SUPINF/SUPADM			-
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação já está sendo implementada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	-	-	Ofício nº 1178/2013 – Nota Técnica 193/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação			
Trata-se da análise da proposta do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014 da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) para manifestação da Secretaria de Controle Interno.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SUPAUD			-
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	-	-	Ofício nº 1078/2013 – Nota Técnica nº 180/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação			
Recomenda à Companhia Docas do Rio de Janeiro que observe, quando da designação de servidor público para cargo/emprego comissionado, o disposto na Súmula 246 do Tribunal de Contas da União.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRARH			-
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

--

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	-	-	Ofício nº 1249/2013 – Nota Técnica nº 209/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação			
Realizar gestão junto à Secretaria de Portos da Presidência da República para que indique os membros dos Conselhos Fiscal e de Administração previamente à eleição, nos termos do inciso III do § 1º e inciso I do § 2º, ambos do art. 1º do Decreto nº 6.551/2008, e à aprovação da Presidência da República, conforme § 3º do art. 1º do Decreto nº 6.551/2008.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPRE			-
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	-	-	Ofício Circular nº 08/2013 Nota Técnica nº 09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação			
Orientação aos órgãos e entidades vinculados à Ciset/SG-PR sobre a obrigatoriedade da exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme previsto na Lei nº 12.440/2011.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPRE/SUPJUR			-
Síntese da Providência Adotada			

Síntese dos Resultados Obtidos
-
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	-	-	Ofício nº 759/2013 - Nota Técnica nº 122/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ			
Descrição da Recomendação			
Para conhecimento e providências pela CDRJ, após manifestação da CISET/SG-PR sobre a instauração de tomada de contas especial.			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIRPLA/SUPDEP			-
Síntese da Providência Adotada			
Carta-DIRPRE nº 22133/2013 e 19205/2013			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Em relação ao ano de 2013, não houve Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

9.3 - Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

POSIÇÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CDRJ

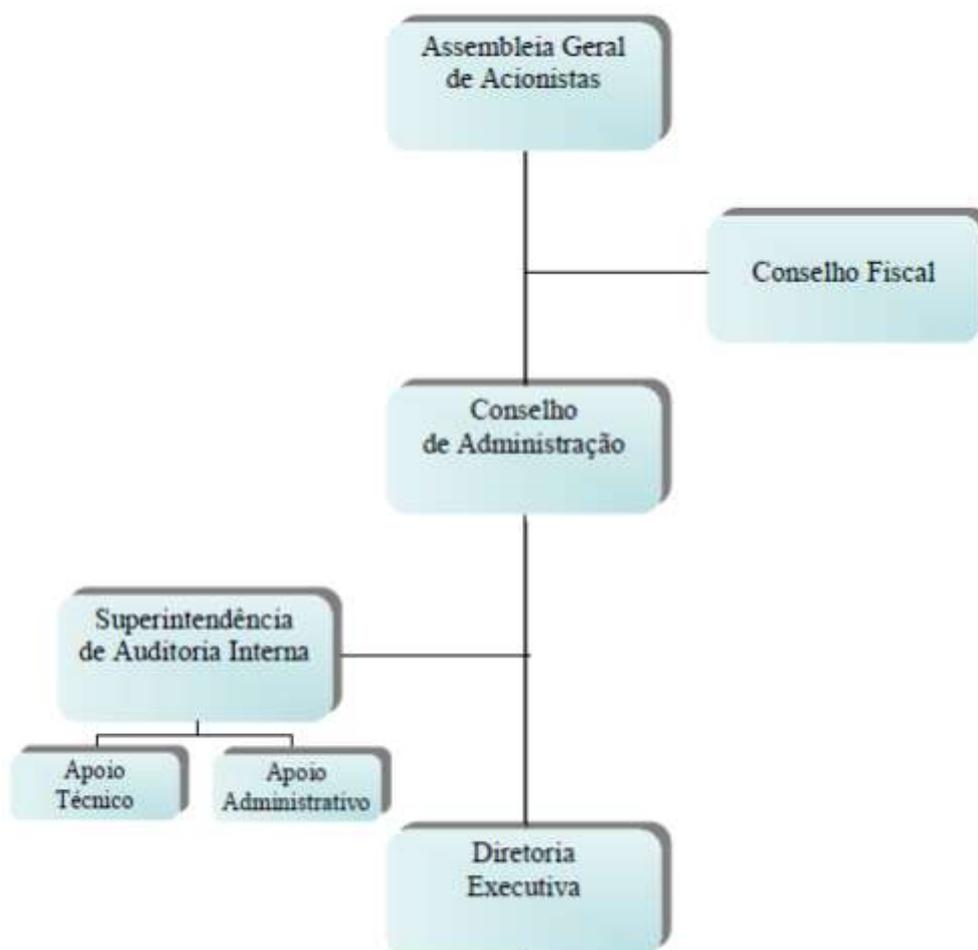
Posicionamento das atividades

A Auditoria Interna é uma atividade independente dentro da CDRJ, vinculada ao Conselho de Administração – CONSAD através da Superintendência de Auditoria Interna – SUPAUD constituída por Especialistas Portuários e Técnicos de Serviços Portuários, a exercer o controle geral das atividades da CDRJ, avaliando os controles operacionais, patrimoniais e financeiros, orientando formas de proteção aos interesses da companhia.

Dependência hierárquica conforme a estrutura da CDRJ

A Superintendência de Auditoria Interna da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ está vinculada ao Conselho de Administração – CONSAD e, administrativamente, ao Presidente da CDRJ.

ORGANOGRAMA



A Superintendência de Auditoria Interna desenvolveu suas atividades de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT - Exercício de 2013, aprovado pelo CONSAD em sua 578ª reunião, realizada em 07/12/2012. A seguir relacionamos os números dos relatórios, as constatações, recomendações e as respectivas avaliações para cada recomendação.

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Humanos (Verificação das Autorizações para viagens Nacionais - Folha de Pagamento).
ÁREA AUDITADA	SUPINF/DIVMAP
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Sra. Superintendente de Auditoria Interna – SUPAUD, conforme CI-SUPAUD No 21742/2012, datada de 17/09/2012, o presente Relatório tem por objetivo verificar por amostragem o cumprimento dos normativos internos no que se refere ao preenchimento do formulário das Autorizações Para Viagem - APV's e sua respectiva Prestação de Contas - PCV.
PONTO 1	Cumprimento parcial da NORMA PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS EM VIAGENS A SERVIÇO pelos diversos órgãos da Companhia envolvidos no processo.
RECOMENDAÇÃO 1	Recomendamos a SUPINF/DIVMAP como forma de aprimorar os controles da Companhia, a necessidade de colocar em prática as rotinas que irão ser sugeridas ao DIRARH em relação ao funcionamento do Setor de Viagens – SETVIA para que os órgãos da companhia envolvidos no processo possam cumprir efetivamente a NORMA PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS EM VIAGENS A SERVIÇO, em especial os Assistentes/Secretárias, indicados por cada Diretoria, por serem os atuais responsáveis pelo preenchimento e tramitação dos Anexos I e II da referida norma.
PROVIDÊNCIAS R1	Em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 5244/2013, a DIRARH informou que efetuará uma revisão na Ordem de Serviço DIRPRE nº 10/2012.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2013
ATIVIDADE	Contratos e Convênios Administrativos (C-DEPJUR Nº 054/97 - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL)
ASSUNTO	Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais.
PONTO 1	Seguros
RECOMENDAÇÃO 1	RECOMENDAMOS que a Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária – SUPDEP, solicite a Arrendatária cópia da Apólice de Seguro de Operador Portuário e/ou Logística conforme o Certificado de Seguro apresentado.
PROVIDÊNCIAS R1	Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 7437/2013, a SUPDEP informou que: anexamos ao presente expediente cópia da apólice de seguro de Operador Portuário da Arrendatária, em cumprimento à recomendação 5.3.1. do citado Relatório de Auditoria. Sugiro a baixa do ponto.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

PONTO 2	Multa
RECOMENDAÇÃO 2	RECOMENDAMOS a DIRPLA/SUPDEP informar a esta SUPAUD se após a emissão da CARTA-DIRPRE nº 26301/2010, de 07/12/2010 houve fatos novos sobre o assunto, tendo em vista a emissão da fatura nº 600241, de 07/07/2010 no valor de R\$ 957.558,50 (novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) referente à multa por não ter atingido a movimentação mínima exigida no contrato referente ao ano de 2006, ainda não ter sido quitada.
PROVIDÊNCIAS R2	Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 7437/2013, a SUPDEP informou que a questão da multa contratual pelo não cumprimento da meta de Movimentação Mínimo Contratual está sendo efetivamente tratada através do Processo 13.813/2013. Informamos também que houve sim fato novo após a emissão da CARTA-DIRPRE nº 26.301/2010, configurado em novo Recurso contra a aplicação da multa, apresentado pelo Escritório GALLOTI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, representando a CSN. A SUPJUR esta concluindo a análise desse Recurso, com vistas à instrução do assunto para deliberação superior. Sugiro a baixa do ponto.
AValiação R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2013
ATIVIDADE	Gestão Patrimonial (Verificação do Controle do Almoarifado)
ÁREA AUDITADA	SUPADM/DIVCOL
ASSUNTO	Verificar o cumprimento dos ordenamentos internos que regulamentam relativamente às entradas, saídas e estocagem dos materiais da CDRJ, bem como analisar a classificação, segurança, conservação e o consumo destes materiais e avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade.
PONTO 1	Local apropriado para instalações do Almoarifado
RECOMENDAÇÃO 1	Monitorar a transferência do almoarifado para local apropriado e seguro o mais breve possível, a fim de assegurar a integridade de seus colaboradores e dos materiais, ou mesmo adequar os contêineres às condições de trabalho;
PROVIDÊNCIAS R1	A DIVCOL informa que está iniciando os trâmites internos (abertura de processo) para locação de imóvel adequado para a transferência do Almoarifado; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	Segregação das funções com o conseqüente aumento dos colaboradores lotados no setor, melhor capacitação dos colaboradores.
RECOMENDAÇÃO 2	Propiciar a segregação das funções no almoarifado, aumentando o efetivo no setor.

PROVIDÊNCIAS R2	A DIVCOL informa que a OS 09/2013 alterou a estrutura da DIRARH e restituiu o cargo de Encarregado de Almoarifado, acrescentando 01 colaborador ao quadro do SETALM. Ainda assim necessitamos de, pelo menos, mais 01 colaborador, a fim de totalizarmos 04 colaboradores; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO
PONTO 3	Elaboração de inventários trimestrais e destinação apropriada aos materiais obsoletos
RECOMENDAÇÃO 3	Definir na Norma, de forma mais clara, as competências de cada setor, atribuindo responsabilidades para o recebimento dos materiais de consumo e dos materiais permanentes;
PROVIDÊNCIAS R3	A DIVCOL informa que providenciará a alteração da Norma de Almoarifado para atender esse entre outros pontos que já tinham sido observados por esta DIVCOL; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R3	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R3	SANADO
PONTO 4	Definição clara das competências de cada setor no que se refere ao recebimento de material de consumo.
RECOMENDAÇÃO 4	Desenvolver no novo sistema que está em fase de implantação na Companhia, caso o mesmo não tenha, todos os relatórios compartilhados, a fim de evitar retrabalho e erro;
PROVIDÊNCIAS R4	A DIVCOL informa que o novo sistema, SSA, está em efetivo funcionamento desde 02/05 e por isso ainda não foram gerados relatórios, mas segundo informações dos técnicos de suporte o SSA tem vários relatórios disponíveis para atendimento de nossas necessidades; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R4	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R4	SANADO
PONTO 5	Definição clara das competências de cada setor no que se refere ao recebimento de material permanente
RECOMENDAÇÃO 5	Desenvolver no novo sistema um relatório de estoque mínimo e máximo a fim de orientar o setor de compras para que se processem as licitações em tempo hábil;
PROVIDÊNCIAS R5	A DIVCOL informa que o SSA possui relatório de estoque mínimo e máximo, porém só poderemos utilizar esta ferramenta transcorridos, pelo menos, 06 meses, pois na migração dos dados foi utilizado o estoque final do Siscorp para compor o estoque inicial do SSA. Sendo assim precisaremos da movimentação mensal para obter tal relatório. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R5	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R5	SANADO

PONTO 6	Desenvolvimento de relatórios compartilhados e de estoque máximo e mínimo
RECOMENDAÇÃO 6	Periodicamente deem destinação aos materiais obsoletos, inutilizados ou fora de uso maximizando espaço e minimizando custos;
PROVIDÊNCIAS R6	A DIVCOL informa que será providenciada a destinação de tais materiais e estabelecida a periodicidade das destinações futuras; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R6	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R6	SANADO
PONTO 7	Destinar para local próprio os materiais obsoletos
RECOMENDAÇÃO 7	Realizar inventários trimestrais.
PROVIDÊNCIAS R7	A DIVCOL informa que serão realizados inventários nos meses de junho, setembro e dezembro/2013; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R7	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R7	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2013
ATIVIDADE	ASSESSORAMENTO CONFIS/CONSAD/DIREXE Monitoramento dos Normativos Internos - (Norma de Segurança do Edifício-Sede e da SUPRIO)
ÁREA AUDITADA	SUPINF/DIVMAP
ASSUNTO	Examinar se os procedimentos contidos na Ordem de Serviço nº 37/2012 de 06/11/2012 (NORMA DE SEGURANÇA DO EDIFÍCIO-SEDE E DA SUPRIO) estão sendo observados pela Recepção da Companhia, Divisão de Manutenção Predial – DIVMAP e Superintendência de Recursos Humanos - SUPREC.
PONTO 1	Não houve ponto destacado.
RECOMENDAÇÃO 1	Recomendamos que a SUPINF/DIVMAP tome ciência do relatório.
PROVIDÊNCIAS R1	Em anexo a CI-SUPAUD nº 8.273/2013 a Superintendência de Infraestrutura - SUPINF tomou ciência do Relatório nº 04/2013 e informou em despacho de 30/04/2013 que "Todas as constatações pontuadas no Relatório de Auditoria nº 04/2013 foram respondidas pela DIVMAP e suas respostas/justificativas acatadas pela SUPAUD". Sugiro a baixa do ponto.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 05/2013
ATIVIDADE	EXAME E PARECER DAS CONTAS (Balanço Patrimonial)
ÁREA AUDITADA	DICONT/SUPFIN
ASSUNTO	Verificar as contas do Balanço Patrimonial, bem como a composição das demais Demonstrações Financeiras que compõem a Prestação de Contas de 2012.
PONTO 1	<p>Conforme o item 8 das Notas Explicativas - Bens em Processo de Baixa: (...) O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se registrado transitoriamente no Ativo Circulante aguardando o encerramento do processo de dação dos bens (...)" Do exposto acima tecemos os seguintes comentários: I) Conforme o inciso I do Art. 179 da Lei 6.404/76, no Ativo Circulante serão classificadas: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte, ou seja, os Bens em Processo de Baixa não atendem nenhum desses requisitos. II) Não houve alteração no Saldo da conta Bens em Processo de Baixa durante o exercício de 2012. III) Ainda não há fato contábil, o que há é um fato relevante que resultará em assunção de direito para a entidade, cujos efeitos materializar-se-ão no futuro, trazendo aí sim modificações no patrimônio da entidade.</p>
RECOMENDAÇÃO 1	Que o valor de Bens em Processo de Baixa seja estornado e depois controlado através de Contas de Compensação nos termos do item 29 da Resolução CFC nº 1.330/11 de 18/03/2011 "Aprova a ITG 2.000 – Escrituração Contábil".
PROVIDÊNCIAS R1	A DICONT/SUPFIN informa que: O valor contabilizado na conta Bens em Processo de Baixa refere-se à cessão de imóveis de propriedade da CDRJ ao Comando da Marinha, conforme deliberação da DIREXE. O valor foi contabilizado no Ativo Circulante porque estava em vias de ser regularizado. Atualmente, a cessão ainda não foi efetivada, porém o assunto está sendo tratado pelo Processo 25.668/2008. O prazo limite para implementação será no encerramento do próximo Exercício Social, quando da Elaboração das Demonstrações Financeiras. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

<p>PONTO 2</p>	<p>O item 114(a) da Resolução CFC 1.185/2009, nos informa que: As notas explicativas devem conter “declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC (ver item 16)”</p> <p>Item16: “A entidade cujas demonstrações contábeis estão em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC deve declarar de forma explícita e sem reservas essa conformidade nas notas explicativas. A entidade não deve afirmar que suas demonstrações contábeis estão de acordo com essas normas, interpretações e comunicados técnicos a menos que cumpra todos os seus requisitos” (grifo nosso).</p> <p>O item 2 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) das Notas Explicativas da Companhia Docas apresenta a seguinte redação: “As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009”. Do acima exposto verifica-se o não atendimento ao item 114(a) da Resolução CFC 1.185/2009, visto que em nenhum momento a Companhia Docas informa se atende ou não as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC.</p>
<p>RECOMENDAÇÃO 2</p>	<p>Que a DICONT atenda o item 114(a) da Resolução CFC 1.185/2009. Como sugestão segue um exemplo das Demonstrações Financeiras de 2011 da CODESP:</p> <p>“As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.”</p> <p>Prazo Limite para Implementação: / /</p>
<p>PROVIDÊNCIAS R2</p>	<p>A DICONT/SUPFIN informa que: Certamente, as Demonstrações Contábeis da CDRJ são elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 6.404/76 (e alterações) e aos Pronunciamentos Contábeis – CPC. Na próxima elaboração das Notas Explicativas, adotaremos o texto sugerido pela SUPAUD, copiado das Demonstrações Financeiras da CODESP. O prazo limite para implementação será no encerramento do próximo Exercício Social, quando da Elaboração das Demonstrações Financeiras. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.</p>
<p>AValiação R2</p>	<p>A recomendação foi considerada atendida.</p>
<p>SITUAÇÃO R2</p>	<p>SANADO</p>

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2013
ATIVIDADE	Contratos e Convênios Administrativos (CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DE ARRENDAMENTO - C-DEPJUR Nº 086/1998 – MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S/A)
ÁREA AUDITADA	SUPDEP
ASSUNTO	Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais.
PONTO 1	Seguros
RECOMENDAÇÃO 1	RECOMENDAMOS a Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária – SUPDEP, solicite a Arrendatária cópia das apólices de seguro atualizadas, bem como cópia das Notas de Seguro comprovando o pagamento dos prêmios.
PROVIDÊNCIAS R1	Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 14382/20132 a SUPDEP através da DIRPLA encaminhou cópia das Notas de Seguro comprovando o pagamento dos prêmios.
AValiação R1	A recomendação foi atendida
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Financeiros (Balancetes Mensais)
ÁREA AUDITADA	SUPFIN
ASSUNTO	Examinar a regularidade das contas dos balancetes de janeiro, fevereiro e março de 2013 quanto à observância dos dispositivos legais vigentes, a regularidade do Controle Contábil, bem como aos procedimentos de lançamentos.
PONTO 1	Avisos de crédito dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não contabilizados e avisos de débito dos exercícios de 2008 e 2009 não contabilizados.
RECOMENDAÇÃO 1	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que verifique a possibilidade de informar a esta SUPAUD no prazo de 30 dias, o andamento da CARTA-DIGEFI nº 5.264/2013 encaminhada à Caixa Econômica Federal.
PROVIDÊNCIAS R1	A DICONT/SUPFIN informa que com relação à Carta DIGEFI nº 5.264/2013, esta SUPFIN já esgotou todas as tratativas de solicitação junto àquela Instituição Financeira a fim de resolver o assunto, haja vista as correspondências encaminhadas conforme cópias em anexo: Carta DIGEFI nº 25.833/2011, Carta DIRARH nº 23.070/11, Carta SUPFIN nº 8.128/2013, e-mail datado de 17/07/2013, e-mail datado de 14/08/2013. Em resposta as nossas solicitações, a Caixa Econômica, através do e-mail datado de 15/08/2013, informou que não tem como identificar os valores depositados, em razão dos mesmos terem sido efetivados em espécie. Com relação aos avisos de débitos, a Caixa Econômica Federal irá pesquisar as origens dos mesmos, conforme e-mail em anexo. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

PONTO 2	Cheques em trânsito, avisos de débito, avisos de créditos e cheques não contabilizados pendentes de exercícios anteriores.
RECOMENDAÇÃO 2	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que continue buscando junto as Instituições Bancárias, Clientes e Usuários a identificação desses Avisos mantendo a Diretoria e a SUPAUD informados sobre o andamento deste assunto, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R2	<p>A DICONT/SUPFIN informa que:</p> <p>Avisos de Créditos: Todas as pendências referentes ao ano de 2013 já foram regularizadas, o que equivale a, aproximadamente, 82% do total.</p> <p>Avisos de Débitos: Das pendências relacionadas foram baixados cinco avisos restando apenas os valores de R\$ 712,08 e R\$ 795,43, a serem regularizados.</p> <p>Continuamos adotando providências a fim de que as pendências dos avisos de créditos e de débitos sejam regularizadas com a maior brevidade possível.</p> <p>Cheques Pagos no Extrato e não Contabilizados: Todos os valores foram regularizados.</p> <p>O valor de R\$ 4.000,00 compensado em 12/01/2010, relativo a um processo de Fundo Fixo, cujo assunto está sendo tratado por meio de Processo Administrativo Disciplinar, foi reclassificado para a conta adiantamento fundo fixo, onde aguarda o fechamento do PAD.</p> <p>Os demais valores referiam-se a cheques do Banco do Brasil cujas baixas no sistema financeiro se deram na conta da Caixa Econômica Federal, suas regularizações ocorreram em abril/13.</p> <p>Lançamentos no Razão que não constam no Extrato: O valor de R\$ 26.892,84 é referente a um cheque da CEF que foi lançado na conta do Banco do Brasil, porém a pendência já foi regularizada com transferência entre as contas do mês de abril/13.</p> <p>Lançamentos a Acertar em Abril/13: Todas as pendências foram regularizadas em abril/13.</p> <p>Entrada no Cais: A DICONT/DIGEFI tem solicitado providências urgentes junto à administração da CDRJ no intuito de se regularizar as pendências apontadas, conforme CI's 23.336/2010; 4.314/11;1.821/12;2.796/12;14.397/12;16.597/12 (cópias anexas).</p> <p>Arrecadação: Valor referente à arrecadação da receita do dia 31/03/13, do Porto do Rio, efetuada pelo Banco do Brasil e disponibilizada no dia útil seguinte, conforme termos contratados pela CDRJ e Banco do Brasil (D+1). O crédito foi lançado em 01/04/2013. Tendo em vista o exposto acima, sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.</p>
AVALIAÇÃO R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO

	Contas a Receber sem a efetiva quitação há mais de 01 ano, conforme a seguir:			
	ANGRA			
	FATURA	EMISSÃO	HISTÓRICO	VALOR
	(R\$)			
	300.003	19/01/2012		T-PAR
	120.663,84			
	300.013	17/02/2012		T-PAR
	120.663,84			
	300.015	29/02/2012		T-PAR
	10.928,60			
	300.019	27/03/2012		T-PAR
	126.127,64			
	300.029	20/04/2012		T-PAR
	126.127,64			
	300.039	18/05/2012		T-PAR
	126.127,64			
	300.044	20/06/2012		T-PAR
	126.127,64			
	NITERÓI			
	FATURA	EMISSÃO	HISTÓRICO	VALOR
	(R\$)			
	2.012.400.024	09/01/2012	EDSON NASC.	510,88
	2.012.400.035	18/01/2012	ISS MARINER	
	224,54			
	2.012.400.100	17/02/2012		NORSKAN
	615,94			
	2.012.400.253	19/03/2012		NORSKAN
	615,94			
	2.012.400.315	12/04/2012	FUGRO BRASIL	475,86
	2.012.400.357	11/05/2012		SEACOR
	371,83			
	2.012.400.370	11/05/2012		SEACOR
	371,83			
	2.012.400.502	21/06/2012	EC. AQUIC. PESCA	6.063,82
	SETPOR			
	FATURA	EMISSÃO	HISTÓRICO	VALOR
	(R\$)			
	600.005	02/01/2012	TELERJ	67,71
	600.029	31/01/2012	ISS MARINER	58,99
	600.073	01/02/2012	TELERJ	67,71
	600.073	01/02/2012	TELERJ	67,71
	600.126	01/03/2012	TELERJ	67,71
	600.163	02/04/2012	TELERJ	67,71
	600.214	02/05/2012	TELERJ	67,71
	600.262	01/06/2012	TELERJ	67,71
	67,71			
PONTO 3				
RECOMENDAÇÃO 3	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que informe quais atitudes estão sendo tomadas a fim de dar efetividade ao recebimento desses créditos, se possível, no prazo de 30 dias.			

<p>PROVIDÊNCIAS R3</p>	<p>A DIGEFI/SUPFIN informa que: ANGRA A empresa T-PAR está realizando depósitos judiciais das faturas de nº 300.003, 300.013, 300.015, 300.019, 300.029, 300.039 e 300.044/2012 que estão arroladas no Processo nº 2006.001.010796-4. Informo ainda que encaminhamos CI-DIGEFI nº 17.594/2013 à SUPJUR, solicitando obter junto ao escritório externo a confirmação dos valores depositados. NITERÓI Fatura nº 2012400024 da empresa C&C (representante Edson Nascimento), encontra-se pendente de pagamento, tendo sido encaminhado a pedido do cliente, cópia da Nota Fiscal e comprovante de entrega, para fins de resolver a pendência. Fatura nº 2012400035 da empresa ISS MARINE, foi paga em 26/01/2012, não baixada a época, já regularizado no relatório contábil no mês de junho de 2013. Fatura nº 2012400100 e 2012400253 da empresa NORSKAN, encontram-se pendentes de pagamento, tendo sido encaminhado a pedido do cliente cópia da Nota Fiscal e comprovante de entrega, para fins de resolver a pendência. Fatura nº 2012400315 da empresa FUGRO BRASIL SERV. o pagamento foi realizado em 13/08/2013.</p> <p>Fatura nº 2012400357 e 2012400370 da empresa SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA, encontram-se pendentes de pagamento, tendo sido encaminhado a pedido do cliente cópia da Nota Fiscal e comprovante de entrega, para fins de resolver as pendências. O cliente solicitou a fatura original, já encaminhada pela GERNIT, para providenciar o pagamento das mesmas. Fatura nº 2012400502 – Secretaria de Aquicultura e Pesca, foi encaminhada a SUPJUR através da CI nº 19.426/13, uma vez que não houve retorno do cliente, em que pese, os vários contatos através de telefone e e-mails para fins de quitação do pagamento.</p> <p>SETPOR Fatura nº 600.029, em nome da ISS MARINE, foi identificado o pagamento em 08/04/2013, já baixado no relatório SUPITA. Valores em aberto em nome da Telerj referem-se a pagamento a menor, já solicitado solução do problema junto ao Fiscal do contrato (DICOFI) através CI nº 17.512/2013.</p>
<p>AVALIAÇÃO R3</p>	<p>A recomendação foi considerada atendida.</p>
<p>SITUAÇÃO R3</p>	<p>SANADO</p>

PONTO 4	Observar para o ano de 2014 o §2º do Artigo 2º da Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965. (Dispõe sobre o Pagamento da Gratificação Prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 no que diz respeito ao 13º Salário Antecipado pago no mês de Janeiro.
RECOMENDAÇÃO 4	Recomendamos à SUPFIN/DIGEFI, embora a Lei não proíba, ficar atento ao disposto no Art. 2º da Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965, referente ao pagamento do 13º Salário Antecipado.
PROVIDÊNCIAS R4	A SUPREC Informou que o pagamento da antecipação do 13º salário pago na folha de pagamento de Janeiro/2013, é depositado apenas para os empregados que estão saindo de férias em Janeiro e Fevereiro, que solicitaram receber sua antecipação do 13º salário junto com a remuneração das férias. Caso o empregado não faça esta opção, o mesmo receberá a antecipação de 6/12 avós do 13º salário, junto com os demais empregados no mês de Julho de cada ano. O sistema da folha de pagamento será adequado para atender a legislação vigente.
AVALIAÇÃO R4	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R4	SANADO

PONTO 5	Saldo elevado da conta em 31/03/2013.
RECOMENDAÇÃO 5	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que regularize a conta, tendo em vista o elevado saldo em 31/03/2013, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R5	A DICONT/SUPFIN informa que vem notificando a área de patrimônio, que é a responsável pela regularização dos materiais. As baixas estão sendo realizadas nos meses subsequentes. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R5	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R5	SANADO
PONTO 6	Valores de 2010 e 2012 que não foram recolhidos.
RECOMENDAÇÃO 6	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que providencie o recolhimento referente às Faturas 375.811 e 504.588, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R6	A DICONT/SUPFIN informa que a fatura 375.811 continua em aberto, porém a DICONT cobrou providências por meio da CI 2009/2011. A fatura 504.588 foi baixada em abril/13. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R6	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R6	SANADO

PONTO 7	Duplicidade de lançamentos.
RECOMENDAÇÃO 7	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que verifique se os lançamentos efetuados em 31/03/2013 estão corretos, se possível, no prazo de 30 dias. CI 8.901/2013 no valor de R\$ 55.136,63 CI 8.900/2013 no valor de R\$ 55.136,63.
PROVIDÊNCIAS R7	A DICONT/SUPFIN informa que o valor registrado em duplicidade foi regularizado no mês subsequente, ou seja, 30/04/2013. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R7	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R7	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2013
ATIVIDADE	Assessoramento (Processos Judiciais)
ÁREA AUDITADA	SUPJUR
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Sra. Chefe da Superintendência de Auditoria Interna – SUPAUD elaboramos o presente Relatório, que tem por objetivo verificar a situação dos processos trabalhistas e cíveis com base nos relatórios encaminhados pelos escritórios externos.
PONTO 1	As ações classificadas como Cartas de Sentenças, mencionadas no Relatório encaminhado pelo escritório externo, no campo intitulado “DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS”, consta a informação “EXECUÇÃO PROCESSO 1637/91”. Embora tal informação faça referência à execução de um processo principal, não consta o resumo para identificar o pedido objeto da execução.
RECOMENDAÇÃO 1	Sugerimos a SUPJUR/DICOSO verificar junto ao escritório externo a possibilidade de melhoria na coluna descrição do pedido.
PROVIDÊNCIAS R1	... foi requerido ao escritório externo Tostes & de Paula, através de e-mail datado de 11/10/2013, que procedesse a alteração no Relatório Mensal das ações judiciais encaminhado à CDRJ, no que tange às classificadas como ‘ CARTA DE SENTENÇA ’, no campo intitulado como ‘ DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS ’ para que fosse acrescentado na informação que consta atualmente no campo ‘ EXECUÇÃO DO PROCESSO ’ a frase ‘ DESMEMBRAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL Nº 1.637/91 , identificando melhor a descrição do pedido
AValiação	A recomendação foi atendida
SITUAÇÃO R1	SANADO

PONTO 2	Com base no relatório encaminhado selecionamos aleatoriamente algumas ações onde a companhia figura como Ré dentre aquelas de valores mais expressivos, para verificar se existe a probabilidade do desfecho das mesmas ocorrerem no exercício em curso, tendo em vista que, considerando a materialidade, tais valores podem influenciar de forma significativa o fluxo das disponibilidades da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ.
RECOMENDAÇÃO 2	Em função do descrito no parágrafo anterior, expedimos a Solicitação de Auditoria nº 13911/2013, de 10 de junho de 2013, endereçada à Superintendência Jurídica – SUPJUR, solicitando informações acerca da probabilidade do desfecho das referidas ações.
PROVIDÊNCIAS R2	... Tendo em vista a solicitação de Vossa Senhoria no expediente em epígrafe, acerca do posicionamento de ações judiciais, pelo escritório no que tange ao item CONSTATAÇÃO III , descrito às fls. 08, do Relatório de Auditoria nº 08/13 – CI-SUPAUD nº 21.019/13, respondido pela SUPJUR/DICOSO, cumpre informar que não há probabilidade de desfecho de nenhuma ação judicial, no decorrer do exercício de 2013...
AValiação R2	A recomendação foi atendida
SITUAÇÃO R2	SANADO

PONTO 3	Quanto às informações sobre os andamentos dos processos, na coluna intitulada “TEXTO ANDAMENTO”, observamos que existem algumas expressões que por si só sugerem uma melhoria. Entretanto, verificamos que em outros processos existem bons resumos os quais possibilitam o entendimento com clareza sobre a situação da ação. Considerando a constatação acima acerca dos textos sobre o andamento processual, sugerimos que sejam complementados os textos, tomando por parâmetro os citados como bons resumos para podermos acompanhar o desfecho das mesmas.
RECOMENDAÇÃO 3	OPORTUNIDADE DE MELHORIA, sugerimos a Superintendência Jurídica - SUPJUR, por intermédio da Divisão de Contencioso - DICOSO interceder perante aos escritórios de Advocacia para adote providências em relação ao complemento dos textos dos andamentos processuais, de forma a permitir melhor visualização sobre o andamento processual, bem como solicite ao mesmo a informação de probabilidade de êxito das ações.
PROVIDÊNCIAS R2	Os créditos utilizados para apuração das contingências, normalmente são calculadas pela soma dos valores iniciais das causas, ou se houver, dos valores homologados nas execuções, atualizando-se monetariamente a cada ano, com base no valor do ano anterior, e somando-se ao valor contido nas novas demandas judiciais que por ventura venham a surgir no período. A classificação das ações, de acordo com os parâmetros fixados no item 19.7.5.1 da NBC T 19.7, decorrem dos seguintes fatores: Se na Execução contém homologação do cálculo, deve ser classificada como PROVÁVEL, se não tem, considera-se como POSSÍVEL, e se a ação está na fase de conhecimento, normalmente considera-se REMOTA, podendo também ser classificada como POSSÍVEL ou PROVÁVEL, de acordo com o objeto do pedido, as provas apresentadas, e as possibilidades de defesa. (...) “

	A classificação das ações, de acordo com os parâmetros fixados no item 19.7.5.1 da NBC T 19.7, decorrem dos seguintes fatores: Se na Execução contém homologação do cálculo, deve ser classificada como PROVÁVEL, se não tem, considera-se como POSSÍVEL, e se a ação está na fase de conhecimento, normalmente considera-se REMOTA, podendo também ser classificada como POSSÍVEL ou PROVÁVEL, de acordo com o objeto do pedido, as provas apresentadas, e as possibilidades de defesa. (...) “
SITUAÇÃO R3	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 09/2013
ATIVIDADE	Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e de Arrendamento)
ÁREA AUDITADA	DIRPLA/SUPDEP
ASSUNTO	Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais.
PONTO 1	A Arrendatária deverá apresentar cópia da apólice de seguro de Operador Portuário, bem como as Notas de Seguro comprovando o pagamento do prêmio, já que somente apresentou o Certificado.
RECOMENDAÇÃO 1	5.3.1- RECOMENDAMOS que a Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP solicite à cópia da apólice de seguro de Operador Portuário, bem como as Notas de Seguro comprovando o pagamento do prêmio e encaminhe a esta Auditoria.
PROVIDÊNCIAS R1	Em anexo a CI-SUPAUD n° 25233/2013 a Diretora de Planejamento e Relações Comerciais – DIRPLA tomou ciência do Relatório n° 09/2013 e informou “Restituo o presente com os esclarecimentos oferecidos pela fiscalização do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR n° 011/98”. Sugiro a baixa do ponto.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 10/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Humanos (Balancetes Mensais)
ÁREA AUDITADA	SUPFIN
ASSUNTO	Examinar a regularidade das contas dos balancetes de abril, maio e junho de 2013 quanto à observância dos dispositivos legais vigentes, a regularidade do Controle Contábil, bem como aos procedimentos de lançamentos.
PONTO 1	Existem lançamentos a serem regularizados pela Contabilidade devido a um número considerável de Avisos de Crédito e Débito informado nos extratos bancários da Companhia, conforme relatado no item 6.1.4 conta corrente da Caixa Econômica Federal; página 4 e item 6.1.6 Banco do Brasil; página 5 deste relatório.
RECOMENDAÇÃO 1	Sugerimos à Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DIRARH como medida preventiva criar mecanismos internos para que se agilize o encaminhamento desses documentos a Divisão de Contabilidade – DICONT a fim de minimizar as diferenças entre o relatório contábil e os documentos comprobatórios, bem como compense valores a que a Companhia tem direito.
PROVIDÊNCIAS R1	Os avisos que se achavam pendentes encontram-se totalmente regularizados na conciliação bancária do mês de dezembro/13. Não identificamos créditos não contabilizados que totalizem R\$ 2.463,11 e do total de créditos não contabilizados referente ao mês de junho, dos R\$ 145.722,08, foram identificados e regularizados avisos no montante de R\$ 134.215,58.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida, mas passiva de acompanhamento.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	De acordo com os relatórios apresentados a Companhia tem valores a receber de “cheques em cobrança” do ano de 2005, 2008, 2009, 2010, 2012 e 2013 item 6.3.2; páginas 11, 12, 13 e 14.
RECOMENDAÇÃO 2	Sugerimos um estudo voltado para a criação de procedimentos eficazes, a fim de sanar este problema.
PROVIDÊNCIAS R2	Informaram que em relação a cheques depositados e devolvidos por insuficiência de fundos. Quando da devolução pela instituição bancária, os cheques são encaminhados para o departamento jurídico para providências de cobrança. Sugiro a baixa e o acompanhamento. Entretanto, sugiro também a SUPFIN/DICONT que crie um controle em relação a estes cheques e solicite periodicamente uma posição (relatório) à SUPJUR detalhado relativo às cobranças
AValiação R2	A recomendação foi considerada atendida, mas passiva de acompanhamento
SITUAÇÃO R2	SANADO
PONTO 3	Valores não reconhecidos dentro do período de competência, item 6.3.3, página 15.
RECOMENDAÇÃO 3	Sugerimos um estudo voltado para a criação de procedimentos eficazes, a fim de sanar este problema.
PROVIDÊNCIAS R3	Informaram que estão adotando providências visando à regularização destes créditos.
AValiação R3	A recomendação foi considerada atendida, mas passiva de acompanhamento
SITUAÇÃO R3	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 11/2013
ATIVIDADE	Compras e Licitações (Licitações Publicas - Dispensas)
ÁREA AUDITADA	SUPADM/DIVCOL
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Senhora Superintendente de Auditoria Interna, conforme CI-SUPAUD No 17.674/2013, datada de 30/07/2013, o presente Relatório tem por objetivo verificar se os procedimentos de contratações diretas especificamente sob as modalidades de Dispensa e Inexigibilidade realizadas para efetivação de compras e serviços estão em conformidade com os dispositivos legais que amparam a contratação na Administração Pública.
PONTO 1	Não há dúvidas de que os processos envolvendo a dispensa de licitação pelo valor devem ser previamente examinados pela Consultoria Jurídica a fim de garantir a legitimidade do procedimento, bem como a legalidade e evitar a responsabilização do Gestor nas penalidades insertas no artigo 89 da Lei nº 8.666/93.
RECOMENDAÇÃO 1	Que as próximas dispensas efetuadas com base no Artigo 24 – Incisos I e II da Lei 8.666/93 sejam instruídas com os devidos pareceres jurídicos.
PROVIDÊNCIAS R1	A DIVCOL informa que em atendimento à orientação da Ciset a DIVCOL está encaminhando todas as Dispensas de Licitação para a emissão do parecer jurídico, porém entendemos que tal procedimento trava os processos fundamentados nos incisos I e II do Art.24 da Lei 8.666/93, pois o Legislador, ao estabelecer esse tipo de dispensa, privilegiou a celeridade dessas contratações de pequeno vulto, sopesando a razoabilidade e a proporcionalidade. O TCU, em sua obra Licitações & Contratos – 4ª edição, também deu tratamento diferenciado para as dispensas de licitação por valor, separando-as das demais e dividindo em capítulos distintos a forma como devem ser instruídos. No roteiro de procedimentos elaborado pelo TCU para as dispensas por valor, não consta obrigatoriedade de parecer jurídico, diferente das demais situações. Entendemos que nos casos de Dispensas de Licitação por valor, para aquisição de materiais pronta entrega e prestação de serviços sem obrigações futuras que dessem origem a uma Ordem de Fornecimento, minuta de contrato pré-aprovada pelo Jurídico, deveria ser seguido o subitem 6.1.3 da Norma de Licitações e Contratos, aprovada pela Ordem de Serviço nº 17/2012, bem como o ROTEIRO PRÁTICO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA do TCU, nos quais não consta obrigatoriedade de parecer jurídico, diferente das demais situações. Diante do exposto, e com o objetivo de pacificar o assunto sugiro que a área jurídica elabore uma súmula vinculante a respeito dos processos de dispensa baseados nos incisos I e II do artigo 24 da lei 8.666/93. As demandas referentes à Solicitação de Auditoria nº 22.394/2013, foram atendidas em 18/11/2013.
AValiação R1	
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 12/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Humanos
ÁREA AUDITADA	DIRARH/SUPREC
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Sra. Superintendente de Auditoria Interna – SUPAUD, conforme CI-SUPAUD No 18704/2013, datada de 08/08/2013, o presente Relatório tem por objetivo verificar por amostragem o cumprimento dos normativos internos no que se refere a concessão do pessoal cedido, admissões, demissões e desligamentos e declaração de imposto de renda .
PONTO 1	Não identificamos os comprovantes relativos aos desligamentos dos empregados registros n.ºs. 7999 e 9518 desligados em 27/03/2013 e 12/06/2013 respectivamente.
RECOMENDAÇÃO 1	Sugerimos que a DIAPES regularize os registros dos desligamentos no SisacNet dos empregados relativo aos registros acima mencionados, caso ainda não tenha feito.
PROVIDÊNCIAS R1	
AVALIAÇÃO R1	
SITUAÇÃO R1	Recomendação dentro do prazo de atendimento
PONTO 2	Verificando os relatórios (Contas em aberto até 30/10/2013 por cliente) mencionados na informação apresentada pela SUPREC em relação ao pessoal cedido, constatamos faturas/recibos em aberto no valor de R\$ 6.358.309,72
RECOMENDAÇÃO 2	Tendo em vista a posição dos valores constantes dos relatórios de contas em aberto, sugerimos que a SUPREC adotar providências quanto aos ressarcimentos, uma vez que, em alguns casos existem cobranças pendentes dos meses de abril, agosto e setembro de 2013.
PROVIDÊNCIAS R2	
AVALIAÇÃO R2	
SITUAÇÃO R2	Recomendação dentro do prazo de atendimento

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 13/2013
ATIVIDADE	ASSESSORAMENTO CONFIS/CONSAD/DIREXE (Monitoramento dos Normativos Internos)
ÁREA AUDITADA	DIRPRE/GABPRE/SUPGUA
ASSUNTO	O presente relatório procederá à análise quanto ao fiel cumprimento da Ordem de Serviço nº 31/2012 de 17/10/2012 (NORMA DE SEGURANÇA PARA O INGRESSO, A PERMANÊNCIA, O CONTROLE E A MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PESSOAS NA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO DO RIO DE JANEIRO).
PONTO 1	De acordo com o descrito no Artigo 2º da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012, abaixo transcrito: “As empresas Arrendatárias de Áreas e Terminais no Porto e aquelas que prestam serviços auxiliares, de forma permanente ou habitual, deverão cadastrar-se na ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (ALF/RJO), na ALFÂNDEGA DO PORTO DE ITUAGUÍ (ALF/IGI) e na COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, especificamente no SERVIÇO DE OPERAÇÕES ADUANEIRAS – SEOPE, no SERVIÇO DE OPERAÇÕES ADUANEIRAS NO PORTO DE ITAGUAÍ – SAOPE e na SUPERINTENDÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA – SUPGUA, respectivamente.”
RECOMENDAÇÃO 1	Solicito informar se tal procedimento está sendo cumprido pelas arrendatárias conforme determina o Art. 2º da O.S. DIRPRE nº 31/2012.
PROVIDÊNCIAS R1	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: ...“A Atual equipe de Gestão da Guarda Portuária assumiu as funções comissionadas em 01/09/2010. Foram substituídos todos os seus antigos ocupantes dos referidos cargos. No caso específico, Núcleo de investigações responsável pelo cadastro vem cumprindo rigorosamente o artigo 2º da O.S. DIRPRE nº 31/2012 de 17/10.
AValiação R1	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência do cadastramento das empresas arrendatárias e as que prestam serviços auxiliares de forma permanente ou habituais.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito:“O cadastro deverá ser solicitado diretamente na SUPERINTENDÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA – SUPGUA, momento em que deverá ser apresentado o cadastro específico, estabelecido no SEOPE da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro e na SAOPE da Alfândega do Porto de Itaguaí.”
RECOMENDAÇÃO 2	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todas as empresas cadastradas junto a SUPGUA.
PROVIDÊNCIAS R2	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Encaminhou a relação conforme CI-UNINVE nº009/2013 e CD em anexo”.

AVALIAÇÃO R2	Quanto à documentação solicitada, o Encarregado da Unidade de Investigação nos informa através da CI-UNINVE nº 221/2013 de 17/12/2013 que “todos os dados são mantidos apenas no sistema de cadastramento.”, ou seja, o mesmo não nos encaminhou a documentação solicitada, tendo em vista que a O.S. 31/2012 não se pronuncia sobre a necessidade de arquivamento dos supracitados documentos, Constatamos, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência da documentação das empresas cadastradas.
SITUAÇÃO R2	SANADO
PONTO 3	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “Relação dos veículos pertencentes às empresas devidamente cadastradas no SEOPE (O.S. ALF/RJO nº 06, de 03/07/02) e na SAOPE;”
RECOMENDAÇÃO 3	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todos os veículos cadastrados junto a SUPGUA.
PROVIDÊNCIAS R3	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Encaminhou a relação conforme CI-UNINVE nº009/2013 e CD em anexo”.
AVALIAÇÃO R3	Quanto à documentação solicitada, o Encarregado da Unidade de Investigação nos informa através da CI-UNINVE nº 221/2013 de 17/12/2013 que “todos os dados são mantidos apenas no sistema de cadastramento.”, ou seja, o mesmo não nos encaminhou a documentação solicitada, tendo em vista que a O.S. 31/2012 não se pronuncia sobre a necessidade de arquivamento dos supracitados documentos. Constatamos que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência da documentação dos veículos cadastrados.
SITUAÇÃO R3	SANADO
PONTO 4	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “Relação dos funcionários em papel timbrado da empresa.”
RECOMENDAÇÃO 4	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todos os funcionários das empresas arrendatárias cadastradas junto a SUPGUA.
PROVIDÊNCIAS R4	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Encaminhou a relação conforme CI-UNINVE nº009/2013 e CD em anexo”.
AVALIAÇÃO R4	Quanto à documentação solicitada, o Encarregado da Unidade de Investigação nos informa através da CI-UNINVE nº 221/2013 de 17/12/2013 que “todos os dados são mantidos apenas no sistema de cadastramento.”, ou seja, o mesmo não nos encaminhou a documentação solicitada, tendo em vista que a O.S. 31/2012 não se pronuncia sobre a necessidade de arquivamento dos supracitados documentos, Constatamos que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência da documentação dos funcionários cadastrados.
SITUAÇÃO R4	SANADO

PONTO 5	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito:“Quando, para o exercício da atividade para a qual foi credenciada, for necessário o uso de equipamento ou aparelhos de origem estrangeira, a empresa deverá apresentar à SUPGUA, no momento do ingresso às instalações portuárias, a autorização da ALF/RJO.”
RECOMENDAÇÃO 5	Solicito informar como tal controle é efetuado
PROVIDÊNCIAS R5	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “A relação de equipamentos importados é autorizada pela Receita Federal e a SUPGUA ratifica e encaminha para os acessos”.
AVALIAÇÃO R5	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao uso de equipamento ou aparelhos de origem estrangeira.
SITUAÇÃO R5	SANADO
PONTO 6	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “Os Órgãos da Imprensa, para realizarem reportagens no interior do Porto, deverão solicitar autorização inicialmente à CDRJ e, posteriormente, ao SEOPE da ALF/RJO e ao SAOPE/IGI, relacionando os funcionários e equipamentos e responsabilizando-se pela veiculação de imagens e notícias obtidas junto às embarcações, pessoas ou recintos alfandegados a que tiveram acesso, bem como pelo direito de terceiros pelo uso indevido das imagens.”
RECOMENDAÇÃO 6	Solicito informar como tal controle é efetuado
PROVIDÊNCIAS R6	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Os órgãos de Imprensa, após autorização da Receita Federal, nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, solicitam a Assessoria de Comunicação Social à devida autorização que, sendo autorizadas, tem suas relações de pessoas e veículos encaminhadas para o SUPGUA-SUB que ratifica a autorização, encaminhando as relações autorizadas para os portões do respectivo Porto, para controle físico de acesso”.
AVALIAÇÃO R6	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao acesso de Órgãos da Imprensa.
SITUAÇÃO R6	SANADO
PONTO 7	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “A autorização de acesso ao Porto de veículos agregados será concedida desde que o seu PROPRIETÁRIO ou FIRMA tenha cadastro no SEOPE da ALF/RJO, no SAOPE da ALF/IGI e na SUPGUA, comprovando através de CONTRATO ou CARTA da Empresa Contratante, cadastrada, que irá executar serviços no interior do Porto. Neste caso, deverá a CONTRATANTE declarar através de carta que se responsabiliza por qualquer irregularidade ou infração praticada pelo condutor do veículo.”
RECOMENDAÇÃO 7	Solicito informar se tal procedimento está sendo cumprido pelas firmas agregadas conforme determina o Art. 12 – Item VIII da O.S. DIRPRE nº 31/2012

PROVIDÊNCIAS R7	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “O descrito no artigo 12 – Item VIII da O.S. DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 é cumprido regularmente para emissão de permissão de viaturas e/ou pessoas nos Portos CDRJ.”
AVALIAÇÃO R7	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao acesso de veículos agregados.
SITUAÇÃO R7	SANADO
PONTO 8	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012, abaixo transcrito: “Terão acesso os veículos dos Presidentes, de acordo com a ATA de Posse e os veículos de serviços de propriedade ou alugados aos Sindicatos cadastrados no SEOPE ALF/RJO, no SAOPE e na SUPGUA até o limite de 03 (três) veículos.”
RECOMENDAÇÃO 8	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todos os veículos dos Sindicatos da Orla Portuária cadastrados.
PROVIDÊNCIAS R8	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Os citados veículos fazem parte do cadastro geral de viaturas considerando as peculiaridades do item 14 da O.S. DIRPRE nº 31/2012.”
AVALIAÇÃO R8	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao acesso de veículos dos presidentes de Sindicatos da Orla Portuária.
SITUAÇÃO R8	SANADO
PONTO 9	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012, abaixo transcrito: “Está em fase final de implantação o Sistema Integrado de Segurança (SIS) que permitirá o controle eletrônico dos acessos, assim como a gravação de imagens pelo Circuito Interno de televisão (CFTV) e portais e detectores manuais de metais.”
RECOMENDAÇÃO 9	Como forma de aprimorar o controle e a segurança de acesso de pessoas nas dependências do Porto Organizado do Rio de Janeiro, a Companhia pretende instalar/usar detectores de metal?
PROVIDÊNCIAS R9	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Está em fase final de implantação o Sistema Integrado de Segurança (SIS) que permitirá o controle eletrônico dos acessos, assim como a gravação de imagens pelo Circuito Interno de televisão (CFTV) e portais e detectores manuais de metais.”
AVALIAÇÃO R9	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está buscando o aprimoramento do controle e segurança dos acessos ao Porto, através da implantação do Sistema Integrado de Segurança (SIS).
SITUAÇÃO R9	SANADO

A Superintendência de Auditoria Interna – SUPAUD vem aprimorando procedimentos e metodologias de trabalho, objetivando auxiliar a administração na aplicação de medidas corretivas, e permitindo evitar a reincidência de impropriedades.

A adoção de providências, por parte das áreas auditadas, tem possibilitado a cada dia a melhoria e consistência dos controles internos e, por consequência, maior eficiência na gestão.

O Acompanhamento dos Relatórios de Auditoria Interna, denominado ARAINT, relaciona os pontos dos relatórios de auditoria interna do exercício de 2013, cujas providências adotadas pelas áreas estão atualizadas até o mês de dezembro/2013. Os pontos que ainda se encontram pendentes estão em fase de saneamento pelas diversas áreas desta CDRJ.

É importante assinalar que algumas recomendações, objeto dos referidos pontos, já mereceram providências por parte das áreas auditadas, entretanto, quando tais providências não atendem de forma plena as recomendações, o relatório retorna à área auditada para que sejam adotadas medidas complementares, até que haja solução satisfatória sobre a matéria.

Com o objetivo de oferecer uma melhor visão do presente sumário, informaremos como se apresenta sua disposição: cabeçalho, composto do número do relatório, a atividade, área auditada, áreas envolvidas com as respectivas CI's de encaminhamento. A seguir, encontram-se os pontos com as respectivas recomendações, bem como as providências adotadas pelas áreas auditadas e a situação do ponto, que poderá ser sanado ou pendente (este último em vermelho).

Destacamos que os pontos constantes deste sumário que ainda ensejam complementação de providências, em sua maioria, dependem de informações ou ações externas.

Abaixo demonstramos como fazemos o acompanhamento descrito acima, enfatizando que o prazo de resposta para cada área auditada conforme consta no normativo interno é de 15 (quinze dias) a partir da data de recebimento pela área auditada:

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO	
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA	
ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES/ PROVIDÊNCIAS DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA	
2013	
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Humanos (Verificação das Autorizações para viagens Nacionais - Folha de Pagamento).
ÁREA AUDITADA	SUPINF/DIVMAP
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Sra. Superintendente de Auditoria Interna – SUPAUD, conforme CI-SUPAUD No 21742/2012, datada de 17/09/2012, o presente Relatório tem por objetivo verificar por amostragem o cumprimento dos normativos internos no que se refere ao preenchimento do formulário das Autorizações Para Viagem - APV's e sua respectiva Prestação de Contas - PCV.
PONTO 1	Cumprimento parcial da NORMA PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS EM VIAGENS A SERVIÇO pelos diversos órgãos da Companhia envolvidos no processo.
RECOMENDAÇÃO 1	Recomendamos a SUPINF/DIVMAP como forma de aprimorar os controles da Companhia, a necessidade de colocar em prática as rotinas que irão ser sugeridas ao DIRARH em relação ao funcionamento do Setor de Viagens – SETVIA para que os órgãos da companhia envolvidos no processo possam cumprir efetivamente a NORMA PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS EM VIAGENS A SERVIÇO, em especial os Assistentes/Secretárias, indicados por cada Diretoria, por serem os atuais responsáveis pelo preenchimento e tramitação dos Anexos I e II da referida norma.
PROVIDÊNCIAS R1	Em despacho anexo à CI-SUPAUD nº 5244/2013, a DIRARH informou que efetuará uma revisão na Ordem de Serviço DIRPRE nº 10/2012.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2013
ATIVIDADE	Contratos e Convênios Administrativos (C-DEPJUR Nº 054/97COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL)
ASSUNTO	Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais.
PONTO 1	Seguros
RECOMENDAÇÃO 1	RECOMENDAMOS que a Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária – SUPDEP, solicite a Arrendatária cópia da Apólice de Seguro de Operador Portuário e/ou Logística conforme o Certificado de Seguro apresentado.
PROVIDÊNCIAS R1	Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 7437/2013, a SUPDEP informou que: anexamos ao presente expediente cópia da apólice de seguro de Operador Portuário da Arrendatária, em cumprimento à recomendação 5.3.1. do citado Relatório de Auditoria. Sugiro a baixa do ponto.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	Multa
RECOMENDAÇÃO 2	RECOMENDAMOS a DIRPLA/SUPDEP informar a esta SUPAUD se após a emissão da CARTA-DIRPRE nº 26301/2010, de 07/12/2010 houve fatos novos sobre o assunto, tendo em vista a emissão da fatura nº 600241, de 07/07/2010 no valor de R\$ 957.558,50 (novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) referente a multa por não ter atingido a movimentação mínima exigida no contrato referente ao ano de 2006, ainda não ter sido quitada.
PROVIDÊNCIAS R2	Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 7437/2013, a SUPDEP informou que a questão da multa contratual pelo não cumprimento da meta de Movimentação Mínimo Contratual está sendo efetivamente tratada através do Processo 13.813/2013. Informamos também que houve sim fato novo após a emissão da CARTA-DIRPRE nº 26.301/2010, configurado em novo Recurso contra a aplicação da multa, apresentado pelo Escritório GALLOTI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, representando a CSN. A SUPJUR esta concluindo a análise desse Recurso, com vistas à instrução do assunto para deliberação superior. Sugiro a baixa do ponto.
AVALIAÇÃO R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2013
ATIVIDADE	Gestão Patrimonial (Verificação do Controle do Almoxarifado)
ÁREA AUDITADA	SUPADM/DIVCOL
ASSUNTO	Verificar o cumprimento dos ordenamentos internos que regulamentam relativamente às entradas, saídas e estocagem dos materiais da CDRJ, bem como analisar a classificação, segurança, conservação e o consumo destes materiais e avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade.

PONTO 1	Local apropriado para instalações do Almoxarifado
RECOMENDAÇÃO 1	Monitorar a transferência do almoxarifado para local apropriado e seguro o mais breve possível, a fim de assegurar a integridade de seus colaboradores e dos materiais, ou mesmo adequar os contêineres às condições de trabalho;
PROVIDÊNCIAS R1	A DIVCOL informa que está iniciando os trâmites internos (abertura de processo) para locação de imóvel adequado para a transferência do Almoxarifado; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	Segregação das funções com o consequente aumento dos colaboradores lotados no setor, melhor capacitação dos colaboradores
RECOMENDAÇÃO 2	Propiciar a segregação das funções no almoxarifado, aumentando o efetivo no setor.
PROVIDÊNCIAS R2	A DIVCOL informa que a OS 09/2013 alterou a estrutura da DIRARH e restituiu o cargo de Encarregado de Almoxarifado, acrescentando 01 colaborador ao quadro do SETALM. Ainda assim necessitamos de, pelo menos, mais 01 colaborador, a fim de totalizarmos 04 colaboradores; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO
PONTO 3	Elaboração de inventários trimestrais e destinação apropriada aos materiais obsoletos
RECOMENDAÇÃO 3	Definir na Norma, de forma mais clara, as competências de cada setor, atribuindo responsabilidades para o recebimento dos materiais de consumo e dos materiais permanentes;
PROVIDÊNCIAS R3	A DIVCOL informa que providenciará a alteração da Norma de Almoxarifado para atender esse entre outros pontos que já tinham sido observados por esta DIVCOL; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R3	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R3	SANADO
PONTO 4	Definição clara das competências de cada setor no que se refere ao recebimento de material de consumo
RECOMENDAÇÃO 4	Desenvolver no novo sistema que está em fase de implantação na Companhia, caso o mesmo não tenha, todos os relatórios compartilhados, a fim de evitar retrabalho e erro;
PROVIDÊNCIAS R4	A DIVCOL informa que o novo sistema, SSA, está em efetivo funcionamento desde 02/05 e por isso ainda não foram gerados relatórios, mas segundo informações dos técnicos de suporte o SSA tem vários relatórios disponíveis para atendimento de nossas necessidades; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R4	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R4	SANADO
PONTO 5	Desenvolver Relatórios Compartilhados de estoque máximo e mínimo
RECOMENDAÇÃO 5	Desenvolver no novo sistema um relatório de estoque mínimo e máximo a fim de orientar o setor de compras para que se processem as licitações em tempo hábil;
PROVIDÊNCIAS R5	A DIVCOL informa que o SSA possui relatório de estoque mínimo e máximo, porém só poderemos utilizar esta ferramenta transcorridos, pelo menos, 06 meses, pois na migração dos dados foi utilizado o estoque final do Siscorp para compor o estoque inicial do SSA. Sendo assim precisaremos da movimentação mensal para obter tal relatório. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R5	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R5	SANADO
PONTO 6	Destinar para local próprio materiais obsoletos
RECOMENDAÇÃO 6	Periodicamente deem destinação aos materiais obsoletos, inutilizados ou fora de uso maximizando espaço e minimizando custos;
PROVIDÊNCIAS R6	A DIVCOL informa que será providenciada a destinação de tais materiais e estabelecida a periodicidade das destinações futuras; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R6	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R6	SANADO
PONTO 7	Realizar inventários trimestrais.
RECOMENDAÇÃO 7	Realizar inventários trimestrais.
PROVIDÊNCIAS R7	A DIVCOL informa que serão realizados inventários nos meses de junho, setembro e dezembro/2013; Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AValiação R7	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R7	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 04/2013
ATIVIDADE	ASSESSORAMENTO CONFIS/CONSAD/DIREXE (Monitoramento dos Normativos Internos (Norma de Segurança do Edifício-Sede e da SUPRIO))
ÁREA AUDITADA	SUPINF/DIVMAP
ASSUNTO	Examinar se os procedimentos contidos na Ordem de Serviço nº 37/2012 de 06/11/2012 (NORMA DE SEGURANÇA DO EDIFÍCIO-SEDE E DA SUPRIO) estão sendo observados pela Recepção da Companhia, Divisão de Manutenção Predial – DIVMAP e Superintendência de Recursos Humanos - SUPREC.
PONTO 1	Não houve ponto destacado.
RECOMENDAÇÃO 1	Recomendamos que a SUPINF/DIVMAP tome ciência do relatório.
PROVIDÊNCIAS R1	Em anexo a CI-SUPAUD nº 8.273/2013 a Superintendência de Infraestrutura - SUPINF tomou ciência do Relatório nº 04/2013 e informou em despacho de 30/04/2013 que "Todas as constatações pontuadas no Relatório de Auditoria nº 04/2013 foram respondidas pela DIVMAP e suas respostas/justificativas acatadas pela SUPAUD". Sugiro a baixa do ponto.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 05/2013
ATIVIDADE	EXAME E PARECER DAS CONTAS (Balanço Patrimonial)
ÁREA AUDITADA	DICONT/SUPFIN
ASSUNTO	Verificar as contas do Balanço Patrimonial, bem como a composição das demais Demonstrações Financeiras que compõem a Prestação de Contas de 2012.
PONTO 1	<p>Conforme o item 8 das Notas Explicativas- Bens em Processo de Baixa: (...) O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se registrado transitariamente no Ativo Circulante aguardando o encerramento do processo de dação dos bens (“...”)</p> <p>Do exposto acima tecemos os seguintes comentários:</p> <p>I) Conforme o inciso I do Art. 179 da Lei 6.404/76, no Ativo Circulante serão classificadas: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte, ou seja, os Bens em Processo de Baixa não atendem nenhum desses requisitos.</p> <p>II) Não houve alteração no Saldo da conta Bens em Processo de Baixa durante o exercício de 2012.</p> <p>III) Ainda não há fato contábil, o que há é um fato relevante que resultará em assunção de direito para a entidade, cujos efeitos materializar-se-ão no futuro, trazendo aí sim modificações no patrimônio da entidade.</p>
RECOMENDAÇÃO 1	Que o valor de Bens em Processo de Baixa seja estornado e depois controlado através de Contas de Compensação nos termos do item 29 da Resolução CFC nº 1.330/11 de 18/03/2011 “Aprova a ITG 2.000 – Escrituração Contábil”.
PROVIDÊNCIAS R1	<p>A DICONT/SUPFIN informa que: O valor contabilizado na conta Bens em Processo de Baixa refere-se à cessão de imóveis de propriedade da CDRJ ao Comando da Marinha, conforme deliberação da DIREXE. O valor foi contabilizado no Ativo Circulante porque estava em vias de ser regularizado. Atualmente, a cessão ainda não foi efetivada, porém o assunto está sendo tratado pelo Processo 25.668/2008.</p> <p>O prazo limite para implementação será no encerramento do próximo Exercício Social, quando da Elaboração das Demonstrações Financeiras.</p> <p>Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.</p>
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

PONTO 2	<p>O item 114(a) da Resolução CFC 1.185/2009, nos informa que: As notas explicativas devem conter “declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC (ver item 16)”</p> <p>Item16: “A entidade cujas demonstrações contábeis estão em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC deve declarar de forma explícita e sem reservas essa conformidade nas notas explicativas. A entidade não deve afirmar que suas demonstrações contábeis estão de acordo com essas normas, interpretações e comunicados técnicos a menos que cumpra todos os seus requisitos” (grifo nosso).</p> <p>O item 2 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) das Notas Explicativas da Companhia Docas apresenta a seguinte redação:</p> <p>“As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009”.</p> <p>Do acima exposto verifica-se o não atendimento ao item 114(a) da Resolução CFC 1.185/2009, visto que em nenhum momento a Companhia Docas informa se atende ou não as normas, interpretações e comunicados técnicos do CFC.</p>
RECOMENDAÇÃO 2	<p>Que a DICONT atenda o item 114(a) da Resolução CFC 1.185/2009. Como sugestão segue um exemplo das Demonstrações Financeiras de 2011 da CODESP:</p> <p>“As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.”</p> <p>Prazo Limite para Implementação: / /</p>
PROVIDÊNCIAS R2	<p>A DICONT/SUPFIN informa que: Certamente, as Demonstrações Contábeis da CDRJ são elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 6.404/76 (e alterações) e aos Pronunciamentos Contábeis – CPC. Na próxima elaboração das Notas Explicativas, adotaremos o texto sugerido pela SUPAUD, copiado das Demonstrações Financeiras da CODESP.</p> <p>O prazo limite para implementação será no encerramento do próximo Exercício Social, quando da Elaboração das Demonstrações Financeiras.</p> <p>Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.</p>
AVALIAÇÃO R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 06/2013
ATIVIDADE	Contratos e Convênios Administrativos (CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DE ARRENDAMENTO - C-DEPJUR Nº 086/1998 – MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S/A)
ÁREA AUDITADA	SUPDEP
ASSUNTO	Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais.
PONTO 1	Seguros
RECOMENDAÇÃO 1	RECOMENDAMOS a Superintendência de Desenvolvimento e Fiscalização Portuária – SUPDEP, solicite a Arrendatária cópia das apólices de seguro atualizadas, bem como cópia das Notas de Seguro comprovando o pagamento dos prêmios.
PROVIDÊNCIAS R1	Em despacho anexo a CI-SUPAUD nº 14382/20132 a SUPDEP através da DIRPLA encaminhou cópia das Notas de Seguro comprovando o pagamento dos prêmios.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi atendida
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Financeiros (Balancetes Mensais)
ÁREA AUDITADA	SUPFIN
ASSUNTO	Examinar a regularidade das contas dos balancetes de janeiro, fevereiro e março de 2013 quanto à observância dos dispositivos legais vigentes, a regularidade do Controle Contábil, bem como aos procedimentos de lançamentos.
PONTO 1	Avisos de crédito dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não contabilizados e avisos de débito dos exercícios de 2008 e 2009 não contabilizados.
RECOMENDAÇÃO 1	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que verifique a possibilidade de informar a esta SUPAUD no prazo de 30 dias, o andamento da CARTA-DIGEFI nº 5.264/2013 encaminhada a Caixa Econômica Federal.

PROVIDÊNCIAS R1	<p>A DICONT/SUPFIN informa que com relação à Carta DIGEFI nº 5.264/2013, esta SUPFIN já esgotou todas as tratativas de solicitação junto àquela Instituição Financeira a fim de resolver o assunto, haja vista as correspondências encaminhadas conforme cópias em anexo: Carta DIGEFI nº 25.833/2011, Carta DIRARH nº 23.070/11, Carta SUPFIN nº 8.128/2013, e-mail datado de 17/07/2013, e-mail datado de 14/08/2013.</p> <p>Em resposta as nossas solicitações, a Caixa Econômica, através do e-mail datado de 15/08/2013, informou que não tem como identificar os valores depositados, em razão dos mesmos terem sido efetivados em espécie.</p> <p>Com relação aos avisos de débitos, a Caixa Econômica Federal irá pesquisar as origens dos mesmos, conforme e-mail em anexo.</p> <p>Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.</p>
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	Cheques em trânsito, avisos de débito, avisos de créditos e cheques não contabilizados pendentes de exercícios anteriores.
RECOMENDAÇÃO 2	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que continue buscando junto as Instituições Bancárias, Clientes e Usuários a identificação desses Avisos mantendo a Diretoria e a SUPAUD informados sobre o andamento deste assunto, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R2	<p>A DICONT/SUPFIN informa que:</p> <p>Avisos de Créditos: Todas as pendências referentes ao ano de 2013 já foram regularizadas, o que equivale a, aproximadamente, 82% do total.</p> <p>Avisos de Débitos: Das pendências relacionadas foram baixados cinco avisos restando apenas os valores de R\$ 712,08 e R\$ 795,43, a serem regularizados.</p> <p>Continuamos adotando providências a fim de que as pendências dos avisos de créditos e de débitos sejam regularizadas com a maior brevidade possível.</p> <p>Cheques Pagos no Extrato e não Contabilizados: Todos os valores foram regularizados.</p> <p>O valor de R\$ 4.000,00 compensado em 12/01/2010, relativo a um processo de Fundo Fixo, cujo assunto está sendo tratado por meio de Processo Administrativo Disciplinar, foi reclassificado para a conta adiantamento fundo fixo, onde aguarda o fechamento do PAD.</p> <p>Os demais valores referiam-se a cheques do Banco do Brasil cujas baixas no sistema financeiro se deram na conta da Caixa Econômica Federal, suas regularizações ocorreram em abril/13.</p> <p>Lançamentos no Razão que não constam no Extrato: O valor de R\$ 26.892,84 é referente a um cheque da CEF que foi lançado na conta do Banco do Brasil, porém a pendência já foi regularizada com transferência entre as contas do mês de abril/13.</p> <p>Lançamentos a Acertar em Abril/13: Todas as pendências foram regularizadas em abril/13.</p> <p>Entrada no Cais: A DICONT/DIGEFI tem solicitado providências urgentes junto a administração da CDRJ no intuito de se regularizar as pendências apontadas, conforme CI's 23.336/2010; 4.314/11;1.821/12;2.796/12;14.397/12;16.597/12 (cópias anexas).</p> <p>Arrecadação: Valor referente à arrecadação da receita do dia 31/03/13, do Porto do Rio, efetuada pelo Banco do Brasil e disponibilizada no dia útil seguinte, conforme termos contratados pela CDRJ e Banco do Brasil (D+1). O crédito foi lançado em 01/04/2013. Tendo em vista o exposto acima, sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.</p>
AVALIAÇÃO R2	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R2	SANADO

PONTO 3	Contas a Receber sem a efetiva quitação há mais de 01 ano, conforme a seguir:			
	ANGRA			
	FATURA	EMISSÃO	HISTÓRICO	VALOR (R\$)
	300.003	19/01/2012	T-PAR	120.663,84
	300.013	17/02/2012	T-PAR	120.663,84
	300.015	29/02/2012	T-PAR	10.928,60
	300.019	27/03/2012	T-PAR	126.127,64
	300.029	20/04/2012	T-PAR	126.127,64
	300.039	18/05/2012	T-PAR	126.127,64
	300.044	20/06/2012	T-PAR	126.127,64
	NITERÓI			
	FATURA	EMISSÃO	HISTÓRICO	VALOR (R\$)
	2.012.400.024	09/01/2012	EDSON NAS C.	510,88
	2.012.400.035	18/01/2012	ISS MARINER	224,54
	2.012.400.100	17/02/2012	NORSKAN	615,94
	2.012.400.253	19/03/2012	NORSKAN	615,94
	2.012.400.315	12/04/2012	FUGRO BRASIL	475,86
	2.012.400.357	11/05/2012	SEACOR	371,83
	2.012.400.370	11/05/2012	SEACOR	371,83
	2.012.400.502	21/06/2012	EC. AQUIC. PESCA	6.063,82
	SETPOR			
	FATURA	EMISSÃO	HISTÓRICO	VALOR (R\$)
	600.005	02/01/2012	TELERJ	67,71
	600.029	31/01/2012	ISS MARINER	58,99
	600.073	01/02/2012	TELERJ	67,71
	600.073	01/02/2012	TELERJ	67,71
	600.126	01/03/2012	TELERJ	67,71
	600.163	02/04/2012	TELERJ	67,71
	600.214	02/05/2012	TELERJ	67,71
	600.262	01/06/2012	TELERJ	67,71

RECOMENDAÇÃO 3	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que informe quais atitudes estão sendo tomadas a fim de dar efetividade ao recebimento desses créditos, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R3	<p>A DIGEFI/SUPFIN informa que:</p> <p>ANGRA A empresa T-PAR está realizando depósitos judiciais das faturas de nº 300.003, 300.013, 300.015, 300.019, 300.029, 300.039 e 300.044/2012 que estão arroladas no Processo nº 2006.001.010796-4. Informo ainda que encaminhamos CI-DIGEFI nº 17.594/2013 à SUPJUR, solicitando obter junto ao escritório externo a confirmação dos valores depositados.</p> <p>NITERÓI Fatura nº 2012400024 da empresa C&C (representante Edson Nascimento), encontra-se pendente de pagamento, tendo sido encaminhado a pedido do cliente, cópia da Nota Fiscal e comprovante de entrega, para fins de resolver a pendência. Fatura nº 2012400035 da empresa ISS MARINE, foi paga em 26/01/2012, não baixada a época, já regularizado no relatório contábil no mês de junho de 2013. Fatura nº 2012400100 e 2012400253 da empresa NORSKAN, encontram-se pendentes de pagamento, tendo sido encaminhado a pedido do cliente cópia da Nota Fiscal e comprovante de entrega, para fins de resolver a pendência. Fatura nº 2012400315 da empresa FUGRO BRASIL SERV. o pagamento foi realizado em 13/08/2013. Fatura nº 2012400357 e 2012400370 da empresa SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA, encontram-se pendentes de pagamento, tendo sido encaminhado a pedido do cliente cópia da Nota Fiscal e comprovante de entrega, para fins de resolver as pendências. O cliente solicitou a fatura original, já encaminhada pela GERNIT, para providenciar o pagamento das mesmas. Fatura nº 2012400502 – Secretaria de Aquicultura e Pesca, foi encaminhada a SUPJUR através da CI nº 19.426/13, uma vez que não houve retorno do cliente, em que pese, os vários contatos através de telefone e e-mails para fins de quitação do pagamento.</p> <p>SETPOR Fatura nº 600.029, em nome da ISS MARINE, foi identificado o pagamento em 08/04/2013, já baixado no relatório SUPITA. Valores em aberto em nome da Telerj referem-se a pagamento a menor, já solicitado solução do problema junto ao Fiscal do contrato (DICOFI) através CI nº 17.512/2013.</p>
AValiação R3	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R3	SANADO
PONTO 4	Observar para o ano de 2014 o §2º do Artigo 2º da Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965. (Dispõe sobre o Pagamento da Gratificação Prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 no que diz respeito ao 13º Salário Antecipado pago no mês de Janeiro
RECOMENDAÇÃO 4	Recomendamos à SUPFIN/DIGEFI, embora a Lei não proíba, ficar atento ao disposto no Art. 2º da Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965, referente ao pagamento do 13º Salário Antecipado.

PROVIDÊNCIAS R4	A SUPREC Informou que o pagamento da antecipação do 13º salário pago na folha de pagamento de Janeiro/2013, é depositado apenas para os empregados que estão saindo de férias em Janeiro e Fevereiro, que solicitaram receber sua antecipação do 13º salário junto com a remuneração das férias. Caso o empregado não faça esta opção, o mesmo receberá a antecipação de 6/12 avós do 13º salário, junto com os demais empregados no mês de Julho de cada ano. O sistema da folha de pagamento será adequado para atender a legislação vigente.
AVALIAÇÃO R4	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R4	SANADO
PONTO 5	Saldo elevado da conta em 31/03/2013.
RECOMENDAÇÃO 5	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que regularize a conta, tendo em vista o elevado saldo em 31/03/2013, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R5	A DICONT/SUPFIN informa que vem notificando a área de patrimônio, que é a responsável pela regularização dos materiais. As baixas estão sendo realizadas nos meses subsequentes. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R5	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R5	SANADO
PONTO 6	Valores de 2010 e 2012 que não foram recolhidos.
RECOMENDAÇÃO 6	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que providencie o recolhimento referente às Faturas 375.811 e 504.588, se possível, no prazo de 30 dias.
PROVIDÊNCIAS R6	A DICONT/SUPFIN informa que a fatura 375.811 continua em aberto, porém a DICONT cobrou providências por meio da CI 2009/2011. A fatura 504.588 foi baixada em abril/13. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R6	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R6	SANADO
PONTO 7	Duplicidade de lançamentos.
RECOMENDAÇÃO 7	RECOMENDAMOS à SUPFIN/DIGEFI que verifique se os lançamentos efetuados em 31/03/2013 estão corretos, se possível, no prazo de 30 dias. CI 8.901/2013 no valor de R\$ 55.136,63 CI 8.900/2013 no valor de R\$ 55.136,63
PROVIDÊNCIAS R7	A DICONT/SUPFIN informa que o valor registrado em duplicidade foi regularizado no mês subsequente, ou seja, 30/04/2013. Tendo em vista o exposto acima. Sugiro a baixa do ponto e o acompanhamento pormenorizado nas próximas inspeções.
AVALIAÇÃO R7	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R7	SANADO
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 08/2013
ATIVIDADE	Assessoramento (Processos Judiciais)
ÁREA AUDITADA	SUPJUR
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Sra. Chefe da Superintendência de Auditoria Interna – SUPAUD elaboramos o presente Relatório, que tem por objetivo verificar a situação dos processos trabalhistas e cíveis com base nos relatórios encaminhados pelos escritórios externos.
PONTO 1	As ações classificadas como Cartas de Sentenças, mencionadas no Relatório encaminhado pelo escritório externo, no campo intitulado “DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS”, consta a informação “EXECUÇÃO PROCESSO 1637/91”. Embora tal informação faça referência à execução de um processo principal, não consta o resumo para identificar o pedido objeto da execução.
RECOMENDAÇÃO 1	Sugerimos a SUPJUR/DICOSO verificar junto ao escritório externo a possibilidade de melhoria na coluna descrição do pedido.
PROVIDÊNCIAS R1	... foi requerido ao escritório externo Tostes & de Paula, através de e-mail datado de 11/10/2013, que procedesse a alteração no Relatório Mensal das ações judiciais encaminhado à CDRJ, no que tange às classificadas como “CARTA DE SENTENÇA”, no campo intitulado como “DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS” para que fosse acrescentado na informação que consta atualmente no campo “EXECUÇÃO DO PROCESSO” a frase “DESMEMBRAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL Nº 1.637/91, identificando melhor a descrição do pedido
AVALIAÇÃO	A recomendação foi atendida
SITUAÇÃO DO PONTO	SANADO

PONTO 2	Com base no relatório encaminhado selecionamos aleatoriamente algumas ações onde a companhia figura como Ré dentre aquelas de valores mais expressivos, para verificar se existe a probabilidade do desfecho das mesmas ocorrerem no exercício em curso, tendo em vista que, considerando a materialidade, tais valores podem influenciar de forma significativa o fluxo das disponibilidades da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ.
RECOMENDAÇÃO 2	Em função do descrito no parágrafo anterior, expedimos a Solicitação de Auditoria nº 13911/2013, de 10 de junho de 2013, endereçada à Superintendência Jurídica – SUPJUR, solicitando informações acerca da probabilidade do desfecho das referidas ações.
PROVIDÊNCIAS R2	... Tendo em vista a solicitação de Vossa Senhoria no expediente em epígrafe, acerca do posicionamento de ações judiciais, pelo escritório no que tange ao item CONSTATAÇÃO III , descrito às fls. 08, do Relatório de Auditoria nº 08/13 – CI-SUPAUD nº 21.019/13, respondido pela SUPJUR/DICOSO, cumpre informar que não há probabilidade de desfecho de nenhuma ação judicial, no decorrer do exercício de 2013...
AValiação R2	A recomendação foi atendida
SITUAÇÃO R2	SANADO

PONTO 3	Quanto às informações sobre os andamentos dos processos, na coluna intitulada “TEXTO ANDAMENTO”, observamos que existem algumas expressões que por si só sugerem uma melhoria. Entretanto, verificamos que em outros processos existem bons resumos os quais possibilitam o entendimento com clareza sobre a situação da ação. Considerando a constatação acima acerca dos textos sobre o andamento processual, sugerimos que sejam complementados os textos, tomando por parâmetro os citados como bons resumos para podermos acompanhar o desfecho das mesmas.
RECOMENDAÇÃO 3	OPORTUNIDADE DE MELHORIA, sugerimos a Superintendência Jurídica - SUPJUR, por intermédio da Divisão de Contencioso - DICOSO interceder perante aos escritórios de Advocacia para adote providências em relação ao complemento dos textos dos andamentos processuais, de forma a permitir melhor visualização sobre o andamento processual, bem como solicite ao mesmo a informação de probabilidade de êxito das ações.
PROVIDÊNCIAS R2	Os créditos utilizados para apuração das contingências, normalmente são calculadas pela soma dos valores iniciais das causas, ou se houver, dos valores homologados nas execuções, atualizando-se monetariamente a cada ano, com base no valor do ano anterior, e somando-se ao valor contido nas novas demandas judiciais que por ventura venham a surgir no período. A classificação das ações, de acordo com os parâmetros fixados no item 19.7.5.1 da NBC T 19.7, decorrem dos seguintes fatores: Se na Execução contém homologação do cálculo, deve ser classificada como PROVÁVEL, se não tem, considera-se como POSSÍVEL, e se a ação está na fase de conhecimento, normalmente considera-se REMOTA, podendo também ser classificada como POSSÍVEL ou PROVÁVEL, de acordo com o objeto do pedido, as provas apresentadas, e as possibilidades de defesa. (...) “ A classificação das ações, de acordo com os parâmetros fixados no item 19.7.5.1 da NBC T 19.7, decorrem dos seguintes fatores: Se na Execução contém homologação do cálculo, deve ser classificada como PROVÁVEL, se não tem, considera-se como POSSÍVEL, e se a ação está na fase de conhecimento, normalmente considera-se REMOTA, podendo também ser classificada como POSSÍVEL ou PROVÁVEL, de acordo com o objeto do pedido, as provas apresentadas, e as possibilidades de defesa. (...) “
SITUAÇÃO R3	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 09/2013
ATIVIDADE	Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e de Arrendamento)
ÁREA AUDITADA	DIRPLA/SUPDEP
ASSUNTO	Verificar por amostragem o cumprimento das cláusulas contratuais.

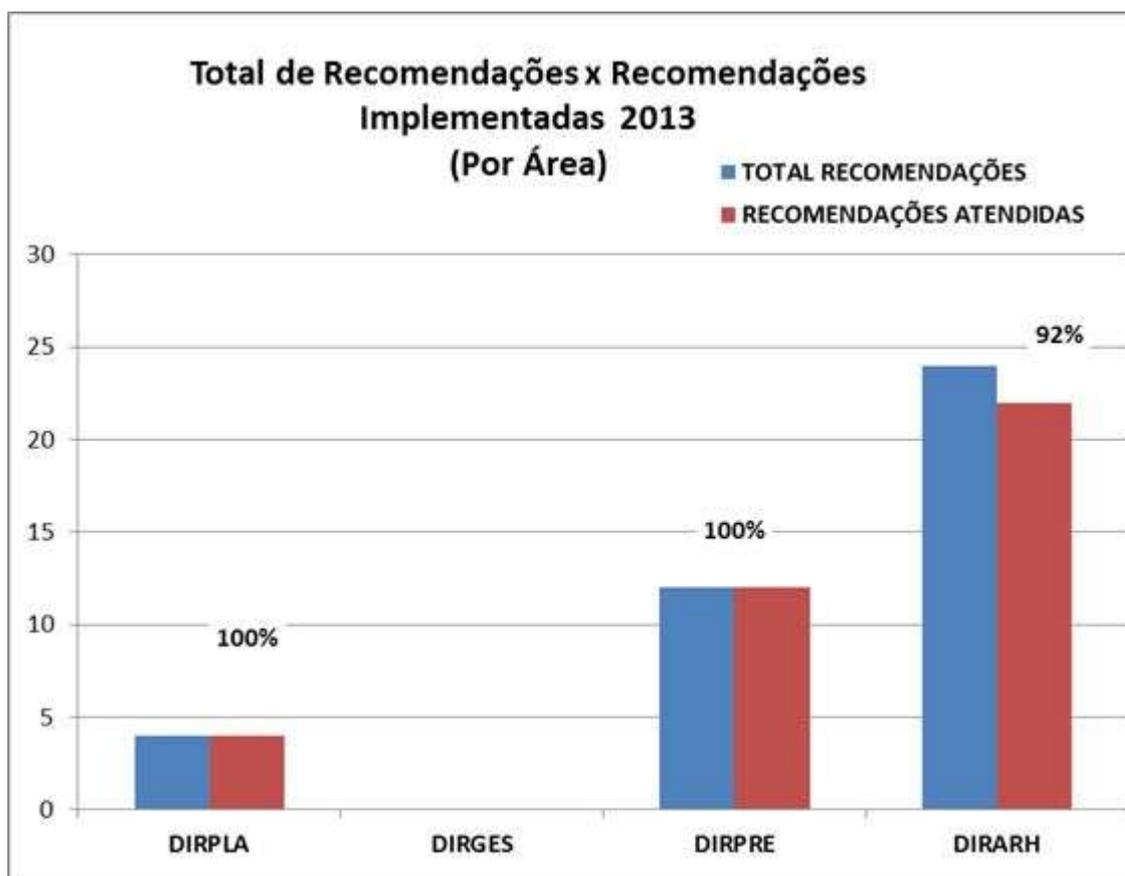
PONTO 1	A Arrendatária deverá apresentar cópia da apólice de seguro de Operador Portuário, bem como as Notas de Seguro comprovando o pagamento do prêmio, já que somente apresentou o Certificado.
RECOMENDAÇÃO 1	5.3.1- RECOMENDAMOS que a Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP solicite à cópia da apólice de seguro de Operador Portuário, bem como as Notas de Seguro comprovando o pagamento do prêmio e encaminhe a esta Auditoria.
PROVIDÊNCIAS R1	Em anexo a CI-SUPAUD nº 25233/2013 a Diretora de Planejamento e Relações Comerciais – DIRPLA tomou ciência do Relatório nº 09/2013 e informou “Restituo o presente com os esclarecimentos oferecidos pela fiscalização do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 011/98”. Sugiro a baixa do ponto.
AValiação R1	A recomendação foi considerada atendida.
SITUAÇÃO R1	SANADO

IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 10/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Humanos (Balancetes Mensais)
ÁREA AUDITADA	SUPFIN
ASSUNTO	Examinar a regularidade das contas dos balancetes de abril, maio e junho de 2013 quanto à observância dos dispositivos legais vigentes, a regularidade do Controle Contábil, bem como aos procedimentos de lançamentos.
PONTO 1	Existem lançamentos a serem regularizados pela Contabilidade devido a um número considerável de Avisos de Crédito e Débito informado nos extratos bancários da Companhia, conforme relatado no item 6.1.4 conta corrente da Caixa Econômica Federal; página 4 e item 6.1.6 Banco do Brasil; página 5 deste relatório.
RECOMENDAÇÃO 1	Sugerimos à Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DIRARH como medida preventiva criar mecanismos internos para que se agilize o encaminhamento desses documentos a Divisão de Contabilidade – DICONT a fim de minimizar as diferenças entre o relatório contábil e os documentos comprobatórios, bem como compense valores a que a Companhia tem direito.
PROVIDÊNCIAS R1	Os avisos que se achavam pendentes encontram-se totalmente regularizados na conciliação bancária do mês de dezembro/13. Não identificamos créditos não contabilizados que totalizem R\$ 2.463,11 e do total de créditos não contabilizados referente ao mês de junho, dos R\$ 145.722,08, foram identificados e regularizados avisos no montante de R\$ 134.215,58.
AVALIAÇÃO R1	A recomendação foi considerada atendida, mas passiva de acompanhamento
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	De acordo com os relatórios apresentados a Companhia tem valores a receber de “cheques em cobrança” do ano de 2005, 2008, 2009, 2010, 2012 e 2013 item 6.3.2; páginas 11, 12, 13 e 14.
RECOMENDAÇÃO 2	Sugerimos um estudo voltado para a criação de procedimentos eficazes, a fim de sanar este problema.
PROVIDÊNCIAS R2	Informaram que em relação a cheques depositados e devolvidos por insuficiência de fundos. Quando da devolução pela instituição bancária, os cheques são encaminhados para o departamento jurídico para providências de cobrança. Sugiro a baixa e o acompanhamento. Entretanto, sugiro também a SUPFIN/DICONT que crie um controle em relação a estes cheques e solicite periodicamente uma posição (relatório) à SUPJUR detalhado relativo às cobranças
AVALIAÇÃO R2	A recomendação foi considerada atendida, mas passiva de acompanhamento
SITUAÇÃO R2	SANADO
PONTO 3	Valores não reconhecidos dentro do período de competência, item 6.3.3, página 15.
RECOMENDAÇÃO 3	Sugerimos um estudo voltado para a criação de procedimentos eficazes, a fim de sanar este problema.
PROVIDÊNCIAS R3	Informaram que estão adotando providências visando à regularização destes créditos.
AVALIAÇÃO R3	A recomendação foi considerada atendida, mas passiva de acompanhamento
SITUAÇÃO R3	SANADO
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 11/2013
ATIVIDADE	Compras e Licitações (Licitações Públicas - Dispensas)
ÁREA AUDITADA	SUPADM/DIVCOL
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Senhora Superintendente de Auditoria Interna, conforme CI-SUPAUD No 17.674/2013, datada de 30/07/2013, o presente Relatório tem por objetivo verificar se os procedimentos de contratações diretas especificamente sob as modalidades de Dispensa e Inexigibilidade realizadas para efetivação de compras e serviços estão em conformidade com os dispositivos legais que amparam a contratação na Administração Pública.
PONTO 1	Não há dúvidas de que os processos envolvendo a dispensa de licitação pelo valor devem ser previamente examinados pela Consultoria Jurídica a fim de garantir a legitimidade do procedimento, bem como a legalidade e evitar a responsabilização do Gestor nas penalidades insertas no artigo 89 da Lei nº 8.666/93.
RECOMENDAÇÃO 1	Que as próximas dispensas efetuadas com base no Artigo 24 – Incisos I e II da Lei 8.666/93 sejam instruídas com os devidos pareceres jurídicos.

PROVIDÊNCIAS R1	<p>A DIVCOL informa que em atendimento à orientação da Ciset a DIVCOL está encaminhando todas as Dispensas de Licitação para a emissão do parecer jurídico, porém entendemos que tal procedimento atravança os processos fundamentados nos incisos I e II do Art.24 da Lei 8.666/93, pois o Legislador, ao estabelecer esse tipo de dispensa, privilegiou a celeridade dessas contratações de pequeno vulto, sopesando a razoabilidade e a proporcionalidade.</p> <p>O TCU, em sua obra Licitações & Contratos – 4ª edição, também deu tratamento diferenciado para as dispensas de licitação por valor, separando-as das demais e dividindo em capítulos distintos a forma como devem ser instruídos. No roteiro de procedimentos elaborado pelo TCU para as dispensas por valor, não consta obrigatoriedade de parecer jurídico, diferente das demais situações.</p> <p>Entendemos que nos casos de Dispensas de Licitação por valor, para aquisição de materiais pronta entrega e prestação de serviços sem obrigações futuras que dessem origem a uma Ordem de Fornecimento, minuta de contrato pré-aprovada pelo Jurídico, deveria ser seguido o subitem 6.1.3 da Norma de Licitações e Contratos, aprovada pela Ordem de Serviço nº 17/2012, bem como o ROTEIRO PRÁTICO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA do TCU, nos quais não consta obrigatoriedade de parecer jurídico, diferente das demais situações.</p> <p>Diante do exposto, e com o objetivo de pacificar o assunto sugiro que a área jurídica elabore uma súmula vinculante a respeito dos processos de dispensa baseados nos incisos I e II do artigo 24 da lei 8.666/93.</p> <p>As demandas referentes à Solicitação de Auditoria nº 22.394/2013, foram atendidas em 18/11/2013.</p>
AVALIAÇÃO R1	
SITUAÇÃO R1	SANADO
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 12/2013
ATIVIDADE	Gestão de Recursos Humanos
ÁREA AUDITADA	DIRARH/SUPREC
ASSUNTO	Em cumprimento à determinação da Sra. Superintendente de Auditoria Interna – SUPAUD, conforme CI-SUPAUD No 18704/2013, datada de 08/08/2013, o presente Relatório tem por objetivo verificar por amostragem o cumprimento dos normativos internos no que se refere a concessão do pessoal cedido, admissões, demissões e desligamentos e declaração de imposto de renda .
PONTO 1	Não identificamos os comprovantes relativos aos desligamentos dos empregados registros nºs. 7999 e 9518 desligados em 27/03/2013 e 12/06/2013 respectivamente.
RECOMENDAÇÃO 1	Sugerimos que a DIAPES regularize os registros dos desligamentos no SisacNet dos empregados relativo aos registros acima mencionados, caso ainda não tenha feito.
PROVIDÊNCIAS R1	
AVALIAÇÃO R1	
SITUAÇÃO R1	Recomendação dentro do prazo de atendimento
PONTO 2	Verificando os relatórios (Contas em aberto até 30/10/2013 por cliente) mencionados na informação apresentada pela SUPREC em relação ao pessoal cedido, constatamos faturas/recibos em aberto no valor de R\$ 6.358.309,72
RECOMENDAÇÃO 2	Tendo em vista a posição dos valores constantes dos relatórios de contas em aberto, sugerimos que a SUPREC adotar providências quanto aos ressarcimentos, uma vez que, em alguns casos existem cobranças pendentes dos meses de abril, agosto e setembro de 2013.
PROVIDÊNCIAS R2	
AVALIAÇÃO R2	
SITUAÇÃO R2	Recomendação dentro do prazo de atendimento
IDENTIFICAÇÃO	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 13/2013
ATIVIDADE	ASSESSORAMENTO CONFIS/CONSAD/DIREXE (Monitoramento dos Normativos Internos)
ÁREA AUDITADA	DIRPRE/GABPRE/SUPGUA
ASSUNTO	O presente relatório procederá à análise quanto ao fiel cumprimento da Ordem de Serviço nº 31/2012 de 17/10/2012 (NORMA DE SEGURANÇA PARA O INGRESSO, A PERMANÊNCIA, O CONTROLE E A MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PESSOAS NA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO DO RIO DE JANEIRO).
PONTO 1	De acordo com o descrito no Artigo 2º da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012, abaixo transcrito: “As empresas Arrendatárias de Áreas e Terminais no Porto e aquelas que prestam serviços auxiliares, de forma permanente ou habitual, deverão cadastrar-se na ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (ALF/RJO), na ALFÂNDEGA DO PORTO DE ITUAGUÍ (ALF/IGI) e na COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, especificamente no SERVIÇO DE OPERAÇÕES ADUANEIRAS – SEOPE, no SERVIÇO DE OPERAÇÕES ADUANEIRAS NO PORTO DE ITAGUAÍ – SAOPE e na SUPERINTENDÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA – SUPGUA, respectivamente.”
RECOMENDAÇÃO 1	Solicito informar se tal procedimento está sendo cumprido pelas arrendatárias conforme determina o Art. 2º da O.S. DIRPRE nº 31/2012.

RECOMENDAÇÃO 1	Solicito informar se tal procedimento está sendo cumprido pelas arrendatárias conforme determina o Art. 2º da O.S. DIRPRE nº 31/2012.
PROVIDÊNCIAS R1	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: "...A Atual equipe de Gestão da Guarda Portuária assumiu as funções comissionadas em 01/09/2010. Foram substituídos todos os seus antigos ocupantes dos referidos cargos. No caso específico, Núcleo de investigações responsável pelo cadastro vem cumprindo rigorosamente o artigo 2º da O.S. DIRPRE nº 31/2012 de 17/10.
AValiação R1	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência do cadastramento das empresas arrendatárias e as que prestam serviços auxiliares de forma permanente ou habituais.
SITUAÇÃO R1	SANADO
PONTO 2	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito:"O cadastro deverá ser solicitado diretamente na SUPERINTENDÊNCIA DA GUARDA PORTUÁRIA – SUPGUA, momento em que deverá ser apresentado o cadastro específico, estabelecido no SEOPE da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro e na SAOPE da Alfândega do Porto de Itaguaí."
RECOMENDAÇÃO 2	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todas as empresas cadastradas junto a SUPGUA.
PROVIDÊNCIAS R2	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: "Encaminhou a relação conforme CI-UNINVE nº009/2013 e CD em anexo".
AValiação R2	Quanto à documentação solicitada, o Encarregado da Unidade de Investigação nos informa através da CI-UNINVE nº 221/2013 de 17/12/2013 que "todos os dados são mantidos apenas no sistema de cadastramento.", ou seja, o mesmo não nos encaminhou a documentação solicitada, tendo em vista que a O.S. 31/2012 não se pronuncia sobre a necessidade de arquivamento dos supracitados documentos, Constatamos, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência da documentação das empresas cadastradas.
SITUAÇÃO R2	SANADO
PONTO 3	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: "Relação dos veículos pertencentes às empresas devidamente cadastradas no SEOPE (O.S. ALF/RJO nº 06, de 03/07/02) e na SAOPE;"
RECOMENDAÇÃO 3	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todos os veículos cadastrados junto a SUPGUA.
PROVIDÊNCIAS R3	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: "Encaminhou a relação conforme CI-UNINVE nº009/2013 e CD em anexo".
AValiação R3	Quanto à documentação solicitada, o Encarregado da Unidade de Investigação nos informa através da CI-UNINVE nº 221/2013 de 17/12/2013 que "todos os dados são mantidos apenas no sistema de cadastramento.", ou seja, o mesmo não nos encaminhou a documentação solicitada, tendo em vista que a O.S. 31/2012 não se pronuncia sobre a necessidade de arquivamento dos supracitados documentos. Constatamos que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência da documentação dos veículos cadastrados.
SITUAÇÃO R3	SANADO
PONTO 4	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito:"Relação dos funcionários em papel timbrado da empresa."
RECOMENDAÇÃO 4	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todos os funcionários das empresas arrendatárias cadastradas junto a SUPGUA.
PROVIDÊNCIAS R4	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: "Encaminhou a relação conforme CI-UNINVE nº009/2013 e CD em anexo".
AValiação R4	Quanto à documentação solicitada, o Encarregado da Unidade de Investigação nos informa através da CI-UNINVE nº 221/2013 de 17/12/2013 que "todos os dados são mantidos apenas no sistema de cadastramento.", ou seja, o mesmo não nos encaminhou a documentação solicitada, tendo em vista que a O.S. 31/2012 não se pronuncia sobre a necessidade de arquivamento dos supracitados documentos, Constatamos que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto à exigência da documentação dos funcionários cadastrados.
SITUAÇÃO R4	SANADO

PONTO 5	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito:“Quando, para o exercício da atividade para a qual foi credenciada, for necessário o uso de equipamento ou aparelhos de origem estrangeira, a empresa deverá apresentar à SUPGUA, no momento do ingresso às instalações portuárias, a autorização da ALF/RJO.”
RECOMENDAÇÃO 5	Solicito informar como tal controle é efetuado
PROVIDÊNCIAS R5	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “A relação de equipamentos importados é autorizada pela Receita Federal e a SUPGUA ratifica e encaminha para os acessos”.
AVALIAÇÃO R5	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao uso de equipamento ou aparelhos de origem estrangeira.
SITUAÇÃO R5	SANADO
PONTO 6	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “Os Órgãos da Imprensa, para realizarem reportagens no interior do Porto, deverão solicitar autorização inicialmente à CDRJ e, posteriormente, ao SEOPE da ALF/RJO e ao SAOPE/IGI, relacionando os funcionários e equipamentos e responsabilizando-se pela veiculação de imagens e notícias obtidas junto às embarcações, pessoas ou recintos alfandegados a que tiveram acesso, bem como pelo direito de terceiros pelo uso indevido das imagens.”
RECOMENDAÇÃO 6	Solicito informar como tal controle é efetuado
PROVIDÊNCIAS R6	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Os órgãos de Imprensa, após autorização da Receita Federal, nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, solicitam a Assessoria de Comunicação Social à devida autorização que, sendo autorizadas, tem suas relações de pessoas e veículos encaminhadas para o SUPGUA-SUB que ratifica a autorização, encaminhando as relações autorizadas para os portões do respectivo Porto, para controle físico de acesso”.
AVALIAÇÃO R6	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao acesso de Órgãos da Imprensa.
SITUAÇÃO R6	SANADO
PONTO 7	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito:“A autorização de acesso ao Porto de veículos agregados será concedida desde que o seu PROPRIETÁRIO ou FIRMA tenha cadastro no SEOPE da ALF/RJO, no SAOPE da ALF/IGI e na SUPGUA, comprovando através de CONTRATO ou CARTA da Empresa Contratante, cadastrada, que irá executar serviços no interior do Porto. Neste caso, deverá a CONTRATANTE declarar através de carta que se responsabiliza por qualquer irregularidade ou infração praticada pelo condutor do veículo.”
RECOMENDAÇÃO 7	Solicito informar se tal procedimento está sendo cumprido pelas firmas agregadas conforme determina o Art. 12 – Item VIII da O.S. DIRPRE nº 31/2012
PROVIDÊNCIAS R7	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “O descrito no artigo 12 – Item VIII da O.S. DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 é cumprido regularmente para emissão de permissão de viaturas e/ou pessoas nos Portos CDRJ.”
AVALIAÇÃO R7	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao acesso de veículos agregados.
SITUAÇÃO R7	SANADO
PONTO 8	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “Terão acesso os veículos dos Presidentes, de acordo com a ATA de Posse e os veículos de serviços de propriedade ou alugados aos Sindicatos cadastrados no SEOPE ALF/RJO, no SAOPE e na SUPGUA até o limite de 03 (três) veículos.”
RECOMENDAÇÃO 8	Solicito encaminhar a esta SUPAUD a relação atualizada de todos os veículos dos Sindicatos da Orla Portuária cadastrados.
PROVIDÊNCIAS R8	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Os citados veículos fazem parte do cadastro geral de viaturas considerando as peculiaridades do item 14 da O.S. DIRPRE nº 31/2012.”
AVALIAÇÃO R8	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está cumprindo fielmente a (Norma de Segurança e Controle de Entrada e Saída de pessoas e veículos na área do Porto Organizado), quanto ao acesso de veículos dos presidentes de Sindicatos da Orla Portuária.
SITUAÇÃO R8	SANADO
PONTO 9	De acordo com o descrito no Artigo 3º - Item I da OS DIRPRE nº 31/2012 de 17/10/2012 , abaixo transcrito: “Está em fase final de implantação o Sistema Integrado de Segurança (SIS) que permitirá o controle eletrônico dos acessos, assim como a gravação de imagens pelo Circuito Interno de televisão (CFTV) e portais e detectores manuais de metais.”
RECOMENDAÇÃO 9	Como forma de aprimorar o controle e a segurança de acesso de pessoas nas dependências do Porto Organizado do Rio de Janeiro, a Companhia pretende instalar/ usar detectores de metal?
PROVIDÊNCIAS R9	O Superintendente da SUPGUA em despacho de 10/06/2013 anexo a Solicitação de Auditoria informa que: “Está em fase final de implantação o Sistema Integrado de Segurança (SIS) que permitirá o controle eletrônico dos acessos, assim como a gravação de imagens pelo Circuito Interno de televisão (CFTV) e portais e detectores manuais de metais.”
AVALIAÇÃO R9	Constatamos pela informação do Superintendente da SUPGUA, que a empresa está buscando o aprimoramento do controle e segurança dos acessos ao Porto, através da implantação do Sistema Integrado de Segurança (SIS).
SITUAÇÃO R9	SANADO



A certificação da implementação das recomendações acima, após análise do técnico responsável pela auditoria, fica consignada no formulário intitulado Regularização de Impropriedade – REGIM, conforme modelo abaixo demonstrado:

REGULARIZAÇÃO DE IMPROPRIEDADES/2013

Nº do Relatório	Sumário Nº	Atividade Nº	Ponto Relevante	Medida Saneadora

Em / /2013

Superintendente da Auditoria Interna

A Superintendência de Auditoria Interna - SUPAUD desenvolveu sua metodologia de trabalho para o exercício de 2013, voltada aos controles gerenciais, funcionando através da medição e avaliação da eficiência e eficácia dos controles existentes, englobando nesse contexto a Companhia como Autoridade Portuária.

A aplicabilidade dos métodos de trabalho de auditoria foram fundamentados na Resolução nº 986, de 21.11.2003, do Conselho Federal de Contabilidade, que definiu as Normas Brasileiras de Contabilidade, relativas à Auditoria Interna (NBCT 12), e demais dispositivos legais que envolvem a matéria.

A execução do programa de auditoria para o exercício de 2013 foi planejada previamente, resultando o seguinte desenvolvimento:

- a) **Planejamento:** fase que compreende o levantamento de todos os dados necessários ao desenvolvimento da auditoria, incluindo resumo das recomendações do último relatório, legislação e as normativas internas aplicáveis a cada atividade.
- b) **Trabalho de Campo:** obtenção de informações sobre o assunto que será auditado, suficientemente adequadas, relevantes e úteis no fornecimento de evidências às conclusões e recomendações da SUPAUD.
- c) **Análise:** aplicação dos procedimentos de auditoria, tais como: testes e técnicas de amostragem.
- d) **Avaliação:** pré-relatório onde é avaliado pela chefia imediata o serviço executado pelo Auditor.
- e) **Elaboração do Relatório de Auditoria:** após as correções devidas no pré-relatório o mesmo toma forma definitiva. Nesta fase, o Relatório é encaminhado ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia para conhecimento das recomendações com vistas à área auditada, bem como aos Presidentes dos Conselhos de Administração e Fiscal.

A Ordem de Serviço DIRPRE nº 17, de 20.05.2008, regulamenta o prazo para manifestação da área auditada, fixado em 15 (quinze) dias, em cumprimento à determinação do CONSAD.

O cronograma de trabalho para o exercício de 2013 contempla 5755 horas de trabalho, a serem disponibilizadas para os cinco técnicos executores e mais as atividades desenvolvidas pela Superintendente de Auditoria, já deduzidas as horas referentes aos períodos de férias regulamentares no exercício em tela (Quadro II).

Também foram consideradas 155 horas na atividade Assessoramento, compreendendo assessoramento aos órgãos internos na execução de programas de governo, avaliação do desempenho da gestão (eficácia/eficiência/economicidade), atendimento de diligências do Tribunal de Contas da União - TCU, Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset-SG/PR, controle social parlamentar e elaboração de Pareceres Técnicos.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	1	17
	Entregaram a DBR	1	0	17
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			94
	Entregaram a DBR			94
	Não cumpriram a obrigação			0

Fonte: Informações fornecidas pela Secretária dos Órgãos Colegiados e DIAPES.

Cargos eletivos: Diretoria-Executiva (4), CONSAD (7) e CONFIS (6, sendo 2 suplentes)

Funções Comissionadas: Grupo de Assessoramento Superior (11) e ocupantes de funções gratificadas (83)

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- **Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR.**

Esclarecemos que todos os ocupantes de empregos comissionados que não entregam a citada Declaração recebem correspondência interna, informando que se trata de requisito essencial para a manutenção de seus empregos comissionados e que o não cumprimento é considerado infração sujeita às penalidades previstas nos dispositivos legais que tratam do assunto.

- **Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR.**

O gerenciamento da recepção das DBR é de responsabilidade da Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES, unidade vinculada à Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC.

- **Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento.**

Não há sistema informatizado para o gerenciamento.

- **Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;**

As DBR podem ser disponibilizadas no âmbito da CDRJ, numa das seguintes opções:

- a) Cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, na íntegra, em envelope lacrado;
- b) Autorização de acesso à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física junto à Secretaria da Receita Federal – em formulário específico, e
- c) Declaração de próprio punho, de bens e valores que compõem o patrimônio privado do empregado, em envelope lacrado.

Não há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

- **Realização ou não de algum tipo de análise, pela UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.**

A Área de Recursos Humanos não executa análise nas DBR, uma vez que o acesso às mesmas é realizado, somente, pelos órgãos de controle interno e externo.

- **Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações**

A guarda das DBR é competência da Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES, unidade vinculada à Superintendência de Recursos Humanos.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

a) A quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas.

Dos 12 processos encerrado, em 5 (cinco) houve aplicação de penalidades, sendo:

Processo n°	Penalidade
04614/2011	ADVERTÊNCIA POR ESCRITO
18477/2011	SUSPENSÃO DE 10 (DEZ) DIAS
15811/2012	SUSPENSÃO DE 20 (VINTE) DIAS
18836/2012	DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA
16801/2012*	*O processo foi encerrado no âmbito disciplinar da CDRJ, estando em curso somente a Ação de Ressarcimento ao Erário. Todavia a Comissão constituída por 3 Procuradores Federais sugeriu a remessa a diversos órgãos para ciência e providências quanto ao desfecho do caso.

b) A quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU n° 71/2012;

Não houve dispensa de tomada de contas especiais no período.

c) A quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.

O Processo 19.385/2006 versou sobre Tomada de Contas Especial (TCE) em face da empresa **MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S/A**. Em 11 de setembro de 2013 foi determinado pelo Sr. Diretor-Presidente da CDRJ que fossem remetidas cópias do Relatório Conclusivo da Comissão à Ciset-PR e ao Tribunal de Contas da União, questionando acerca das medidas subsequentes a serem adotadas.

Quanto aos itens requeridos ao Setor de Correição é o que nos cabe informar, valendo frisar que o Setor se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1: Sob a tutela da OUVGER, a CDRJ mantém um Sistema Informatizado para Gestão de Ouvidorias, possibilitando que os Clientes Internos e Externos acessem os serviços deste Órgão, de forma eletrônica, à distância, tendo como principais benefícios, a transparência, a possibilidade de acompanhamento da tramitação, a emissão de relatórios gerenciais, o controle estatístico das demandas e a redução da massa documental da Companhia. Além disso, a OUVGER também pode ser acessada por telefone, por carta e presencialmente.

Ainda, sob responsabilidade da Ouvidoria Geral, a CDRJ mantém o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, instituído a partir da Resolução DIREXE nº 001/2012, com a finalidade de cumprir o disposto no Artigo 9º, Inciso I, da Lei nº 12.527/2011. Ressalto que, a CDRJ utiliza o sistema e-SIC, do Governo Federal, nos processos do Serviço de Informação ao Cidadão, o que também possibilita a emissão de relatórios estatísticos.

10.2: O Sistema Informatizado para Gestão de Ouvidorias (OMD v2.0) possui uma pesquisa de satisfação para que o manifestante se expresse, entretanto, o preenchimento não é obrigatório, motivo pelo qual não há possibilidade de ser feita uma pesquisa.

Neste mesmo sentido, a Ouvidoria possibilita que o usuário, em caso de insatisfação com o resultado da sua demanda, acesse campo específico no formulário eletrônico para novo registro, fazendo referência ao protocolo da manifestação anterior, indicando que a resposta não foi dada a contento, solicitando uma complementação. Assim, o sistema também permite que a OUVGER possa mensurar o nível de satisfação do cliente.

10.3: A Ouvidoria Geral não produziu pesquisas de opinião nos últimos três anos. Por outro lado, o relatório anual de atividades da OUVGER possibilita uma visão da percepção dos serviços prestados pela Companhia, tendo em vista o registro de reclamações, elogios, críticas e sugestões.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Não se aplica.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Não se aplica.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Balanco Patrimonial
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2013	2012
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	121.115	69.538
Caixa restrito	5	403.256	417.406
Contas a Receber de Clientes	6	12.569	15.629
Estoques	7	272	178
Créditos Fiscais a Recuperar	8	11.043	9.049
Valores a Receber	9	5.536	2.294
Outros Ativos		1.480	1.444
		<u>555.271</u>	<u>515.538</u>
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	9	20.949	12.121
Depósitos Judiciais	10	12.015	5.693
Bens em Processo de Cessão	11	4.926	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	12	143.952	167.259
Outros Ativos		173	173
		<u>182.015</u>	<u>190.172</u>
Investimentos		49	29
Imobilizado	13	991.661	978.026
Intangível		10	10
		<u>1.173.735</u>	<u>1.168.237</u>
Total do Ativo		<u>1.729.006</u>	<u>1.683.775</u>



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Balanco Patrimonial
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2013	2012
Passivo Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	14	321	647
Fornecedores	15	10.893	9.803
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	16	18.475	16.826
Obrigações Tributárias	17	268.637	242.072
Obrigações Contratuais	18	5.058	4.436
Benefícios Pós Emprego	20	20.697	45.773
		<u>324.081</u>	<u>319.557</u>
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	14	12.810	11.451
Obrigações Tributárias	17	339.225	339.598
Obrigações Contratuais	18	299.422	230.186
Arrendamento Mercantil	19	362.791	300.848
Benefícios Pós Emprego	20	250.059	250.110
Provisão Para Contingências	21	160.984	100.537
Receitas Diferidas	22	78.625	87.987
		<u>1.503.916</u>	<u>1.320.717</u>
		<u>1.827.997</u>	<u>1.640.274</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	23	2.441.121	2.200.126
Adiantamento para futuro aumento de Capital		45.185	235.695
Prejuízos Acumulados		<u>(2.585.297)</u>	<u>(2.392.320)</u>
		<u>(98.991)</u>	<u>43.501</u>
Total do Passivo e PL		<u>1.729.006</u>	<u>1.683.775</u>



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Operações Continuadas			
Receita operacional líquida	24	339.061	301.254
Custos da operação	25	(73.892)	(60.978)
Lucro bruto		265.169	240.276
Resultado Operacional			
Despesas gerais e administrativas	25	(149.682)	(143.579)
Depreciação		(2.213)	(2.306)
Constituição de provisões	21	(123.416)	(99.854)
Reversão de provisões	26	54.636	6.889
Outras receitas operacionais		15.111	20.933
Outras despesas operacionais		(25)	(194)
		(205.589)	(218.111)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		59.580	22.165
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	27	(211.715)	(190.521)
Prejuízo Líquido do Exercício		(152.135)	(168.356)
Quantidade de ações		1.215.284.566	1.095.387.038
Prejuízo por ação do capital social- em Reais		(0,13)	(0,15)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	2013	2012
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo Líquido	(152.135)	(168.356)
(+) Depreciação e amortização	6.525	7.294
(+) Variação monetária de longo prazo	14.994	28.420
(+) Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	63.644	167.936
(+) Provisão PDD	2.741	0
(-) Receita reversão PDD	(54.031)	(6.267)
(+) Diferido	0	(10)
(+) Provisão para Férias e 13º Salário	944	1.595
(+) Provisão para contingências	60.446	51.538
Prejuízo Ajustado	(56.882)	82.150
Fornecedores	1.089	(132)
Impostos e taxas	86.747	79.991
Pessoal	(23.751)	(2.592)
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	57.748	55.379
Recebíveis	(37.782)	(12.635)
Cobranças Contenciosas	48.403	6.267
Impostos a recuperar	(1.993)	(2.411)
Adiantamentos	(199)	(32)
Depósitos Judiciais	(29.225)	(167.646)
Estoques	(94)	(18)
Outros valores a receber	(7.147)	(6.971)
Despesas antecipadas	167	(103)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	37.081	31.245
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recursos bloqueados RSD	(19)	(1.866)
Títulos em cobrança judicial	0	(5)
Aumento dos Investimentos	(20)	(8)
Aquisição de Imobilizado	(25.086)	(7.630)
Conta Única do Tesouro Nacional – SIAFI	14.150	(417.406)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(10.975)	(426.915)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(668)	(813)
Arrendamento - Pagamentos	(9.361)	(9.361)
Aumento de Capital Créditos da União	35.500	217.157
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	25.471	206.983
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	51.577	(188.687)
SALDO INICIAL	69.538	258.225
SALDO FINAL	121.115	69.538



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Receitas	407.861	353.717
Venda de mercadorias, produtos e serviços	50.229	90.090
Arrendamentos operacionais e aluguéis	303.021	256.922
Reversão de provisões	54.636	6.889
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(25)	(184)
Insumos adquiridos de terceiros	(23.351)	(23.797)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(16.782)	(19.257)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis	(613)	(2.126)
Outros custos	(5.956)	(2.414)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	384.510	329.920
Depreciação e Amortização	(6.525)	(7.293)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	377.985	322.627
Valor adicionado recebido em transferência	55.019	35.405
Receitas financeiras	54.096	28.229
Outras	923	7.176
Valor adicionado a distribuir	433.004	358.032
Distribuição do valor adicionado	433.004	358.032
Pessoal	384.986	347.596
Remuneração direta	86.366	82.449
Benefícios	24.345	21.194
Benefícios pós-emprego	13.295	11.458
FGTS	8.195	6.923
INSS	31.736	28.097
Encargos	4.511	4.005
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	215.126	191.949
Honorários da diretoria	1.124	1.200
Honorários do CONFIS/CONSAD	288	321
Tributos	9.382	37.213
Federais	5.139	32.383
Estaduais	21	59
Municipais	4.222	4.771
Remuneração de capitais de terceiros	190.771	141.579
Despesas financeiras	174.102	126.666
Aluguéis	2.043	14.913
Contratos	14.626	0
Prejuízo do Exercício	(152.135)	(168.356)



DOCS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SalDOS em 01 de janeiro de 2012	1.880.267	309.977	(2.212.076)	(21.832)
Aumento de capital - AGE	319.859	(319.859)	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	217.157	0	217.157
Atualização dos créditos para aumento de capital	0	28.420	0	28.420
Ajustes de exercícios anteriores	0		(11.888)	(11.888)
Prejuízo do exercício	0	0	(168.356)	(168.356)
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	2.200.126	235.695	(2.392.320)	43.501
Aumento de capital - AGE de 14/06/2013	240.995	(240.995)	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	35.500	0	35.500
Atualização dos créditos para aumento de capital	0	14.985	0	14.985
Ajustes de exercícios anteriores – Nota 28	0	0	(40.842)	(40.842)
Prejuízo do exercício	0	0	(152.135)	(152.135)
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	2.441.121	45.185	(2.585.297)	(98.991)



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 8.404, de 15 de dezembro de 1976, no que lhe for aplicável, pela Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 e aos Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis, logo, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Para a presente competência não ocorreram movimentação em "Outros resultados abrangentes", dessa forma, não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.4 Caixa Restrito

Caixa restrito representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

3.5 Instrumentos Financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.



PORTUS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante todos aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

3.6 Contas a Receber

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante e não circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços, estando incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do Exercício, deduzidos da provisão para realização duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. As provisões para créditos de realização duvidosa estão constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização dos créditos.

3.7 Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

3.8 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de IRPJ e CSLL e saldos credores de PIS e Cofins a serem utilizados para futuras compensações.

3.9 Bens em Processo de Cessão

Um vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota 11.

3.10 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.11 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

3.12 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são os parcelamentos de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e o Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

3.13 Benefícios Pós-emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.14 Arrendamento Mercantil

Os valores provenientes de contratos de leasing recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – Portobrás são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhamos na nota explicativa 19.

3.15 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ.

3.16 Receitas Diferidas

Para os valores recebidos antecipadamente por conta de securitização de fluxo de recebimentos futuros de sua carteira de clientes, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em caixa correspondem a valores depositados nas contas mantidas pela CDRJ no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Santander e Banco Bradesco.

5 – CAIXA RESTRITO

Os valores representam os depósitos em conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Cientes nacionais	88.377	140.727
(-) Provisão para Liquidação Duvidosa	(73.808)	(125.098)
	12.569	15.629

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 360 dias. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante ser ajustadas ao valor presente.

7 – ESTOQUES

O estoque é composto por produtos destinados ao consumo na prestação de serviços portuários. Os produtos aos quais é permitida a manutenção de créditos de impostos são registrados pelo valor líquido. Os demais produtos são registrados pelo valor total da nota fiscal.

8 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

Em milhares de Reais

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ a recuperar	7.137	5.464
Contribuição social a recuperar	1.456	1.135
COFINS a recuperar	1.789	1.789
PIS a recuperar	661	661
	11.043	9.049

9 – VALORES A RECEBER

Créditos, em sua maioria, provenientes do Convênio CDRJ/INEA, do Termo de Acordo de Confissão de Dívidas com a Triunfo Logística e outros acordos de menores valores.

Em milhares de Reais

	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Crédito a Receber da Triunfo Logística	3.356	0	8.949	0
Convênio CDRJ/INEA	0	0	12.000	12.000
Outros Valores a Receber	2.180	2.294	0	121
	5.536	2.294	20.949	12.121

Convênio CDRJ/INEA – Repasse da União para aumento de Capital, para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição, revitalização e recuperação da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o Convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do referido valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0, que tramita na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Confissão de Dívidas Triunfo Logística – O acordo foi firmado no processo judicial nº 2001.001.030835-4 da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro entre a Triunfo Logística Ltda e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de solucionar demandas judiciais existentes entre as partes. A Triunfo reconheceu uma dívida de R\$ 13.199 mil e se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPM e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem, basicamente, aos processos de IPTU relacionados abaixo e outros trabalhistas:

Em milhares de Reais

Processo	Objeto	Parte	Valor
0083500-27.1993.5.01.0043	Verbas Rescisórias	Rozental de Araújo de Oliveira	5.447
0068080-84.2013.8.19.0001	IPTU	Município do Rio de Janeiro	4.602
0010894-73.2013.8.19.0002	IPTU	Município de Niterói	43
0002238-91.2013.8.19.0024	IPTU	Município de Itaguaí	1.351
Outros trabalhistas			20
Outros cíveis			552
Total			12.015

11 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia para cessão à União. Serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se transitoriamente registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia. O valor foi reclassificado do Ativo Circulante para o Não Circulante pela inexistência de previsão para a baixa efetiva.

12 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2013	31/12/2012
Recursos Bloqueados – RSD	8.738	8.719
Bloqueio Judicial <i>Leasing</i> Portobrás	132.326	131.778
Bloqueio Fazenda Nacional – INSS	2.898	0
Ações Judiciais Triunfo Logística	0	26.760
Totais	143.962	167.259

RSD – Refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação.

***Leasing* Portobrás** – Refere-se ao bloqueio da receita bruta para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível em 16 de dezembro de 2005 e nº 0102697-82.2009.8.19.000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A. A Nota Explicativa 19 também trata do assunto.

Fazenda Nacional/INSS – Refere-se ao bloqueio para garantia do processo de execução fiscal nº 0016487-56.2012.4.02.5101 movido pela Fazenda Nacional.

13 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de depreciação admitidos pela legislação fiscal.

O imobilizado está assim composto:

Em milhares de Reais

Discriminação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2013	Líquido 2012
Bens móveis	183.827	(157.542)	26.085	27.597
Bens imóveis	798.899	(118.706)	680.183	682.368
Imobilizado a classificar	15.605	(694)	14.911	14.879
Imobilizado em andamento	270.482	0,00	270.482	253.182
Totais	1.268.603	(276.942)	991.661	978.024

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo do setor público. Os contratos são ajustados à taxa cambial vigente na data do balanço, acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Os juros vêm sendo pagos semestralmente. A amortização do valor principal do empréstimo ocorrerá da seguinte forma:

- Uma parcela do curto prazo (a última) será liquidada em abril/2014;
- O valor principal dos financiamentos de longo prazo será liquidado em abril/2024.

Em milhares de Reais		
	31/12/2013	31/12/2012
Curto Prazo	321	647
Longo Prazo	12.810	11.451
Totais	13.131	12.098

Os recursos foram liberados nas seguintes condições:

Instituição	Prazo	Carência	Amortização	Taxa de Juros
FLIRB	20 anos	9 anos	13 parcelas semestrais	Do 1º ao 6º ano – entre 4 e 5% a.a. No 7º ano – 8% a.a.
Discount Bond	30 anos	Sem carência	Única ao final do prazo	Libor semestral + 13/16% a.a.
PAR Bond	30 anos	Sem carência	Única ao final do prazo	Do 1º ao 6º ano – entre 4 e 5,75% Do 7º ao 30º ano – 6% a.a.

15 – FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para as operações portuárias como segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos, compras de peças e equipamentos. Do valor contabilizado destaca-se o montante de R\$ 8.707 mil relativos à FUBRAS.

Em milhares de Reais		
	31/12/2013	31/12/2012
FUBRAS	8.707	8.707
Demais Credores	2.186	1.096
Totais	10.893	9.803

16 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

Em milhares de Reais		
	31/12/2013	31/12/2012
Remunerações	7.518	7.401
Consignações	328	160
Seguros	87	0
Mesada Judicial	243	239
Outros Encargos Assistenciais	1.451	1.120
Provisão de Férias e Encargos	8.850	7.906
Totais	18.475	16.826

17 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
ISS	65.657	56.984	214.046	203.452
PASEP/COFINS	25.793	25.767	866	1.323
IPTU	6.883	1.843		
Adicional de Tarifa Portuária	6.820	6.820		
PGFN/RFB	18.586	17.653	124.313	134.823
INSS – Apropriação mensal da folha de pagamento	4.081	3.098		
INSS – Débitos previdenciários não parcelados	134.333	125.112		
FGTS	1.300	1.097		
IR de Pessoal	4.788	4.230		
Outros	396	468		
Totais	268.637	242.072	339.225	339.598

18 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Retenções Contratuais	1.463	1.460	0	0
Depósito Cauçionado	3.470	2.860	0	0
Contratos de Securitização	0	0	297.267	228.051
Outros	125	96	2.135	2.135
Totais	5.058	4.436	299.422	230.186

As Retenções Contratuais representam garantias retidas de contratos de alguns fornecedores.
O Depósito Cauçionado é uma antecipação do recebimento de determinadas faturas por clientes.
Os contratos de securitização são obrigações da CDRJ com terceiros, negociadas com dois arrendatários – Libra Terminais e Setpetiba Tecon.

19 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:
Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil
Comind Leasing Arrendamento Mercantil S/A
Unibanco Leasing S/A
Manufactures Hannover

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.).

No exercício de 2011 houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan, agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.).

A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido está sendo discutido em juízo e os valores deverão ser confirmados.

As empresas Unibanco Leasing S/A e Manufactures Hannover também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Os saldos remanescentes presentes na contabilidade são:

	Em milhares de Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Unibanco Leasing S/A	68.583	56.839
Manufactures Hannover	294.228	244.009
Totais	362.791	300.848

20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo "benefício definido", assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social.

Este fundo é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O PORTUS Instituto de Seguridade Social disponibilizou valores estimados das dívidas e do déficit desta Patrocinadora, que totalizou R\$ 566.672 mil, com base no Demonstrativo dos Valores a Receber em 30/06/2013. Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo PORTUS e pelas empresas de consultoria contratadas pelas patrocinadoras continuam em controvérsia pelas partes, inviabilizando o registro contábil com base em estimativas confiáveis.

Durante o exercício de 2013 foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R\$ 4.793 mil e 4.486 mil, respectivamente (4.715 mil e R\$ 3.656 mil em 2012), além de R\$ 31.500 mil em aportes da União referentes ao Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal GDR 2, firmado em 29/12/2010.

As contas possuem a seguinte composição:

	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios de curto prazo	20.697	45.773		
Benefícios de longo prazo			307.970	258.905
Bloqueio judicial			(57.911)	(8.795)
Totais	20.697	45.773	250.059	250.110

O bloqueio judicial refere-se aos Mandados nº 1679/2012, da 21ª Vara Cível e 1018/2012, da 33ª Vara Cível, que determinaram a penhora de receita da CDRJ junto aos arrendatários, até o montante de R\$ 123.583 mil e R\$ 30.000 mil, respectivamente, para garantia dos processos judiciais 2004.001.107580-2 e 2001.001.037856-0.

21 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A CDRJ constituiu provisões para processos trabalhistas e cíveis a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e foram compostas da seguinte maneira:

Em milhares de Reais	
Provisão para contingências	2013
Trabalhistas	47.904
Cíveis	113.080
Tributárias	0
Totais	160.984

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais. Não houve projeção para perdas em processos de origem tributária, embora tenha ocorrido contabilização no ano anterior, devido a uma mudança no critério de classificação das ações.

Dentre os valores contingenciados, destaca-se, na área cível, o processo movido pelo Portus – Instituto de Seguridade Social no valor de R\$ 110.120 mil.

Na área trabalhista, os de maiores valores são as ações movidas por um grupo de empregados, no Município do Rio de Janeiro e um outro, no Município de Itaguaí, com provisões de R\$ 9.540 mil e R\$ 9.277 mil, respectivamente.

Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências passivas nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis, contudo, há contingências que devido ao valor das ações podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 14.035 mil, sendo:

Ações Trabalhistas	R\$ 10.668 mil
Ações Cíveis	R\$ 2.348 mil
Ações Tributárias	R\$ 1.019 mil

22 – RECEITAS DIFERIDAS

A conta de Receitas Diferidas registrada no passivo não circulante, refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo diferidas atendendo aos prazos contratuais.

23 – CAPITAL SOCIAL

Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para Aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC, conforme Decreto nº 2.673/1998.

No presente exercício foi aportado pela União o montante de R\$ 35.500 mil (217.157 mil em 2012), a título de crédito para Aumento de Capital.

Através da Assembleia Geral de Acionistas, em reunião extraordinária realizada em 14/06/2013, foi homologado o aumento do Capital Social da Companhia que passou de R\$ 2.200.126 mil para R\$ 2.441.121 mil, e está representado por 1.215.284.566 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	607.563.593	607.563.594	1.215.127.187
Governo do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Outros	40	38	78
	607.643.284	607.643.282	1.215.284.566

24 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida está composta da seguinte maneira:

Em milhares de Reais		
	31/12/2013	31/12/2012
Receita Operacional Bruta	370.986	333.254
(-) Cofins	28.084	28.131
(-) Pasep	5.640	5.673
(-) ISS	201	196
Receita Operacional Líquida	339.061	301.254

A Receita Operacional Bruta corresponde às parcelas dos arrendamentos da área do porto e às tarifas relacionadas aos demais serviços portuários.

25 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações apresentou no presente exercício o montante de R\$ 69.410 mil.

Em milhares de Reais		
	2013	2012
Serviços Portuários	2013	2012
Manutenção	4.471	1.504
Pessoal e Encargos	58.792	43.344
Serviços de Terceiros	6.147	10.641
Depreciação	4.312	5.305
IPTU	170	184
Totais	73.892	60.978

Houve alteração na forma de apuração do Custo da Operação que, em 2012, considerava os grupos Serviços de Pesquisas e Depreciação com Serviços de Pesquisa.

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

Em milhares de Reais		
Discriminação	2013	2012
Pessoal e Encargos	111.068	109.480
Serviços de Terceiros	13.007	12.214
Contratos Securitizados Libra/Sepetiba/Tecon	14.626	13.362
Despesas Tributárias	9.211	5.028
Outras	1.770	3.465
Totais	149.682	143.579

26 – REVERSÃO DE PROVISÕES

Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos, em sua maioria, referente aos créditos baixados no acordo da Triunfo Logística e SEATRANS, explicados na nota 28.

27 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em milhares de Reais		
	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras	12.730	13.236
Despesas Financeiras	(179.613)	(182.251)
Variações Monetárias Ativas	41.366	14.993
Variações Monetárias Passivas	(96.198)	(36.499)
Resultado Financeiro Líquido	(211.715)	(190.521)

As despesas financeiras têm como maior expressão as contas Despesas de Juros sobre Encargos Tributários e Trabalhistas, relativos à atualização da obrigação com o Portus – R\$ 91.710 mil (R\$ 92.094 mil em 2012), e Juros de Mora, relativos à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e aos contratos de Leasing do Unibanco e *Manufactures Hannover* – R\$ 71.509 mil (R\$ 61.352 mil em 2012).

28 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Resumo dos ajustes:

Item	Ajuste a Débito	Ajuste a Crédito	Saldo
28.1	46.621	14.058	
28.2	4.952	0	
28.3	1.239	0	
28.4	2.646	558	
	55.458	14.616	40.842

28.1 – Acordo CDRJ X Triunfo Logística

O acordo firmado no processo judicial nº 2001.001.030635-4, da 47ª Vara Cível da Comarca da Capital, entre a empresa Triunfo Logística Ltda e a CDRJ, visando resolver as controvérsias entre as partes, estabeleceu a baixa das faturas em aberto de Exercícios anteriores, o estorno das atualizações e correções, além do reconhecimento da dívida em R\$ 13.199.992,59. A Triunfo se comprometeu a pagar esta quantia até o final da primeira etapa do contrato de arrendamento, que ocorrerá em agosto de 2017, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no ato da homologação e as demais 30 (trinta) dias após, com atualização mensal pelo IGPM e juros legais de 12% ao ano (53 parcelas).

28.2 – Acordo CDRJ X SEATRANS X Triunfo Logística

O acordo foi homologado judicialmente junto à 33ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos do processo nº 2000.001.052735-6 e junto à 35ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos do processo nº 0140140-33.2010.8.9.0001 e do processo nº 0145944-45.2011.8.19.0001. O acordo teve por objetivo a extinção de processos e utilização de créditos da Triunfo para abater dívidas da SEATRANS Agência Marítima.

28.3 – Casa Civil

Baixa de faturas glosadas de ressarcimentos de empregados cedidos à Casa Civil com a emissão de novas faturas.

28.4 – Outros Ajustes em Exercícios Anteriores

Foram realizados outros ajustes, em sua maioria, para o cancelamento de faturas.

29 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 152.135 mil (168.356 mil em 2012). Apesar das dificuldades enfrentadas no período, a CDRJ vem dando prosseguimento ao seu plano de recuperação econômico-financeira.

O acordo assinado entre a CDRJ e a Triunfo Logística possibilitou a recuperação de créditos pendentes em períodos anteriores e a apuração do valor a ser pago pela arrendatária nos próximos Exercícios.

Outro fato que ocasionou a redução do passivo foram os aportes da União referentes ao Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal GDR 2, firmado em 29/12/2010, para a amortização da dívida com o Portus Instituto de Seguridade Social.



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA

30 – TESTES DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – *IMPAIRMENT*

A Companhia está em processo licitatório visando a contratação de empresa especializada em serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado, para cálculos do valor do Impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa - UGC.

JORGE LUIZ DE MELLO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF Nº 510.709.017-68

ELIANE PINTO BARBOSA
DIRETORA
CPF Nº 372.049.127-72

DANILO DE SOUZA LUNA
DIRETOR
CPF Nº 269.090.227-34

ALTON FERNANDO DIAS
DIRETOR
CPF Nº 509.330.436-00

EDUARDO PIRES SOARES
SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS
CONTADOR CRC – RJ 110913/O-7
CPF Nº 090.022.657-77

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Companhia Docas do Rio de Janeiro				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	União	607.562.593	547.613.830	468.058.378
	Governo do Estado do Rio de Janeiro	79.651	79.651	68.079
	% Governo	99,99999	99,99999	99,99999
Free Float	Pessoas Físicas	40	40	38
	% free float	0,00001	0,00001	0,00001
Subtotal Ordinárias (%)		50,00	50,00	50,00
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	União	607.562.594	547.613.829	468.058.377
	Governo do Estado do Rio de Janeiro	79.650	79.650	68.079
	% Governo	99,99999	99,99999	99,99999
Free Float	Pessoas Físicas	38	38	37
	% free float	0,00001	0,00001	0,00001
Subtotal Preferenciais (%)		50,00	50,00	50,00
Total		100%	100%	100%

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

A participação total dos investimentos não ultrapassa 10% do Patrimônio Líquido das investidas.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

AUDIFISCO	AUDITORIA FISCAL E CONTÁBIL S/S.	Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S. Rua Santa Isabel, 160 - 5º andar São Paulo - SP - Brasil CEP 01221-010 Tel. 55 - 11 - 3221-9922
------------------	----------------------------------	--

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

1

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1 - Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro, essas práticas não foram atendidas em sua plenitude, em especial não atendendo algumas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis: (a) falta de verificação da necessidade de "impairment" previsto no CPC 01, contrariando a Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (b) não identificação dos valores residuais e não apuração da vida útil econômica dos bens, a qual vem sendo calculada de acordo com as taxas indicadas pela legislação do imposto de renda, não atendendo o CPC 27, contrariando a - NBC T 19.1 - disciplinado pela Resolução CFC nº 1.177/09.

2 - A Companhia mantém registro em sua contabilidade, no grupo do imobilizado, valores representativos em investimentos em infraestrutura portuária, mantidos na conta de "Imobilizados em Andamento". Estes valores correspondem em 31/12/2013 ao montante de R\$ 270.482 milhões (R\$253.182 milhões em 31/12/2012) e vem mantendo em valores elevados a mais de 05 anos. Pela natureza dos gastos à Companhia não efetuou a transferência destes imobilizados em andamentos para o grupo de imóveis/ instalações quando do término dos projetos, mantendo estes ativos sem reconhecer as respectivas depreciações incorridas. Ainda, para possíveis projetos/ benfeitorias que efetivamente não foram concluídos, a CDRJ não contingenciou a provisão para perdas com base em teste de recuperabilidade destes ativos, não atendendo ao CPC 01 e Resolução CFC nº 1.292/10.

3 - Conforme consta da Nota Explicativa 20, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia Docas do Rio de Janeiro mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um plano multipatrocinado para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários, plano este do tipo "benefício definido" que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. Este plano é administrado pela PORTUS - Instituto de Seguridade Social, uma entidade fechada de previdência complementar, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A Companhia registra o montante de R\$ 329.667 mil, porém o déficit de responsabilidade da patrocinadora CDRJ, conforme último cálculo atuarial apresentado pela PORTUS com base em no último balancete prévio do Plano de Benefício emitido em 30/06/2013 era de R\$ 566.672 mil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não recebemos as respostas das cartas de circularização para confirmação desses saldos. Não nos foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos passivos de R\$329.667 mil ou se havia necessidade de ajustar esses valores, bem como se existiam outros saldos, entre eles garantias ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras. Ainda, a Companhia também está deixando de divulgar adequadamente, nas suas demonstrações contábeis, as informações mínimas requeridas previstas no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, disciplinado pela Resolução CFC nº 1.425/13 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2013.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Informação suplementar – demonstração do valor adicionado**

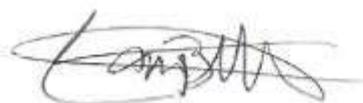
Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados onde emitimos relatório datado em 25 de março de 2013, que conteve opinião com ressalvas similares aos itens 01 a 03 do presente relatório e nota de ênfase sobre divergência quanto ao saldo consolidado do parcelamento dos débitos previdenciários previsto na Lei nº 11.941/09 que teve sua consolidação efetivada em 31 de julho de 2011, porém na consolidação o órgão gestor do parcelamento não as incluiu os débitos em sua totalidade.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

Audifisco Auditoria Fiscal e Contábil S/S.
CRC 2SP002135/O-1 - "S" RJ



Vander Bittencourt Ribeiro
Contador CRC 1SP159913/O-3 - "S" RJ

12. Outras Informações Sobre a Gestão

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

O Complexo Portuário sob a gestão da CDRJ, formado pelos Portos Públicos de Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro, registrou no exercício de 2013 uma movimentação total de cargas de 67.059.557 toneladas, apresentando um aumento de 1,7% em relação ao ano de 2012. O desempenho superior pode ser explicado pelo leve crescimento na movimentação de minério de ferro de 0,8%, que, historicamente, exerce uma grande influência na movimentação geral, com uma representatividade de 75,4% do total movimentado em 2013. A China é o principal destino das exportações do minério de ferro brasileiro e como o crescimento anual da economia chinesa em 2013 foi de 7,7%, inalterado ante 2012 e apenas levemente acima das expectativas do mercado por ritmo de expansão de 7,6%, o menor desde 1999, a movimentação de minério de ferro acabou por acompanhar os patamares do ano anterior.

Outro fato que merece destaque é o desempenho apresentado pelo Porto de Itaguaí quanto à movimentação de contêineres, com um crescimento de 17,8% em relação a 2012. Importante salientar que o Porto de Niterói apresentou uma movimentação total de cargas em 2013 de 254.830 toneladas, representando um desempenho maior em 161.361 toneladas, equivalente ao aumento de 172,6% em relação ao ano anterior.

Por fim, o Porto de Angra dos Reis também apresentou um resultado superior de 122.051 toneladas em 2013, com desempenho 41,1% superior às 86.503 toneladas registradas em 2012. Tais números podem ser melhor visualizados nos quadros a seguir:

Movimentação Geral de Carga

Em tonelada

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	Ano		□ %
	2012	2013	
Rio de Janeiro	8.360.327	8.315.345	-0,5%
Angra dos Reis	86.503	122.051	41,1%
Niterói	93.469	254.830	172,6%
Itaguaí	57.418.867	58.367.331	1,7%
TOTAL	65.959.166	67.059.557	1,7%

Perfil por Natureza de Carga (movimentação no cais)

Em tonelada

Natureza da Carga	2012	2013	□ %
Sólidos a granel	54.761.253	55.206.621	0,8%
Líquidos a granel	391.605	440.825	12,6%
Carga Geral	10.806.508	11.412.111	5,6%
TOTAL	65.959.166	67.059.557	1,7%

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2012		2013		□ %	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
Rio de Janeiro	342.554	508.520	341.685	510.830	-0,3%	0,5%
Itaguaí	209.080	316.294	246.397	364.122	17,8%	15,1%
CDRJ	551.634	824.814	588.082	874.952	6,6%	6,1%

PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

45 Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar

1. Nome: Portus

2. Razão Social: Portus – Instituto de Seguridade Social

3. CNPJ: 29.994.266/0001-89

4. Demonstrativo Anual, contendo:

a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;

Data de competência	Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes
jan/13	3.554.232,58
fev/13	3.621.717,63
mar/13	3.571.107,56
abr/13	3.603.967,15
mai/13	3.666.649,35
jun/13	3.651.296,68
jul/13	3.584.399,30
ago/13	3.567.982,89
set/13	3.586.564,61
out/13	3.604.306,18
nov/13	3.630.319,40
dez/13	3.789.544,63
13º/13	3.705.063,61
TOTAL	47.137.151,57

b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;

Data de competência	Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes
jan/13	338.787,38
fev/13	347.007,22
mar/13	340.610,19
abr/13	347.710,64
mai/13	352.562,54
jun/13	377.843,33
jul/13	347.382,55
ago/13	353.122,89
set/13	316.006,24
out/13	340.930,26
nov/13	333.811,77
dez/13	443.384,10
13º/13	342.760,83
TOTAL	4.581.919,94

c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;

Data de competência	Valor total das contribuições pagas pelo Patrocinador
jan/13	338.787,38
fev/13	347.007,22
mar/13	340.610,19
abr/13	347.710,64
mai/13	352.562,54
jun/13	377.843,33
jul/13	347.382,55
ago/13	353.122,89
set/13	316.006,24
out/13	340.930,26
nov/13	333.811,77
dez/13	443.384,10
13º/13	342.760,83
TOTAL	4.581.919,94

d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

Data de competência	Valor total de outros recursos repassados pelo Patrocinador
jan/13	29.238,70
fev/13	34.359,42
mar/13	26.493,68
abr/13	27.244,63
mai/13	32.889,45
jun/13	19.739,92
jul/13	22.947,22
ago/13	22.000,87
set/13	20.881,38
out/13	20.298,29
nov/13	19.573,76
dez/13	7.217,82
13º/13	22.015,89
TOTAL	304.901,03

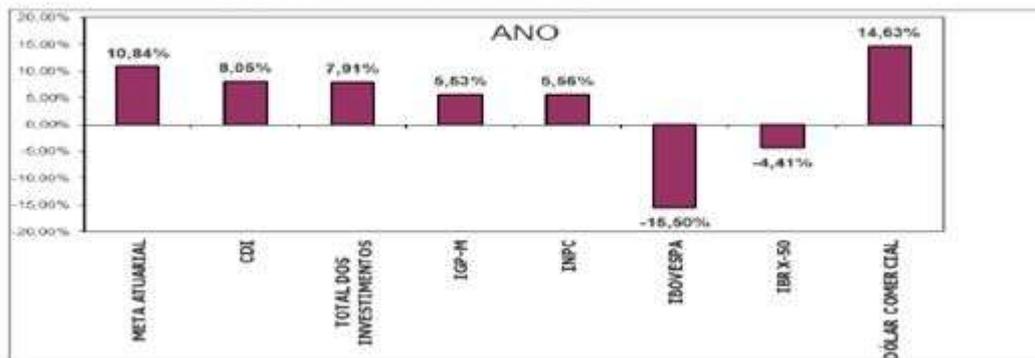
f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS - Ano 2013

O exercício de 2013 se apresentou muito difícil para as Entidades Fechadas de Previdência Privada, principalmente aquelas com planos BD. Dois fatores foram inegavelmente os principais redutores de rentabilidade: queda do Ibovespa de 15,5% e forte desvalorização dos Títulos Públicos NTN-B especialmente nos mercados a mercado*.

Cumpramos ressaltar que recebemos ao longo de 2013 R\$ 119,5 milhões referentes ao aporte de parte da dívida das patrocinadoras, mesmo pagando os benefícios mensais e custeio administrativo, atingimos em Dez/13 R\$ 94 milhões de valores aplicados em caixa para honrar os compromissos. Há de se considerar as receitas mensais de repasse da paridade das patrocinadoras e principalmente o resultado dos investimentos, lembrando-se que neste mesmo período (dezembro) no ano de 2012 os recursos disponíveis eram da ordem de R\$ 9,4 milhões.

Nossa rentabilidade, como mencionado anteriormente, foi afetada diretamente pela desvalorização da renda variável e dos Títulos Públicos NTN-B que juntos totalizam aproximadamente 40% da carteira. Neste sentido, atingimos no Plano PBP1 a rentabilidade de 7,92%. Em estudo elaborado pela consultoria Risk Office, que considerou uma amostra de 191 planos de benefícios dos quais 93 da modalidade BD, foi possível observar que 91% deles não cumpriram suas respectivas metas atuariais ao longo de 2013. No caso dos planos CV's, considerando a mesma meta atuarial do Portus, o desempenho foi ainda mais prejudicado em função da composição de suas carteiras, neste caso, nenhum dos planos da amostra conseguiu atingir. Isso comprova a dificuldade de todo segmento de Fundos de Pensão em acompanhar suas metas atuariais, mesmo aqueles que já reduziram a taxa de juros. Segue abaixo gráfico com dados de mercado e da rentabilidade:



Rentabilidade PBP1 por Seguimento

Seguimento	Rentabilidade 2013
Meta Atuarial	10,84%
Total dos Investimentos	7,92%
Renda Fixa	4,79%
Renda Variável	-5,90%
Inv. Estruturados	6,71%
Imóveis	35,28%
Empréstimos e Financ.	31,47%
Mediana Plano BD*	5,65%

** Reflete a mediana das rentabilidades dos planos BD através do acompanhamento feito pela Risk Office.*

De maneira geral o ano de 2013 foi marcado principalmente pela elevação nas taxas dos títulos pré-fixados e dos títulos indexados à inflação e pelo desempenho ruim do mercado acionário.

No primeiro semestre de 2013, dado o cenário de inflação bastante pressionada, o Banco Central do Brasil deu início ao processo de elevação dos juros, elevando a Selic de 7,25% para 10,00% ao ano em dezembro.

Além da política monetária doméstica foi possível observar o movimento das taxas dos títulos do tesouro norte-americano, o que potencializou a abertura das taxas dos títulos no Brasil. Lá fora, as taxas das Treasuries foram impactadas pela perspectiva do mercado de que o FED poderia iniciar a redução da política de estímulos à economia Norte Americana, em função da melhora dos indicadores econômicos, como, por exemplo, a criação de novas vagas de emprego e o crescimento do PIB, que em alguns períodos de 2013 surpreenderam positivamente o mercado. De fato, em dezembro, o Federal Reserve iniciou a redução de estímulos a maior economia do mundo e manteve a taxa de juros em 0,25% ao ano.

g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

Nos últimos anos a PREVIC não tem nos enviado nenhum relatório com sua manifestação a cerca do Balanço Anual da Entidade.

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

Acompanhamento da Política de Investimentos

Abaixo apresentamos quadro de enquadramento dos investimentos a Resolução 3792/09.

Consolidado (Plano PBP1+ PGA)

Segmentos	Valores em Dezembro/2013	Alocação	Limite RES/CMN
DISPONIBILIDADES	26	0,01%	
RENDA FIXA	126.670	42,83%	100%
NTN	23.462	7,93%	
Quotas de Fundos FIF	94.720	32,03%	
DPGE	8.488	2,87%	
Debêntures não Conversíveis	-	0,00%	
RENDA VARIÁVEL	99.191	33,55%	70%
Ações a Vista	99.191	33,55%	
INVESTIMENTO ESTRUTURADO	179	0,06%	20%
Fundos Imobiliários	179	0,06%	10%
IMÓVEIS	93.057	31,49%	8%
Uso Próprio	6.124	2,07%	
Para Renda	56.598	19,15%	
Shopping Center	30.376	10,27%	
(-) Valores a Pagar	(41)	-0,00%	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.586	0,54%	15%
Empréstimos	1.586	0,54%	
Imobiliário	-	0,00%	
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	5.203	1,76%	
OUTROS	-	0,00%	
Precatórios RIOESTE	-	0,00%	
CONTINGÊNCIAS DOS INVESTIMENTOS	-30.272	-10,24%	
TOTAL	295.640	100,00%	

Exigível Contingencial e Depósitos judiciais são referentes aos diversos passivos judiciais. No segmento imobiliário o valor para efeitos de enquadramento é de 25,22% conforme resolução 3.792/2009 no cap. X.

Além dos aspectos gerais sobre o resultado dos investimentos apresentados acima, destacamos abaixo alguns tópicos sobre a gestão de cada segmento, o que certamente contribuiu para o desempenho final.

Renda Fixa: Foram mantidas as estratégias anteriores em alocar maior parte dos recursos em fundos de renda fixa com liquidez imediata, com rentabilidade atrelada ao CDI / Selic, geridos por grandes bancos (BB, Bradesco, Itaú e HSBC), devido à necessidade de atender ao fluxo de caixa deficitário. Em 2013, a situação oposta com relação ao ano anterior, a rentabilidade do segmento de renda fixa como um todo cresceu, em razão dos constantes aumentos de juros determinados pelo COPOM. Ressalte-se que a primeira parcela dos DPGE's do Banco Máxima foi integralmente quitada em Dez/13 no valor de R\$ 9,9 milhões, assim como as Debentures da Sultepa foram quitadas em Abril/2013 no valor de R\$ 1,2 milhões. O Título Público (NTN-B) que temos na carteira sofreu desvalorização, assim como todos marcados a mercado, o que impactou negativamente na rentabilidade apurada em 2013.

Renda Variável: O Ibovespa apresentou forte oscilação durante 2013, encerrando o ano com queda de 15,5% diante de um crescimento de 7,40% em 2012. Os principais fatores que contribuíram para o fraco desempenho foram a volatilidade do mercado internacional, com fuga de capitais em razão da maior aversão ao risco, conjugado com a expectativa do governo norte americano de redução do estímulo à economia e o baixo desempenho das companhias brasileiras, principalmente as ligadas à exploração de Petróleo & Gás. Paralelo a este cenário, e como alternativa, foi elaborado estudo de aluguel de ações. Essa modalidade historicamente utilizada no mercado permite com garantia e segurança da própria BM&F gerar receitas adicionais. Este trabalho teve início em Abril/2013 com uma estrutura em que todas as operações são confirmadas por telefone em mesa 100% gravada, e gerou aos cofres do Portus R\$ 366 mil de receita até Dez/13. Daremos continuidade a esta operação também em 2014.

Imóveis: Os imóveis destinados para renda não apresentaram inadimplência e contribuíram para as receitas geradas mensalmente, principalmente a participação de 5% do Shopping – Conjunto Nacional – DF e pelo 3º andar do Ed. Argentina no RJ. O mercado de locação no Centro do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca, onde detemos importantes imóveis desocupados para renda encontra-se desaquecido, apresentaram em 2013 forte concorrência em razão das diversas lajes corporativas entregues recentemente e próximas das áreas de influência, impactando na demanda por locações. Outro fator preocupante é o volume de obras no centro da cidade que além de causar desconforto geral a população, dificultou o acesso, principalmente, no Edifício RB1 (RJ) onde temos um pavimento para locação. No entanto, projeta-se novo aquecimento face aos investimentos já iniciados para as Olimpíadas, Copa do Mundo e da modernização da região portuária do RJ para 2014 e 2015. A reavaliação positiva ocorrida em 2013 contribuiu para a rentabilidade do segmento, valorizando a carteira em 37% gerando aumento de 18 milhões ao RGRT.

Empréstimos e Financiamentos: As concessões dos empréstimos permanecem suspensas por tempo indeterminado, até que a situação financeira do Portus permita novos desembolsos para essa modalidade de investimento, cujo retorno ocorre em prazo incompatível com o fluxo de caixa atual. Consideramos uma importante e rentável alternativa de investimentos dos recursos.

Segurança e Transparência

Dando prosseguimento a política de acompanhamento do risco, liquidez e rentabilidade da carteira de investimentos, o Portus tem mantido reuniões mensais em sua sede com a consultoria de risco e de investimentos contratada (Risk Office).

Todas as operações em carteira própria do Portus são realizadas através de plataformas eletrônicas (Cetipnet e custodiante Bradesco) e em mesas com telefone 100% gravado.

A íntegra da Política de Investimentos 2014 do Portus está disponível no site: www.portusinstituto.com.br

**Marcação a mercado (MaM) - Marcar a mercado, ou precificar os títulos, significa atualizar diariamente o valor dos títulos que compõem uma carteira de investimentos ao preço de negociação. Ou seja, o valor do título deve refletir o que seria obtido caso este fosse vendido naquele dia.*

5. Conclusões contidas no relatório da auditoria independente



Tel.: +55 21 2210 5166
Fax: + 55 21 2224 5285
www.bdoibrazil.com.br

Rua São José, 46
12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ 20020-100

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Participantes, Patrocinadores e Interventora do
PORTUS - Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do **PORTUS - Instituto de Seguridade Social** (“PORTUS” ou “Entidade”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC**, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.2 às demonstrações contábeis, a Entidade encontra-se desenquadrada na carteira de imóveis com excesso de 17,22% acima do limite de 8% estabelecido na Resolução CMN nº 3.792/09.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Portus - Instituto de Seguridade Social** em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo **Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC**.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de agosto de 2011 (seção 1) foi decretada intervenção no **PORTUS - Instituto de Seguridade Social** em seu único Plano de Benefícios administrado, o PBP1. Para a execução dos trabalhos de intervenção foi publicada a nomeação do Interventor por meio da Portaria PREVIC nº 460, de 22 de agosto de 2011, no DOU em 23 de agosto de 2011 (seção 2), competindo ao Interventor nomeado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC o encaminhamento dos trabalhos sob a supervisão e orientação da mesma. Em 3 de dezembro de 2012 houve a substituição do antigo Interventor por meio da Portaria PREVIC nº 699 de 30 de novembro de 2012.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, o PORTUS encontra-se em aguda situação de insolvência, fato este que coloca em risco real, no curto prazo, inexistirem recursos financeiros para pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Este fato está atrelado aos seguintes fatores, a saber: ocorridas em diferentes momentos de vida do Plano, como principais causas podemos citar (a) o equivocado dimensionamento da Reserva de Tempo de Serviço Passado (RTSA) no ano de 2000, que considerava dentre diversos critérios inconsistentes, como a hipótese de geração futura, hipótese de mortalidade geral não aderente à época, o não dimensionamento real do tempo de serviço anterior dos participantes que ingressavam no plano, a não inclusão do custo relativo às Pensões e considerando a RTSA como sendo um fato novo, ignorando que o mesmo já vinha sendo constituído desde a criação do Plano, mas de forma insuficiente; (b) o perdão de Jóia de Participante sem haver contrapartida desse custo para o Plano; (c) o não cumprimento parcial ou integral do Plano de Custeio; (d) O pagamento das contribuições em atraso sem a devida correção monetária; (e) má gestão dos recursos garantidores; (f) perda de oportunidade de aplicação dos recursos não ingressados; (g) não revisão do Plano de Custeio ao logo dos anos; e, (h) o não pagamento do valor relativo a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS.

Conforme parecer atuarial emitido pelo atuário técnico responsável pelas questões atuariais do PBP1, o responsável técnico certifica que o Plano está deficitário, com alto nível de insolvência, dependendo de imediato equacionamento, seja pela revisão do seu Plano de Custeio e/ou pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRÁS e da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custeio vigente e da concretização das hipóteses atuariais para a manutenção dos mesmos.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13.3 e nº 13.4 às demonstrações contábeis, a Entidade possui compromissos previdenciários com os participantes e assistidos, constante na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 3.607.396 mil. Referidos compromissos quando confrontados com o Patrimônio Previdenciário disponível na mesma data, no montante de R\$ 264.002 mil, indica que os participantes e assistidos têm capitalizado cerca de 7,32% do que seria necessário para pagamento de suas aposentadorias (6,09% quando descontado do Patrimônio Previdencial o Fundo Previdencial). Ademais, a avaliação atuarial indica que nos próximos 12 meses, 57,51% dos participantes ativos estariam elegíveis ao benefício, fato este que frente ao patrimônio previdenciário com liquidez ainda existente, agravará mais ainda a crise de insolvência do PBP1/PORTUS.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, conforme determina o Ofício nº 4683/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, o PORTUS não registrou o êxito da demanda judicial pela ABRAPP em nome de suas afiliadas no processo que transitou em julgado e cuja decisão reconheceu que as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) devem ser corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC ao invés do Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

Outros assuntos

Em 07 de novembro de 2011, foi entregue à Secretaria Especial de Portos - SEP, a Carta Interv - 551/11, datada de 4 de novembro de 2011, encaminhando o "Relatório Parcial de 60 dias de Intervenção, propostas iniciais de soluções PBP1/PORTUS e atendimento a Portaria SEP 165/2011". No referido relatório, dentre todas informações e análises, existiam três opções de Plano de Recuperação a saber: (a) **Opção 1**, que envolve três grandes frentes de trabalho, Dívidas das patrocinadoras envolvendo falta de cumprimento do plano de custeio; atraso de repasse das contribuições e outras obrigações de custeio aos cofres do plano; contribuições de participantes não repassadas; Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA (serviço passado), que na forma dos diversos regulamentos vigentes por meio dos anos de existência do PBP1, contratualmente a maioria destas obrigações de custeio seriam de responsabilidade exclusiva das patrocinadoras, e Retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS, sem que as relações contratuais vigentes à época da retirada (regulamento do plano e legislação) fossem cumprida; (b) **Opção 2**, opção inviabilizada posteriormente à sua apresentação, tratava da proposta de desenvolvimento do plano de recuperação, seguindo as linhas das determinações constantes no Artigo 3º, da Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 1, de 20 de dezembro de 2000; e (c) **Opção 3**, se refere a proposta de desenvolvimento do plano de "recuperação" que resguarda exclusivamente os benefícios dos participantes (direito acumulado) e os benefícios dos assistidos (aposentados e pensionistas), por meio da retirada de patrocínio. Esta opção de Plano de Recuperação, prevista na Lei Complementar 109/2001 aplicada para todas as patrocinadoras ou para as que detêm as maiores massas de participantes, provavelmente não preservaria o Instituto PORTUS na qualidade de administrador fiduciário. De maneira que possa haver maior controle e transparência, tanto para os participantes e assistidos, quanto para as patrocinadoras e órgãos governamentais foi sugerido como ponto comum das propostas de planos de recuperação, a quebra de solidariedade de patrocínio.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas de forma comparativa, foram por nós examinadas, sob o qual emitimos relatório de auditoria com modificação de opinião referente aos seguintes assuntos: a) Desenquadramento da carteira de imóveis, (b) Não recebimento das respostas de circularização dos assessores jurídicos externos "Farah, Teixeira, Ribeiro e Terra Machado Advogados; Freitas Advogados Associados, Thompsom Flores Advogados Associados, Silveira, Athis, Soriano de Mello Advogados; e Uchôa e Santos Advogados Associados" e ênfases sobre os seguintes assuntos: (a) Nomeação do Interventor, (b) Insolvência do PBP1/PORTUS conforme parecer atuarial ocasionado principalmente pela incapacidade de geração de caixa, (c) Explicação do equacionamento de déficit atuarial e suas implicações, (d) Plano de ação proposto no relatório parcial de 60 dias, (e) Não registro das ações da ABRAPP e (f) Explicação do expressivo aumento do déficit verificado no exercício de 2012.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2014.

6 Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: [29.994.266/0001-89] PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Atuário Responsável	
LUCIANO DUARTE	
MIBA: 1111	MTE: 1111

DA transmitida à Previc em 27/03/2014 às 15.41:39

Número de protocolo : 008921



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE	
Código: 0068-6	CNPJ: 29.994.266/0001-89
Sigla: PORTUS	
Razão Social: PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	

PLANO	
CNPB: 1978.0005-29	Sigla: PBP1
Nome: PLANO DE BENEFÍCIOS PORTUS 1	
Situação: ATIVO / EM EXTINÇÃO	Característica: PATROCINADOR
Modalidade: BENEFÍCIO DEFINIDO	Legislação Aplicável: LC 108/109

ATUÁRIO	
Nome: LUCIANO DUARTE	
MIBA: 1111	MTE: 1111
Empresa:	

INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Motivo da Avaliação: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

Data do cadastro: 31/12/2013

Data da Avaliação: 31/12/2013

Tipo: COMPLETA

Observações:

1 - A partir de 11/05/2010 as regras de cálculo da suplementação de auxílio-doença foram alteradas, passando a desconsiderar a inclusão do abono anual.

2 - Os auxílios-doença em manutenção há menos de 24 meses são considerados como participantes ativos, e os demais como aposentado por invalidez.

3 - As estatísticas do BPD referem-se àqueles que optaram pelo instituto mais ainda não estão em gozo de benefício pelo PBP1.

Relatórios Complementares apresentados pelo Atuário (não enviados à PREVIC):

Relatório da Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2014 do PBP1.

Quantidade de Grupos de Custeio: 1

INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Duration do Passivo (em meses): 160

Observações:

Com base na estimativa entre as provisões matemáticas do PBP1 avaliadas com taxa real de juros de 5% e 4% em 31/12/2013, considerando a metodologia do logaritmo natural.

Assinatura do Atuário:

Página 2



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

Benefício: AUXÍLIO RECLUSÃO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$(0,5 + N \cdot 0,1) \cdot$ SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE. N=NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PARTICIPANTE. LIMITADO A 5.

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$TO / (TO+K) \cdot$ SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA; TO = TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PBP1 NA DATA DE OPÇÃO PELO BPD; K = TEMPO QUE FALTA PARA SE TORNAR ELEGÍVEL AO BENEFÍCIO PLENO DE APOSENTADORIA.

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ASSISTIDO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

10 VEZES O SRB; SRB = SUPLEMENTAÇÃO + INSS

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ATIVO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

10 VEZES O SRB;

SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO ANTERIORES A DATA DE INÍCIO. CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE).

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$MAXIMO(SRB-INSS \cdot BMIN) +$ ABONO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE O MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 25% DO SRB, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$MAXIMO(SRB-INSS \cdot BMIN) +$ ABONO; BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE O MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 10%, 15%, 20% OU 25% DO SRB DEPENDENDO DO TEMPO DE INSS, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Assinatura do Atuário:

Página 3



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

MAXIMO{SRB-INSS.BMIN}+ABONO: O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE. SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 10%, 15% 20% OU 25% DO SRB DEPENDENDO DO TEMPO DE INSS, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

MAXIMO{SRB-INSS.BMIN}+ABONO: O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE. SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 25% DO SRB, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

MAXIMO{SRB-INSS.BMIN}+ABONO: BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO;

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE ASSISTIDOS

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$(0,5 + N * 0,1) * \text{SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA}$; QUE O PARTICIPANTE VINHA PERCEBENDO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; N= NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PARTICIPANTE LIMITADO A 5 (CINCO).

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ATIVO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

10 VEZES O SRB=80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO ANTERIORES A DATA DE INÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE).

Assinatura do Atuário:

Página 4

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL**GRUPO DE CUSTEIO: 1 - PBP1****Patrocinadores e Instituidores**

CNPJ	Razão Social
03.650.060/0001-48	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO PORTUARIA-EMAP
34.040.345/0001-80	COMPANHIA DOÇAS DO RN - CODERN
06.347.892/0001-88	COMPANHIA DOÇAS DO MARANHÃO CODOMAR
00.662.091/0001-20	PORTO DE ITAJAI
04.417.870/0001-11	PORTO DO RECIFE S/A.
27.316.538/0001-66	COMPANHIA DOÇAS DO ESPIRITO SANTO
14.372.148/0001-61	CODEBA
07.223.670/0001-16	COMPANHIA DOÇAS DO CEARA CDC
04.933.552/0001-03	CDP
29.994.266/0001-69	PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
01.253.890/0001-53	SOCIEDADE DE NAVEGACAO PORTOS E HIDROVIAS DO EST.DO AM
02.343.132/0001-41	CIA DOÇAS DA PARAIBA
42.266.890/0001-28	CIA DOÇAS DO RIO DE JANEIRO
44.837.524/0001-07	COMPANHIA DOÇAS DO ESTADO DE SAO PAULO

Participantes Ativos: 1904

Tempo médio de contribuição (meses): 347

Folha de Salário de Participação: R\$ 16.802.336,38

Tempo médio para aposentadoria (meses): 37

HIPÓTESES ATUARIAIS**Hipótese:** Fator de Determinação do Valor Real Longo do Tempo Ben INSS**Valor:** 98,99**Quantidade esperada no exercício seguinte:** 98,99**Quantidade ocorrida no exercício encerrado:** 97,55**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:**

O valor esperado para o exercício de 2013 era de 98,99, entretanto, o valor ocorrido foi de 97,55%, isto foi decorrente de que no fator de capacidade a inflação esperada era de 2,5% (50% de 5%), enquanto que no período analisado a mesma foi de 5,58% (INPC acumulado em 2013 com um mês de defasagem).

Justificativa da EFPC:

Mesmo observando que a projeção da inflação pelo Governo Federal no início de 2014 era de 5,6% para 2014, com uma máxima de 6,5% e, atualmente, o mercado já fala em 6,11%, para essa hipótese iremos manter o nível de inflação considerando na avaliação anterior, que foi de 50% de 5%.

A manutenção dessa hipótese espelha a preocupação em não comprometer a mensuração dos custos do Plano em tempos futuros.

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as suas justificativas apresentadas.

Hipótese: Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários**Valor:** 98,99**Quantidade esperada no exercício seguinte:** 98,99**Quantidade ocorrida no exercício encerrado:** 97,55**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:**

O valor esperado para o exercício de 2013 era de 98,99, entretanto, o valor ocorrido foi de 97,55%, isto foi decorrente de que no fator de capacidade a inflação esperada era de 2,5% (50% de 5%), enquanto que no período analisado a mesma foi de 5,58% (INPC acumulado em 2013 com um mês de defasagem).

Justificativa da EFPC:

Mesmo observando que a projeção da inflação pelo Governo Federal no início de 2014 era de 5,6% para 2014, com uma máxima de 6,5% e, atualmente, o mercado já fala em 6,11%, para essa hipótese iremos manter o nível de inflação considerando na avaliação anterior, que foi de 50% de 5%.

A manutenção dessa hipótese espelha a preocupação em não comprometer a mensuração dos custos do Plano em tempos

Assinatura do Atuário:

Página 5

futuros.

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as suas justificativas apresentadas.

Hipótese: Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade

Valor: 98,99

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98,99

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 97,55

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Mesmo observando que a projeção da inflação pelo Governo Federal no início de 2014 era de 5,6% para 2014, com uma máxima de 6,5% e, atualmente, o mercado já fala em 6,11%, para essa hipótese iremos manter o nível de inflação considerando na avaliação anterior, que foi de 50% de 5%.

A manutenção dessa hipótese espelha a preocupação em não comprometer a mensuração dos custos do Plano em tempos futuros.

Justificativa da EFPC:

O valor esperado para o exercício de 2013 era de 98,99, entretanto, o valor ocorrido foi de 97,55%, isto foi decorrente de que no fator de capacidade a inflação esperada era de 2,5% (50% de 5%), enquanto que no período analisado a mesma foi de 5,58% (INPC acumulado em 2013 com um mês de defasagem).

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as suas justificativas apresentadas.

Hipótese: Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

Valor: Essa hipótese não estima quantidade de eventos a ocorrer, e sim determina o encargo médio esperado com o benefício de pensão. Em função de que até a avaliação atuarial do exercício de 2012 o Portus não possuía dados completos a respeito dos beneficiários de Participantes Ativos e Assistidos (futuros pensionistas), a Tábua de Herdeiros era confeccionada considerando a experiência de concessão de Pensões no curso dos 10 anos anteriores à data-base da Avaliação Atuarial. Todavia, em 2012, essa hipótese foi revista, considerando-se efetivamente os beneficiários de Participantes Ativos e Assistidos (futuros pensionistas).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Conforme exposto no item valor não há a quantificação do número de beneficiários esperados e sim do Encargo Médio de Pensão.

Justificativa da EFPC:

Conforme exposto no item valor não há a quantificação do número de beneficiários esperados e sim do Encargo Médio de Pensão.

Opinião do atuário:

Para fins de mensuração do encargo de pensão por morte, entendemos que essa medida é suficiente para distribuir o custo de pensão para os benefícios que ainda irão ocorrer, seja pensão por morte de participante Ativo ou Assistido.

Salientamos que para avaliar os encargos atuariais relativos as pensões por morte concedidas consideramos a família real do participante falecido.

Desta maneira, nos manifestamos pela manutenção dessa hipótese e damos o nosso de acordo quanto as justificativas acima apresentadas, reforçando a necessidade de revisão dessa hipótese ao longo de 2014 ou, quando o Portus concluir o processo de recadastramento dos participantes e beneficiários do PBP1.

Hipótese: Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)

Valor: INPC (IBGE)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,60

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,58

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

O valor esperado para o exercício de 2013 era de 5,00%, entretanto, o valor ocorrido foi de 5,58%. Sobre tal hipótese não há como obter maior controle, já que consideramos as estimativas oficiais do Governo Federal.

A curto prazo não observamos impactos significativos sobre a Meta Atuarial e sobre os Fatores de Capacidades, variáveis que estão vinculadas a esta premissa.

O que deve ser observado é que a alta da inflação é um fenômeno atual, tanto é que no início de 2014 a projeção inicial do Governo era de 5,6% para 2014, com uma máxima de 6,5%. Atualmente, o mercado já fala em 6,11%. E o que observamos é a SELIC mais uma vez sendo elevada para tentar frear a inflação (início do ano 9,90%, atualmente encontra-se em 10,65%).

Justificativa da EFPC:

Assinatura do Atuário:



Página 6



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

O INPC é o índice que mede a variação do custo de vida das famílias com rendimento mensal compreendido até 5 salários mínimos mensais, R\$ 3.620, o que contempla o valor do benefício médio do Plano.

Para 2014 iremos adotar a expectativa divulgado oficialmente pelo governo no início do ano de 5,6%.

Opinião do atuário:

Considerando que o INPC reflete a inflação de famílias que possuem rendas alinhadas com o benefício médio do Portus, possui estreita relação com o IPCA (índice oficial do Governo Federal), que está alinhado com o retorno dos principais títulos públicos atualmente ofertados no mercado, que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestando a favor da sua utilização e das justificativas acima apresentadas.

Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário

Valor: 1,99

Quantidade esperada no exercício seguinte:

1,99

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:

9,93

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

O valor esperado para o exercício de 2013 era de valores abaixo, entretanto, o valor ocorrido foi de 9,93% em média. A principal causa da divergência se dá pela alta volatilidade dos Salários de Participação entre dois exercícios, principalmente pelas parcelas variáveis que integram os mesmos, para esse tipo de variação salarial não há como definir hipótese e tal fato gera impacto no encargo atuarial, pois, além de mensurar um benefício projetado a menor, o modelo atuarial não considera essa hipótese para os participantes com tempo faltante igual a zero.

Valores dos Crescimentos: PORTOBRAS 0,00%; PORTUS 1,50%; CODOMAR 2,00%; CDC 2,00%; CODERN 2,00%; CODEBA 2,00%; CDP 2,00%; CDRJ 2,00%; APR 2,24%; DOCAS-PB 1,70%; CODESA 2,00%; CODESP 2,00%; SPI 2,00%; EMAP 1,00%; e SNPH 1,00%.

Justificativa da EFPC:

As hipóteses adotadas foram aquelas informadas pelas patrocinadoras, através de carta em resposta a cobrança do Portus ou, aquelas sugeridas pelo PORTUS na falta de resposta da Patrocinadora, sejam elas: PORTOBRAS 0,00%; PORTUS

1,50%; CODOMAR 1,00%; CDC 2,00%; CODERN 2,00%; CODEBA 2,00%; CDP 2,00%; CDRJ 2,00%; APR 2,24%; DOCAS-PB 1,70%; CODESA 2,00%; CODESP 2,00%; SPI 3,00%; EMAP 1,00%; e SNPH 1,00%.

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada ou retificada pelas patrocinadoras, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as justificativas apresentadas.

Por fim, cabe ressaltar que na avaliação de 31/12/2013 foi observado um impacto de quase 5,5% nos encargos atuariais decorrentes de crescimento do benefício projetado entre 2012 e 2013 acima da soma da inflação e da hipótese de crescimento salarial de 2012. Lembrando que o benefício Portus é calculado com base nas média dos últimos 12 Salários de Participação (fixas e variáveis) limitadas a 3 x o teto do INSS.

Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5,00

Quantidade esperada no exercício seguinte:

5,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:

2,23

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Segundo o DA de encerramento do exercício de 2012 a taxa real anual de juros para o exercício de 2013 era de 5%. Inicialmente devemos considerar que o primeiro fator da divergência observada é conjuntural, onde a maioria dos Planos Fechados de Previdência Complementar (BF) não obtiveram rentabilidade real equivalente a sua hipótese de juros.

Em segundo, devemos informar que a condição financeira do Portus (insolvência financeira e atuarial) não permite adotar uma política de gestão de recursos de longo prazo, onde teoricamente estão ofertados os títulos públicos, que atualmente são os investimentos mais alinhados ao nível de taxa praticada no PBP1.

Justificativa da EFPC:

Para 2014 iremos manter a hipótese de 5% pelos seguintes motivos: qualquer redução na taxa de juros nesse momento não iria garantir a sua realização em 2014, somente onerar os encargos atuariais do Plano, até porque o problema atual não é a má gestão dos recursos garantidores ou a má estrutura e sim a falta de condições para optar por investimentos de longo prazo, tendo em vista, sua insolvência financeira e necessidade de liquidez. Assim, a política adotada pelo Portus é de conhecer como será estruturado o para equacionamento da situação deficitária do PBP1, para aí sim avaliar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado, em relação ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, através de estudo específico.

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as suas justificativas apresentadas.

Entretanto devemos atentar que tão logo seja conhecido o plano de equacionamento do PBP1 seja realizado estudo de ALM para avaliar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado, em relação ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

Assinatura do Atuário:

Página: 7



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: Experiência PBP1

Quantidade esperada no exercício seguinte: 14,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 13,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Não houve divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício de 2013.

Justificativa da EFPC:

Entendemos que a tábua está aderente à realidade da base de inválidos do PBP1, não vemos razão para alterar a mesma nesta avaliação.

A Tábua de Entrada em invalidez foi elaborada a partir a experiência de Sinistros e Expostos do PBP1 no período de 01/01/2006 a 31/12/2012

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Morbidez

Valor: Experiência PBP1

Quantidade esperada no exercício seguinte: 63,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 53,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

O valor esperado para o exercício de 2013 era de 64, entretanto, o valor ocorrido foi de 53, a divergência foi decorrente da aleatoriedade relativa a essa hipótese, que busca medir um evento de comum ocorrência na área de atuação do grupo de participantes ativos do PBP1, mas de difícil mensuração. Entretanto chamamos a atenção que sua análise a longo prazo remete a uma relação mais próxima: de 2007 a 2013 foram observados 5.669 e estimados 5.548.

A Tábua de Morbidez foi elaborada a partir a experiência de Sinistros e Expostos do PBP1 no período de 01/01/2007 a 31/12/2012.

Justificativa da EFPC:

Optamos por manter essa hipótese para a avaliação de 2013, pois, além do encargo atuarial por ela mensurado não ser significativo, diante do universo de obrigações do Plano, a característica de ativos reflete à condição plena para a aposentadoria pelo Plano.

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: Experiência CESAT

Quantidade esperada no exercício seguinte: 13,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 14,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Não houve divergência entre o esperado e o ocorrido para o exercício de 2013.

Justificativa da EFPC:

Entendemos que a tábua está aderente à realidade da base de inválidos do PBP1, não vemos razão para alterar a mesma nesta avaliação.

A Tábua de Mortalidade de Inválidos Experiência CESAT foi elaborada a partir da experiência de Sinistros e Expostos do INSS no período de 01/01/2000 a 31/12/2004, tendo sido desagravada em 20% para utilização nesta avaliação

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as justificativas apresentadas.

Assinatura do Atuário:

Página 8



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: AT 2000

Quantidade esperada no exercício seguinte: 157,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 141,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

O valor esperado para o exercício de 2013 era de 157 falecimentos, entretanto, o valor ocorrido foi de 141. Entendemos que tal diferença indique a necessidade de acompanhamento desta hipótese ao longo de 2014 e 2015, pois, em 2013 foi observado mais uma vez um movimento de aumento do grupo de sobreviventes.

Considerando, que na avaliação dos encargos do PBP1 adotou-se para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI a Tábua AT-2000 e a AT-1983 para as demais Patrocinadoras, ambas segregadas por sexo. Mesmo que a estimativa de eventos para o ano de 2013 observa-se apenas a AT-2000, o número de falecimentos ainda seria mais alto do que o realizado.

Justificativa da EFPC:

Os Segurados do PBP1 estão dispersos em várias regiões do Brasil, cujas influências da mortalidade são bastante diversas. Portanto, para as patrocinadoras localizadas em Região onde estudos demonstram possuir menor índice de mortalidade,

em especial as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI, utilizou-se a Tábua AT-2000 e, a AT-1983, para as demais Patrocinadoras, ambas segregadas por sexo.

Opinião do atuário:

Considerando que essa hipótese foi sugerida por nós e aprovada pela entidade, nos manifestamos a favor da sua utilização e damos a nossa concordância quanto as justificativas apresentadas.

Entretanto, chamamos a atenção pela necessidade de seu acompanhamento, tendo em vista que a cada ano é observado uma inversão não força da mortalidade, prevalecendo um aumento na sobrevivência do grupo observado.

HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO UTILIZADAS NESTA DEMONSTRAÇÃO

Hipótese de Entrada em Aposentadoria

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados

Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)

Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS

Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

BENEFÍCIOS

Assinatura do Atuário:

Página 9

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: AUXÍLIO RECLUSÃO

Quantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício (R\$): 0,00
Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Quantidade de benefícios concedidos: 1 Valor médio do benefício (R\$): 3.680,00
Idade média dos assistidos: 60

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 610.962,77
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 10

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ASSISTIDO**Quantidade de benefícios concedidos:** 150 **Valor médio do benefício (R\$):** 13.706,88
Idade média dos assistidos: 76

Benefícios Concedidos	R\$ 66.416.525,29
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 66.416.525,29
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 62.360.303,60
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 4.056.221,69
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 44.921.921,02
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 761.342,78
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ATIVO**Quantidade de benefícios concedidos:** 10 **Valor médio do benefício (R\$):** 32.100,42
Idade média dos assistidos: 61

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.824.363,98
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	

Assinatura do Atuário:

Página 11

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL

Quantidade de benefícios concedidos: 2197 Valor médio do benefício (R\$): 1.662,47

Idade média dos assistidos: 73

Benefícios Concedidos	R\$ 396.106.302,10
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 396.106.302,10
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 396.106.302,10
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 36.490.020,91
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE

Quantidade de benefícios concedidos: 97 Valor médio do benefício (R\$): 1.119,86

Idade média dos assistidos: 83

Benefícios Concedidos	R\$ 8.404.208,46
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 8.404.208,46
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 8.404.208,46
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 50.180.413,01
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 12

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Quantidade de benefícios concedidos: 454 Valor médio do benefício (R\$): 1.367,51

Idade média dos assistidos: 61

Benefícios Concedidos	R\$ 78.506.648,97
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 78.506.648,97
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 78.506.648,97
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 12.701.599,16
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Quantidade de benefícios concedidos: 2680 Valor médio do benefício (R\$): 2.216,21

Idade média dos assistidos: 70

Benefícios Concedidos	R\$ 730.307.568,07
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 730.307.568,07
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 730.307.568,07
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.185.939.817,58
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	

Assinatura do Atuário:

Página 13

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇAQuantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício (R\$): 0,00
Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 4.400.458,35
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE ASSISTIDOSQuantidade de benefícios concedidos: 3210 Valor médio do benefício (R\$): 806,26
Idade média dos assistidos: 69

Benefícios Concedidos	R\$ 853.714.344,13
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 853.714.344,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 452.726.068,18
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 400.988.275,95
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 272.489.383,17
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 4.387.139,89
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 14

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-28] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ATIVO

Quantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício (R\$): 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 9.892.741,89
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS NO MÉTODO DE FINANCIAMENTO AGREGADO

Custo do Ano (R\$): 36.591.990,51 Custo do Ano (%): 16,75

Benefícios a Conceder**Benefício Definido Capitalização Programado**

(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores R\$ 31.139.275,87

(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes R\$ 32.387.527,98

Benefício Definido Capitalização não Programado

(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores R\$ 6.370.723,59

(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes R\$ 6.394.436,86

Assinatura do Atuário:

Página 15

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

CONSOLIDADO DO GRUPO CUSTEIO 1 - PBP1

Custo Normal do Ano (R\$)	36.591.990,51
Custo Normal do Ano (%)	16,75
Provisões Matemáticas	R\$ 3.681.763.397,23
Benefícios Concedidos	R\$ 2.133.455.597,02
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 2.133.455.597,02
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.649.904.450,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 483.551.146,61
Benefícios a Conceder	R\$ 1.548.307.800,21
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 1.527.105.314,61
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.590.632.118,46
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 31.139.275,87
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 32.387.527,98
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 21.202.485,60
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 33.967.646,05
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 6.370.723,59
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 6.394.436,86
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 16

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1976.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo	R\$ 74.367.098,07
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 74.367.098,07
Patrocinador (83 meses restantes)	R\$ 74.367.098,07
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00

PATRIMÔNIO DE COBERTURA

Patrimônio de Cobertura: R\$ 219.572.217,34

Insuficiência de cobertura: R\$ 3.387.624.081,82

FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

Finalidade	Revisão da PMBC Lei 9876/99	
Fonte de custeio	Contribuições Normais	
Recursos recebidos no exercício		R\$ 4.494.046,26
Recursos utilizados no exercício		R\$ 0,00
Saldo		R\$ 44.430.153,95

FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Saldo	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes Ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 17

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes		Assistidos		Patrocinador		Total em valores
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Total de	18.774.628,38		13.667.867,46		47.223.049,44		79.665.545,28
Contribuições previdenciárias	18.774.628,38	8,60	13.667.867,46	8,51	47.223.049,44	24,77	79.665.545,28
Normais	18.345.664,74	8,40	13.667.867,46	8,51	31.343.232,36	16,89	63.356.764,56
Extraordinárias	428.963,64	0,20	0,00	0,00	15.879.817,08	7,88	16.308.780,72
Déficit equacionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço Passado	0,00	0,00	0,00	0,00	15.879.817,08	7,88	15.879.817,08
Outras Finalidades	428.963,64	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	428.963,64
Utilização de fundos	0,00		0,00		0,00		0,00
Exigência regulamentar	0,00		0,00		0,00		0,00
Destinação de reserva	0,00		0,00		0,00		0,00

Data Início de Vigência: 01/04/2014

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO**Evolução dos custos:**

O Custo do Plano tende a se estabilizar anualmente conforme a maturidade do grupo de participantes vai ocorrendo, entretanto, o PBP1 ainda possui um contingente significativo de participantes que não possuem as condições plenas para se aposentarem de forma integral pelo benefício de Aposentadoria Programada, mas que estão quase aptos a tal situação. Em conjunto com esta característica este grupo remanescente possui um benefício estimado médio mensal de aproximadamente R\$ 4.900. A combinação destas características cria um cenário de agravamento do custo do Plano por aproximadamente mais uns 5 anos.

Por outro lado, existe o fator que resulta em ganho para os resultados do Plano, este, relacionado aos participantes que já tem condições plenas de se aposentar, mas, vem postergando seu direito, atualmente 935 participantes encontram-se nessa situação.

Variação das provisões matemáticas:

As provisões matemáticas se comportaram da seguinte maneira:

A Provisão Matemática à Constituir, considerada nesta avaliação, levou em conta somente as provisões daqueles patrocinadores que vem honrando com seu pagamento. Sendo assim, sua evolução ocorreu conforme o esperado, com base no pagamento das prestações e atualização do saldo devedor.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos variou 5,56% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, ou seja, apresentou variação inferior ao nível aceitável.

Já, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder variou 17,22% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, o principal fator que fez com que a variação resultasse acima Meta Atuarial, que foi de 10,84%, foi decorrente da variação para maior no valor Benefício Projetado apurado em 31/12/2012 e atualizado para

Assinatura do Atuário:

Página 18



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

31/12/2013 com base na hipótese de inflação e de crescimento dos salários recomendada pelas patrocinadoras para o exercício de 2013. O impacto entre o crescimento real e o esperado foi de aproximadamente R\$ 70 milhões, ou seja, dos 17,22% de variação, 5,36% é decorrente deste fator. Entretanto, a variação do total das Provisões Matemáticas foi de 10,60% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, sendo alinhado ao nível de variação apresentado na avaliação passada e, ligeiramente abaixo da Meta Atuarial, que foi de 10,84% para 2013.

Principais riscos atuariais:

Os principais riscos atuariais do Plano são os relacionados as hipóteses de mortalidade geral, pelo constante aumento da sobrevida da população; de taxa real de juros, decorrente da descapitalização e insolvência do Plano; de crescimento salarial, tendo em vista a enorme volatilidade dos Salários de Participação, principalmente para o grupo de participantes que se encontra apto a se aposentar pelo PBP1; e as possíveis alterações do INSS.

Ainda neste contexto, pode ser citado como risco do Plano o volume de ações judiciais (Risco Judicial), onde é pleiteado aumento no valor da suplementação pagas pelo PBP1 através do PORTUS. Esse fato, além de agravar ainda mais a sua situação Patrimonial, comprometendo o nível de solvência, majora os encargos atuariais. Em relação a Taxa Real de Juros: apesar de ter ocorrido no exercício de 2013 um descasamento entre Rentabilidade, 7,84% e Meta Atuarial, 10,84%, do PBP1, a preocupação pela utilização de Taxa Real de Juros mais adequada não deve ser justificada somente por esse acontecimento, até porque, ao longo de 2013 a maioria dos Planos Fechados de Previdência Complementar, estruturados na modalidade de Benefício Definido, não atingiram suas metas de rentabilidade. Neste momento, para comprovar ou não a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de Custeio é necessário conhecer como será estruturado o Plano para equacionamento da situação deficitária do PBP1, para aí sim avaliar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado, em relação ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Até porque de nada adiantará reduzir ainda mais a taxa de juros e o Patrimônio continuar com tamanha insolvência.

Soluções para insuficiência de cobertura:

Diante de tamanho déficit, apurado com base nos dados contábeis e atuariais, o equacionamento será apresentado considerando o critério pelo aumento no valor das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras.

Considerando o que preconiza a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no que diz respeito ao equacionamento de Déficit Técnico, o resultado deficitário do Plano deverá ser equacionando entre participantes e patrocinadoras observando a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que foi apurado o resultado.

Com base nos Valor Atual dos Salários Futuros dos Participantes Ativos e Autopatrocinados, o percentual de contribuição mensal médio passa de 9,58% para 192,38% e de 16,33% para 321,92%, respectivamente. Para os Participantes Assistidos Aposentados, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros, desconsiderando os valores relativos a reversão em pensão por morte e de pecúlio, o percentual de contribuição mensal passa de 10,00% para 60,45% e, para os Participantes Assistidos Pensionistas, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros o percentual de contribuição mensal passa de 6,00% para 37,23%. A Contribuição Normal para as Patrocinadoras restou com a seguinte distribuição: a) Participantes Ativos: 189,59%; b) Participantes Assistidos Aposentados: 59,39%; e c) Participantes Assistidos Pensionistas: 36,66%. Cabe ressaltar que existem valores relativos a dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS, que estão sendo discutidos na esfera federal e judicial. A realização de parte ou do total desses recursos, de forma positiva ao PBP1, faria com que a atual situação deficitária do Plano fosse parcialmente coberta ou integralmente coberta, respectivamente, desta maneira, reduzindo a necessidade de revisão do Custeio do Plano acima proposto. Esses assuntos são tratados com mais detalhe no item 8 do Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2013 do PBP1.

Assinatura do Atuário:

Página 19

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTU/S

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Participantes ativos do plano: 1904

Tempo médio de contribuição do plano (meses): 347

Tempo médio para aposentadoria do plano (meses): 37

TOTAL DAS RESERVAS

Custo Normal do Ano	R\$ 36.591.990,51
Provisões Matemáticas	R\$ 3.681.763.397,23
Benefícios Concedidos	R\$ 2.133.455.597,02
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 2.133.455.597,02
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.649.904.450,41
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 483.551.146,61
Benefícios a Conceder	R\$ 1.548.307.800,21
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 1.527.105.314,61
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.590.632.118,46
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 31.139.275,87
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 32.387.527,98
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 21.202.485,60
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 33.967.646,05
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 6.370.723,59
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 6.394.436,86
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 20

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo	R\$ 74.367.098,07
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 74.367.098,07
Patrocinador	R\$ 74.367.098,07
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

RESULTADO DO PLANO

Resultado do exercício	-R\$ 268.275.659,36
Déficit Técnico	R\$ 3.387.824.081,82
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 21

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes		Assistidos		Patrocinador		Total em Valores
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Total de recursos	18.774.628,38		13.667.867,46		47.223.049,44		79.665.545,28
Contribuições previdenciárias	18.774.628,38	8,60	13.667.867,46	8,51	47.223.049,44	24,77	79.665.545,28
Normais	18.345.664,74	8,40	13.667.867,46	8,51	31.343.232,36	16,89	63.356.764,56
Extraordinárias	428.963,64	0,20	0,00	0,00	15.879.817,08	7,88	16.308.780,72
Déficit equacionado	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço Passado	0,00	0,00	0,00	0,00	15.879.817,08	7,88	15.879.817,08
Outras Finalidades	428.963,64	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	428.963,64
Utilização de fundos	0,00		0,00		0,00		0,00
Exigência regulamentar	0,00		0,00		0,00		0,00
Destinação de reserva	0,00		0,00		0,00		0,00

Assinatura do Atuário:

Página: 22



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS em relação aos Participantes e seus Beneficiários existentes em 31/12/2013. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais. Após receber os ajustes de acordo com as respostas fornecidas pelo PORTUS, a mesma foi julgada própria e adequada para realização da Avaliação Atuarial. Entretanto, ressalta-se que os testes, os questionamentos, as respostas e os ajustes realizados não garantem a não existência de outras inconsistências, assim, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das informações.

Segundo o PORTUS, em 2014, haverá o início do recadastramento dos Participantes e Beneficiários do PBP1, como objetivo de auditar o conjunto de informações cadastrais e financeiras.

As informações contábeis e financeiras foram fornecidas pelo PORTUS na posição de 31/12/2013, a elas não foi realizado nenhum teste de consistência, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das mesmas.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

O Fundo Previdencial foi constituído em 31/12/2008 com a finalidade de dar cobertura pela elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possíveis revisões do cálculo das suplementações, tendo em vista que o Portus adotou as alterações introduzidas nos benefícios do INSS pela Lei n° 9.876/1999 para o cálculo da concessão de seus benefícios.

Variação do resultado:

O Patrimônio Social obteve uma evolução positiva em relação ao exercício de 2012, principalmente pela reversão de parte do Exigível Contingencial subconta investimento e previdencial e pela reavaliação dos ativos relacionados aos imóveis, do PBP1.

As provisões matemáticas se comportaram da seguinte maneira:

A Provisão Matemática à Constituir, considerada nesta avaliação, levou em conta somente as provisões daqueles patrocinadores que vem honrando com seu pagamento. Sendo assim, sua evolução ocorreu conforme o esperado, com base no pagamento das prestações e atualização do saldo devedor.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos variou 5,56% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, ou seja, apresentou variação inferior ao nível aceitável.

Já, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder variou 17,22% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, o principal fator que fez com que a variação resultasse acima Meta Atuarial, que foi de 10,84%, foi decorrente da variação para maior no valor Benefício Projetado apurado em 31/12/2012 e atualizado para 31/12/2013 com base na hipótese de inflação e de crescimento dos salários recomendada pelas patrocinadoras para o exercício de 2013. O impacto entre o crescimento real e o esperado foi de aproximadamente R\$ 70 milhões, ou seja, dos 17,22% de variação, 5,36% é decorrente deste fator.

Entretanto, a variação do total das Provisões Matemáticas foi de 10,80% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, sendo alinhado ao nível de variação apresentado na avaliação passada e, ligeiramente abaixo da Meta Atuarial, que foi de 10,84% para 2013.

O PBP1 continua sendo prejudicado pelo não cumprimento do Plano de Custeio decorrente do não pagamento das contribuições devidas por algumas Patrocinadoras, neste item, não está sendo incluída as revisões sugeridas nas Avaliações Atuariais anteriores, para manutenção do Plano e equacionamento do Déficit Técnico do PBP1.

Natureza do resultado:

Da relação entre o Patrimônio para Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas, resultam o expressivo déficit técnico no valor de R\$ 3.387.824.081,82, esse valor demonstra o enorme grau de insolvência em que o Plano se encontra, já que o Patrimônio de Cobertura do Plano (Patrimônio Social menos Fundos) representa apenas 6,09% das Provisões Matemáticas do Plano, ou seja, os recursos previdenciários não cobrem nem as obrigações com os beneficiários concedidos (Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos), que sem considerar a Reserva a Constituir, possuem um nível de cobertura de apenas 10,39%. A natureza do Resultado Deficitário do PBP1 provém de diversas origens ocorridas em diferentes momentos de vida do Plano, neste contexto, podemos citar como as principais causas o equivocado dimensionamento da Reserva de Tempo de Serviço Passado (RTSA) no ano de 2000; o "perdão" de Jôia de Participante; o não cumprimento parcial ou integral do Plano de Custeio; o pagamento das contribuições em atraso sem a devida aplicação de correção necessária; má gestão dos recursos garantidores; não revisão do Plano de Custeio ao longo dos anos; e o não pagamento do valor relativo a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS.

Soluções para equacionamento de déficit:

Assinatura do Atuário:

Página 23



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-20] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2013

TIPO: COMPLETA

Diante de tamanho déficit, apurado com base nos dados contábeis e atuariais, o equacionamento será apresentado considerando o critério pelo aumento no valor das Contribuições Normais dos Participantes e Patrocinadoras.

Considerando o que preconiza a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no que diz respeito ao equacionamento de Déficit Técnico, o resultado deficitário do Plano deverá ser equacionando entre participantes e patrocinadoras observando a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que foi apurado o resultado.

Com base nos Valor Atual dos Salários Futuros dos Participantes Ativos e Autopatrocinados, o percentual de contribuição mensal médio passa de 9,58% para 192,38% e, de 16,33% para 321,92%, respectivamente.

Para os Participantes Assistidos Aposentados, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros, desconsiderando os valores relativos a reversão em pensão por morte e de pecúlio, o percentual de contribuição mensal passa de 10,00% para 60,45% e, para os Participantes Assistidos Pensionistas, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros o percentual de contribuição mensal passa de 6,00% para 37,23%.

A Contribuição Normal para as Patrocinadoras restou com a seguinte distribuição: a) Participantes Ativos: 189,59%; b) Participantes Assistidos Aposentados: 59,39%; e c) Participantes Assistidos Pensionistas: 36,66%.

Cabe ressaltar que existem valores relativos a dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS, que estão sendo discutidos na esfera federal e judicial. A realização de parte ou do total desses recursos, de forma positiva ao PBP1, faria com que a atual situação deficitária do Plano fosse parcialmente coberta ou integralmente coberta, respectivamente, desta maneira, reduzindo a necessidade de revisão do Custeio do Plano acima proposto. Esses assuntos são tratados com mais detalhe no item 8 do Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2013 do PBP1.

Adequação dos métodos de financiamento:

Foi adotado para avaliação de todos os Benefícios e Institutos do Plano o Regime de Capitalização e o Método Agregado para o financiamento, consistindo em método mais adequado em processos de extinção da massa de segurados (O PBP1 está fechado para novas adesões, estando em processo contínuo de extinção), assegurando-se as necessidades de capitalização do Plano e atendendo às determinações da Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006.

Outros fatos relevantes:

O Plano está deficitário, com alto grau de insolvência, dependendo do seu imediato equacionamento, seja pela revisão do seu Plano de Custeio e/ou pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS e, da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custeio vigente e da concretização das hipóteses atuariais para a manutenção desta situação.

Cumpra esclarecer que o Plano atualmente se encontra em situação de descumprimento quanto as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, assim, reforçando a necessidade imediata de seu saneamento financeiro e atuarial.

Assinatura do Atuário:

Página 24



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: [29.994.266/0001-89] PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1
MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO
DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012
TIPO: COMPLETA

Atuário Responsável	
ANDRE LUIZ GUIMARAES CALHEIROS	
MIBA: 1658	MTE: 1658

DA transmitida à Previc em 25/03/2013 às 13:25:05

Número de protocolo : 004685

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE	
Código: 0068-6	CNPJ: 29.994.266/0001-89
Sigla: PORTUS	
Razão Social: PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	

PLANO	
CNPB: 1978.0005-29	Sigla: PBP1
Nome: PLANO DE BENEFÍCIOS PORTUS 1	
Situação: ATIVO / EM EXTINÇÃO	Característica: PATROCINADOR
Modalidade: BENEFÍCIO DEFINIDO	Legislação Aplicável: LC 108/109

ATUÁRIO	
Nome: ANDRE LUIZ GUIMARAES CALHEIROS	
MIBA: 1658	MTE: 1658
Empresa: CESAT CONSULTORIA ESTATÍSTICO-ATUARIAL LIMITADA - ME	

INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Motivo da Avaliação:	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO		
Data do cadastro:	31/12/2012	Data da Avaliação:	31/12/2012
Tipo:	COMPLETA		

Observações:

1 - A partir de 11/05/2010 as regras de cálculo da suplementação de auxílio-doença foram alteradas, passando a desconsiderar a inclusão do abono.

2 - O encargo de devolução de contribuições ao designado pela morte de Participante-Ativo foi somado ao encargo de pecúlio de ativo por não existir campo separado.

3 - Os auxílios-doença em manutenção há menos de 24 meses são considerados como participantes ativos, e os demais como aposentadoria por invalidez.

Relatórios Complementares apresentados pelo Atuário (não enviados à PREVIC):

INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Duration do Passivo (em meses):	687
---------------------------------	-----

Observações:

--

Assinatura do Atuário:

Página 2

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: {1978.0005-29} PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS**Benefício:** AUXÍLIO RECLUSÃO**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:** $(0,5 + N \cdot 0,1) \cdot$ SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ; BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE, N=NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PARTICIPANTE, LIMITADO A 5.**Benefício:** BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:** $TO / (TO + K) \cdot$ SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA; TO = TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PBP1 NA DATA DE OPÇÃO PELO BPD; K = TEMPO QUE FALTA PARA SE TORNAR ELEGÍVEL AO BENEFÍCIO PLENO DE APOSENTADORIA.**Benefício:** PECÚLIO POR MORTE ASSISTIDO**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

10 VEZES O SRB; SRB = SUPLEMENTAÇÃO + INSS

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ATIVO**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

10 VEZES O SRB;

SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO ANTERIORES A DATA DE INÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE).

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL**Benefício Programado:** SIM**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 25% DO SRB, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE**Benefício Programado:** SIM**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO; BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 10%, 15%, 20% OU 25% DO SRB DEPENDENDO DO TEMPO DE INSS, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Assinatura do Atuário:

Página 3

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO: O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE. SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 10%, 15% 20% OU 25% DO SRB DEPENDENDO DO TEMPO DE INSS, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**Benefício Programado:** SIM**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO: O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 25% DO SRB, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO: BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO;

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE ASSISTIDOS**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

$1,5 + N * 0,1$ * SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA : QUE O PARTICIPANTE VINHA PERCEBENDO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; N= NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PARTICIPANTE LIMITADO A 5 (CINCO).

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ATIVO**Benefício Programado:** NÃO**Regime:** CAPITALIZAÇÃO**Método de Financiamento:** AGREGADO**Nível Básico do Benefício:**

10 VEZES O SRB=80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO ANTERIORES A DATA DE INÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE).

Assinatura do Atuário:

Página 4

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL**GRUPO DE CUSTEIO: 1 - PBP1**

Patrocinadores e Instituidores	
CNPJ	Razão Social
04.417.870/0001-11	PORTO DO RECIFE S/A.
14.372.148/0001-61	CODEBA
01.253.690/0001-53	SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO PORTOS E HIDROVIAS DO EST.DO AM
03.650.060/0001-48	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUARIA-EMAP
07.223.670/0001-16	COMPANHIA DOCAS DO CEARA CDC
29.994.266/0001-89	PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
44.837.524/0001-07	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
34.040.345/0001-90	COMPANHIA DOCAS DO RN - CODERN
27.316.538/0001-66	COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO
42.266.890/0001-28	CIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
02.343.132/0001-41	CIA DOCAS DA PARAIBA
04.933.552/0001-03	CDP
06.347.892/0001-88	COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO CODOMAR
00.662.091/0001-20	PORTO DE ITAJAI
Participantes Ativos:	1928
Folha de Salário de	R\$ 193.402.387,00

HIPÓTESES ATUARIAIS

Hipótese:	Fator de Determinação do Valor Real Longo do Tempo Ben INSS
Valor:	98,99
Quantidade esperada no exercício seguinte:	98,99
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	97,30
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	A diferença ocorrida se deve ao fato de que a taxa média de inflação utilizada para cálculo da hipótese foi de 2,25% a.a. enquanto o ocorrido foi de 6,19% (variação do valor nominal do INPC defasado de 1 mês).
Justificativa da EFPC:	Essa hipótese, indicada em percentual, deve ser calculada com níveis inflacionários prudentes, de forma a não comprometer a mensuração dos custos do Plano em tempos futuros. Assim, adotou-se o critério de utilizar 50% dos níveis inflacionários projetados pelos Órgãos Governamentais.
Opinião do atuário:	Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.
Hipótese:	Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários
Valor:	98,99
Quantidade esperada no exercício seguinte:	98,99
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	97,81
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	A diferença ocorrida se deve ao fato de que a taxa média de inflação utilizada para cálculo da hipótese foi de 2,25% a.a. enquanto o ocorrido foi de 4,98% (ponderação pelo salário-de-participação da variação do valor nominal do INPC ou do IPCA, defasado de 1 mês, conforme a hipótese indicada pela Patrocinadora.
Justificativa da EFPC:	Essa hipótese, indicada em percentual, deve ser calculada com níveis inflacionários prudentes, de forma a não comprometer a mensuração dos custos do Plano em tempos futuros. Assim, adotou-se o critério de utilizar 50% dos níveis inflacionários projetados pelos Órgãos Governamentais.
Opinião do atuário:	Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Assinatura do Atuário:

Página 5

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

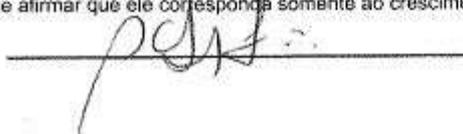
ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Hipótese:	Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	
Valor:	98,99	
Quantidade esperada no exercício seguinte:	98,99	
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	97,40	
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	A diferença ocorrida se deve ao fato de que a taxa média de inflação utilizada para cálculo da hipótese foi de 2,25% a.a. enquanto o ocorrido foi de 5,96% (variação do valor nominal do INPC defasado de 2 meses).	
Justificativa da EFPC:	Essa hipótese, indicada em percentual, deve ser calculada com níveis inflacionários prudentes, de forma a não comprometer a mensuração dos custos do Plano em tempos futuros. Assim, adotou-se o critério de utilizar 50% dos níveis inflacionários projetados pelos Órgãos Governamentais.	
Opinião do atuário:	Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.	
Hipótese:	Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	
Valor:	Essa hipótese não estima quantidade de eventos a ser ocorrido, e sim determina o encargo médio esperado com o benefício de pensão. Em função de que até a avaliação atuarial do exercício anterior o Portus não possuía dados completos a respeito dos beneficiários de Participantes Ativos e Assistidos (futuros pensionistas), a Tábua de Herdeiros era confeccionada considerando a experiência de concessão de Pensões no curso dos 10 anos anteriores à data-base da Avaliação Atuarial. Todavia, nesta Avaliação Atuarial, essa hipótese foi revista, considerando-se efetivamente os beneficiários de Participantes Ativos e Assistidos (futuros pensionistas).	
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,00	
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,00	
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Conforme exposto no item valor não há a quantificação do número de beneficiários esperados e sim do Encargo Médio de Pensão.	
Justificativa da EFPC:	Conforme exposto no item valor não há a quantificação do número de beneficiários esperados e sim do Encargo Médio de Pensão.	
Opinião do atuário:	Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.	
Hipótese:	Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	
Valor:	INPC (IBGE)	
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,00	
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,00	
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Essa hipótese não estima a quantidade de eventos a ser ocorrido, e sim determina o reajuste dos benefícios, o qual de igual valor para todos, observando-se pro-rata-temporis a data de concessão do benefício.	
Justificativa da EFPC:	Não há.	
Opinião do atuário:	Concordamos quanto às justificativas apresentadas.	
Hipótese:	Projeção de Crescimento Real de Salário	
Valor:	1,99	
Quantidade esperada no exercício seguinte:	1,99	
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	10,05	
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Devido ao fato da irregularidade dos salários-de-participação, para a realização das avaliações atuariais é considerada a média dos 12 últimos salários de participação, visando não distorcer a mensuração dos encargos do Plano. Assim, o Índice indicado como crescimento real de salários no exercício anterior corresponde à variação do salário-de-participação médio calculado em 2012 em relação àquele calculado em 2011.	
Justificativa da EFPC:	Em virtude da falta de informações das patrocinadoras sobre a composição salarial, a maior incidência de horas extras ou mesmo o pagamento de diferenças salariais relativas a períodos passados podem ter acarretado o significativo índice mensurado, não podendo se afirmar que ele corresponda somente ao crescimento real de salários por promoções, tempo	
Assinatura do Atuário:		

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

de serviço etc.

Opinião do atuário:

Concordamos quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**Valor:** 5,00**Quantidade esperada no exercício seguinte:** 5,00**Quantidade ocorrida no exercício encerrado:** -17,64**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:**

Essa divergência ocorreu pela necessidade de provisionamentos contingenciais que acarretaram a redução do Patrimônio Líquido, agravada pela descapitalização do Plano em virtude da inadimplência das Patrocinadoras quanto ao pagamento de Contribuições.

Justificativa da EFPC:

A taxa de juros foi reduzida no exercício de 2011 de 6%a.a. para 5%a.a.; A descapitalização do patrimônio não tem permitido aplicações que produzam taxas mais rentáveis, entretanto, estudos estão sendo realizados de forma a ajustar a situação deficitária do PBP1, e, conseqüentemente existirão mais recursos que permitam melhor retorno dos investimentos. Assim, por ocasião da realização da próxima Avaliação Atuarial com base em cenário mais sólido sobre as definições quanto à captação de recursos, poder-se-á inferir qual a hipótese mais adequada para a Taxa de Juros.

Opinião do atuário:

Manifestamos nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**Valor:** Experiência PBP1**Quantidade esperada no exercício seguinte:** 13,00**Quantidade ocorrida no exercício encerrado:** 7,00**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:**

A Tábua de Entrada em invalidez foi elaborada a partir a experiência de Sinistros e Expostos do PBP1 no período de 01/01/2006 a 31/12/2012. A Divergência decorre do fato de que a experiência do Plano não deve ser considerada a partir de um único ano e sim de pelo menos 5 anos, pois, a concessão de um ano, pode incluir ou não aposentadorias por invalidez represadas (mantidas como auxílio-doença) concorrentes a períodos anteriores. Por exemplo, apesar de no ano de 2012 só terem sido concedidos 7 aposentadorias por invalidez, no período de 2006 a 2011 foram concedidas em média 13 aposentadorias por invalidez.

Justificativa da EFPC:

Conforme exposto no item anterior, deve-se trabalhar com a média de sinistros nos últimos anos, visando não acarretar a elevação abrupta de encargos. No período de 2006 a 2012 foram concedidas 86 aposentadorias por invalidez e a estimativa da tábua adotada conduz a 95, demonstrando prudência, sem a elevar os encargos além do necessário para cobertura de eventuais desvios.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Morbidez**Valor:** Experiência PBP1**Quantidade esperada no exercício seguinte:** 849,00**Quantidade ocorrida no exercício encerrado:** 659,00**Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:**

A Tábua de Morbidez foi elaborada a partir a experiência de Sinistros e Expostos do PBP1 no período de 01/01/2007 a 31/12/2012. A Divergência decorre do fato de que a experiência do Plano não deve ser considerada a partir de um único ano e sim de pelo menos 5 anos. Por exemplo, apesar de no ano de 2012 só terem sido concedidos 659 pagamentos de auxílio-doença, no período de 2006 a 2011 foram pagos em média 991 benefícios.

Justificativa da EFPC:

Conforme exposto no item anterior, deve-se trabalhar com a média de sinistros nos últimos anos, visando não acarretar a elevação abrupta de encargos. No período de 2007 a 2012 foram pagas 5.616 auxílios-doença e a estimativa da tábua adotada conduz a 5.484. Apesar de aparentar menor consideração de pagamentos, a redução reflete a tendência decrescente de concessão desse benefício em virtude de redução gradativa da massa ativa, devido ser um grupo fechado, permanecendo a prudência necessária para a cobertura de eventuais desvios.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Assinatura do Atuário:

Página 7

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos	
Valor: Experiência CESAT	
Quantidade esperada no exercício seguinte:	14,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	17,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A Tábua de Mortalidade de Inválidos Experiência CESAT foi elaborada a partir da experiência de Sinistros e Expostos do INSS no período de 01/01/2000 a 31/12/2004, tendo sido desagravada em 20% para utilização nesta avaliação. A Divergência decorre do fato de que a experiência do Plano não deve ser considerada a partir de um único ano e sim de pelo menos 5 anos. Além desse fato, é prudente considerar menor mortalidade de forma a não subestimar os encargos do Plano.	
Justificativa da EFPC: Para a verificação da aderência de uma determinada tábua, deve-se analisar as ocorrências de sinistros nos últimos anos, visando não deturpar o exame com oscilações temporais. No período de 2006 a 2012 foram verificados 99 falecimentos e a estimativa da tábua adotada conduz a 88, demonstrando prudência, sem a elevação de encargos além do necessário para cobertura de eventuais desvios.	
Opinião do atuário: Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.	
Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral	
Valor: TÁBUA NÃO APLICÁVEL	
Quantidade esperada no exercício seguinte:	157,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	129,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Os Segurados do PBP1 estão dispersos em várias regiões do Brasil, cujas influências da mortalidade são bastante diversas. A Tábua AT-1983 apresenta-se como boa hipótese para a Mortalidade de Válidos; entretanto, caso haja uma segregação da Massa, essa Tábua pode não ser adequada no caso de algumas patrocinadoras localizadas em Região onde estudos demonstram possuir menor índice de mortalidade, em especial as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI. Desta forma, utilizou-se a Tábua AT-2000 para hipótese de Mortalidade de Válidos no tangente às Patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI, e a AT-1983, para as demais Patrocinadoras.	
Justificativa da EFPC: Os Segurados do PBP1 estão dispersos em várias regiões do Brasil, cujas influências da mortalidade são bastante diversas. A Tábua AT-1983 apresenta-se como boa hipótese para a Mortalidade de Válidos; entretanto, caso haja uma segregação da Massa, essa Tábua pode não ser adequada no caso de algumas patrocinadoras localizadas em Região onde estudos demonstram possuir menor índice de mortalidade, em especial as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI. Desta forma, utilizou-se a Tábua AT-2000 para hipótese de Mortalidade de Válidos no tangente às Patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI, e a AT-1983, para as demais Patrocinadoras.	
Opinião do atuário: Hipótese por nós sugerida e aprovada pela entidade, cabendo manifestar a nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.	

HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO UTILIZADAS NESTA DEMONSTRAÇÃO

Hipótese de Entrada em Aposentadoria

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados

Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)

Projeção de Crescimento Real do Malor Sal Ben INSS

Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

BENEFÍCIOS

Assinatura do Atuário:

Página 8

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício: AUXÍLIO RECLUSÃO

Quantidade de benefícios concedidos: 0

Valor médio do benefício (R\$): 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Quantidade de benefícios concedidos: 0

Valor médio do benefício (R\$): 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 2.320.802,21
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 9

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ASSISTIDO

Quantidade de benefícios concedidos: 164 Valor médio do benefício (R\$): 13.410,56

Idade média dos assistidos: 74

Benefícios Concedidos	R\$ 70.284.734,81
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 70.284.734,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 65.813.174,12
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 4.471.560,69
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 44.851.921,87
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 823.008,70
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ATIVO

Quantidade de benefícios concedidos: 4 Valor médio do benefício (R\$): 21.919,32

Idade média dos assistidos: 54

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 4.383.577,71
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 10

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL

Quantidade de benefícios concedidos: 2245 Valor médio do benefício (R\$): 1.559,95

Idade média dos assistidos: 72

Benefícios Concedidos	R\$ 389.528.366,72
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 389.528.366,72
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 389.528.366,72
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 4.385.744,73
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE

Quantidade de benefícios concedidos: 104 Valor médio do benefício (R\$): 1.057,47

Idade média dos assistidos: 82

Benefícios Concedidos	R\$ 8.670.936,49
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 8.670.936,49
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 8.670.936,49
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 3.394.794,41
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Páginas 11

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de benefícios concedidos:	470
Valor médio do benefício (R\$):	1.283,33
Idade média dos assistidos:	60
Benefícios Concedidos	R\$ 77.303.509,22
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 77.303.509,22
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 77.303.509,22
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 11.839.578,95
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00
Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	
Quantidade de benefícios concedidos:	2739
Valor médio do benefício (R\$):	2.067,27
Idade média dos assistidos:	69
Benefícios Concedidos	R\$ 713.450.702,72
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 713.450.702,72
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 713.450.702,72
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.085.721.376,62
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 12

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA			
Quantidade de benefícios concedidos:	0	Valor médio do benefício (R\$):	0,00
Idade média dos assistidos:	0		
Benefícios Concedidos			R\$ 0,00
Contribuição Definida			R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos			R\$ 0,00
Benefício Definido			R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos			R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos			R\$ 0,00
Benefícios a Conceder			
Contribuição Definida			R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor			R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes			R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado			
Valor Atual dos Benefícios Futuros			R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado			
Valor Atual dos Benefícios Futuros			R\$ 400.249,37
Benefício Definido Capitais de Cobertura			R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples			R\$ 0,00
Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE ASSISTIDOS			
Quantidade de benefícios concedidos:	3136	Valor médio do benefício (R\$):	749,67
Idade média dos assistidos:	65		
Benefícios Concedidos			R\$ 762.271.422,47
Contribuição Definida			R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos			R\$ 0,00
Benefício Definido			R\$ 762.271.422,47
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos			R\$ 387.881.757,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos			R\$ 374.389.665,23
Benefícios a Conceder			
Contribuição Definida			R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor			R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes			R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado			
Valor Atual dos Benefícios Futuros			R\$ 234.107.486,74
Benefício Definido Capitalização não Programado			
Valor Atual dos Benefícios Futuros			R\$ 4.365.102,25
Benefício Definido Capitais de Cobertura			R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples			R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 13

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

Benefício:	SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ATIVO		
Quantidade de benefícios concedidos:	0	Valor médio do benefício (R\$):	0,00
Idade média dos assistidos:	0		

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 9.193.843,23
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS NO MÉTODO DE FINANCIAMENTO AGREGADO

Custo do Ano (R\$):	32.872.604,02	Custo do Ano (%):	17,00
Benefícios a Conceder			
Benefício Definido Capitalização Programado			
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores		R\$ 38.509.264,21	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes		R\$ 40.340.571,32	
Benefício Definido Capitalização não Programado			
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores		R\$ 3.063.304,95	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes		R\$ 3.063.304,95	

Assinatura do Atuário:

Página

14

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

CONSOLIDADO DO GRUPO CUSTEIO 1 - PBP1

Custo Normal do Ano (R\$)	32.872.604,02
Custo Normal do Ano (%)	17,00
Provisões Matemáticas	R\$ 3.342.320.712,79
Benefícios Concedidos	R\$ 2.021.509.672,43
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 2.021.509.672,43
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.565.344.937,29
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 456.164.735,14
Benefícios a Conceder	R\$ 1.320.811.040,36
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 1.295.932.290,05
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.374.782.125,58
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 38.509.264,21
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 40.340.571,32
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 24.878.750,31
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 31.005.360,21
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 3.063.304,95
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 3.063.304,95
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 15

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo		R\$ 0,00
Déficit equacionado		
Patrocinador (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Serviço passado		
Patrocinador (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Outras finalidades		
Patrocinador (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo		R\$ 80.672.373,54
Déficit equacionado		
Patrocinador (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Serviço passado		
Patrocinador (95 meses restantes)		R\$ 80.672.373,54
Participantes ativos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Outras finalidades		
Patrocinador (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)		R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)		R\$ 0,00

PATRIMÔNIO DE COBERTURA

Patrimônio de Cobertura: R\$ 142.089.916,79 Insuficiência de cobertura: R\$ 3.119.548.422,46

FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

Finalidade	Revisão da PMBC Lei 9876/99	
Fonte de custeio	Contribuições Normais	
Recursos recebidos no exercício		R\$ 4.379.696,50
Recursos utilizados no exercício		R\$ 0,00
Saldo		R\$ 39.936.107,69

FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Saldo		R\$ 0,00
Patrocinador		R\$ 0,00
Participantes Ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 16

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes		Assistidos		Patrocinador		Total em valores
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Total de	16.956.584,17		14.268.729,80		43.925.953,18		75.151.267,15
Contribuições previdenciárias	16.956.584,17	8,77	14.268.729,80	7,38	43.925.953,18	22,72	75.151.267,15
Normais	16.567.612,58	8,57	0,00	0,00	16.567.612,58	8,57	33.135.225,16
Extraordinárias	388.971,59	0,20	14.268.729,80	7,38	27.358.340,60	14,15	42.016.041,99
Déficit equacionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço Passado	0,00	0,00	0,00	0,00	13.688.060,65	7,08	13.688.060,65
Outras Finalidades	388.971,59	0,20	14.268.729,80	7,38	13.670.279,95	7,07	28.327.981,34
Utilização de fundos	0,00		0,00		0,00		0,00
Exigência regulamentar	0,00		0,00		0,00		0,00
Destinação de reserva	0,00		0,00		0,00		0,00

Data Início de Vigência: 01/04/2013

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos custos:

A tendência do Custo do Plano é ser estável, sendo adotadas as medidas necessárias para a cobertura de eventuais desvios atuariais, sem prejuízo da evolução natural da biometria.

Variação das provisões matemáticas:

Em relação ao exercício anterior, apesar dos ajustes realizados nas hipóteses atuariais, os ganhos atuariais prevaleceram, e as Provisões Matemáticas cresceram 10,33%, ou seja, em nível inferior à Meta Atuarial (INPC+5%a.a.=11,51%).

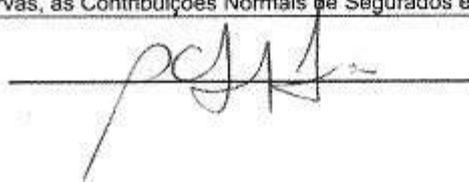
Principais riscos atuariais:

As tábuas biométricas tem sido constantemente analisadas e ajustadas ao perfil biométrico da massa de Segurados; com relação à hipóteses de Taxa de Juros, apesar de ter sido reduzida na Avaliação do Exercício de 2011, nota-se que ela se apresenta superior ao auferido nas aplicações financeiras em virtude da descapitalização do Plano, merecendo atenção. Há ainda a volatilidade do Plano em razão de oscilações dos Salários e de possíveis alterações no RGPS.

Soluções para insuficiência de cobertura:

Os resultados contábeis e atuariais demonstram que para restaurar o equilíbrio atuarial do PBP1, as Contribuições Normais de Segurados e Patrocinadoras devem se elevar em média 465%, conforme descrito na Nota Técnica Atuarial. Caso seja levado em conta a reavaliação da RTSA, conforme previsto no Contrato de Integralização de Reservas, as Contribuições Normais de Segurados e Patrocinadoras devem se elevar em

Assinatura do Atuário:



Página 17



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

média 161,6%, conforme descrito na Nota Técnica Atuarial. Entretanto, se forem pagos os valores da RTSA devidamente revisados nos termos do Contrato de Integralização de Reservas, mais as dívidas das patrocinadoras, seria atingido o equilíbrio financeiro e atuarial.

Assinatura do Atuário:

Página 18

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS**TOTAL DAS RESERVAS**

Custo Normal do Ano	R\$ 32.872.604,02
Provisões Matemáticas	R\$ 3.342.320.712,79
Benefícios Concedidos	R\$ 2.021.509.672,43
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 2.021.509.672,43
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.565.344.937,29
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 456.164.735,14
Benefícios a Conceder	R\$ 1.320.811.040,36
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 1.295.932.290,05
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.374.782.125,58
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 38.509.264,21
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 40.340.571,32
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 24.878.750,31
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 31.005.360,21
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 3.063.304,95
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 3.063.304,95
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 19

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo		R\$ 0,00
Déficit equacionado		R\$ 0,00
Patrocinador		R\$ 0,00
Participantes ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00
Serviço passado		R\$ 0,00
Patrocinador		R\$ 0,00
Participantes ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00
Outras finalidades		R\$ 0,00
Patrocinador		R\$ 0,00
Participantes ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo		R\$ 80.672.373,54
Déficit equacionado		R\$ 0,00
Patrocinador		R\$ 0,00
Participantes ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00
Serviço passado		R\$ 80.672.373,54
Patrocinador		R\$ 80.672.373,54
Participantes ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00
Outras finalidades		R\$ 0,00
Patrocinador		R\$ 0,00
Participantes ativos		R\$ 0,00
Assistidos		R\$ 0,00

RESULTADO DO PLANO

Resultado do exercício	-R\$ 406.492.164,30
Déficit Técnico	R\$ 3.119.548.422,46
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 20

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes		Assistidos		Patrocinador		Total em Valores
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Total de recursos	16.956.584,17		14.268.729,80		43.925.953,18		75.151.267,15
Contribuições previdenciárias	16.956.584,17	8,77	14.268.729,80	7,38	43.925.953,18	22,72	75.151.267,15
Normais	16.567.612,58	8,57	0,00	0,00	16.567.612,58	8,57	33.135.225,16
Extraordinárias	388.971,59	0,20	14.268.729,80	7,38	27.358.340,60	14,15	42.016.041,99
Déficit equacionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço Passado	0,00	0,00	0,00	0,00	13.688.060,65	7,08	13.688.060,65
Outras Finalidades	388.971,59	0,20	14.268.729,80	7,38	13.670.279,95	7,07	28.327.981,34
Utilização de fundos	0,00		0,00		0,00		0,00
Exigência regulamentar	0,00		0,00		0,00		0,00
Destinação de reserva	0,00		0,00		0,00		0,00

Assinatura do Atuário:

Página 21



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2012

TIPO: COMPLETA

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS referente aos Segurados existentes em 31/12/2012, e sobre os expostos aos riscos e sinistros ocorridos no lapso de 01/01/1998 a 31/12/2012. Foram aplicados testes visando à detecção de casos incomuns, os quais indicaram: a) os dados dos Segurados existente em 31/12/2012 apresentam coerência, e, portanto, considerados adequados para a realização dos estudos atuariais, cabendo sugerir que o PORTUS continue com a depuração das informações pertinentes ao Tempo de Vinculação ao INSS; b) os dados históricos sobre os sinistros do Plano, após alguns ajustes, também foram considerados suficientes para realização dos estudos atuariais, cumprindo-nos recomendar que o PORTUS continue o processo de adequação da busca de informações cadastrais e dos dados sobre a massa de beneficiários. Ressalte-se que esses testes não asseguram a inexistência de outros eventuais problemas, sendo a veracidade das informações de exclusiva responsabilidade do Instituto.

Variação do resultado:

Em relação ao exercício anterior, apesar dos ajustes realizados nas hipóteses atuariais, os ganhos atuariais prevaleceram, e as Provisões Matemáticas cresceram 10,33%, ou seja, em nível inferior à Meta Atuarial (INPC+5%a. a. = 11,51%). Não obstante, o déficit Plano se elevou em 14,98%, provável corolário da descapitalização do Ativo em razão da falta do cumprimento do Plano de Custeio pela maioria das Patrocinadoras.

Caracterização do resultado:

Em confronto do Ativo Líquido do PBP1 com as Provisões Matemáticas e o Fundo Previdencial, verifica-se o substancial déficit no montante de R\$ 3.119.548.422,46, demonstrando a grave situação econômico-atuarial do PBP1, e, conseqüentemente, de acordo com as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, indica ser imperativo o urgente saneamento financeiro e atuarial do PBP1.

Soluções para equacionamento de déficit:

Os resultados contábeis e atuariais demonstram que para restaurar o equilíbrio atuarial do PBP1, as Contribuições Normais de Segurados e Patrocinadoras devem se elevar em média 465%, conforme descrito na Nota Técnica Atuarial. Caso seja levado em conta a reavaliação da RTSA, conforme previsto no Contrato de Integralização de Reservas, as Contribuições Normais de Segurados e Patrocinadoras devem se elevar em média 161,6%, conforme descrito na Nota Técnica Atuarial. Entretanto, se forem pagos os valores da RTSA devidamente revisados nos termos do Contrato de Integralização de Reservas, mais as dívidas das patrocinadoras, seria atingido o equilíbrio financeiro e atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

Foi adotado indistintamente o Método Agregado para o financiamento, consistindo em método mais adequado em processos de extinção da massa de segurados (O PBP1 está fechado para novas adesões, estando em processo contínuo de extinção), assegurando-se as necessidades de capitalização do Plano e atendendo às determinações da Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006.

Outros fatos relevantes:

O cumprimento do Plano de Custeio pelos participantes e pelas patrocinadoras é fundamental para o restabelecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do PBP1. Nota-se significativa inadimplência das Patrocinadoras o que vem causando a descapitalização do Plano, e conseqüentemente o déficit.

Assinatura do Atuário:

Página 22



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

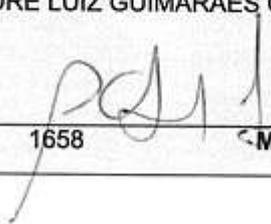
ENTIDADE: [29.994.266/0001-89] PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Atuário Responsável			
ANDRE LUIZ GUIMARAES CALHEIROS			
			
MIBA:	1658	MTE:	1658

DA transmitida à Previc em 29/03/2012 às 11:26:23

Número de protocolo : 000722



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE	
Código: 0068-6	CNPJ: 29.994.266/0001-89
Sigla: PORTUS	
Razão Social: PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	

PLANO	
CNPB: 1978.0005-29	Sigla: PBP1
Nome: PLANO DE BENEFÍCIOS PORTUS 1	
Situação: ATIVO / EM EXTINÇÃO	Característica: PATROCINADOR
Modalidade: BENEFÍCIO DEFINIDO	Legislação Aplicável: LC 108/109

ATUÁRIO	
Nome: ANDRE LUIZ GUIMARAES CALHEIROS	
MIBA: 1658	MTE: 1658
Empresa: CESAT CONSULTORIA ESTATISTICO-ATUARIAL LIMITADA	

INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Motivo da Avaliação:	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO		
Data do cadastro:	31/12/2011	Data da Avaliação:	31/12/2011
Tipo:	COMPLETA		
Observações:	1 - A partir de 11/05/2010, as regras de cálculo do benefício de auxílio-doença foram alteradas, passando a desconsiderar a inclusão de abono.		
	2- O encargo de devolução de contribuições ao designado pela morte de Participante-Ativo foi somado ao encargo de pecúlio de ativo por não haver campo separado.		
	3- Os auxílios-doença em manutenção há menos de 24 meses são considerados como Participantes Ativos, e os demais como Aposentadoria por Invalidez.		
	Relatórios Complementares apresentados pelo Atuário (não enviados à PREVIC):		

Assinatura do Atuário:

Página 2



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

Benefício: AUXÍLIO RECLUSÃO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$(0,5 + N \cdot 0,1) \cdot$ SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ; BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE, N=NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PARTICIPANTE, LIMITADO A 5.

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$TO / (TO+K) \cdot$ SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA; TO = TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PBP1 NA DATA DE OPÇÃO PELO BPD; K = TEMPO QUE FALTA PARA SE TORNAR ELEGÍVEL AO BENEFÍCIO PLENO DE APOSENTADORIA.

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ASSISTIDO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

10 VEZES O SRB; SRB = SUPLEMENTAÇÃO + INSS

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ATIVO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

10 VEZES O SRB;

SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO ANTERIORES A DATA DE INÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE).

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$\text{MAXIMO}(\text{SRB}-\text{INSS}; \text{BMIN}) + \text{ABONO}$; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 25% DO SRB, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$\text{MAXIMO}(\text{SRB}-\text{INSS}; \text{BMIN}) + \text{ABONO}$; BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 10%, 15%, 20% OU 25% DO SRB DEPENDENDO DO TEMPO DE INSS, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Assinatura do Atuário:

Página 3

Página 266 de 296



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE, SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 10%, 15% 20% OU 25% DO SRB DEPENDENDO DO TEMPO DE INSS, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO; ABONO = 25% DO SRB, NÃO PODENDO SER SUPERIOR A 25% DO TETO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO INSS.

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

MAXIMO(SRB-INSS;BMIN)+ABONO; BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; SRB = 80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS-DE-PARTICIPAÇÃO, ANTERIORES À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE); BMIN = MAIOR VALOR ENTRE 10% DO SRB E FATOR ATUARIAL APLICADO SOBRE DO MONTANTE DE CONTRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE CORRIGIDO;

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE ASSISTIDOS

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

$(0,5 + N * 0,1) * \text{SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA}$; QUE O PARTICIPANTE VINHA PERCEBENDO; O BENEFÍCIO NÃO PODE SER INFERIOR AO PISO MÍNIMO VIGENTE; N= NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PARTICIPANTE LIMITADO A 5 (CINCO).

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ATIVO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

10 VEZES O SRB=80% DA MÉDIA DOS 12 ÚLTIMOS SALÁRIOS DE PARTICIPAÇÃO ANTERIORES A DATA DE INÍCIO, CORRIGIDOS PELO INPC (IBGE).

Assinatura do Atuário:

Página 4

Página 267 de 296



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

GRUPO DE CUSTEIO: 1 - PBP1

Patrocinadores e Instituidores	
CNPJ	Razão Social
29.994.266/0001-89	PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
07.223.670/0001-16	COMPANHIA DOCAS DO CEARA CDC
06.347.892/0001-88	COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO CODOMAR
04.933.552/0001-03	CDP
00.662.091/0001-20	PORTO DE ITAJAI
03.650.060/0001-48	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP
02.343.132/0001-41	CIA DOCAS DA PARAIBA
27.316.538/0001-66	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
14.372.148/0001-61	CODEBA
44.837.524/0001-07	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
42.266.890/0001-28	CIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
34.040.345/0001-90	COMPANHIA DOCAS DO RN - CODERN
04.417.870/0001-11	PORTO DO RECIFE S/A.
01.253.690/0001-53	SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO PORTOS E HIDROVIAS DO EST.DO AM

Participantes Ativos: 2098
Folha de Salário de Participação: R\$ 182.562.847,47

HIPÓTESES ATUARIAIS

Hipótese: Fator de Determinação do Valor Real Longo do Tempo Ben INSS

Valor: 98,67

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98,67

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,87

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A diferença ocorrida se deve ao fato de que a taxa média de inflação utilizada foi de 2,5%, enquanto o ocorrido no ano foi de 6,08% (INPC).

Justificativa da EFPC:

Essa hipótese, indicada em percentual, deve guardar correlação com a hipótese de determinação do valor do benefício do INSS, de forma a não superestimar encargos, conduzindo a elevações desnecessárias do custeio do Plano, haja visto que o PBP1 não tem fins lucrativos.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários

Valor: 98,67

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98,67

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,64

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A diferença ocorrida se deve ao fato de que a taxa média de inflação utilizada foi de 2,5%, enquanto o ocorrido no ano foi de 6,545% (média ponderada pelos SP dos participantes do INPC com o IPCA, conforme hipótese definida pelo patrocinador).

Justificativa da EFPC:

Essa hipótese, indicada em percentual, deve ser adotada de forma a não subestimar os encargos do Plano. Observe-se que a taxa de inflação adotada deve ser inferior aos níveis esperados, de forma a resguardar o Plano, a médio e longo prazo, quanto uma possível redução da inflação e, conseqüentemente, elevação de encargos.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Assinatura do Atuário:

Página 5



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Hipótese: Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade

Valor: 98,67

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98,67

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,87

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A diferença ocorrida se deve ao fato de que a taxa média de inflação utilizada foi de 2,5%, enquanto o ocorrido no ano foi de 6,08% (INPC).

Justificativa da EFPC:

Essa hipótese, indicada em percentual, deve ser adotada de forma a não subestimar os encargos do Plano. Observe-se que a taxa de inflação adotada deve ser inferior aos níveis esperados, de forma a resguardar o Plano, a médio e longo prazo, quanto uma possível redução da inflação e, conseqüentemente, elevação de encargos.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas

Valor: Essa hipótese não estima quantidade de eventos a ser ocorrido, e sim determina o encargo esperado com o benefício de pensão. A Tábua de Herdeiros foi determinada considerando as informações sobre os instituidores e os beneficiários de pensões concedidas no período de 01/01/1997 a 31/12/2011, em combinação com os participantes que faleceram no mesmo período, porém sem deixar pensão.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Conforme exposto no item "valor" não há a quantificação do número de beneficiários esperados, e sim do encargo de pensão.

Justificativa da EFPC:

Conforme exposto no item "valor" não há a quantificação do número de beneficiários esperados, e sim do encargo de pensão.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas. Ressalte-se que seria mais apropriada a utilização dos próprios beneficiários dos participantes (ativos e assistidos), combinados com as hipóteses de mortalidade definidas. Esses dados estão sendo providenciados pela Entidade através de recadastramento.

Hipótese: Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)

Valor: INPC (IBGE)

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Essa hipótese não estima quantidade de eventos a ser ocorrido, e sim determina o reajuste dos benefícios, o qual é de igual valor para todos, observando-se pro rata temporis a data de concessão do benefício.

Justificativa da EFPC:

não há.

Opinião do atuário:

Manifestamos nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário

Valor: 2,06

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,06

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,72

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Os valores ora apresentados se referem à média das hipóteses de crescimento real de salário indicadas pelas patrocinadoras. A divergência decorre provavelmente de mudanças na política de recursos humanos.

Justificativa da EFPC:

Os valores ora apresentados se referem à média das hipóteses de crescimento real de salário indicadas pelas patrocinadoras. A divergência decorre provavelmente de mudanças na política de recursos humanos.

Opinião do atuário:

Essa hipótese são disponibilizadas pelos patrocinadores de acordo com suas políticas de recursos humanos, não sendo

Assinatura do Atuário:

Página 6



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

observado nenhum tipo de premissa incoerente.

Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,92

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

No Exercício de 2011 a Entidade conseguiu superar a taxa de juros prevista na Avaliação Atuarial do Exercício de 2010 (6%).

Justificativa da EFPC:

Preservação da Entidade quanto à flutuação do mercado financeiro, com tendência a médio e longo prazo da redução da taxa de juros.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: Experiência PBP1

Quantidade esperada no exercício seguinte: 8,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 17,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A Tábua de Entrada em Invalidez foi elaborada a partir a experiência de Sinistros e Expostos do PBP1 no período de 01/01/2006 a 31/12/2011. A Divergência decorre do fato de que a experiência do Plano não deve ser considerada a partir de um único ano e sim de pelo menos 5 anos, pois, a concessão de um ano, pode incluir aposentadorias por invalidez represadas (mantidas como auxílio-doença) concernentes a períodos anteriores.

Justificativa da EFPC:

Conforme exposto no item anterior, deve-se trabalhar com a média de sinistros nos últimos anos, visando não acarretar a elevação abrupta de encargos. No período de 2006 a 2011 foram concedidas 75 aposentadorias por invalidez e a estimativa da tábua adotada conduz a 105, demonstrando prudência, sem a elevação de encargos além do necessário para cobertura de eventuais desvios.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Morbidez

Valor: Experiência PBP1

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.196,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 720,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Como na tábua de entrada em invalidez, a tábua de morbidez do PBP1 foi elaborada a partir a experiência de sinistros e expostos no período de 01/01/2006 a 31/12/2011. A divergência verificada decorre do fato de que a experiência do plano não deve ser considerada a partir de um único ano e sim de pelo menos 5 anos, bem como devem ser resguardados eventuais desvios.

Justificativa da EFPC:

Conforme exposto no item anterior, deve-se trabalhar com a média de sinistros nos últimos anos, visando não acarretar a elevação abrupta de encargos. No período de 2006 a 2011 foram pagos 6.237 auxílios-doença e a estimativa da tábua adotada conduz a 7.695, demonstrando prudência, sem a elevação de encargos além do necessário para cobertura de eventuais desvios.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Assinatura do Atuário:

Página 7

Página 270 de 296



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: Experiência CESAT

Quantidade esperada no exercício seguinte: 17,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 23,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A Tábua de Mortalidade de Inválidos utilizada foi a Experiência CESAT, elaborada a partir da experiência de Sinistros e Expostos do INSS no período de 01/01/2000 a 31/12/2004. Observa-se que a divergência observada é mínima, e condiz com as necessidades de segurança do Plano.

Justificativa da EFPC:

Conforme comentado em outras premissas, para a verificação da aderência de uma determinada tábua, deve-se analisar as ocorrências de sinistros nos últimos anos, visando não deturpar o exame com oscilações temporais. No período de 2006 a 2011 foram verificados 99 falecimentos e a estimativa da tábua adotada conduz a 97, demonstrando prudência, sem a elevação de encargos além do necessário para cobertura de eventuais desvios.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: AT 83

Quantidade esperada no exercício seguinte: 130,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 170,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A tábua AT-1983 é a tábua mínima prevista na Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006, e a mortalidade de válidos verificada no PBP1 é superior àquela incada nessa tábuas.

Justificativa da EFPC:

Utilização de tábua mínima prevista na Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006.

Opinião do atuário:

Hipótese por nós sugerida, e aprovada pela Entidade, cabendo manifestar nossa concordância quanto às justificativas apresentadas.

HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO UTILIZADAS NESTA DEMONSTRAÇÃO

Hipótese de Entrada em Aposentadoria

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados

Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)

Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS

Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

BENEFÍCIOS

Assinatura do Atuário:

Página 8



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Quantidade de benefícios concedidos: 0 **Valor médio do benefício:** R\$ 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 2.655.701,93
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Quantidade de benefícios concedidos: 2738 **Valor médio do benefício:** R\$ 1.815,64

Idade média dos assistidos: 69

Benefícios Concedidos	R\$ 812.689.816,19
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 812.689.816,19
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 812.689.816,19
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.207.433.664,18
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 9

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA

Quantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício: R\$ 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 552.868,01
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: AUXÍLIO RECLUSÃO

Quantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício: R\$ 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 10

Página 273 de 296

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ATIVO

Quantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício: R\$ 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 5.248.670,40
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE ASSISTIDOS

Quantidade de benefícios concedidos: 3077 Valor médio do benefício: R\$ 699,36

Idade média dos assistidos: 64

Benefícios Concedidos	R\$ 315.444.584,39
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 315.444.584,39
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 315.444.584,39
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 11

Página 274 de 296

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL**Quantidade de benefícios concedidos:** 2303 **Valor médio do benefício:** R\$ 1.443,86**Idade média dos assistidos:** 72

Benefícios Concedidos	R\$ 514.844.036,62
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 514.844.036,62
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 514.844.036,62
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 116.665,61
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE**Quantidade de benefícios concedidos:** 110 **Valor médio do benefício:** R\$ 959,82**Idade média dos assistidos:** 83

Benefícios Concedidos	R\$ 11.805.079,72
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 11.805.079,72
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 11.805.079,72
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 4.367.034,25
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 12

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Quantidade de benefícios concedidos: 469 Valor médio do benefício: R\$ 1.211,95

Idade média dos assistidos: 60

Benefícios Concedidos	R\$ 104.766.541,81
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 104.766.541,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 104.766.541,81
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 26.171.895,50
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE ATIVO

Quantidade de benefícios concedidos: 0 Valor médio do benefício: R\$ 0,00

Idade média dos assistidos: 0

Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 12.321.650,52
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 13

Página 276 de 296

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: PECÚLIO POR MORTE ASSISTIDO**Quantidade de benefícios concedidos:** 0**Valor médio do benefício:** R\$ 0,00**Idade média dos assistidos:** 0

Benefícios Concedidos	R\$ 66.729.975,21
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 66.729.975,21
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 62.282.132,18
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 4.447.843,03
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 42.456.912,78
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.530.360,44
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS NO MÉTODO DE FINANCIAMENTO AGREGADO**Custo do Ano:** R\$ 30.355.931,82

Benefícios a Conceder	
Benefício Definido Capitalização Programado	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 38.693.944,68
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 40.433.605,37
Benefício Definido Capitalização não Programado	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 4.276.764,80
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 4.276.764,80

Assinatura do Atuário:

Página 14

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

CONSOLIDADO DO GRUPO CUSTEIO 1 - PBP1

Custo Normal do Ano	R\$ 30.355.931,82
Provisões Matemáticas	R\$ 3.041.454.377,91
Benefícios Concedidos	R\$ 1.826.280.033,94
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 1.826.280.033,94
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.401.621.064,71
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 424.658.969,23
Benefícios a Conceder	R\$ 1.215.174.343,97
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 1.177.902.428,70
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.257.029.978,75
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 38.693.944,68
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 40.433.605,37
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 37.271.915,27
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 45.825.444,87
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 4.276.764,80
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 4.276.764,80
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 15

Página 278 de 296

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo	R\$ 85.267.529,25
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 85.267.529,25
Patrocinador (204 meses restantes)	R\$ 85.267.529,25
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00

Patrimônio de Cobertura

Patrimônio de Cobertura:	R\$ 243.130.590,50	Insuficiência de cobertura:	-R\$ 2.713.056.258,16
--------------------------	--------------------	-----------------------------	-----------------------

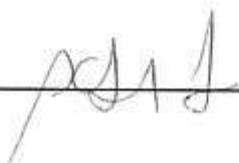
FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

Finalidade	Revisão de RMBC Lei 9876/99
Fonte de custeio	Contribuições Normais
Recursos recebidos no exercício	R\$ 35.556.411,19
Recursos utilizados no exercício	R\$ 0,00
Saldo	R\$ 35.556.411,19

FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Saldo	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes Ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:



Página 16

Página 279 de 296

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Total
Total de recursos	R\$ 15.506.910,92	R\$ 12.971.226,93	R\$ 41.425.456,13	R\$ 69.903.593,98
Contribuições previdenciárias	R\$ 15.506.910,92	R\$ 12.971.226,93	R\$ 41.425.456,13	R\$ 69.903.593,98
Normais	R\$ 15.177.965,91		R\$ 15.177.965,91	R\$ 30.355.931,82
Extraordinárias	R\$ 328.945,01	R\$ 12.971.226,93	R\$ 26.247.490,22	R\$ 39.547.662,16
Déficit equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.869.441,42	R\$ 13.869.441,42
Outras Finalidades	R\$ 328.945,01	R\$ 12.971.226,93	R\$ 12.378.048,80	R\$ 25.678.220,74
Utilização de fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exigência regulamentar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Destinação de reserva especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Data Início de Vigência: 01/01/2012

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos custos:

O Plano encontra-se fechado a novas adesões; assim sendo, de acordo com os princípios atuariais adequados, todos os encargos são avaliados atuarialmente pelo Regime Financeiro de Capitalização - Método Agregado. Nessa sistemática, caso não haja significativos desvios das hipóteses atuariais, a tendência dos custos do Plano é decrescente.

Variação das provisões matemáticas:

Além do crescimento normal devido ao processo de capitalização no exercício de 2011 (INPC+6%), as provisões matemáticas sofreram significativa elevação em função da redução da taxa de juros 6% para 5% (período futuro a contar de 01/01/2012), bem como da redução das Provisões Matemáticas a Constituir, considerando-se apenas os contratos que vem sendo honrados pelas patrocinadoras.

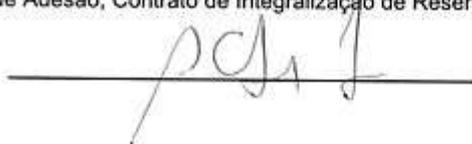
Principais riscos atuariais:

As Tábuas Biométricas foram determinadas de forma consistente de acordo com os sinistros observados no Plano, portanto, a incidência dos eventos de morbidez, entrada em invalidez e mortalidade representam baixo risco para o Plano, salvo o caso de desvios extremos não esperados. De forma análoga, a taxa de Juros foi reduzida, diminuindo os riscos das flutuações do mercado financeiro. Entretanto, a volatilidade da política de cálculo e concessão de benefícios do INSS e eventuais crescimentos reais concedidos aos salários indicam os maiores riscos atuariais do Plano.

Soluções para insuficiência de cobertura:

A principal medida para o reestabelecimento das insuficiências do Plano, reside no cumprimento pelos patrocinadores de suas obrigações previstas no Regulamento do Plano e em Contratos específicos (Convênio de Adesão, Contrato de Integralização de Reservas etc). Observa-se

Assinatura do Atuário:





DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

significativo montante de Contribuições Normais em atraso, bem como falta de cumprimento dos compromissos assumidos com o pagamento das Reservas de Tempo Serviço Anterior, além de dívida da União com a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRAS, fatores esses que conduzem à descapitalização acentuada do Plano.

Assinatura do Atuário:

Página 18

Página 281 de 296

**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS**TOTAL DAS RESERVAS**

Custo Normal do Ano	R\$ 30.355.931,82
Provisões Matemáticas	R\$ 3.041.454.377,91
Benefícios Concedidos	R\$ 1.826.280.033,94
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 1.826.280.033,94
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.401.621.064,71
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 424.658.969,23
Benefícios a Conceder	R\$ 1.215.174.343,97
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 1.177.902.428,70
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 1.257.029.978,75
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 38.693.944,68
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 40.433.605,37
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 37.271.915,27
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 45.825.444,87
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 4.276.764,80
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 4.276.764,80
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 19

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

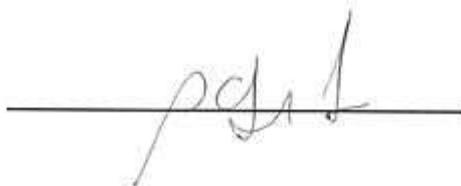
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo	R\$ 85.267.529,25
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 85.267.529,25
Patrocinador	R\$ 85.267.529,25
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

RESULTADO DO PLANO

Resultado do exercício	R\$ 855.304.991,58
Déficit Técnico	R\$ 2.713.056.258,16
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:



**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Total
Total de recursos	R\$ 15.506.910,92	R\$ 12.971.226,93	R\$ 41.425.456,13	R\$ 69.903.593,98
Contribuições previdenciárias	R\$ 15.506.910,92	R\$ 12.971.226,93	R\$ 41.425.456,13	R\$ 69.903.593,98
Normais	R\$ 15.177.965,91		R\$ 15.177.965,91	R\$ 30.355.931,82
Extraordinárias	R\$ 328.945,01	R\$ 12.971.226,93	R\$ 26.247.490,22	R\$ 39.547.662,16
Déficit equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.869.441,42	R\$ 13.869.441,42
Outras Finalidades	R\$ 328.945,01	R\$ 12.971.226,93	R\$ 12.378.048,80	R\$ 25.678.220,74
Utilização de fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exigência regulamentar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Destinação de reserva especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário:

Página 21



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: PORTUS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1978.0005-29] PBP1

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados dos Segurados existentes em 31/12/2011 foram fornecidos pelo PORTUS, bem como sobre os sinistros ocorridos entre 01/01/1997 a 31/12/2011. Sobre esses dados, foram aplicados testes visando a detecção de casos incomuns, os quais indicaram: a) com relação aos dados dos Segurados, apresentam coerência, e, portanto, considerados adequados para a realização dos estudos atuariais, cabendo sugerir que o PORTUS continue com a depuração das informações pertinentes ao Tempo de Vinculação ao INSS; b) no tocante aos dados sobre os sinistros, após alguns ajustes, também foram considerados suficientes para realização dos estudos atuariais, cumprindo-nos recomendar que o PORTUS continue o processo de adequação das informações sobre a massa de beneficiários.

Há que se elucidar que esses testes não asseguram a inexistência de outros eventuais problemas, sendo a veracidade das informações de exclusiva responsabilidade do Instituto.

Variação do resultado:

A relevância do aumento do déficit se refere principalmente a: a) descapitalização do Ativo Líquido em razão da falta do cumprimento do Plano de Custeio pela maioria dos patrocinadores; b) ajustes do Ativo Patrimonial em função de valores consignados para perda relativos a contribuições não recolhidas durante o exercício de 2011, conforme determina a Legislação (R\$ 366 milhões); c) alteração da Hipótese de Taxa de Juros, tendo sido ela reduzida de 6%a.a. para 5%a.a. de forma a assegurar que a meta atuarial seja cumprida a médio e a longo prazo conforme determina a Resolução MPAS/CGPC no. 18/2006, em face das tendências do mercado financeiro (R\$ 372 milhões); c) ajuste das Provisões à Constituir (RTSA financeira) de forma a considerar apenas aquelas que vem sendo honradas (R\$ 115 milhões); d) ajuste do Fundo Previdenciário, constituído em 2008 objetivando a cobertura de elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possível revisão de benefícios, em virtude de que nos exercícios de 2009 e 2010 esse Fundo não foi reavaliado em razão de ausência das informações necessárias, tendo sido apenas atualizado monetariamente; já nesta avaliação (2011), obtiveram-se os dados necessários para o seu redimensionamento (R\$ 23 milhões).

Natureza do resultado:

Financeira, em virtude de descapitalização do Plano pela falta de cumprimento do Plano de Custeio - atraso ou falta de pagamento de contribuições normais e especiais.

Soluções para equacionamento de déficit:

A principal medida para o restabelecimento das insuficiências do Plano, reside no cumprimento pelos patrocinadores de suas obrigações previstas no Regulamento do Plano e em Contratos específicos (Convênio de Adesão, Contrato de Integralização de Reservas etc). Observa-se significativo montante de Contribuições Normais em atraso, bem como falta de cumprimento dos compromissos assumidos com o pagamento das Reservas de Tempo Serviço Anterior, além de dívida da União com a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRAS, fatores esses que conduzem à descapitalização acentuada do Plano.

Adequação dos métodos de financiamento:

O Método Financeiro que vem sendo adotado nas Avaliações Atuariais do PBP1 é o Método de Capitalização Agregado, o qual, em face de suas características, é o mais indicado para Plano Fechados com a massa em processo de extinção.

Outros fatos relevantes:

Não há.

Assinatura do Atuário:

Página 22

7 Conclusões do último estudo atuarial



Parecer Atuarial

A Avaliação Atuarial de encerramento do exercício ano de 2013, do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, que se encontra sob intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, classificado na Modalidade de Benefício Definido, que se encontra fechado a adesão de novos patrocinadores e participantes e que é patrocinado solidariamente pelas seguintes empresas: Companhia Docas do Ceará - CDC; Companhia Docas do Estado do Pará - CDP; Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA; Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN; Companhia Docas do Estado do Espírito Santo - CODESA; Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP; Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR; Companhia Docas da Paraíba - DOCAS-PB; Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP; Porto do Recife S/A; Instituto de Seguridade Social - PORTUS; Sociedade de Navegação Porto e Hidrovias do Estado do Amazonas - SNPH; e Superintendência do Porto de Itajaí – SPI, teve como data base dos cálculos 31/12/2013 e considerou os seguintes fatores em seu desenvolvimento:

Base de Dados:

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS em relação aos Participantes e seus Beneficiários existentes em 31/12/2013. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais. Após receber os ajustes de acordo com as respostas fornecidas pelo PORTUS, a mesma foi julgada própria e adequada para realização da Avaliação Atuarial. Entretanto, ressalta-se que os testes, os questionamentos, as respostas e os ajustes realizados não garantem a não existência de outras inconsistências, assim, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das informações.

No quadro abaixo apresentamos as frequências dos participantes do PBP1 por patrocinadora em 31/12/2013:

Patrocinadora	Frequência				
	Ativo (*)	Remido	Aposentadoria Programada	Aposentadoria por Invalidez	Grupo de Pensionistas
PORTOBRAS	-	-	227	25	343
PORTUS	41	-	40	4	6
CODOMAR	14	-	89	4	56
CDC	84	-	145	10	79
CODERN	146	-	200	45	107
CODEBA	154	-	270	78	215
CDP	154	-	134	10	96
CDRJ	402	-	747	65	687
APR	78	-	15	3	4
DOCAS-PB	29	-	8	9	6
CODESA	129	-	346	26	203
CODESP	627	1	2 708	172	1 401
SPI	27	-	22	3	2
EMAP	13	-	0	0	0
SNPH	6	-	23	0	5
Total	1 904	1	4 974	454	3 210

* Considera os autopatrocinados.

Segundo o PORTUS, em 2014, haverá o início do recadastramento dos Participantes e Beneficiários do PBP1, como objetivo de auditar o conjunto de informações cadastrais e financeiras.

Informações Contábeis de Financeiras:

As informações contábeis e financeiras foram fornecidas pelo PORTUS na posição de 31/12/2013, a elas não foi aplicado nenhum teste de consistência, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das mesmas.

Hipóteses Atuariais, Regime de Capitalização e Método de Financiamento:

Hipóteses Atuariais:

Hipóteses Atuariais	Descrição
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 segregado por sexo para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI e AT-1983 segregada por sexo para as demais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagregada 20%
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012
Tábua de Morbidez	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012
Rotatividade Geral	Nula
Taxa Real de Crescimento Salarial	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,50% a.a.; CODOMAR: 1,00% a.a.; CDC: 2,00% a.a.; CODERN: 2,00% a.a.; CODEBA: 2,00% a.a.; CDP: 2,00% a.a.; CDRJ: 2,00% a.a.; PR: 2,24% a.a.; DOCAS-PB: 1,70% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 3,00% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 1,00% a.a.
Taxa Real de Juros	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,99%
Fator de Capacidade dos Salários	98,99%
Fator de Capacidade do INSS	98,99%
Indexador do Plano	INPC - IBGE
Composição de Família de Pensionistas	Encargo médio de herdeiros (Hx) apurado com base nos beneficiários dos participantes (Ativos e Assistidos) existentes em 31/12/2012 (futuros pensionistas) para mensuração das provisões matemáticas de benefício de pensão a conceder e, a família real para mensuração das provisões matemáticas das pensões concedidas.

O exame das hipóteses atuariais, relativas a segregação biométrica, não foi atualizado com os eventos ocorridos no exercício de 2013. O referido estudo será realizado ao longo do exercício de 2014 (item 1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006). Entretanto, chamamos a atenção para hipótese de Mortalidade Geral, que dentre as biométricas, é a que pode apresentar um maior risco para o PBP1, caso não esteja alinhada com a realidade do Plano. Neste contexto, o que podemos perceber com base nos estudos anteriores é que a mesma vem se mostrando aderente a realidade do PBP1.

Já, em relação as hipóteses que são de responsabilidade das Patrocinadoras (item 1.1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006), essas nos foram disponibilizadas pelas mesmas e, na falta do seu envio, foram utilizadas as hipóteses sugeridas pelo PORTUS, através de carta às Patrocinadoras.

Em relação a Taxa Real de Juros, outra hipótese que pode apresentar grande risco ao Plano, a mesma foi mantida em nível igual à utilizada na avaliação de encerramento do exercício de 2012. Neste parecer iremos comentar sobre o estudo de aderência a que se refere o item 4.1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterado pela Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012.

Regime Financeiro e Método de Financiamento:

O Regime Financeiro de Capitalização e o Método de Financiamento é o Agregado para avaliação de todos os Benefícios e Institutos cobertos pelo Plano.

Plano de Custeio:

Foi considerado o Plano de Custeio vigente na Avaliação Atuarial do PBP1 de encerramento do exercício 2012.

Neste Parecer Atuarial serão apresentados os principais resultados do PBP1 acrescentando os itens analíticos exigidos no Demonstrativo Atuarial.

Abaixo apresentamos as principais contas do Passivo do PBP1 em 31/12/2013 e 31/12/2012 e a variação entre esses dois períodos.

Contas Patrimoniais	31/12/2012	31/12/2013	Variação em R\$	Variação em %
Passivo	342.654.720,47	386.604.304,92	43.949.584,45	12,83%
Exigível Operacional	7.942.524,98	8.265.817,13	323.292,15	4,07%
Gestão Previdencial	7.206.012,61	7.582.299,03	376.286,42	5,22%
Gestão Administrativa	656.959,35	642.762,46	- 14.196,89	- 2,16%
Investimentos	79.553,02	40.755,64	- 38.797,38	- 48,77%
Exigível Contingencial	129.190.946,49	92.871.412,43	- 36.319.534,06	- 28,11%
Gestão Previdencial	59.831.581,33	48.224.294,51	- 11.607.286,82	- 19,39%
Gestão Administrativa	10.866.262,85	14.374.791,88	3.508.529,03	32,29%
Investimentos	58.493.102,31	30.272.326,04	- 28.220.776,27	- 48,25%
Patrimônio Social	205.521.249,00	285.467.075,36	205.521.249,00	38,90%
Provisões Matemáticas	3.261.648.339,25	3.607.396.299,16	345.747.959,91	10,60%
Benefícios Concedidos	2.021.509.672,43	2.133.455.597,02	111.945.924,59	5,54%
Benefícios a Conceder a Constituir	1.320.811.040,36	1.548.307.800,21	227.496.759,85	17,22%
	80.672.373,54	74.367.098,07	- 6.305.275,47	- 7,82%
Equilíbrio Técnico	- 3.119.548.422,46	- 3.387.824.081,82	- 268.275.659,36	8,60%
Fundos	63.421.332,21	65.894.858,02	2.473.525,81	3,90%
Previdencial	39.936.107,69	44.430.153,95	4.494.046,26	11,25%
Administrativo	20.095.059,90	17.883.859,86	- 2.211.200,04	- 11,00%
Investimentos	3.390.164,62	3.580.844,21	190.679,59	5,62%

O Déficit Técnico do PBP1 em 31/12/2013 foi avaliado em **R\$ 3.387.824.081,82**, esse valor demonstra o enorme grau de insolvência em que o Plano se encontra, já que o Patrimônio de Cobertura do Plano (Patrimônio Social menos Fundos) representa

apenas 6,09% das Provisões Matemáticas do Plano, ou seja, os recursos previdenciários não cobrem nem as obrigações com os benefícios concedidos (Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos), que sem considerar a Reserva a Constituir, possuem um nível de cobertura de apenas 10,39%.

A natureza do Resultado Deficitário do PBP1 provém de diversas origens ocorridas em diferentes momentos de vida do Plano, neste contexto, podemos citar como as principais causas o equivocado dimensionamento da Reserva de Tempo de Serviço Passado (RTSA) no ano de 2000, que considerava dentre diversos critérios inconsistentes, como a hipótese de geração futura, hipótese de mortalidade geral não aderente à época, o não dimensionamento real do tempo de serviço anterior dos participantes que ingressavam no plano, a não inclusão do custo relativo as Pensões e considerando a RTSA como sendo uma fato novo, ignorando que o mesmo já vinha sendo constituído desde a criação do Plano, mas de forma insuficiente ; o "perdão" de Jóia de Participante sem haver contra partida desse custo para o Plano; o não cumprimento parcial ou integral do Plano de Custeio; o pagamento das contribuições em atraso sem a devida aplicação de correção necessária; má gestão dos recursos garantidores; perda de oportunidade de aplicação dos recursos não ingressados; não revisão do Plano de Custeio ao longo dos anos; e o não pagamento do valor relativo a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS.

O Patrimônio Social obteve uma evolução positiva em relação ao exercício de 2012, principalmente pela reversão de parte do Exigível Contingencial subconta investimento e previdencial e pela reavaliação dos ativos relacionados aos imóveis, do PBP1.

Por outro lado, o Plano continua sendo prejudicado pelo não cumprimento do Plano de Custeio decorrente do não pagamento das contribuições devidas por algumas Patrocinadoras, neste item, não está sendo incluída as revisões sugeridas nas Avaliações Atuariais anteriores, para manutenção do Plano e equacionamento do Déficit Técnico do PBP1.

Tal fato é confirmado pela observação dos registros contábeis, onde resulta em elevado valor de dívidas de contribuições em atraso, destacando-se que, com base em informações prestadas pelo PORTUS, o Plano de Custeio adotado para o exercício de 2013 não foi seguido na íntegra pelas Patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDRJ, PORTO DE RECIFE S/A, DOCAS PB, CODESA, CODESP, SPI e SNPH.

A Provisão Matemática à Constituir, considerada nesta avaliação, levou em conta somente as provisões daqueles patrocinadores que vem honrando com seu pagamento. Sendo assim, sua evolução ocorreu conforme o esperado, com base no pagamento das prestações e atualização do saldo devedor.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos variou 5,56% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, ou seja, apresentou variação inferior ao nível aceitável.

Já, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder variou 17,22% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, o principal fator que fez com que a variação resultasse acima Meta Atuarial, que foi de 10,84%, decorreu da variação para maior no valor Benefício Projetado apurado em 31/12/2012 e atualizado para 31/12/2013 com base na hipótese de inflação e de crescimento dos salários recomendada pelas patrocinadoras para o exercício de 2013. O impacto entre o crescimento real e o

esperado foi de aproximadamente R\$ 70 milhões, ou seja, dos 17,22% de variação, 5,36% é decorrente deste fator.

Entretanto, a variação do total das Provisões Matemáticas foi de 10,60% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2012, sendo alinhado ao nível de variação apresentado na avaliação passada e, ligeiramente abaixo da Meta Atuarial, que foi de 10,84% para 2013.

O Fundo Previdencial teve sua variação ao longo de 2013, conforme segue:

Descrição	Em R\$
Saldo em 31/12/2012	39.936.107,69
Recursos Recebidos no Exercício	4.494.046,26
Recursos Utilizados no Exercício	0,00
Saldo em 31/12/2013	44.430.153,95

Os principais riscos atuariais do Plano são os relacionados as hipóteses de mortalidade geral, pelo constante aumento da sobrevida da população; da taxa real de juros, decorrente da descapitalização e da insolvência do Plano; de crescimento salarial, tendo em vista a enorme volatilidade dos Salários de Participação, principalmente para o grupo de participantes que se encontra apto a se aposentar pelo PBP1; e as possíveis alterações do INSS.

Ainda neste contexto, pode ser citado como risco do Plano o volume de ações judiciais (Risco Judicial), onde é pleiteado aumento no valor da suplementação pagas pelo PBP1 através do PORTUS. Esse fato, além de agravar ainda mais a sua situação Patrimonial, comprometendo o nível de solvência, majora os encargos atuariais.

Em relação a Taxa Real de Juros: apesar de ter ocorrido no exercício de 2013 um descasamento entre Rentabilidade, 7,84% e Meta Atuarial, 10,84%, do PBP1, a preocupação pela utilização de Taxa Real de Juros mais adequada não deve ser justificada somente por esse acontecimento, até porque, ao longo de 2013 a maioria dos Planos Fechados de Previdência Complementar, estruturados na modalidade de Benefício Definido, não atingiram suas metas de rentabilidade. Neste momento, para comprovar ou não a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de Custeio é necessário **conhecer como será estruturado o Plano para equacionamento da situação deficitária do PBP1**, para aí sim avaliar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado, em relação ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Até porque de nada adiantará reduzir ainda mais a taxa de juros e o Patrimônio continuar com tamanha insolvência.

A título de ilustração foi realizado estudo avaliando as Provisões Matemáticas do PBP1 com uma Taxa Real de Juros de 4,0% ao ano, o resultado indicou um aumento de aproximadamente 10,0% dos encargos atuariais, ou seja, o déficit técnico passaria para R\$ 3,7 bilhões, tornando o Plano mais insolvente e sem garantir a adequação da meta atuarial.

Abaixo apresentamos as Provisões Matemáticas, e Fundos do PBP1 na posição de 31/12/2013, com uma maior abertura da contas:

Plano de Contas		31/12/2013 em R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	285.467.075,36
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	219.572.217,34
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.607.396.299,16
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.133.455.597,02
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	0,00
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.133.455.597,02
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.649.904.450,41
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	483.551.146,61
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.548.307.800,21
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	1.527.105.314,61
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.590.632.118,46
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	31.139.275,87
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	32.387.527,98
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	21.202.485,60
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	33.967.646,05
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	6.370.723,59
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	6.394.436,86
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	74.367.098,07
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	74.367.098,07
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	74.367.098,07
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	- 3.387.824.081,82
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	- 3.387.824.081,82
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	- 3.387.824.081,82
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	65.894.859,86
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	44.430.153,95
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	44.430.153,95
2.3.2.1.03.01.00	REVISÃO SUPLEMENTAÇÕES DECORRENTE DA LEI N° 9.876/1999	44.430.153,95
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	17.883.859,86
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	17.883.859,85
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVA PGA	0,00

Plano de Contas		31/12/2013 em R\$
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.580.844,21

Abaixo segue o Custo do PBP1 apurado em 31/12/2013:

Custo Normal	18,12%
Futuras Suplementações de Auxílio-Doença	0,22%
Futuras Supl. de Aposent. por Invalidez	0,90%
Futuras Supl. de Aposent. Programadas	15,05%
Futuros Pecúlios por Morte de Ativo	0,09%
Futuras Pensões por Morte de Ativo	0,50%
Futuras Devoluções de Contribuições	0,00%
Administração	1,36%
Custo Extraordinário	724,47%
RTSA das Patrocinadoras	15,56%
Cobertura do Déficit	708,91%
Custo Total	742,59%

O Custo do Plano tende a se estabilizar anualmente conforme a maturidade do grupo de participantes vai ocorrendo, entretanto, o PBP1 ainda possui um contingente significativo de participantes que não possuem as condições plenas para se aposentarem de forma integral pelo benefício de Aposentadoria Programada, mas que estão quase aptos a tal situação.

Em conjunto com esta característica este grupo remanescente possui um benefício estimado médio mensal de aproximadamente R\$ 4.900. A combinação destas características cria um cenário de agravamento do custo do Plano por aproximadamente mais uns 5 anos.

Neste contexto, foi realizado estudo onde foi apurado que em média 120 participantes deverão se aposentar por ano nos próximos 5 anos, conforme tabela que segue abaixo:

Número de meses previstos que faltam para a concessão da suplementação de aposentadoria programada	Frequência absoluta de ativos em 31/12/2013	Frequência relativa de ativos em 31/12/2013	Custo mensal previsto com pagamento de benefícios em R\$
0	935	49,11%	3.882.756
1 a 12	160	8,40%	806.498
13 a 24	142	7,48%	670.073
25 a 36	101	5,30%	452.519
37 a 48	99	5,20%	482.565
49 a 60	99	5,20%	495.443
61 a 72	89	4,67%	487.100
73 a 84	65	2,94%	276.341
85 a 96	57	2,99%	297.263
97 a 108	24	1,26%	92.523
109 a 120	7	0,37%	28.527
121 a mais	135	7,09%	458.321
Total	1.904	100,00%	8.429.929

Por outro lado, existe o fator que resulta em ganho para os resultados do Plano, este, é relacionado aos participantes que já tem condições plenas de se aposentar, mas, vem postergando seu direito, conforme tabela acima pode ser observado que 935 participantes encontram-se nessa situação.

O equacionamento imediato do Déficit Técnico do PBP1 torne-se inevitável, por ser de valor muito expressivo, mas, o principal fato que deve orientar o seu equacionamento está relacionado ao alto grau de insolvência em que se encontra.

Considerando o que preconiza a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no que diz respeito ao equacionamento de Déficit Técnico, o resultado deficitário do Plano deverá ser equacionando entre participantes e patrocinadoras observando a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que foi apurado o resultado.

A proporção contributiva com base no Plano de Custeio vigente em 31/12/2013 está assim constituída:

Categorias	Contribuição Normal Participantes R\$	Contribuição Normal Patronal R\$
Ativos	1.517.035	1.517.035
Autopatrocinados	8.922	0,00
Subtotal	1.525.957	1.517.035
Aposentados	928.360	895.615
Inválidos	59.494	58.019
Pensionistas	148.747	136.165
Subtotal	1.136.621	1.089.800
Total	2.662.578	2.606.835
Entre Participantes e Patrocinadoras	50,53%	49,47%

Já, a proporção entre Participantes Ativos e Autopatrocinados em relação aos Participantes Assistidos (Aposentados e Pensionistas) resultou em 57,31% e 42,69%, respectivamente.

Para efeitos do estudo acima não foi considerado o conceito de Pico e Capacidade dos Salários e Benefícios.

Assim, o valor do Déficit Técnico atribuível a cada categoria ficou distribuído da seguinte maneira:

Categorias	Déficit Técnico 31/12/2013
Participantes Ativos e Autopatrocinados	981.072.236
Participantes Assistidos	730.759.088
Patrocinadoras ^(*)	1.675.992.758
Total	3.387.824.082

^(*) Não considera os compromissos relativos aos Participantes Autopatrocinados e Assistidos vinculados a Portobrás.

O equacionamento será apresentado considerando o critério pelo **aumento no valor das Contribuições Normais** dos Participantes e Patrocinadoras, conforme segue.

Com base nos Valor Atual dos Salários Futuros dos Participantes Ativos e Autopatrocinados, o percentual de contribuição mensal médio passa de 9,58% para 192,38% e, de 16,33% para 321,92%, respectivamente.

Para os Participantes Assistidos Aposentados, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros, desconsiderando os valores relativos a reversão em pensão por morte e de pecúlio, o percentual de contribuição mensal passa de 10,00% para 60,45% e, para os Participantes Assistidos Pensionistas, com base no Valor Atual dos Benefícios Futuros o percentual de contribuição mensal passa de 6,00% para 37,23%.

A Contribuição Normal para as Patrocinadoras restou com a seguinte distribuição: a) Participantes Ativos: 189,59%; b) Participantes Assistidos Aposentados: 59,39%; e c) Participantes Assistidos Pensionistas: 36,66%.

Cabe ressaltar que existem valores relativos a dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS, que estão sendo discutidos na esfera federal e judicial. A realização de parte ou do total desses recursos, de forma positiva ao PBP1, faria com que a atual situação deficitária do Plano fosse parcialmente coberta ou integralmente coberta, respectivamente, desta maneira, reduzindo a necessidade de revisão do Custeio do Plano acima proposto. Esses assuntos são tratados com mais detalhe no item 8 do Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2013 do PBP1.

Por fim, cumpre esclarecer que a taxa de carregamento administrativo de 7,5% incidente sobre as contribuições normais e benefício do Plano encontra-se acima do nível das atuais despesas administrativas do PBP1. Entretanto, chamamos a atenção que antes de decisão por reduzir a referida taxa, é necessária a realização de estudo para conhecer se esse nível de carregamento em cenário futuro, de somente pagamento de benefícios atrelado ao reestabelecimento de estrutura sem Intervenção Federal, será suficiente para arcar com as despesas administrativas.

Sendo assim, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29) administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, certifico que o Plano está **deficitário, com ao nível de insolvência**, dependendo do **seu imediato equacionamento**, seja pela revisão do seu Plano de Custeio e/ou pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS e, da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custeio vigente e da concretização das hipóteses atuariais para a manutenção desta situação.

Cumpre esclarecer que o Plano atualmente se encontra em situação de descumprimento quanto as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, assim, reforçando a necessidade imediata de seu saneamento financeiro e atuarial.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014



Luciano Duarte
Coordenador de Estudos Atuariais - PORTUS
MIBA nº 1.111

II Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Informamos que no exercício de 2013 esta patrocinadora não procedeu com nenhuma ação de fiscalização junto ao PORTUS conforme expressa o artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010 e da Decisão Normativa TCU nº 127 de 15/05/2013.

Atenciosamente,

Eng. HELIO SZMAJSER
Diretor-Presidente
Substituto